

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIEDADE, AMBIENTE E TERRITÓRIO  
MESTRADO INTERINSTITUCIONAL EM SOCIEDADE, AMBIENTE E TERRITÓRIO

JESSICA LORRANY DE JESUS SILVA

**“Estamos vivendo a vida das empresas”:**  
um estudo sobre as estratégias corporativas mobilizadas pela Fundação Renova  
em Mariana, MG, Brasil

JESSICA LORRANY DE JESUS SILVA

**“Estamos vivendo a vida das empresas”:**  
um estudo sobre as estratégias corporativas mobilizadas pela Fundação Renova em  
Mariana, MG, Brasil

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Sociedade, Ambiente e Território - PPGSAT, da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG e da Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Mestre em Sociedade, Ambiente e Território.

Área de concentração: Sociedade, Ambiente e Território.

Linha de Pesquisa: Sociedade e ambiente.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Andréa Luisa M. Zhouri Laschefski.

Montes Claros

2023

Silva, Jessica Lorrany de Jesus.

S586e  
2022 “Estamos vivendo a vida das empresas” [manuscrito]: um estudo sobre as estratégias corporativas mobilizadas pela Fundação Renova em Mariana, MG, Brasil/ Jessica Lorrany de Jesus Silva. Montes Claros, 2022.  
155 f.: il.

Dissertação (mestrado) - Área de concentração em Sociedade, Ambiente e Território. Universidade Federal de Minas Gerais / Instituto de Ciências Agrárias.

Orientadora: Andréa Luisa Zhouri Laschefski

Banca examinadora: Marcos Cristiano Zucarelli, Rômulo Soares Barbosa.

Inclui referências: f. 137-154

I. Desastres ambientais -- Teses. 2. Fundação Renova -- Teses. 2. Corporativismo -- Teses. 3. Poder -- Teses. 4. Governança corporativa -- Teses. I. Laschefski, Andréa Luisa Zhouri. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Instituto de Ciências Agrárias. III. Título.

CDU: 33:32



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS  
MESTRADO ASSOCIADO UFMG - UNIMONTES EM SOCIEDADE, AMBIENTE E TERRITÓRIO

### ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Aos 16 dias do mês de dezembro de 2022, às 14:00 horas, sob a presidência da Professora Andréa Luisa Zhouri Laschefski, D. Sc. (Orientadora – UFMG/DAA), e com a participação dos Professores Marcos Cristiano Zucarelli, D. Sc. (UFRJ/Museu Nacional) e Rômulo Soares Barbosa, D. Sc. (Unimontes), reuniu-se a banca para defesa de dissertação de **Jéssica Lorrany de Jesus Silva**, estudante do Curso de Mestrado em Sociedade, Ambiente e Território, que apresentou a dissertação intitulada: **“Estamos vivendo a vida das empresas”: um estudo sobre as estratégias corporativas mobilizadas pela Fundação Renova em Mariana, MG, Brasil**”. A estudante foi considerada **aprovada**, com as seguintes recomendações: indicação de publicação. E, para constar, eu, Professora Andréa Luisa Zhouri Laschefski, presidente da banca, lavrei a presente ata que depois de lida e aprovada, será assinada por mim e pelos demais membros da banca examinadora.

Obs.1) A estudante somente receberá o título após cumprir as exigências do regulamento do Curso de Mestrado em Sociedade, Ambiente e Território, conforme apresentado a seguir:

**Art. 83 – Para dar andamento ao processo de efetivação do grau obtido, o candidato deverá, após a aprovação de sua Dissertação e a realização das modificações propostas pela banca examinadora, encaminhar à secretaria do colegiado do curso, com a anuência do orientador, 3 (três) exemplares da dissertação e 2 (dois) CD, no prazo de 60 (sessenta) dias.**

Obs.2) A estudante deverá apresentar junto com a versão final da dissertação, comprovante de submissão de um periódico com Qualis/Capes na área Planejamento Urbano e Regional/Demografia.

Montes Claros, 16 de dezembro de 2022.

Rômulo Soares Barbosa

Marcos Cristiano Zucarelli

Membro

Membro

Andréa Luisa Zhouri Laschefski

Orientadora



Documento assinado eletronicamente por **Rômulo Soares Barbosa, Usuário Externo**, em 19/12/2022, às 11:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Andrea Luisa Zhouri Laschefski, Professora do Magistério Superior**, em 19/12/2022, às 14:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Cristiano Zucarelli, Usuário Externo**, em 19/12/2022, às 15:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ufmg.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador 1972653 e o código CRC 8AABE197.

Dedico este trabalho às pessoas atingidas pelo rompimento da barragem de Fundão que partiram desta vida sem receber a devida reparação.

Minha sincera homenagem à Flávia Amboss, amiga, pesquisadora, militante, professora, que foi tirada de nós de forma violenta no atentado às escolas de Aracruz, deixando conosco a saudade e o legado de seu compromisso com a defesa dos direitos das pessoas atingidas.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por tudo o que tem feito em minha vida.

À minha mãe e ao meu irmão, Shirley e Bernardo, agradeço por estarem comigo nos momentos de dificuldade, pela paciência e compreensão em todas as vezes em que precisei abrir mão de momentos nossos para trabalhar na dissertação.

Aos meus familiares e aos irmãos da Igreja Cristã Maranata, agradeço pelo apoio e pelas inúmeras orações, por chorarem comigo nos momentos de tristeza e por se alegrarem comigo nos momentos de alegria.

À Camila, agradeço pela amizade, pelas vezes em que me tirou de casa para espalhar (e comer fora), e pela ajuda com a revisão do trabalho.

À Lili, agradeço por ter me acompanhado e me ajudado tanto nos últimos anos. É muito bom compartilhar com você esse desfecho e, principalmente, as conquistas desse processo.

À Maryellen, Débora e Gabriel, agradeço pelas trocas sobre nossas pesquisas ao longo do curso, que acabou sendo mais solitário por causa da pandemia. Mary, obrigada também por todas as nossas longas conversas que começaram com um “amiga, vê se essa ideia faz sentido, por favor”. Foram muito importantes para a lapidação do trabalho.

À Andréa, minha orientadora, agradeço por ter encarado mais um desafio comigo. Você é uma professora incrível, uma inspiração para muitas mulheres pesquisadoras, com quem tenho aprendido muito desde a graduação. É uma alegria e uma honra ser sua orientanda.

Aos professores e colegas do Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais da UFMG, agradeço pelas parcerias na pesquisa, por todo o aprendizado compartilhado e pelas amizades que construímos também fora da universidade.

Às pessoas com quem pude trabalhar na Coordenação de Acompanhamento Metodológico e Finalístico PUC/MG, e àquelas com quem trabalho agora na Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social, no caso do desastre da bacia do Paraopeba, obrigada pelo companheirismo, pelo compromisso e pela confiança.

Ao PPGSAT e ao GESTA, agradeço pela formação e pela oportunidade de desenvolver esta pesquisa de mestrado.

À Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais (FAPEMIG), agradeço pelo fomento através da Bolsa de Desenvolvimento em Ciência, Tecnologia e Inovação (BDCTI III), que possibilitou a realização deste trabalho.

*[...] o fenômeno do poder é caracterizado como um tipo de relação social constituído pela co-presença permanente de três elementos — dominação, exploração e conflito.*

(QUIJANO, 2002, p. 4)

*Mariana é um lugar que cabe vários lugares.  
[...] Nos subdistritos, a lama passou mesmo sem caber. E por não caber, destruiu.*

(JORNAL A SIRENE, 2016, p. 12)

*[...] nós queremos continuar nossas vidas.  
Hoje estamos vivendo a vida das empresas.*

(Rosária, moradora de Paracatu de Baixo atingida pelo desastre, JORNAL A SIRENE, 30 de janeiro de 2018)

## RESUMO

O desastre deflagrado pelo rompimento da barragem de Fundão, no dia 5 de novembro de 2015, tem sido marcado por disputas em relações de poder assimétricas no município de Mariana, relacionadas à atuação da Fundação Renova, criada e mantida pelas mineradoras responsáveis pelo desastre para executar ações de reparação, compensação e indenização às pessoas atingidas. Esta pesquisa analisa como a Fundação Renova mobiliza estratégias corporativas associadas à governança do desastre, apresenta a base histórica que possibilita à Renova herdar relações de poder já consolidadas no município pelas mineradoras e aponta padrões de comportamento da Fundação em Mariana. Através da análise documental e etnográfica, essa dissertação mostra como as relações de poder construídas pelas mineradoras no passado são atualizadas pela Fundação Renova.

Palavras-chave: Fundação Renova; estratégias corporativas; poder; governo indireto.

## **ABSTRACT**

The disaster triggered by the rupture of the Fundão dam, on November 5, 2015, has been marked by disputes over asymmetrical power relations in the municipality of Mariana, related to the work of the Renova Foundation, created and maintained by the mining companies responsible for the disaster to carry out reparation, compensation and indemnification actions for the people affected. This research analyzes how the Renova Foundation mobilizes corporate strategies associated with the governance of the disaster, presents the historical basis that allows Renova to inherit power relations already consolidated in the municipality by the mining companies, and points out the Foundation's behavior patterns in Mariana. Through documentary and ethnographic analysis, this dissertation shows how the power relations built by mining companies in the past are updated by the Renova Foundation.

Keywords: Renova Foundation; corporate strategies; power; indirect government

## LISTA DE IMAGENS

<b>Imagem 1 -</b>	Logomarcas das empresas Samarco, Vale e BHP Billiton. Elaborada a partir dos sites institucionais de Samarco, Vale e BHP Billiton, em 2022.	42
<b>Imagem 2 -</b>	Bento Rodrigues antes do rompimento de Fundão. Fonte: M. Desidério/ Revista Exame, 2019. Disponível em: <a href="https://exame.abril.com.br/brasil/tres-anos-depois-moradores-ainda-esperam-indenizacao-em-mariana/">https://exame.abril.com.br/brasil/tres-anos-depois-moradores-ainda-esperam-indenizacao-em-mariana/</a> . Acesso em: 21/07/2022	43
<b>Imagem 3 -</b>	Paracatu de Baixo antes do rompimento de Fundão. Fonte: Perfil Paracatu de Baixo/ Facebook, 2019. Disponível em: <a href="https://m.facebook.com/304384766354314/photos/a.796912310434888/816645555128230/?type=3&amp;source=54">https://m.facebook.com/304384766354314/photos/a.796912310434888/816645555128230/?type=3&amp;source=54</a> . Acesso em: 21/07/2022	43
<b>Imagem 4 -</b>	Casa destruída no subdistrito de Bento Rodrigues, um dia após o rompimento de Fundão. Foto - Daniel Marengo/ Agência O Globo, 2015. Disponível em: <a href="https://oglobo.globo.com/brasil/tragedia-em-minas-gerais-17979800">https://oglobo.globo.com/brasil/tragedia-em-minas-gerais-17979800</a> . Acesso em: 13/07/2022	45
<b>Imagem 5 -</b>	Lama e destruição na igreja de Paracatu de Baixo. Foto - Alexandre Salem, 2015. Disponível em: <a href="http://www.dronestagr.am/church-paracatu-minas-gerais-brazil/">http://www.dronestagr.am/church-paracatu-minas-gerais-brazil/</a> . Acesso em: 14/07/2022	46
<b>Imagem 6 -</b>	Casa em Bento Rodrigues destruída pela lama. Foto - Lorenza Ferreira, maio de 2016. Cedida pela autora.	46
<b>Imagem 7 -</b>	Escola Municipal de Bento Rodrigues destruída pela lama. Foto - Acervo pessoal, trabalho de campo realizado em maio de 2016	46
<b>Imagem 8 -</b>	Antes e depois da logomarca da Samarco. Fonte: Samarco, 2020	54
<b>Imagem 9 -</b>	Famílias em alojamento coletivo provisório na Arena Mariana. Foto - Daniel Marengo/ Agência O Globo, novembro de 2015. Disponíveis em: <a href="https://oglobo.globo.com/brasil/tragedia-em-minas-gerais-17979800">https://oglobo.globo.com/brasil/tragedia-em-minas-gerais-17979800</a> . Acesso em: 13/07/2022.	56
<b>Imagem 10 -</b>	Famílias em alojamento coletivo provisório na Arena Mariana. Foto - Daniel Marengo/ Agência O Globo, nov. de 2015. Disponíveis em: <a href="https://oglobo.globo.com/brasil/tragedia-em-minas-gerais-17979800">https://oglobo.globo.com/brasil/tragedia-em-minas-gerais-17979800</a> . Acesso em: 13/07/2022.	56
<b>Imagem 11 -</b>	Logomarca da Fundação Renova. Disponível em: <a href="http://www.fundacaorenova.org">www.fundacaorenova.org</a> . Acesso em: 25/09/2022	97
<b>Imagem 12 -</b>	“Quantidade de reuniões X programas em 2017”. Fonte: Reproduzido de FUNDAÇÃO RENOVA, 2017a, p. 62	108
<b>Imagem 13 -</b>	Placa de identificação da obra com logo da Fundação Renova. Foto - Andréa Zhouri, 2020. Cedida pela autora.	112
<b>Imagem 14 -</b>	Trabalhadores na obra de Readequação da infraestrutura e Revitalização da Praça Gomes Freire. Foto - Andréa Zhouri, 2020. Cedida pela autora.	112

## LISTA DE FIGURAS

- Figura 1 -** Mapa político de Mariana (MG). Elaborado por Jessica Silva a partir do mapa interativo produzido por Jornal Lampião, 2015. Disponível em: <https://www.thinglink.com/scene/669958368164577282>. Acesso em 10/11/2022. 20
- Figura 2 -** Mapa do trajeto dos rejeitos da Barragem de Fundão. Fonte: Elaborado por Max Vasconcelos. Reproduzido de ZHOURI *et al.*, 2018, p. 32 44
- Figura 3 -** Localização de Bento Rodrigues e das barragens de Fundão, Germano e Santarém. Fonte: [Google Earth](#), 2022 59
- Figura 4 -** Instâncias internas e externas à Fundação estabelecidas no TTAC. Fonte: Elaboração própria a partir de UNIÃO *et al.* (2016) 75
- Figura 5 -** Sistema de governança previsto no TTAC (março de 2016). Fonte: Reproduzido de MELENDI e LOPO, 2021, p. 224 77
- Figura 6 -** Sistema de governança previsto no TAC Gov (agosto de 2018). Fonte: Reproduzido de MELENDI e LOPO, 2021, p. 227 86
- Figura 7 -** “Em honra a todas as pessoas que não viram a reparação integral ser efetivada, nossa luta é por vocês!”. Reproduzida de CÁRITAS BRASILEIRA REGIONAL MINAS GERAIS, 2022. 155

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1 -</b>	Programas previstos no TTAC (2016) x Programas listados no <i>site</i> da Fundação Renova (acesso em dezembro de 2022). Fonte: Elaboração própria a partir de União et al. (2016); Fundação Renova (2023a; 2023b).	73
<b>Tabela 2 -</b>	Alterações na composição do Comitê Interfederativo (CIF). Fonte: Elaboração própria a partir de UNIÃO ( <i>et al.</i> , 2016) e UNIÃO ( <i>et al.</i> , 2018)	82
<b>Tabela 3 -</b>	Alterações em instâncias internas da Fundação Renova a partir do TAC Governança (2018). Fonte: Elaboração própria a partir de UNIÃO ( <i>et al.</i> , 2016) e UNIÃO ( <i>et al.</i> , 2018).	85

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACP - Ação Civil Pública

ADR - Alternative Dispute Resolution (Resolução Alternativa de Disputas)

AGE/MG - Advocacia Geral do Estado de Minas Gerais

AGERH - Agência Estadual de Recursos Hídricos

AGU - Advocacia Geral da União

ANA - Agência Nacional de Águas

ANM - Agência Nacional de Mineração

ANVISA - Agência Nacional de Vigilância Sanitária

APP - Área de Preservação Permanente

ATI - Assessoria Técnica Independente

ARBED - *Aciéries Réunies de Burbach-Eich-Dudelange Société Anonyme* (Siderúrgicas Reunidas de Burbach-Eich-Dudelange Sociedade Anônima)

BANDES - Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo

BDA - Banco de Declarações Ambientais

BDMG - Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais

BHP - *Broken Hill Proprietary Mining Company* (até 2001) / *BHP Billiton Limited*

BM - Banco Mundial

BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CABF - Comissão de Atingidos pela Barragem de Fundão

CAPSIJ - Centro de Atenção Psicossocial para a Infância e Juventude

CAR - Cadastro Ambiental Rural

CEO - *Chief Executive Officer* / Diretor Executivo

CETAS - Centros de Triagem e Reabilitação de Animais Silvestres

CIF - Comitê Interfederativo

CIT - Centro de Informações Técnicas

CFEM - Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais

CMM - Câmara Municipal de Mariana

CNJ - Conselho Nacional de Justiça

COPAM - Conselho Estadual de Política Ambiental

CSBM - Companhia Siderúrgica Belgo Mineira

CSN - Companhia Siderúrgica Nacional

CVRD - Companhia Vale do Rio Doce

DDM - Discurso do Desenvolvimento pela Mineração  
DNPM - Departamento Nacional de Produção Mineral  
DPES - Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo  
DPMG - Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais  
DPU - Defensoria Pública da União  
EBS - Empreendimentos de Base Solidária  
EIA/RIMA - Estudo de Impacto Ambiental/ Relatório de Impacto ao Meio Ambiente  
ES - Espírito Santo  
ESG - *Environmental, Social and Governance*  
FEAM - Fundação Estadual do Meio Ambiente  
FIEMG - Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais  
FMI - Fundo Monetário Internacional  
FNE - Fase de Negociação Extrajudicial  
FUNAI - Fundação Nacional do Índio  
GESTA - Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais  
IBAMA - Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis  
IBRAM - Instituto Brasileiro de Mineração  
ICMBio - Instituto Chico Mendes de Biodiversidade  
ICMM - *International Council of Mining & Minerals* / Conselho Internacional de Mineração e Metais  
IDAF - Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Espírito Santo  
IEF - Instituto Estadual de Florestas  
IEMA - Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos  
IEPHA-MG - Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais  
IGAM - Instituto Mineiro de Gestão de Águas  
Indi - Instituto de Desenvolvimento Integrado de Minas Gerais  
IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional  
MAB - Movimento dos Atingidos por Barragens  
MG - Minas Gerais  
MPES - Ministério Público do Estado do Espírito Santo  
MPMG - Ministério Público do Estado de Minas Gerais  
MPF - Ministério Público Federal  
OIT - Organização Internacional do Trabalho  
ONU - Organização das Nações Unidas

PAEBM - Plano de Ação de Emergência para Barragens de Mineração  
PEAB - Política Estadual dos Atingidos por Barragens (Lei 23795/2021)  
PIM - Programa de Indenização Mediada  
PCTs - Povos e Comunidades Tradicionais  
PF - Polícia Federal  
PGE/ES - Procuradoria Geral do Estado do Espírito Santo  
PGR - Procuradoria-Geral da República / Procurador(a)-Geral da República  
PLCI - Programa de Levantamento e de Cadastro dos Impactados  
PRA - Programa de Regularização Ambiental  
RIMA - Relatório de Impacto ao Meio Ambiente  
RSC - Responsabilidade Social Corporativa  
RSE - Responsabilidade Social Empresarial  
SAMITRI - Sociedade Anônima Mineração Trindade  
SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas  
SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial  
SINE - Sistema Nacional de Emprego  
STJ - Superior Tribunal de Justiça  
TAC - Termo de Ajustamento de Conduta  
TAP - Termo de Ajustamento Preliminar  
TRF1 - Tribunal Regional Federal da 1ª Região  
TTAC - Termo de Transação e Ajustamento de Conduta  
UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais  
UHE - Usina Hidrelétrica

## LISTA DE SÍMBOLOS



Logomarca da Samarco Mineração S.A. Versões 1992 / 2020. Fonte: [Samarco](#), 2020.



Logomarca da Vale S.A. Fonte: [Vale](#), 2022.



Logomarca da BHP Billiton. Versões 2001 / 2017. Fonte: [BHP](#); [1000 Logos](#), 2022.



Logomarca da Fundação Renova. Fonte: [Fundação Renova](#), 2022.

# SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>19</b>
CONTEXTUALIZAÇÃO	19
JUSTIFICATIVA E OBJETIVOS	21
FERRAMENTAS E MATERIAIS	23
O QUE ESPERAR?	24
<b>CAPÍTULO 1 - HORIZONTES HISTÓRICOS E CONCEITUAIS</b>	<b>27</b>
1.1 - A ESTEIRA DE PODER DA MINERAÇÃO	27
1.1.1 - Mineração de ouro: a primeira geração do extrativismo em Mariana	27
1.1.2 - Colonialidade do poder e a segunda geração do extrativismo em Mariana	28
1.1.3 - Economia de enclave: a origem da Samarco nas relações de poder	32
1.1.4 - Desdobramentos da terceira geração do extrativismo: a Samarco no contexto do neoextrativismo	36
1.2 - O DESASTRE E AS AFETAÇÕES	42
1.2.1 - As respostas ao desastre e seus efeitos	50
<b>CAPÍTULO 2 - A CRIAÇÃO DA FUNDAÇÃO RENOVA COMO “BOA GOVERNANÇA” DO DESASTRE DA SAMARCO/ VALE/ BHP BILLITON</b>	<b>63</b>
2.1 - ARQUITETURA DA GOVERNANÇA NO DESASTRE DA SAMARCO/ VALE/ BHP BILLITON	63
2.2 - A GOVERNANÇA E A RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA NA PAUTA AMBIENTAL	87
2.3 - A “BOA GOVERNANÇA” DO DESASTRE E O GOVERNO INDIRETO DAS EMPRESAS	91
<b>CAPÍTULO 3 – A ATUAÇÃO DA FUNDAÇÃO RENOVA EM MARIANA</b>	<b>96</b>
3.1 - A NARRATIVA SOBRE O DESASTRE	96
3.2 - A ECONOMIA DE VISIBILIDADES DO DESASTRE	105
3.2.1 - A reparação tabulada pelos indicadores da Fundação Renova	106
3.2.1.1 - Programa de Comunicação, participação, diálogo e controle social (PG06)	107
3.1.1.2 - Programa de Recuperação e Diversificação da Economia Regional (PG18)	109
3.1.1.3 - Programa de Estímulo à Contratação Local (PG20)	113
3.1.1.4 - Breves comparações analíticas	117
3.2.2 - (In)visibilidades controladas	118
3.2.2.1 - O Programa de Levantamento e Cadastro dos Impactados (PG01) e as classificações e categorias acionadas na gestão do desastre	120
3.2.2.2 - O Programa de ressarcimento e de indenização dos impactados (PG02) e a Fase de Negociação Extrajudicial em Mariana	123

3.3 - A FALTA DE AUTONOMIA DA FUNDAÇÃO E OUTROS DESDOBRAMENTOS DO CASO	126
3.3.1 - Práticas da Fundação Renova e desdobramentos da atuação jurídica	127
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>131</b>
<b>SOBRE OS CAMINHOS FUTUROS</b>	134
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>136</b>
<b>APÊNDICE: LINHA DO TEMPO</b>	<b>154</b>
<b>ANEXO</b>	<b>155</b>

## INTRODUÇÃO

### CONTEXTUALIZAÇÃO

Mariana é um município mineiro com aproximadamente 62 mil habitantes<sup>1</sup> (IBGE, 2021) que foi formado principalmente em torno da extração de ouro e, mais tarde, do minério de ferro. Tem 1.194,208 km<sup>2</sup> de extensão territorial (IBGE, 2021), possui 9 distritos, 28 subdistritos (ver figura 1) e localiza-se ao sul da Serra do Espinhaço, na região conhecida como Quadrilátero Ferrífero (PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA, 2022). Além da mineração, outras atividades são desenvolvidas em Mariana, como o artesanato em taquara<sup>2</sup>, couro, pedra-sabão, quartzito, madeira, conta-de-lágrimas<sup>3</sup>, pita<sup>4</sup> e sisal; a produção de leite e outros alimentos orgânicos; o ecoturismo; turismo nos centros históricos da sede, dos distritos e subdistritos; além da produção de comidas e bebidas típicas, como as cachaças de Águas Claras e Padre Viegas, a geleia de pimenta biquinho de Bento Rodrigues, os queijos de Paracatu, o cuscuz de Padre Viegas, os licores de Camargos e os doces de Águas Claras (PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA, 2022).

Ainda assim, o extrativismo se configura como a principal atividade no município. Trata-se de um tipo de extração de elementos da natureza em grande volume e com alta intensidade orientada para exportação, sem processamento ou com processamento mínimo (GUDYNAS, 2015). Uma das maiores empresas extrativistas de Mariana é a mineradora Samarco, fundada em 1974, com exploração de minério de ferro itabirítico (SAMARCO, 2021a). De acordo com a própria mineradora, o processo produtivo “permite que a Samarco transforme um material [...] com cerca de 40% de ferro e que antigamente era considerado estéril, em um produto [...] com teor em torno de 67% de ferro” (SAMARCO, 2022b).

<sup>1</sup> De acordo com informações do IBGE, em 2021 a população estimada do município de Mariana era de 61.830 habitantes. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/mariana/panorama>. Acesso em: 19/07/22.

<sup>2</sup> Nome comum de várias espécies de bambu.

<sup>3</sup> A conta-de-lágrima ou lágrima-de-nossa-senhora é uma planta nativa da Ásia, presente em todo o mundo, cujas sementes são utilizadas em artesanatos. Possui usos tradicionais também como diurético, para tratar reumatismo, edemas e dores articulares. Seu nome científico é *Coix lacryma-jobi L.*. Ver: CENTRO ESPECIALIZADO EM PLANTAS AROMÁTICAS, MEDICINAIS E TÓXICAS (CEPLAMT) / UFMG. *Conta-de-lágrima, lágrima-de-nossa-senhora (sementes)*. Disponível em: <https://www.ufmg.br/mhnpj/ceplamt/bancodeamostras/conta-de-lagrima/#:~:text=Distribui%C3%A7%C3%A3o%20geogr%C3%A1fica%3A%20Nativa%20da%20C3%81sia,reumatismo%2C%20edemas%2C%20dores%20articulares>. Acesso em: 10/11/2022.

<sup>4</sup> Planta também conhecida como piteira e gávia, é originária do México e Antilhas e tem propriedades curativas. No Brasil é considerada ornamental. Seu nome científico é *Agave americana L.* Ver: GREEN ME! *Pita e seu poder curativo*. Disponível em: <https://www.greenme.com.br/consumir/usos-beneficios/68024-pita-e-seu-poder-curativo/> Acesso em: 10/11/2022.

Figura 1 - Mapa político de Mariana (MG).

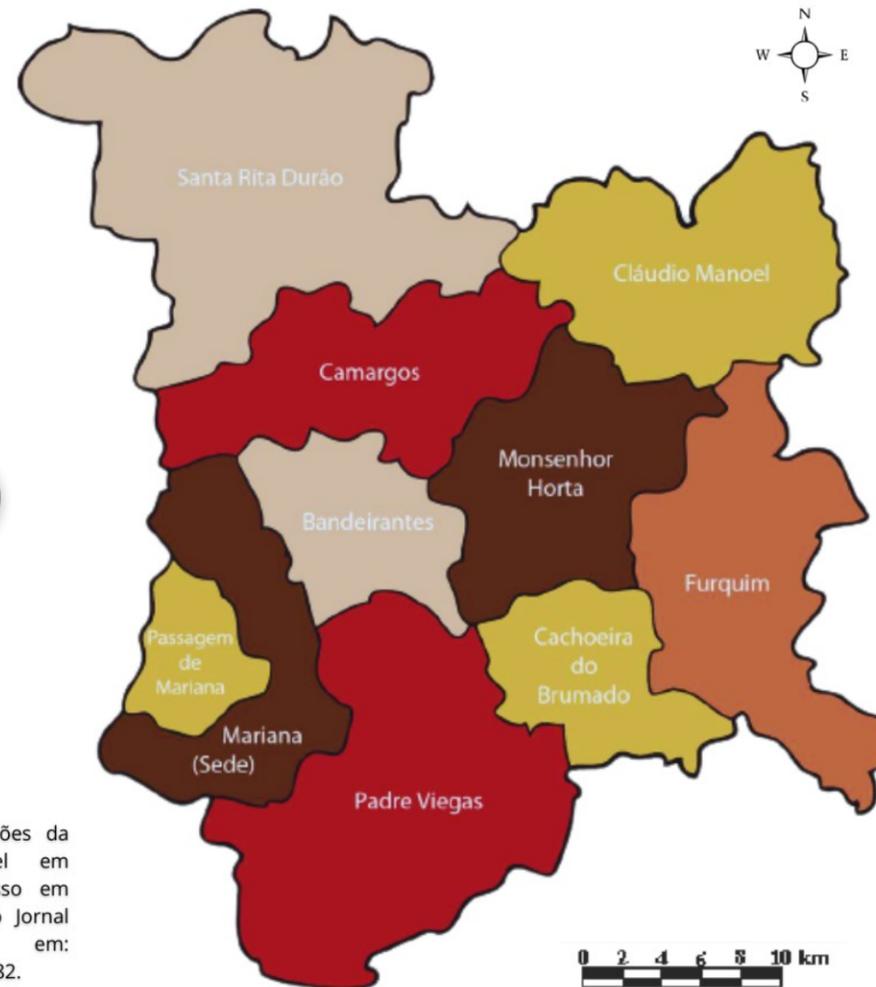


## Mariana (MG)



Elaborado por Jessica Silva a partir de informações da Prefeitura Municipal de Mariana (Disponível em <https://www.mariana.mg.gov.br/todos-distritos>. Acesso em 10/11/2022) e do mapa interativo produzido pelo Jornal Lâmpião em 2015, (Disponível em: <https://www.thinglink.com/scene/669958368164577282>. Acesso em 10/11/2022).

Elaborado por Jessica Silva a partir do mapa interativo produzido por Jornal Lâmpião, 2015. Disponível em: <https://www.thinglink.com/scene/669958368164577282>. Acesso em 10/11/2022.



### Mariana, MG, Brasil (distritos e subdistritos):

**Santa Rita Durão**  
Bento Rodrigues\*  
Alegria

**Camargos**  
Bento Rodrigues\*  
Bicas  
Fundão

**Cláudio Manoel**  
Águas Claras  
Campinas  
Padre Ribas  
Caldeireiro

**Monsenhor Horta**  
Paracatu de Baixo  
Paracatu de Cima  
Ponte do Gama

**Furquim**  
Cuiabá  
Pedras  
Margarida-Viana  
Paraíso  
Constantino  
Goiabeiras  
Craсто

#### Bandeirantes

#### Passagem de Mariana

**Cachoeira do Brumado**  
Barroca  
Borges  
Engenho Queimado  
Mundinho

**Padre Viegas**  
Vargem  
Engenho  
Serra do Lico  
Serra do Carmo  
Mainart  
Barro Branco

\*No portal da Prefeitura Municipal de Mariana, Bento Rodrigues aparece como subdistrito de Santa Rita Durão e de Carmargos.

As operações da Samarco em Mariana estão concentradas no Complexo de Germano, localizado entre Mariana e o município de Ouro Preto. Em Germano encontram-se as minas de Alegria, que receberam o nome da antiga fazenda onde estão localizadas, a Fazenda da Alegria (HUGO, 2017; SAMARCO, 2022b). O minério extraído das minas passa por processos de peneiramento, fragmentação (britagem e moagem), deslamagem (separação do minério e da lama), separação das partículas sólidas por suspensão e sedimentação em líquido (flotação e espessamento), estocagem e transporte através de minerodutos até o Complexo de Ubu, no município de Anchieta, no Espírito Santo, onde é transformado em pequenas pelotas (pelotamento) para transporte por navios (SAMARCO, 2022b).

Já o rejeito desse processo, ou seja, a lama separada durante o tratamento/beneficiamento, é armazenada. Atualmente a Samarco armazena o rejeito na Cava Alegria Sul, uma cratera de mineração desativada (SAMARCO, 2022b). Porém, até 5 de novembro de 2015, os rejeitos do Complexo de Germano eram depositados na barragem de Fundão, que se rompeu, formando uma onda de aproximadamente 50 milhões de metros cúbicos de lama que percorreu cerca de 600 km ao longo da bacia do Rio Doce entre Minas Gerais e Espírito Santo. O desastre deflagrado com o rompimento da barragem passou a ser vivenciado por mais de um milhão de pessoas (GESTA, 2021) e o modo como as instituições lidaram com o contexto crítico desencadeado se constituiu como outra forma de afetação (ZHOURI *et al*, 2017). A partir de um acordo judicial firmado em 2016, foi criada a Fundação Renova, uma fundação privada, mantida pelas mineradoras responsáveis por Fundão (Samarco e suas acionistas Vale S/A e BHP Billiton), para executar ações de reparação, compensação e indenização às pessoas atingidas através de 41 programas socioeconômicos e socioambientais (UNIÃO *et al*, 2016). Porém, a atuação desta fundação no município de Mariana é marcada por disputas de poder, coerção sobre as pessoas atingidas e tentativas de neutralização de conflitos e críticas.

## **JUSTIFICATIVA E OBJETIVOS**

Meu contato com a região é anterior ao rompimento da barragem, porque vivi até os 17 anos em um distrito de Ouro Preto, um município vizinho de Mariana. Cresci vendo o orgulho no semblante dos funcionários das mineradoras, quando andavam nas ruas uniformizados indo e voltando do trabalho. Fiz um curso técnico em mineração mesmo sem ter certeza se era o que queria para minha vida profissional, mas com a esperança de que nunca faltaria emprego nessa

área na minha região. Porém, os três anos de curso técnico, que coincidiram com o período em que conheci o movimento estudantil secundarista e os movimentos sociais, trouxeram incômodos que me levaram a seguir no tema da mineração em outra perspectiva. Quando concluí o técnico, ingressei na graduação em Ciências Socioambientais, alguns meses antes do rompimento da barragem de Fundão. Na graduação passei a fazer parte do Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais (GESTA/UFMG), onde passei a estudar o caso do desastre da Samarco/Vale/BHP Billiton.

Quando pesquisei a relação de dependência do município de Mariana com a mineração para elaborar minha monografia, num contexto em que a Samarco estava com suas atividades paralisadas e havia diminuído seu prestígio na cidade em decorrência da responsabilidade sobre o desastre, uma dúvida passou a me incomodar: A Fundação Renova poderia substituir a Samarco nas relações de poder estabelecidas em Mariana? Na época essa questão não foi abordada no trabalho de conclusão de curso, mas a dúvida cresceu, se tornou um projeto de mestrado com muitas perguntas de pesquisa (que iriam demandar mais que um mestrado para serem respondidas), mas que depois foram revisadas e condensadas em uma nova pergunta: O que a Renova renova? Nesse caso, tendo como hipótese, a partir das observações feitas, que a Fundação Renova mobiliza estratégias usadas pelas mineradoras em sua atuação no município de Mariana.

Nader (2020) já discutiu que um caminho comum nas Ciências Sociais é estudar os grupos vulneráveis, os expropriados, os pobres, os deserdados, os marginalizados, os afetados, os atingidos, analisando temas que nos comovem e nos indignam. Nesse caminho, muitas pesquisas têm versado sobre as afetações causadas aos atingidos pelo rompimento da barragem de Fundão, o que tem contribuído para a construção do conhecimento acerca dos desdobramentos do desastre em diferentes direções, mas principalmente sobre as vidas das pessoas atingidas. Igualmente importante é construir conhecimento sobre quem está no outro extremo dessa linha. Nader (2020) aponta o efeito estimulante de se estudar as elites e as corporações, aqueles poucos que têm poder de vida e morte sobre muitos. Diferentes autores têm discutido a importância desse olhar “para cima”, que busca examinar como as corporações se comportam dentro da ordem mundial capitalista, como se movimentam nas relações de poder e como acionam táticas coercitivas através da pacificação (WELKER, 2009; 2011; BENSON & KIRSCH, 2010; NADER, 1994; 2020; BRONZ, 2014; CASTILHO *et al*, 2014; HONKE, 2018).

Portanto, o objetivo geral desta pesquisa foi analisar como a Fundação Renova mobiliza estratégias corporativas em sua atuação no município de Mariana, tendo como objetivos

específicos compreender a base histórica que possibilita à Renova herdar relações de poder já consolidadas no município pelas mineradoras e identificar padrões de comportamento da Fundação em Mariana.

## **FERRAMENTAS E MATERIAIS**

Para responder à pergunta proposta e cumprir os objetivos traçados, a pesquisa foi realizada através de métodos qualitativos em diferentes frentes. Na execução da pesquisa foram feitas análises documentais, numa busca por informações que estabelecem, como comparado por Pimentel (2001), a montagem das peças, como num quebra-cabeça sobre a história da mineração e da Samarco em Mariana, o contexto do rompimento da barragem de Fundão e da criação e da atuação da Fundação Renova, e sua atuação em Mariana. Principalmente por se tratar de um processo ainda em curso, é importante demarcar as limitações do recorte temporal estabelecido, que compreende os anos de 2015 a 2020. Em alguns aspectos foi possível avançar, trazendo informações de 2021 que são relevantes para a pesquisa, mas em muitos momentos foi necessária uma priorização de conteúdo.

A partir do Portal da Transparência<sup>5</sup> da Fundação Renova, foram analisados relatórios de atividades e relatórios administrativos referentes aos anos de 2017, 2018, 2019 e 2020. Também foram analisados relatórios de monitoramento feitos pela Ramboll (empresa que presta assessoria técnica ao Ministério Público Federal analisando e avaliando os programas implementados pela Fundação Renova), referentes a 2017, 2018, 2019, 2020 e Fevereiro de 2021; documentos jurídicos relacionados ao caso (como ações civis públicas, acordos e decisões judiciais); quatro edições e quatro matérias *online* do jornal comunitário A Sirene e três edições do jornal criado pela Fundação Renova, Voz da Comunidade, comparando a narrativa da Fundação com queixas, denúncias e relatos das pessoas atingidas publicados pelo Jornal A Sirene. Ainda numa perspectiva etnográfica, foram analisadas gravações de quatro reuniões da Câmara Municipal de Mariana com participação da Fundação Renova, de empresas locais e associações comerciais locais em 2020 e 2021, buscando compreender como se dá a atuação da Fundação no diálogo com o poder público e com outros atores marianenses.

---

<sup>5</sup> Disponível em <https://transparencia-fundacaorenova.hub.arcgis.com/>. Acesso em 08/12/2021.

## O QUE ESPERAR?

O trabalho de dissertação está organizado em três capítulos, além de introdução, considerações finais e apêndice, e percorre desde as bases históricas e conceituais da relação do município de Mariana com a mineração até a atuação da Fundação Renova no contexto do desastre da Samarco/ Vale/ BHP Billiton. É importante destacar que, nomear o desastre, que também é chamado de “desastre da bacia do Rio Doce”, “desastre de Mariana”, “desastre da Samarco” etc, como “desastre da Samarco/ Vale/ BHP Billiton” é intencional para demarcar a responsabilização das três empresas. As demais formas de nomear não estão erradas, mas se referem a perspectivas diferentes, seja do ponto de vista da extensão dos danos ao longo da bacia do Rio Doce, do município onde a barragem estava localizada ou unicamente da empresa responsável pela barragem. A escolha de palavras vai depender do que se pretende evidenciar.

O capítulo 1, intitulado “Horizontes históricos e conceituais”, está dividido em dois grandes tópicos, sendo um deles com quatro subtópicos e o outro, menor, com um subtópico. Este capítulo inaugural resgata a história do município de Mariana entre os séculos XVII e XXI e sua relação com a mineração. Trata do contexto de criação do projeto Samarco pela Sociedade Anônima Mineração Trindade (SAMITRI), que depois consolidou a empresa Samarco em 1974; aborda o fortalecimento da mineradora no cenário neoextrativista mineiro, o início da operação da barragem de Fundão em 2008, as condições que levaram ao seu rompimento no dia 5 de novembro de 2015 e as primeiras medidas institucionais acionadas para gerir a crise.

Neste capítulo, utilizo muitos termos usados na mineração, mas com o cuidado de usar as notas de rodapé para explicá-los. Também apresento grande parte das bases conceituais da pesquisa, trazendo a discussão sobre a suposta “vocação minerária” de Minas Gerais (CARNEIRO, 2016); a *colonialidade do poder* (QUIJANO, 2005) e a economia colonial baseada na conquista e na violência expropriatória, chamada de *necroeconomia* (ARÁOZ, 2016); o extrativismo, suas diferentes gera es (GUDYNAS, 2015) e as *economias de enclave* (GUDYNAS, 2012); o *consenso das commodities* (SVAMPA, 2012) e o *discurso do desenvolvimento pela minera o* (COELHO, 2015); os ciclos de *boom* e *p s-boom* das *commodities* e sua rela o com os rompimentos de barragens (SVAMPA, 2012; 2013; MANSUR *et al*, 2016; GOMIDE *et al*, 2018); os conceitos de desastre (OLIVER-SMITH, 1999; MARCHEZINI, 2009; VALENCIO, 2014; ZHOURI *et al*, 2016a; 2018a) e de crise (VIGH, 2008); a Responsabilidade Social Corporativa (SVAMPA, 2012) ou Responsabilidade Social Empresarial (GODFRID, 2018) e a *harmonia coerciva* (NADER, 1994).

Tendo abordado o contexto do rompimento da barragem de Fundão e as primeiras afetações sobre as vidas das pessoas atingidas no primeiro capítulo, no capítulo 2 me dedico à analisar a criação da Fundação Renova no contexto da governança do desastre. O capítulo que recebeu o título “A criação da Fundação Renova como ‘boa governança’ do desastre da Samarco/ Vale/ BHP Billiton” está organizado em três tópicos e, assim como o primeiro capítulo, segue uma linha temporal dos acontecimentos relacionados ao caso. O tema de fundo deste capítulo é a governança e seu uso pelas corporações, questão analisada a partir das perspectivas de Zhouri (2008), Antonelli (2014), Pereira (2017), Deneault (2018), Orozco (2018), Acsehrad (2018) e Giffoni (2018).

Neste capítulo também são apresentados os 42 programas de reparação e compensação previstos no Termo de Transação e Ajustamento de Conduta (TTAC) de 2016 (UNIÃO *et al*, 2016) ratificados pelo Termo de Ajustamento de Conduta (TAC Governança) de 2018 (UNIÃO *et al*, 2018), e seus principais objetivos. Além do processo de criação da Fundação Renova, são apresentadas suas instâncias internas e externas conforme disposto em cada um dos acordos, TTAC (UNIÃO *et al*, 2016) e TAC Governança (UNIÃO *et al*, 2018). O uso de tabelas e fluxogramas foi pensado para condensar de forma didática essas informações. Vale mencionar que se trata de um capítulo com muitos termos jurídicos e siglas institucionais e, portanto, a lista de siglas e abreviações se torna um importante instrumento auxiliar na leitura.

O foco principal do capítulo, que é analisar a criação da Fundação Renova na perspectiva da “boa governança” do desastre, envolve o acionamento de autores que se dedicaram a estudar esse processo, como Zhouri *et al* (2017; 2018), Adams *et al* (2019), Melendi e Lopo (2021), e Dias Netto Júnior (2022). A Responsabilidade Social Corporativa aparece novamente neste capítulo, dessa vez na perspectiva analisada por Giffoni (2018), relacionada à uma *governança de longo alcance* (PARTRIDGE, 2011) ou um *governo indireto* das empresas (HONKE, 2018), instrumentalizado através da Fundação Renova em substituição de formas mais antigas de controle exercido pelas mineradoras no município. Tais questões são aprofundadas no capítulo 3, que adentra nas formas de atuação da Renova em Mariana.

O terceiro capítulo, intitulado “A atuação da Fundação Renova em Mariana”, aborda três padrões de ação da Renova identificados a partir da análise dos programas mencionados (Programa de Levantamento e Cadastro dos Impactados; Programa de ressarcimento e de indenização dos impactados; Programa de comunicação, participação, diálogo e controle social; Programa de Recuperação e Diversificação da Economia Regional com Incentivo à Indústria; e Programa de Estímulo à contratação local). Diferente dos capítulos 1 e 2, que estão organizados numa ordem cronológica, o capítulo 3 vai apresentar os marcos temporais por

programa analisado. Está dividido em três grandes tópicos relacionados aos padrões de ação, sendo que um deles possui um detalhamento em dois subtópicos que se desdobram relacionados aos programas.

Além de expor o *modus operandi* da Fundação Renova, no capítulo 3 são feitas comparações entre as estratégias mobilizadas pela Fundação e estratégias características de casos de licenciamento ambiental e implementação de projetos energéticos, de mineração e de desenvolvimento territorial (LI, 2007; PRATES, 2017; SANTOS *et al*, 2018; GODFRID, 2018; HONKE, 2018; TEIXEIRA *et al*, 2020), e de outras fundações criadas por empresas (BORGES *et al*, 2007; PANTOJA, 2018), na perspectiva das relações de *poder organizacional e poder estrutural* (WOLF, 2003). Após as Considerações Finais, onde são concluídas as análises e apontados possíveis caminhos futuros, há uma parte final do trabalho que traz como anexo uma linha do tempo construída com os principais marcos abordados na pesquisa.

## **CAPÍTULO 1 - HORIZONTES HISTÓRICOS E CONCEITUAIS**

O rompimento da barragem de rejeitos de Fundão, da mineradora Samarco, no dia 5 de novembro de 2015, em Mariana (MG), faz parte de uma série de acontecimentos que marcaram profundamente a história desse lugar e das pessoas que ali vivem. A relação do município com a atividade mineradora remonta aos primeiros grupos que fixaram residência na região do Ribeirão do Carmo para garimpo de ouro, entre o final do século XVII e início do século XVIII, passando à condição de Vila em 1711 e se tornando cidade em 1745, nomeada em homenagem à rainha D. Maria Ana d' Áustria (IBGE, 1959; SILVA, 2019). Porém, como veremos adiante, a mineração de ouro entrou em declínio e essa relação, marcada por continuidades e descontinuidades, foi atualizada com a exploração do minério de ferro a partir do século XX. Neste capítulo inaugural, pretendo apresentar os horizontes históricos e conceituais da mineração e da mineradora Samarco em Mariana, até chegar ao contexto do rompimento da barragem de Fundão e seus desdobramentos iniciais.

### **1.1 - A ESTEIRA DE PODER DA MINERAÇÃO**

#### **1.1.1 - Mineração de ouro: a primeira geração do extrativismo em Mariana**

Mariana foi a primeira cidade de Minas Gerais e, como mencionado acima, surgiu com a chegada de bandeirantes em expedição desde o litoral brasileiro, no final do século XVII, e do início da exploração de ouro na região (SOBREIRA, 2014). Nesse período, que podemos caracterizar, a partir de Eduardo Gudynas (2015), como a primeira geração do extrativismo, a mineração era feita principalmente pelo uso da força humana escravizada ou pela força animal, com uma limitada aplicação de tecnologias. Até meados do século XVIII a mineração de ouro orientou a organização territorial de Minas Gerais, mas a partir da segunda metade do século a mineração na região começou a decair, após o imposto do quinto (que era o recolhimento pela Coroa Portuguesa da quinta parte de todo o ouro extraído) e em decorrência do esgotamento dos depósitos aluvionares<sup>6</sup> superficiais (CARNEIRO, 2016).

“Em um primeiro momento, o ciclo do ouro foi impulsionado pela facilidade de extração, no entanto, as técnicas primitivas acabaram por assorear os corpos d'água, praticamente impedindo a retirada do ouro” (LAMIM-GUEDES, 2010, p. 104). Como a maior parte da extração era feita com métodos rudimentares, os trabalhadores das minas não estavam

---

<sup>6</sup> Depósitos aluvionares são áreas de acúmulo de sedimentos com tamanhos variados (cascalho, areia ou lama), onde é possível encontrar ouro e outros minerais.

preparados para minerar depósitos de mais difícil acesso e, assim, a falta de planejamento a longo prazo somada à rigidez da política tributária levaram as minas a um estado de quase inércia (SOBREIRA, 2014).

Lamim-Guedes (2010, p. 102) analisa que a região era descrita por viajantes naturalistas do século XIX como descuidada e melancólica, a partir do processo de decadência econômica e redução populacional. Em grande medida a degradação ambiental resultante da extração de ouro contribuía para essa visão negativa do lugar. Segundo Lamim-Guedes (2010, p. 105),

o Visconde Ernest de Courcy comenta sobre o isolamento existente entre Ouro Preto e Mariana, no início do século XVIII, sendo que a existência de uma outra povoação (Ouro Preto, nesse caso) foi possível de ser cogitada pelos Marianenses pelo fato do Ribeirão do Carmo apresentar-se barrento, por causa de atividade de mineração a montante. Nesta época, o Ribeirão do Carmo era chamado de Ribeirão Vermelho, justamente por causa da coloração de sua água.

Além disso, Lamim-Guedes (2010, p. 107) discute que o desmatamento causado para fornecer madeira e lenha, para abertura de estradas e para a plantação de roças (principalmente de milho, mandioca e feijão) no apogeu da extração de ouro, foi intensificado quando os garimpeiros deixaram a mineração e adotaram a lavoura e a pecuária. Ao longo do século XVIII, de acordo com Pereira *et al* (2015, p. 104), a economia mineradora “cedia ou intercambiava cada vez mais espaço com outras atividades econômicas, como a pecuária, a agricultura, o comércio e as artes mecânicas e liberais”, dando sinais de diversificação da economia local.

### 1.1.2 - Colonialidade do poder e a segunda geração do extrativismo em Mariana

Com a diminuição do peso da extração aurífera no conjunto da economia mineira, a descoberta de jazidas<sup>7</sup> de minério de ferro no início do século XX despertou a atenção das elites internacionais. Em 1910 foi realizado em Estocolmo, na Suíça, o XI Congresso Internacional de Geologia, em que foi apresentado um relatório brasileiro que citava e localizava no mapa de Minas Gerais jazidas calculadas em 10 bilhões de toneladas de minério (WISNIK, 2018). Consequentemente, teve início uma corrida entre estrangeiros para comprar terras em Minas

---

<sup>7</sup> “Ocorrência de minério em quantidade, teor e características físico-químicas (reservas) que, junto com condições suficientes de infraestrutura e localização, permitem a sua exploração econômica”. Ver: WINGE, M. Verbete: Jazida. In WINGE, M. *et al.*. *Glossário Geológico Ilustrado*. 2001. Disponível em: <http://sigep.cprm.gov.br/glossario/verbete/jazida.htm>. Acesso em: 03/08/2022.

Gerais, valendo-se da Constituição Republicana (que considerava os proprietários do solo como proprietários também do subsolo) para adquirir as jazidas já identificadas (WISNIK, 2018).

A cerca de 100 quilômetros de Mariana, Itabira, que possuía, até então, pequenas fábricas de ferramentas em ferro, foi alvo de compra de terras para exploração do minério de ferro em grande escala. Os proprietários locais, que desconheciam o valor das reservas minerais em seus terrenos, venderam-nos por valores ínfimos às grandes empresas inglesas, estadunidenses, alemãs e francesas (WISNIK, 2018). Do ponto de vista histórico, esse período pode ser compreendido na perspectiva da segunda geração do extrativismo (GUDYNAS, 2015). As mudanças na forma de minerar aumentaram o volume extraído em função do uso de tecnologias que superaram a força humana ou animal. “Em geral, são mudanças próprias da revolução industrial, [... que permitiram] aos extrativismos ingressar a novas zonas dentro de cada país e transportar até os portos volumes muito maiores” (GUDYNAS, 2015, p. 24).

Entretanto, a partir da instalação da Companhia Inglesa Itabira Iron Ore Company, em Itabira (MG), uma oposição por parte das autoridades brasileiras em geologia e mineralogia contra a venda direta do minério de ferro brasileiro para o exterior foi tomando dimensão nacional por volta de 1918, se estendendo pelas duas décadas seguintes. No bojo da agricultura, a lavoura de café, principal produto da exportação mineira naquele momento, estava estagnada. Por essa razão, Carneiro (2016, p. 260) discute que “o capital acumulado com a cafeicultura não pôde financiar a industrialização tardia em Minas na mesma magnitude em que o fizera, nas primeiras décadas do século [anterior], em São Paulo”. Nesse contexto, no início do século XX, as elites políticas nacionais se mobilizaram para atrair investimentos estrangeiros, com um projeto que visava a extração de minérios de alto teor (como ferro e manganês) e consequente impulso na indústria siderúrgica (CARNEIRO, 2016).

Wisnik (2018) resgata que, na década de 1930, durante o governo de Getúlio Vargas, o projeto de siderurgia nacional ganhou um lugar central através da nacionalização das reservas minerais (principalmente as jazidas de ferro) e da revisão do contrato assinado com a Itabira Iron Ore Company. O impasse sobre a companhia inglesa teve fim em 1942, após acordos entre os governos do Brasil, dos Estados Unidos e da Inglaterra, no contexto da Segunda Guerra Mundial, com a alta demanda por matérias-primas estratégicas para a indústria bélica. O empréstimo de 20 milhões de dólares do Eximbank ao governo brasileiro possibilitou o investimento na siderurgia — com a implantação, em 1941, da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) em Volta Redonda, no estado do Rio de Janeiro — e viabilizou os primeiros Acordos de Washington, em 1942 (WISNIK, 2018). A partir dessa negociação o governo

britânico transferiu as jazidas de minério de ferro da Itabira Iron Ore Company ao governo brasileiro; o governo estadunidense financiou o aparelhamento das minas itabiranas, a ampliação da Estrada de Ferro do Espírito Santo à Minas Gerais e o equipamento do porto de Vitória (ES); e o Brasil assumiu o compromisso de exportar 1,5 milhão de toneladas de minério de ferro por ano aos dois países (por um preço inferior ao do mercado) — para atender essa demanda, foi criada em 1942 a Companhia Vale do Rio Doce S.A. (WISNIK, 2018).

Em Mariana, de acordo com Rinara Hugo (2017), ainda no século XIX foram descobertas maciças reservas de minério de ferro na Fazenda da Alegria, de propriedade do Capitão Manoel Pedro Cota, que já havia sido palco da extração de ouro durante o século anterior. Mesmo com o início da exploração do minério de ferro, a fazenda da Alegria continuou sendo ponto de encontro entre os fazendeiros da região até o começo do século XX (HUGO, 2017). Depois, foi vendida ao grupo luxemburguês *Aciéries Réunies de Burbach - Eich- Dudelange Société Anonyme* — Siderúrgicas Reunidas de Burbach-Eich-Dudelange Sociedade Anônima — (ARBED), passando, em 1940 a ser propriedade da ramificação brasileira do grupo ARBED, a Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira (CSBM)<sup>8</sup>. Doze anos depois, em 1952, a CSBM adquiriu a Sociedade Anônima Mineração Trindade (SAMITRI) e transferiu seus direitos sobre os terrenos da Fazenda da Alegria, em Mariana, para exploração pela SAMITRI.

Carneiro (2016) analisa o período de industrialização e acumulação acelerada em Minas Gerais, ocorrido entre o final dos anos 1960 e o início dos anos 1970. Nesse período, em que o Brasil era governado por uma ditadura civil-militar (que durou de 1964 a 1985), a resistência aos novos empreendimentos foi duramente reprimida, favorecendo a pilhagem — a distribuição injusta de recursos praticada pelos fortes às custas dos fracos (NADER; MATTEI, 2013). A abertura ao capital estrangeiro incluiu Mariana nos projetos de novas instalações de extração de minério de ferro, fazendo com que o município voltasse à rota da mineração e passasse a contribuir com a maior parte da arrecadação dos impostos e contribuições na região (CARNEIRO, 2016; SILVA, 2018).

A solução para industrialização encabeçada pelas elites mineiras contou com recursos de empresas multinacionais, atraídas pela abundância de minerais e pela “inexistência de

---

<sup>8</sup> Em 1921 o grupo ARBED estabeleceu a Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira em Sabará, Minas Gerais, Brasil, como parte de suas estratégias para desenvolver alcance internacional. Na época o grupo ARBED já era considerado um grande produtor regional de aço e focou na expansão internacional. Até 1997 não havia mais altos-fornos em operação em Luxemburgo, mas o grupo se manteve como importante ator internacional. Em 2002, ARBED se fundiu com a siderúrgica espanhola *Aceralia* e com a siderúrgica francesa *Usinor*, dando origem à siderúrgica Arcelor. Quatro anos depois, em 2006, a empresa *Mittal Steel* adquiriu a Arcelor, o que levou à criação da ArcelorMittal. Ver: ARBED. História. Disponível em <https://stringfixer.com/pt/Arbed>. Acesso em 06/06/2022.

restrições e controles públicos sobre os danos ambientais das atividades desenvolvidas” (CARNEIRO, 2016, p. 262). Sobre esse aspecto, numa perspectiva mais geral, Aráoz (2016) explica que o extrativismo impõe, através da divisão internacional do trabalho, a geometria do poder inerente à dinâmica da acumulação/ dominação de capital. Assim, os investimentos de empresas multinacionais em Minas Gerais não trouxeram apenas dinheiro estrangeiro, mas também uma agenda de interesses e objetivos próprios. De acordo com Carneiro (2016), seguindo a expansão da economia mundial, esse processo colocou Minas Gerais na função de produtora de bens intermediários ligados ao *complexo mineiro-siderúrgico*. O discurso da “vocação minerária”, como um “dom natural” do território, teria ocultado

o caráter intencional e classista da consolida o do complexo mineiro-siderúrgico e do gigantesco processo que, em marcha acelerada, requer a espolia o ambiental e territorial de popula es, comunidades e povos tradicionais, produzindo, assim, enormes massas de proletários rurais e urbanos, força de trabalho cuja remunera o sempre esteve muito abaixo do que seria necessário   sua reprodu o (o que configura mais uma decisiva “vantagem comparativa” ofertada aos capitais investidos no complexo mineiro-siderúrgico) (CARNEIRO, 2016, p. 262-263).

Para além de Minas Gerais, considerando um contexto mais abrangente, Aráoz (2016, p. 13) analisa que as representa es dominantes sobre toda a América envolviam “seu ambiente geofisico e sua paisagem, contendo riquezas ilimitadas, inesgotáveis; tão ricas que despertavam todas as cobi as; tão generosas, que convidavam para a tarefa voraz de uma explora o têm também concebida infinita” (minha tradu o). Segundo Quijano (2005, p. 117), a América Latina se constituiu como o primeiro espaço de um padrão de poder de voca o mundial, a partir das classifica es adotadas pelos colonizadores baseadas na ideia de raça, e da articula o das formas de controle do trabalho, de seus recursos e produtos, em torno do mercado mundial. No mesmo sentido, Aráoz (2016) recupera as origens da ordem extrativista na América Latina desde o surgimento da *necroeconomia*<sup>9</sup> do capital (a economia colonial que teve como base a conquista, a violência expropriatória, a explora o dos corpos e dos territórios), e explica que, através do manejo dos meios de violência, a *necroeconomia* possibilitou a incorpora o da América Latina no mercado mundial como “espaço abismal periférico, território colonial por

---

<sup>9</sup> Aráoz (2016, p. 13) explica que a proposta do conceito de *necroeconomia*   um contraponto ao conceito de *bioeconomia* — elaborado por Nicolas Georgescu Roegen em “Economía y Naturaleza” (1996) —, buscando explicar o antagonismo entre a economia da natureza e a economia do capital. Ver: ARÁOZ, H. M. Crisis ecológica, extractivismo y necroeconom a, la religión oficial del capital. In: Boletín Oteaiken n  13: Boletín sobre Prácticas y Estudios de Acción Colectiva. Programa de Estudios sobre Acción colectiva y Conflicto Social, Centro de Estudios Avanzados, Universidad Nacional de Córdoba, Córdoba, Mayo de 2012.

excelência; projetado e construído desde o início como um território propriamente mineiro<sup>10</sup>: uma área de pura e mera extração” (ARÁOZ, 2016, p. 13, tradução minha).

Aráoz (2016, p. 17) também argumenta que o extrativismo permite o restabelecimento do poder pós-colonial sem que as estruturas sociais do período colonial sejam afetadas, possibilitando, assim, a dominação exercida pelas elites nacionais através do aprofundamento das economias extrativistas “herdadas” da colônia. “Suas posições de poder e seus modos de dominação [...] dependerão estruturalmente desse mesmo padrão de organização/ exploração socioterritorial” (ARÁOZ, 2016, p. 18, tradução minha). Criando um contexto propício, segundo Quijano (2002, p. 17), o nacionalismo latino-americano foi constituído leal “a uma identidade estabelecida ou assumida pelos beneficiários da colonialidade do poder, à margem e não poucas vezes contra os interesses dos explorados/ dominados pelo colonialismo e capitalismo”. Dessa forma, a colonialidade do poder permanece ativa porque “faz parte do contexto global dentro do qual ocorrem os processos que afetam todos os espaços concretos de dominação” (QUIJANO, 2002, p. 13). Ou seja, mesmo após o fim do regime colonial, as formas da colonialidade do poder são reproduzidas estruturalmente nas relações político-territoriais.

### 1.1.3 - Economia de enclave: a origem da Samarco nas relações de poder

Historicamente, há um processo de mudança geográfica da localização das minerações em função da exaustão de jazidas, da evolução dos meios de transporte, da evolução técnica do maquinário, do desenvolvimento de tecnologias para explorar minérios com baixa concentração mineral, da conjuntura política e econômica dos países, e das alterações de demandas estabelecidas por diferentes mercados consumidores (LAMOSO, 2001, p. 128). A história da mineradora Samarco é imbricada com a história da Sociedade Anônima Mineração Trindade (SAMITRI) porque a Samarco foi criada como um projeto da SAMITRI, como discutirei adiante, para possibilitar o crescimento da exportação de minério de ferro mineiro.

---

<sup>10</sup> Aqui cabe resgatar uma análise já feita por Silva (2019, p. 26) acerca do gentílico “mineiro”: “[...] “Impõe-se há séculos uma qualificação profissional (o sufixo *eiro* designa em português o agente de um ofício) e não um patronímico. Mencionando como alternativas não desprimorosas “brasiliense” ou “brasilês”, Bezerra de Menezes é categórico: “Em bom português, ser brasileiro é como ser pedreiro, porteiro, sapateiro, bodegueiro: um meio de vida”. Brasileiro era o português que vivia da exploração do Brasil (SODRÉ, 2000, p. 83-84) \*\*\*”. Na mesma linha, é possível analisar o gentílico de quem nasce em Minas Gerais, o mineiro. O mesmo sufixo utilizado para aquele que nasce no Brasil, que indica o agente de um ofício, declara que em Minas Gerais nascem mineiros, profissionais da mineração”.

\*SODRÉ, Muniz. *Claros e Escuros: Identidade, povos e mídia no Brasil*. 2ª edição. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

“A produção da Samitri abastecia a siderúrgica Sabará, da Companhia Siderúrgica Belgo Mineira (CSBM). Com a redução da demanda, após a Segunda Guerra Mundial, a CSBM adquiriu a mineradora para verticalizar suas atividades” (LAMOSO, 2001, p. 132). Essa medida é característica do modelo de desenvolvimento extrativista, marcado por grandes empreendimentos, investimentos intensivos de capital por grandes empresas transnacionais e efeitos sociais, econômicos e ambientais nos territórios em que são implementados. Esses projetos instalam uma dinâmica vertical que fragmenta e desterritorializa áreas dos territórios e cria *economias de enclave*, com pouca ou nenhuma conexão com as cadeias locais de produção (GUDYNAS, 2012; SVAMPA, 2013; ARÁOZ, 2016). A instalação da mineradora SAMITRI, em Mariana, na década de 1960 atraiu muitas pessoas de cidades vizinhas que buscavam trabalho. Hugo (2017, p. 42-43), relata que pouco após o início das atividades na Mina de Alegria, a empresa

construiu, organizou e gerenciou as vilas para a habitação dos funcionários, suportando toda a infraestrutura, como ruas, rede de esgoto, energia elétrica, além da estrutura social, de comércio e serviços, como escola, áreas de lazer, posto de saúde, igreja, centro cívico e demais estruturas necessárias à fixação dos seus funcionários. [...] A SAMITRI, ao instalar-se na região, trouxe consigo atores sociais e estabeleceu relações de poder na comunidade, de acordo com seus interesses ou como reflexos de suas ações. [...] Através dos diversos fluxos de trocas, os indivíduos foram se conectando e formou-se então, um grupo com representatividade, tornando-se a comunidade um ator coletivo na Mina de Alegria. Já a SAMITRI, mostrou-se como um ator que detinha o poder de controlar os recursos naturais do espaço, bases materiais essenciais para a consolidação do poder de determinado grupo no espaço.

A autora se debruça sobre a experiência dos moradores da extinta Vila Nova e aponta que a observação que esses tinham sobre aspectos eventualmente negativos na vila, como acidentes de trabalho, condições de trabalho inadequadas e destruição da natureza, tinha sua relevância suprimida pela gratidão daquela população pelos empregos gerados pela mineradora. “Considerando o respaldo jurídico de muitas das práticas exercidas pela SAMITRI na comunidade, o que a empresa fazia foi visto como ‘gentileza’ por parte dos seus empregados, fazendo com que estes a admirem por cada assistência dada aos mesmos e à sua família” (HUGO, 2017, p. 45). Tal situação dialoga com a análise de Baviskar (2003) sobre os reassentamentos municipais na periferia de Delhi, na Índia, porque de forma geral, o modelo de desenvolvimento envolve uma relação dicotômica de resistência e consentimento. Ainda que as condições de trabalho fossem inadequadas, a destruição da natureza e os problemas de infraestrutura fossem percebidos e causasse incômodo e mobilização popular, o desejo pela permanência no emprego e a construção positiva no imaginário sobre a assistência oferecida

pela empresa, faziam com que muitas pessoas da Vila Nova — assim como no caso de Delhi — deixassem a resistência coletiva em prol do ganho individual, aceitando e até defendendo o empreendimento por meio do qual as relações de dominação e subordinação eram colocadas (BAVISKAR, 2003). A ideia do desenvolvimento aciona imagens do futuro como promessa, gerando expectativas de melhoria de vida e de conquistas, ou seja, ela manipula desejos, uma vontade de progresso (LI, 1999) que vai além da violência e da coerção física.

Em 1962, a SAMITRI estabeleceu um contrato com a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), objetivando aumentar as exportações de minério de ferro através de concessões de uso da ferrovia Vitória-Minas e do porto marítimo de Tubarão, no estado do Espírito Santo (AZEVEDO, 2005). “Para tanto, ambas as partes realizaram investimentos específicos [... na extração de minério e no ramal ferroviário], o minério de ferro seguia até o porto de Tubarão-ES, juntando-se ao fluxo de transporte de minério de ferro vindo de Itabira, explorado pela própria CVRD” (AZEVEDO, 2005, p. 128). Mais tarde, em 1971, a SAMITRI se uniu à empresa Marcona Corporation, criando o projeto Samarco, para beneficiamento de itabirito com teor de ferro aproximado de 70% (SAMARCO, 2021a). A Samarco foi criada em 1974 e iniciou suas operações em Mariana em 1977; no mesmo ano a Marcona Corporation foi adquirida pela Utah Internacional Inc., e a Samarco passou a ser de propriedade da SAMITRI e da recém-formada Utah-Marcona Corporation (SAMARCO, 2021b).

A Samarco foi criada na conjuntura do incentivo às exportações de minério de ferro e a agregação de maior valor à matéria prima, parte da política econômica implantada pelo Governo do Presidente Ernesto Geisel. Das explorações da Samitri, acumulou-se o itabirito, um rejeito até então sem aproveitamento econômico por ser um minério de ferro de baixo teor, comumente descartado. Para aproveitar o itabirito, a Samitri aproximou-se da empresa Marcona, que já possuía *know how* aplicado nas minas do Peru. A constituição da Samarco resultou da associação da Samitri com a Marcona para aproveitar o itabirito da mina de Germano, no Quadrilátero Ferrífero. A participação da Marcona foi substituída, posteriormente, pela Utah, que foi comprada pela General Electric (GE). A GE ficou dois anos na Samarco, quando vendeu seus ativos para a mineradora australiana Broken Hill Proprietary (BHP) (LAMOSO, 2001, p. 132).

O estudo de Hugo (2017) aponta para a mudança na forma de atuação da SAMITRI a partir de 1982, quando, em decorrência da expansão das atividades da empresa, os funcionários e suas respectivas famílias foram retirados das vilas operárias e reassentados em comunidades vizinhas. “O sistema de gestão da comunidade era de competência da empresa. A Samitri tinha o poder político e total influência sobre a comunidade, mantinha o controle burocrático da comunidade, e tinha então, seu objetivo velado, de manter a comunidade a seu serviço” (HUGO, 2017, p. 50). Como discutido por Acselrad (2018, p. 53), ao oferecer “como favor o

que é dever do Estado garantir, como direitos à saúde e à educação, as corporações tornam-se quase-Estados”, regulando as condições sob as quais as pessoas vivem suas vidas e criando, dessa forma, sujeitos governáveis (LI, 1999). Após o reassentamento, a relação entre os moradores das vilas operárias e a SAMITRI passou a ser intermediada por ações ligadas à responsabilidade social da empresa — um dos eixos do discurso neoliberal analisados por Svampa (2012), sobre o qual falarei na segunda parte deste capítulo.

Retomando o horizonte histórico, no início da década de 1980 a SAMITRI operava quatro minas de minério de ferro em Minas Gerais: Alegria, em Mariana; Córrego do Meio, em Sabará; Morro Agudo, nos municípios de Piracicaba e Santa Bárbara, e Andrade, em Itabira. Já a Samarco, operava uma mina de minério de ferro em Mariana, a mina do Germano (MULTINACIONAIS, 1987). Em 5 de abril de 1987, o Jornal de Brasília publicou uma reportagem intitulada “Multinacionais monopolizam mineração”, apontando, não apenas o posicionamento favorável do Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM), na época, em atrair capital privado para o setor mineral, como também o panorama das principais mineradoras em operação no Brasil (MULTINACIONAIS, 1987). De acordo com a reportagem, um dos maiores grupos corporativos que atuavam no país, naquela conjuntura, era o Grupo ARBED — que possuía participação na Companhia Siderúrgica Belgo Mineira (CSBM), na Sociedade Anônima Mineração Trindade (SAMITRI) e na Samarco Mineração.

A ARBED iniciou suas atividades no Brasil em 1921, associando-se à Companhia Siderúrgica Mineira, e [em] 1980, as duas empresas participaram com 10,8% da produção nacional bruta de minério de ferro (Samitri: 6,2% e Samarco: 4,6%), ocupando o 3º lugar entre os maiores produtores.

[...] O minério de ferro produzido pela Samitri e Samarco [era], em sua quase totalidade, exportado para a Alemanha Ocidental, Bélgica e Estados Unidos. Em 1980, a exportação total por essas duas empresas foi de 6,6 milhões de toneladas. [...] No entanto, desde o início de suas operações, tanto a Samitri como a Samarco [vinham] apresentando prejuízos, devido à retração no mercado de ferro (MULTINACIONAIS, 1987, p. 9).

Eduardo Gudynas (2016, p. 27) explica que os extrativismos são sempre locais (porque a mineração acontece em lugares específicos), mas ao mesmo tempo estão atrelados à globalização e à uma cadeia de comercialização que se desdobra internacionalmente. Exemplo disso é que durante as três décadas que sucederam o fim da Segunda Guerra Mundial (entre 1946 e 1974), o grupo ARBED desenvolveu suas siderúrgicas e minas de ferro em Luxemburgo e ampliou suas atividades em nível internacional, culminando na criação da mineradora Samarco no Brasil. A dinâmica de expansão vertical adotada pelo grupo ARBED se

caracterizou pelo que Antonelli (2014) chama de eficácia *glocal* (global-local). Os novos extrativismos em Luxemburgo, no Brasil e nos demais países-alvo do grupo eram locais, mas se interligavam globalmente, sendo ordenados pelas decisões e flutuações de mercado a nível internacional.

#### **1.1.4 - Desdobramentos da terceira geração do extrativismo: a Samarco no contexto do neoextrativismo**

Segundo Alimonda (2012, p. 19), a integração dos países latinoamericanos ao mercado internacional como exportadores de matérias-primas foi frustrante, “porque a economia [ficou] dependendo da dinâmica de ciclos externos sobre os quais não tinha controle, as rendas [ficaram] concentradas social e regionalmente, os mercados internos [foram] limitados, e não se [incorporou] progresso técnico”. Na mesma direção, Araújo (2016) analisa que, nessa relação com o mercado mundial, as verticalidades extrativistas são impostas sobre territorialidades horizontais, que conseqüentemente perdem seus traços comunais, seus circuitos produtivos, suas práticas e seus significados. As economias regionais são desestruturadas, aumentando a dependência dos territórios com “os de cima”<sup>11</sup>, que controlam o mercado internacional.

Bebbington (2007) afirma que desde a década de 1990, a combinação dos altos preços dos minérios, as inovações tecnológicas que permitiram explorar jazidas<sup>12</sup> onde antes não era possível e as reformas institucionais para o setor, têm colocado a mineração na América Latina como uma das fronteiras mais atrativas para o investimento regional e internacional. Gudynas (2015) explica que as alterações na forma de mineração ocorridas no final do século XX e que seguiram pelo século XXI são características da terceira geração de extrativismo. Nesse tipo de extrativismo, o consumo de energia, água e recursos é maior que nas gerações anteriores. “São esses os extrativismos mais comuns na atualidade, e em torno dos quais se geram a maior parte dos conflitos na América Latina. Esta é a geração que corresponde à mega mineração a céu aberto” (GUDYNAS, 2015, p. 24).

Zhou (2019, p. 49) analisa que, nesse contexto, foram abertas novas fronteiras econômicas sobre florestas e sobre os territórios de povos e comunidades tradicionais,

---

<sup>11</sup> No mesmo sentido usado por Laura Nader para se referir às elites. Ver: NADER, Laura. Para cima antropólogos: perspectivas ganhas em estudar os de cima. Tradução feita por Mirian Alves e Wellington Santos do original “Up the Anthropologist: perspectives gained from studying up”. Revista Antropolítica, n. 49, Niterói, p.328-356, 2. quadra. 2020. p. 328 - 356.

<sup>12</sup> Áreas em que as rochas, minerais ou elementos químicos de interesse econômico estão concentrados e são extraídos de acordo com o teor de concentração e a tecnologia disponível.

“enquanto áreas mais tradicionais da mineração, como o Quadrilátero Ferrífero, em Minas Gerais, se tornaram mais vulneráveis à ocorrência dos desastres”. Debruçada sobre esse processo, Svampa (2013) discute o ingresso da América Latina numa nova ordem econômica, política e ideológica, de base neoliberalista, sustentada pelo *boom* das *commodities* no fim dos anos 1990, em que a alta demanda internacional por matérias-primas fez com que os preços do minério de ferro se mantivessem acima da média histórica. Isso propiciou um processo de reprimarização das economias latinoamericanas, que direcionaram seus investimentos para as atividades extrativistas de pouco valor agregado, ou seja, com pouco ou sem nenhum beneficiamento e voltadas principalmente para exportação. O *boom* das *commodities* é caracterizado como o período

no qual os preços das matérias-primas se mantiveram acima da média histórica, em um ciclo de alta dos preços dos produtos primários (minerais e agrícolas). A partir do início dos anos 2000, a China passa a ser o grande consumidor mundial de matérias-primas. Com investimentos em sistemas de eletricidade, transportes e habitação, a China seguiu o caminho da industrialização de média e baixa tecnologia com intenso consumo de recursos naturais. A alta demanda por *commodities* minerais está diretamente conectada aos investimentos chineses em infraestrutura, que são grandes demandantes de minerais como o minério de ferro e o cobre, o que elevou vertiginosamente os preços das *commodities* em geral. O enriquecimento de partes da população mundial, particularmente na China, pressionou os preços das *commodities* para cima. Ainda, é preciso considerar a influência da especulação em mercados financeiros nos preços das matérias-primas, que servem como objeto de negociação em mercados futuros e derivativos, o que colaborou também para a elevação dos preços das matérias-primas. Este movimento de transformação tornou, durante o período, superavitária a balança comercial dos países primário-exportadores. Assim, países especializados na exportação de matérias-primas obtiveram vantagens comparativas no intercâmbio internacional durante esse período, o que levou, em muitos casos, à especialização na exportação de matérias-primas, o que causou fenômenos como a reprimarização das exportações e a desindustrialização (GOMIDE *et al*, 2018, pp. 44-45).

Alimonda (2012) argumenta que a América Latina passou a exportar cada vez mais *commodities* e a importar os bens industriais para consumo interno, aumentando o endividamento dos países. A partir da política econômica sustentada pela alta dos preços internacionais das matérias-primas e bens de consumo (o chamado *consenso de commodities*), Svampa (2012) investiga a dinâmica de expropriação de terras, recursos e territórios que contribui para a consolidação desse modelo de desenvolvimento baseado na economia extrativista e que cria simultaneamente formas de dependência e dominação.

Mesmo quando essas nações tentam se libertar de sua herança colonial, isto é, sua dependência da exportação de produtos primários, por meio da implementação de

planos de desenvolvimento voltados para a diversificação de suas economias, elas geralmente precisam de moeda estrangeira para o conseguir. Mas só podem acessar moedas estrangeiras exportando produtos primários, o que aumenta novamente sua dependência de exportações (SVAMPA, 2012, p. 43, minha tradução).

Em 2000 a Vale S/A — antiga Companhia Vale do Rio Doce (privatizada em 1997 durante o governo de Fernando Henrique Cardoso) — adquiriu a SAMITRI, assumindo também as ações da Samarco que pertenciam à SAMITRI (VALE, 2000). Após uma fusão entre a mineradora australiana BHP e a inglesa Billiton, em 2001, a Samarco passou a ser controlada pela *joint venture*<sup>13</sup> entre Vale S/A e BHP Billiton Ltda. (SAMARCO, 2021b). Durante a primeira década dos anos 2000 as importações globais de minérios cresceram 630%, passando a movimentação de 38 bilhões de dólares para 277 bilhões (MANSUR et al, 2016).

Foi nesse contexto que, em 2008, a Samarco iniciou a operação da barragem de Fundão, próxima às barragens de Germano e Santarém, para receber os rejeitos<sup>14</sup> de minério do Complexo de Germano. Antes de Fundão, a Samarco depositava os rejeitos na barragem de Germano (construída em 1976) e na cava<sup>15</sup> inativa de Germano, mas “como a capacidade dos dois reservatórios estava no limite [...] e a produção da mineradora aumentava ano a ano, ela decidiu construir no vale do córrego de Fundão, grudado à barragem de Germano, um novo reservatório” (BERTONI *et al*, 2016).

Em 2012 o Brasil era o principal exportador de minério de ferro no *ranking* mundial, de acordo com o Instituto Brasileiro de Mineração (2012). Porém, como já analisado (SILVA, 2019, p. 12),

no mesmo ano a China anunciou planos para reequilibrar sua economia, que envolveram a diminuição na importação de metais básicos (como alumínio, cobre e minério de ferro), e os Estados Unidos da América, que ainda não haviam se recuperado da crise econômica de 2008, também importavam em taxas reduzidas. A diminuição na importação desses dois países – os maiores importadores de ferro e aço, segundo a Organização Mundial do Comércio (OMC, 2017) – desestabilizou as exportações brasileiras e gerou excedentes de minério no mercado, fazendo com que os preços caíssem nos anos seguintes.

---

<sup>13</sup> Expressão em inglês que significa “articulação com riscos”, se refere ao acordo feito entre duas ou mais empresas em que “as companhias concordam em unir seus recursos para o desenvolvimento de um negócio conjunto e dividem os resultados, sejam eles lucros ou prejuízos” (DICIONÁRIO FINANCEIRO. *Joint venture*. Direito. Disponível em: <https://www.dicionariofinanceiro.com/joint-venture/>. Acesso em: 07/08/2022).

<sup>14</sup> O rejeito de minério consiste em material com baixo teor de concentração abaixo daquele comercializado pela mineradora, que é dispensado durante o beneficiamento, podendo ser explorado posteriormente.

<sup>15</sup> A cava é a cratera de onde o minério é retirado quando a exploração é feita a céu aberto (existem também minas subterrâneas). Algumas são tão extensas e profundas que podem ser vistas do espaço, como mostra Paulo André Vieira na notícia “As cicatrizes do planeta vistas do espaço”, publicada por ((o))eco em 2013. Disponível em: <https://oeco.org.br/noticias/27194-as-cicatrizes-do-planeta-vistas-do-espaco/>. Acesso em: 21/07/2022.

A reação das mineradoras foi reduzir custos e intensificar a exploração como forma de aumentar a produtividade (a relação entre volume de minério extraído e recursos consumidos), mas com consequentes diminuições em operações de segurança. O plano de segurança para proteção de funcionários e comunidades, no caso de rompimento de uma barragem, e o plano para emergências médicas, contratados pela Samarco à *Rescue Training International* respectivamente em 2009 e 2012 nunca foram colocados em prática (WERNECK, 2015 *apud* MANSUR *et al.*, 2016, p. 22).

Bertoni *et al.* (2016) resgatam que, em abril de 2009, quatro meses após o início da operação da barragem de Fundão, houve um vazamento de um metro de diâmetro no dique 1 da barragem, próximo da saída do dreno principal, devido ao uso de material não previsto no projeto. Os canos de drenagem foram vedados e a Samarco construiu um “tapete”, formado por brita e areia, que receberia a água presente nos rejeitos e a descarregaria em uma calha. Em maio de 2009, durante as obras no dique 1, a Samarco construiu um dique interno (dique 1A), para ter onde depositar os rejeitos sem interromper a extração, além de isolar a área de trabalho do dique 1 (BERTONI *et al.*, 2016). Porém, os autores mostram que o dique 1A também teve problemas estruturais, porque

o dique 1A estava muito perto do dique 1 (apenas 120 metros separavam um do outro). Como ele recebeu lama e seu nível de água ficou elevado, criou-se uma situação de risco (o projeto pedia distância mínima de 200 metros da água no fundo até a parede principal de Fundão). Com muita água, que acarretou elevação de pressão, foi necessário construir um reforço com blocos de pedra para evitar que o dique 1A caísse. Em abril de 2010, o tapete já estava pronto, Fundão retomou sua operação e a estrutura começou a crescer (BERTONI *et al.*, 2016).

A matéria especial de Bertoni *et al.* para o Jornal Nexo (2016) também relata que, em julho de 2010 a operação de Fundão foi interrompida novamente, porque, devido à erros na construção da barragem, juntas se abriram na estrutura e permitiram que o rejeito passasse para dentro da tubulação de drenagem (a galeria principal), e as águas superficiais do dique 2 não puderam ser drenadas para o dique 1. Como solução, a Samarco abriu um canal na parte superior da barragem, ligando os diques 1 e 2 para escoamento das águas superficiais, enquanto a galeria principal era reparada. Para isolar a área de reparo da galeria principal, a Samarco criou o Dique 1A. “Em 27 de janeiro de 2011, esse dique se rompeu [...]. A solução encontrada pela Samarco foi tampar a galeria principal na lateral direita e criar na borda da barragem um

novo sistema para extravasar a água, chamando de sistema auxiliar” — uma solução que se mostrou insuficiente no ano seguinte (BERTONI *et al.*, 2016).

Somando-se aos problemas observados na estrutura de Fundão, a pilha de estéril<sup>16</sup> da Vale, localizada ao lado da barragem de Fundão, escoava água das chuvas na lateral da barragem, afetando sua estabilidade e provocando vazamentos — um problema também identificado em 2012 (BERTONI *et al.*, 2016).

Para resolver os problemas de drenagem no local, agravados pela água oriunda da pilha da Vale, a Samarco recuou em outubro daquele ano a parede da barragem no canto esquerdo, em 80 metros. A parede do reservatório, então em linhas retas (como era previsto em seu projeto original), formou um desenho parecido com um "S". [...] Durante as investigações, os diretores da Samarco afirmaram que o recuo foi feito sem projeto. Em novembro de 2012, houve a abertura de um buraco em cima da galeria secundária, vazamentos e carregamento de rejeitos de dentro para fora da estrutura. Fundão estava com 860 metros (em relação ao nível do mar). No mês seguinte, o recuo avançou mais de 70 metros para dentro do reservatório, totalizando 150 metros sobre a lama. A medida desrespeitava novamente a exigência do projeto para que a praia mínima tivesse 200 metros (a distância era necessária para manter a água presente na lama distante da frente de Fundão). Em 2013, a Samarco resolveu concretar as galerias e abandoná-las definitivamente. A solução seria fazer dois tapetes drenantes nos cantos da barragem (BERTONI *et al.*, 2016).

Em 2013, a pedido do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, o Instituto Prístino elaborou um laudo técnico referente à revalidação da licença operacional da barragem de rejeitos do Fundão, em que recomendou que o monitoramento geotécnico e estrutural dos diques e da barragem fossem realizados periodicamente, com intervalo inferior a um ano entre as amostragens. Também recomendou a apresentação de um plano de contingência em caso de riscos ou acidentes, além de uma análise de ruptura (*DAM-BREAK*) que deveria ter sido entregue à Superintendência Regional de Regularização Ambiental em 2007, argumentando que “a validação do projeto final atrelada ao plano de monitoramento físico do empreendimento [era] de extrema importância para garantir a segurança e integridade do meio ambiente” (INSTITUTO PRÍSTINO, 2013, p. 2). Porém, o Plano de Ações Emergenciais de Barragens, apresentado à Superintendência Regional do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Região Central Metropolitana em 2014, além de considerado frágil por especialistas, não foi posto em prática integralmente (WERNECK, 2015 *apud* MANSUR *et al.*, 2016, p. 22).

---

<sup>16</sup> Diferente do rejeito, que é o mineral com concentração insuficiente para beneficiamento, o estéril é definido pela Norma NBR 13.029 (2017) como o material removido de uma mina com objetivo de se desenvolver a lavra e que não contém quantidade suficiente do mineral desejado.

De acordo com a Lista das barragens de Minas Gerais elaborada pela Fundação Estadual do Meio Ambiente (FEAM) três anos antes do rompimento (FEAM, 2012a), a barragem de Fundão — classificada<sup>17</sup> como nível II, ou seja, com médio potencial de dano ambiental — teve sua estabilidade garantida pelo auditor em 2012. A Auditoria Técnica de Segurança é uma prática prevista pelo Conselho Estadual de Política Ambiental desde 2002, sendo que para barragens classe II deve ocorrer a cada 2 anos (COPAM, 2002; 2005). Em 2014, havia 754 barragens cadastradas no Banco de Declarações Ambientais (BDA), sendo 450 do setor de mineração (FEAM, 2014b). Do total de barragens declaradas naquele ano, a FEAM conseguiu fiscalizar 258 estruturas, cerca de 19,5% a mais que em 2012, em que foram fiscalizadas 106 barragens de 720 totais, mas ainda números baixos quando analisamos que nos dois anos mais da metade das estruturas possuía potencial médio e alto de dano ambiental (FEAM, 2012b; 2014b). No ano que antecedeu o rompimento, a barragem de Fundão recebeu classificação III, subindo para alto potencial de dano ambiental, mas permaneceu com estabilidade garantida pelo auditor (FEAM, 2014a).

De acordo com Bertoni *et al.* (2016), em 2005 o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) já apontava a possibilidade de rompimento da barragem de Fundão com efeito dominó sobre a barragem de Santarém, cujas consequências seriam catastróficas — embora afirmasse “um risco moderado por ser improvável”.

As investigações da Polícia Federal (PF) descobriram um momento chave na história da barragem: setembro de 2014. Naquele mês, o engenheiro Joaquim Pimenta de Ávila, projetista da barragem de Fundão até 2012, vistoriou a estrutura, já na condição de consultor da Samarco, e identificou trincas no recuo do reservatório. [...] Em depoimento à PF, Ávila afirmou ter interpretado as trincas como um "princípio de ruptura" por liquefação (quando o material da barragem, por estar muito encharcado de água, passa do estado sólido para o líquido, o que pode fazê-la se romper). [...] Até então, não havia nenhum instrumento de monitoramento no recuo, segundo depoimento do engenheiro. [...] O problema do recuo era que os "degraus" da barragem começaram a ser feitos sobre a lama, e a distância de 200 metros que deveria existir entre a frente da barragem e a área de fundo, onde a lama era depositada, encurtava de forma perigosa. Ao todo, seis elevações da parede da barragem (alteamentos) foram feitas na região do recuo, o que demonstra que a Samarco continuou aumentando a barragem mesmo que nela existisse um fator que a colocasse em risco. Isso também significa que mais peso foi colocado sobre a lama. (BERTONI *et al.*, 2016).

---

<sup>17</sup> O Conselho Estadual de Política Ambiental prevê a classificação das barragens em três categorias, considerando a altura da barragem, o volume do reservatório, a ocupação humana a jusante, o interesse ambiental a jusante e as instalações na área de jusante. Dessa forma, barragens com baixo potencial de dano ambiental têm classe I, as de médio potencial de dano ambiental têm classe II e as de alto potencial de dano ambiental têm classe III. Ver: COPAM - Conselho Estadual de Política Ambiental. Artigo 3º. *Deliberação Normativa COPAM*, nº 62, de 17 de dezembro de 2002. Disponível em: <http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=5008>. Acesso em: 07/07/2022.

Apesar do histórico de problemas já conhecidos, as condições da barragem foram consideradas dentro da normalidade pela mineradora e pelos auditores que a avaliaram em 2014 (FEAM, 2014a), contribuindo para a naturalização das ameaças e susceptibilidades fabricadas (ZHOURI *et al.*, 2018, p. 42). Esse contexto colocou em posição o que Oliver-Smith (1999) trata como a conjunção necessária para que um desastre ocorra: uma população humana e um agente potencialmente destrutivo, que em relação dinâmica formam os padrões de vulnerabilidade e constituem o fenômeno processual ao qual chamamos de desastre, um acontecimento coletivo trágico imbricado de perdas e danos súbitos sobre o modo de vida de uma dada coletividade (VALENCIO, 2014)<sup>18</sup>.

## 1.2 - O DESASTRE E AS AFETAÇÕES

*[...] ela falou assim: “Ó gente, tô vendo aqui na internet que a barragem da Samarco estourou e tá vindo aí arrebrandando tudo”, e ninguém acreditou não. [...] Daí a pouco o helicóptero [do Corpo de Bombeiros] veio [...] e quando chegou lá eles só falaram: “Cinco minutos”. Deixou o povo doido. Cinco minutos pro povo tirar só o documento. (E., atingido de Paracatu de Baixo, entrevistado pela equipe do GESTA em 2017).*

Na tarde de 5 de novembro de 2015 a barragem de rejeitos de Fundão, da mineradora Samarco (*joint venture* entre Vale S/A e BHP Billiton Brasil Ltda.<sup>19</sup>) se rompeu no município de Mariana, em Minas Gerais.



**Imagem 1** - Logomarcas das empresas Samarco, Vale e BHP Billiton. Elaborada pela autora a partir dos sites institucionais de Samarco, Vale e BHP Billiton, 2022.

<sup>18</sup> Zhouri (2019, p. 50) explica que “de forma significativa, logo após o desastre da Samarco em 2015, deputados de Minas Gerais aprovaram um decreto que reduzia as exigências para o licenciamento ambiental a fim de simplificar e acelerar a concessão de licenças. Processo similar ocorreu em nível federal, em que uma proposta de emenda constitucional introduzida em 2012 foi aprovada no início de 2016. Na prática, essas manobras que continuam em pleno curso atualmente, representam a desconstrução do sistema de regulação ambiental que torna o licenciamento obrigatório para os grandes projetos”.

<sup>19</sup> Mazzola (2018) analisa que não é a primeira vez que a BHP Billiton (mantenedora da Samarco) enfrenta situação semelhante. Em 1984 houve o rompimento da barragem de rejeitos de ouro e cobre, Ok Tedi, na Papua Nova Guiné e, na Austrália, aconteceram quatro explosões em minas também da BHP Billiton entre 1975 e 1994 — sendo uma no estado de Nova Gales do Sul, em 1979, que matou 14 trabalhadores e as outras três no estado de Queensland, em 1975, 1986 e 1994, que totalizaram 36 mortes (MAZZOLA, 2018, p. 123).

O epicentro do desastre foram as comunidades rurais de Mariana, que distavam pouco da barragem. O subdistrito Bento Rodrigues, localizado a 5 km da barragem, foi a primeira comunidade atingida e foi quase totalmente destruída. A lama também afetou Paracatu de Cima, Paracatu de Baixo, Ponte do Gama, Pedras, Campinas e Bicas, todos no município de Mariana, além de Barreto e Gesteira, em Barra Longa, cuja sede municipal também foi atingida (GESTA, 2021). Uma onda de 50 milhões de metros cúbicos de lama de rejeitos minerários percorreu aproximadamente 600 km entre Minas Gerais e Espírito Santo<sup>20</sup>, alcançando o Rio Doce e indo até sua foz no Oceano Atlântico (RAMBOLL, 2017; GESTA, 2021).



**Imagens 2 e 3 - (à esquerda)** Bento Rodrigues antes do rompimento de Fundão. Fonte: M. Desidério/ Revista Exame, 2019. Disponível em - <https://exame.abril.com.br/brasil/tres-anos-depois-moradores-ainda-esperam-indenizacao-em-mariana/>. Acesso em: 21/07/2022; **(à direita)** Paracatu de Baixo antes do rompimento de Fundão. Fonte: Perfil Paracatu de Baixo/ Facebook, 2019. Disponível em - <https://m.facebook.com/304384766354314/photos/a.796912310434888/816645555128230/?type=3&source=54>. Acesso em: 21/07/2022.

<sup>20</sup> De acordo com relatório da RAMBOLL (2017, p. 199), os municípios, na bacia do Rio Doce, atingidos pelo rompimento da barragem de Fundão foram: Mariana (MG), Barra Longa (MG), Rio Doce (MG), Ponte Nova (MG), Santa Cruz do Escalvado (MG), Rio Casca (MG), Sem-Peixe (MG), São Domingos do Prata (MG), São Pedro dos Ferros (MG), São José do Goiabal (MG), Dionísio (MG), Raul Soares (MG), Córrego Novo (MG), Pingo-D'água (MG), Marliéria (MG), Bom Jesus do Galho (MG), Timóteo (MG), Caratinga (MG), Ipatinga (MG), Santana do Paraíso (MG), Ipaba (MG), Belo Oriente (MG), Bugre (MG), Naque (MG), Iapu (MG), Periquito (MG), Sobrália (MG), Fernandes Tourinho (MG), Alpercata (MG), Governador Valadares (MG), Tumiritinga (MG), Galiléia (MG), Conselheiro Pena (MG), Resplendor (MG), Itueta (MG), Aimorés (MG), Baixo Guandu (ES), Colatina (ES), Marilândia (ES), Linhares (ES), e Aracruz (ES).

**Figura 2** - Mapa do trajeto dos rejeitos da Barragem de Fundão.



Fonte - Elaborado por Max Vasconcelos. Reproduzido de ZHOURI *et al.*, 2018, p. 32.

A Vale, dona da Samarco, possui atividades no mesmo complexo em Mariana, e também lançava lama em Fundão, embora isso não fosse informado às autoridades fiscalizadoras. [...] O excesso de lama na barragem, porém, não foi controlado, como mostraram as investigações da PF. Devido aos problemas nos sistemas de drenagem projetados originalmente (como os drenos de fundo e as galerias, que tiveram de ser abandonados devido ao mau funcionamento), uma mancha de lama evoluiu dentro do reservatório sem que a água presente nos rejeitos fosse adequadamente controlada. O líquido se aproximou excessivamente da parede de contenção da estrutura. O recuo, que fez Fundão crescer sobre a lama, pressionou então a lama que estava embaixo, fazendo-a ser expelida para fora (BERTONI *et al.*, 2016).

O rompimento da barragem causou a morte de diversas espécies da fauna e da flora, casas, hortas, quintais, carros, móveis, objetos pessoais e afetivos foram destruídos, o Rio Doce foi contaminado com metais pesados e componentes com potencial tóxico, afetando a qualidade e o abastecimento de água, e alterando as formas de organização e manutenção da vida de diversas comunidades (GESTA, 2021). Dezenove pessoas tiveram a vida levada pela lama de rejeitos que atingiu outros milhares ao longo da bacia.

**Claudio Fiuza**, de 40 anos. Empregado de uma empresa terceirizada da Samarco. Ele teve um mal súbito quando a barragem rompeu. **Sileno Narkievicius de Lima**, de 47 anos. Trabalhava como motorista na empresa Integral Engenharia que prestava serviço para a mineradora Samarco e estava na barragem de Fundão quando ela se rompeu. [...] **Waldemir Aparecido Leandro**, de 48 anos. Ele trabalhava na empresa Geocontrole, terceirizada da mineradora Samarco. [...] **Emanuely Vitória**, de 5 anos.

Segundo [... a] tia da menina, o pai dela [...] tentou salvar os dois filhos na hora em que “começou a descer o barro” [...]. [Ela] diz que o irmão, a cunhada e o sobrinho menor foram resgatados, mas a garota não foi encontrada. [...] **Thiago Damasceno Santos**, de 7 anos. A mãe de Thiago [...] conta que o filho estava com a sogra dela, que foi arrastada pela lama, após o rompimento. A sogra [...] foi resgatada e levada para o hospital. “Meu filho não conseguiu. Estava dentro do quarto”, disse. [...] **Marcos Xavier**, de 32 anos. Segundo a família, ele trabalhava no momento do acidente na barragem de Fundão, provavelmente na cabine de uma máquina. [...] **Marcos Aurélio Pereira Moura**, de 34 anos. [...] Ele trabalhava na empresa Produquímica, terceirizada da mineradora Samarco. [...] **Samuel Vieira Albino**, de 34 anos. O corpo de Samuel foi resgatado na cidade de Rio Doce, a mais de 100 quilômetros do distrito, no dia 8 de novembro. [...] Ele trabalhava para a mineradora há cerca de um ano. [...] O pai de Samuel, disse no dia 9 que “a Samarco sabia que a represa ia quebrar, só não sabia que dia”. **Mateus Márcio Fernandes**, de 29 anos. [...] Ele trabalhava na área da barragem quando ocorreu o rompimento. Morador do distrito de Antônio Pereira, em Ouro Preto, ele era funcionário da Manserv, terceirizada da Samarco. [...] **Edinaldo Oliveira de Assis**. O operador de escavadeira trabalhava em uma empresa terceirizada que prestava serviço para a Samarco. [...] **Daniel Altamiro de Carvalho**, de 53 anos. O operador de máquinas Daniel Altamiro de Carvalho, de 53 anos, desapareceu no momento do desastre quando dirigia um trator da Integral Engenharia. [...] **Maria Elisa Lucas**, de 60 anos. [...] Maria Elisa estava em Mariana em casa de parentes no dia que a barragem se rompeu. Ela estava pescando, um *hobby* que mantinha, quando foi atingida pela avalanche de lama. [...] **Maria das Graças Celestino**, de 64 anos. [...] O genro] disse que a sogra foi alertada a respeito da lama, mas tentou buscar pertencer em casa. [...] **Claudemir Santos**, de 40 anos. Funcionário da Integral Engenharia, [...] o motorista de caminhão-pipa estava nas proximidades da barragem de Fundão, quando o mar de lama arrastou o que tinha pela frente. [...] **Pedro Paulino Lopes**, de 56 anos. O mecânico industrial Pedro Paulino Lopes trabalhava na Manserv havia cinco anos. [...] **Antônio Prisco de Souza**, de 73 anos. Antônio Prisco de Souza, conhecido como Totó, é um dos moradores de Bento Rodrigues levados pela enxurrada de lama. [...] **Vando Maurílio dos Santos**, de 37 anos. Vando Maurílio dos Santos também era motorista de caminhão-pipa na Integral Engenharia. [...] **Ailton Martins dos Santos**, de 55 anos. Na hora do [rompimento], ele trabalhava como motorista de um caminhão-pipa da Integral Engenharia, empresa que presta serviços para a Samarco. [...] **Edmirson José Pessoa**, de 48 anos. Edmirson José Pessoa é o único funcionário da Samarco entre as vítimas da tragédia [...] e a única vítima que não teve o corpo encontrado]. (G1 MG, 2016. Grifos acrescidos).



**Imagem 4** - Casa destruída no subdistrito de Bento Rodrigues, um dia após o rompimento de Fundão. Foto - Daniel Marengo/ Agência O Globo, 2015. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/tragedia-em-minas-gerais-17979800>. Acesso em: 13/07/2022



**Imagem 5** - Lama e destruição na igreja de Paracatu de Baixo. Foto - Alexandre Salem, 2015. Disponível em: <http://www.dronestagr.am/church-paracatu-minas-gerais-brazil/>. Acesso em: 14/07/2022.



**Imagem 6** - Casa em Bento Rodrigues destruída pela lama. Foto - Lorenza Ferreira, maio de 2016. Cedida pela autora.



**Imagem 7** - Escola Municipal de Bento Rodrigues destruída pela lama. Foto - Acervo pessoal, trabalho de campo realizado em maio de 2016.

A definição sobre desastre utilizada neste trabalho vem de contribuições da Antropologia e da Sociologia. Marchezini (2009) explica que os estudos sobre desastres são

recentes no meio científico. A partir da Segunda Guerra Mundial as pesquisas foram se tornando recorrentes, delineando definições sobre o que seria um desastre, embora sem consenso (MARCHEZINI, 2009). Para esta pesquisa, foram escolhidas análises que dialogam entre si e convergem para uma compreensão do desastre como a soma entre um evento crítico e um processo duradouro.

Oliver-Smith (1999) apresenta as contribuições da Antropologia para a conceitualização de desastres — uma conceitualização a partir da teia de relações que ligam a sociedade, o meio ambiente e a cultura — e defende uma abordagem sobre desastres a partir da Ecologia Política — focada nas “relações dinâmicas entre uma população humana, seus padrões produtivos e alocativos gerados socialmente e politicamente impostos, e seu ambiente físico, todos na formação de padrões de vulnerabilidade e resposta a desastres” (OLIVER-SMITH, 1999, p. 30). Ele também apresenta três pontos centrais para esse debate: 1) o uso, pelo senso comum, do termo “desastre” para descrever eventos e processos desde um evento social fracassado até um furacão; 2) a variabilidade externa, ou seja, o fenômeno que gera ou desencadeia o desastre e produz diferentes efeitos (nesse caso o termo “desastre” é usado para descrever tanto efeitos imediatos quanto efeitos ao longo do tempo); e 3) a complexidade interna, porque um desastre não acontece “descolado” da realidade, mas imbricado por diversos processos simultâneos no decorrer do tempo. Assim, o desastre pode ser compreendido, a partir da relação historicamente produzida da sociedade com o ambiente, como um fenômeno processual e não como um evento isolado e demarcado temporalmente (OLIVER-SMITH, 1999, p. 30). No mesmo bojo, Valencio (2014, p. 3632) destaca que na teoria dos desastres (com perspectiva sociológica) o foco está na organização social e no comportamento coletivo. Dessa forma, “o desastre é considerado como uma crise social associada a um acontecimento físico devastador e a um tempo social” (VALENCIO, 2014, p. 3633).

Nesse sentido, Vigh (2008) discute que “para a maioria de nós, a crise é uma experiência de anormalidade temporária relacionada principalmente a eventos traumáticos” (VIGH, 2008, p. 7, minha tradução) que desencadeiam um estado de emergência. Essa perspectiva, portanto, compreende a crise como um evento que rompe imediatamente um contexto de normalidade e mobiliza a busca por soluções para que a normalidade seja restabelecida. Porém, para grande parte da população mundial que vive constantemente em contexto de crise (seja social, política ou existencial), essa experiência deixa de ser temporária e passa a ser o contexto da vida, um processo crônico, um terreno de ação e significado (VIGH, 2008). A partir dessa ótica e considerando também as análises apresentadas anteriormente, o desastre pode ser compreendido como um evento crítico que transforma de forma abrupta a

realidade de uma coletividade, somado a um processo de sofrimento social que é crônico e duradouro.

Além de compreender o que vem a ser um *desastre*, em Zhouiri *et al.* (2016a) encontramos o debate sobre o conceito de *desastre tecnológico*, em que os autores mostram a armadilha criada pela narrativa acerca do desastre enquanto algo “natural” (em que o pós-rompimento da barragem é tratado como “pós-desastre”), “permitindo o desaparecimento do agente causador da tragédia” (ZHOURI *et al.*, 2016a, p. 37). Em contrapartida, a interpretação sobre o *desastre tecnológico* coloca em análise o resultado de um erro humano, ou de uma falha de um sistema humano, com danos significativos. “É plausível considerar certos tipos de ameaças *como naturais*, mas não os desastres, uma vez que são produzidos socialmente” (VALENCIO, 2014, p. 3640). Esse debate tem continuidade e é aprofundado em Zhouiri *et al.* (2018, p. 41), acionando o conceito de *desastre sociotécnico*, buscando “ênfatizar um processo deflagrado para além de uma avaria ou erro meramente técnico, remetendo-nos, assim, às falhas da governança ambiental, produtoras de novos padrões de vulnerabilidade que expuseram, de fato, a população ao risco”.

Durante os últimos vinte anos, a observação sistemática dos processos de governança ambiental que regem o licenciamento de grandes obras, tais como hidrelétricas e mineração (ZHOURI, 2008, 2014; ZHOURI *et al.*, 2016, 2019), permite argumentar que os desastres da mineração são produzidos e se tornam recorrentes pela vigência e reprodução de certos padrões político-institucionais (ZHOURI, 2019, p. 46).

Mansur *et al.* (2016) discutem a relação entre os ciclos econômicos de *boom* e *pós-boom* da mineração e a incidência de rompimentos de barragens. A partir de observações sobre o período entre 1965 e 2009, os autores analisam que há indícios de um aumento do risco de rompimento de barragens na nova fase de desvalorização dos preços dos minérios e que “entender essa dinâmica é importante para compreender o caráter estrutural do rompimento da barragem do Fundão” (MANSUR *et al.*, 2016, p. 16). Durante o período de elevação nos preços, o uso de tecnologias inapropriadas, a escolha de locais inadequados para instalação dos projetos, a pressão sobre as agências ambientais para obtenção do licenciamento (que pode gerar avaliações incompletas dos riscos dos empreendimentos), a sobrecarga dos profissionais (que compromete a qualidade dos projetos), o endividamento das empresas e a consequente necessidade de aumentar a produção quando os preços dos minérios caem, são algumas das causas identificadas para o aumento no número de rompimento de barragens na fase de *pós-boom* (DAVIES; MARTIN, 2009 *apud* MANSUR *et al.*, 2016, pp. 20-21).

Minas Gerais já registrou outros rompimentos de barragens antes de Fundão. O registro mais antigo encontrado desse tipo de desastre no estado data de 1986 e ocorreu no município de Itabirito, com o rompimento da barragem de rejeitos da Mina de Fernandinho (do grupo Itaminas), que matou sete pessoas<sup>21</sup>. Em 2001 cinco operários morreram no rompimento da barragem de rejeitos da Mineração Rio Verde (hoje Vale), em São Sebastião das Águas Claras (conhecido como Macacos), distrito de Nova Lima<sup>22</sup>. Dois anos depois, em 2003, uma barragem da Indústria Cataguases de Papel Ltda. se rompeu em Cataguases e liberou milhões de litros de lixívia preta<sup>23</sup>, enxofre, soda cáustica e outros resíduos da produção de celulose, atingindo o Rio Pomba, afluente do Rio Paraíba do Sul e afetando fauna, flora, os cursos d'água e o sustento de milhares de pessoas nos estados de Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro<sup>24</sup>. Em Mirai, no ano de 2007, mais de 4 mil pessoas perderam suas casas após o rompimento de uma barragem da mineradora Rio Pomba Cataguases<sup>25</sup>. Em 2014, um desabamento na Mina do Pico (da mineradora Vale), em Itabirito, matou um operário e deixou outro ferido<sup>26</sup> e, no mesmo ano, operários da Herculano Mineração foram soterrados após um rompimento de barragem<sup>27</sup>.

<sup>21</sup> Ver: FARIA, Marcelo. *Barragens de rejeito já causaram diversas tragédias em Minas Gerais*. Notícia publicada no Estado de Minas em 05 de novembro de 2015 e atualizada em 10 de novembro de 2015. Disponível em: [https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2015/11/05/interna\\_gerais.705019/barragens-de-rejeito-ja-causaram-diversas-tragedias-em-minas-gerais-r.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2015/11/05/interna_gerais.705019/barragens-de-rejeito-ja-causaram-diversas-tragedias-em-minas-gerais-r.shtml). Acesso em: 23/07/2022.

<sup>22</sup> Ver: FONTES, Leticia. *Sobrevivente de rompimento de barragem em 2001 revive pesadelo em Macacos*. O Tempo. Publicado em 16 de fevereiro de 2019. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/cidades/sobrevivente-de-rompimento-de-barragem-em-2001-revive-pesadelo-em-macacos-1.2137574>. Acesso em: 23/07/2022.

<sup>23</sup> A lixívia preta ou licor negro é um resíduo líquido resultante do cozimento da madeira durante a produção de papel.

<sup>24</sup> Ver: OBSERVATÓRIO ECO. *Ibama e MPF lutam na Justiça por reparação pelo rompimento de barragem em Cataguases em 2003*. Notícia de 2019. Disponível em: <https://observatorio-eco.jusbrasil.com.br/noticias/691288247/ibama-e-mpf-lutam-na-justica-por-reparacao-pelo-rompimento-de-barragem-em-cataguases-em-2003>. Acesso em: 23/07/2022. / Ver também: MIRANDA, R. *Impactos ambientais decorrentes dos resíduos gerados na produção de papel e celulose*. Monografia. Engenharia Florestal. Seropédica, RJ: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2008.

<sup>25</sup> O risco de rompimento foi anunciado um ano antes. Ver: O TEMPO. *Desastre ambiental em barragem de Mirai*. Notícia de 3 de março de 2006, atualizada em 26 de abril de 2013. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/cidades/desastre-ambiental-em-barragem-de-mirai-1.331175>. Acesso em: 23/07/2022. / Ver também: FIOCRUZ. *MG - Rompimentos de barragens de rejeitos da Rio Pomba Mineração comprovam os riscos da atividade minerária para a sustentabilidade hídrica de Minas Gerais e estados à jusante de suas bacias hidrográficas*. Ficha técnica. Mapa de Conflitos, Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil. Disponível em: <http://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/mg-rompimentos-de-barragens-de-rejeitos-da-rio-pomba-mineracao-comprovam-os-riscos-da-atividade-mineraria-para-a-sustentabilidade-hidrica-de-minas-gerais-e-estados-a-jusante-das-suas-bacias-hidrogra/>. Acesso em: 23/07/2022.

<sup>26</sup> Ver: O LIBERAL. *Desmoronamento em Mina da Vale, em Itabirito, deixa um morto*. Notícia de 07 de setembro de 2014. Disponível em: <http://antigo.jornaloliberal.net/noticia/desmoronamento-em-mina-da-vale-em-itabirito-deixa-um-morto/>. Acesso em: 23/07/2022.

<sup>27</sup> Ver: GESTA - Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais. *Soterramento em barragem de mineradora mata dois trabalhadores e deixa um desaparecido*. Notícia de 11 de setembro de 2014. Disponível em: <https://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/noticias/772-2/>. Acesso em: 23/07/2022.

Após a experiência em Fundão, em janeiro de 2019, aconteceu o rompimento da barragem de rejeitos B-I e soterramento das barragens B-IV e B-IVA, na mina de Córrego do Feijão, da Vale, em Brumadinho. 272 pessoas foram mortas pela onda de lama, sendo que até junho de 2022 os corpos de quatro delas permaneciam desaparecidos (AVABRUM, 2022). Cerca de 12 milhões de metros cúbicos de lama de rejeitos foram lançados no rio Paraopeba, atingindo inúmeras comunidades ribeirinhas, povos e comunidades tradicionais, o abastecimento de água de diversos municípios, matando espécimes da fauna e da flora, além de provocar inúmeros outros danos materiais e imateriais<sup>28</sup>. Laschefski (2020) analisa que tanto após o rompimento em Mariana em 2015, quanto após o rompimento em Brumadinho em 2019, cresceu a preocupação com os rumos da mineração nos municípios atingidos. Porém, a Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM) se sobrepôs às tentativas de construir alternativas para diminuir a dependência com a mineração, através do resgate do discurso sobre a “vocação mineral” de Minas Gerais (LASCHEFSKI, 2020).

### 1.2.1 - As respostas ao desastre e seus efeitos

Os rompimentos de barragem são eventos críticos e traumáticos que, como discutido anteriormente, se somam a processos duradouros. No desastre da Samarco/ Vale/ BHP Billiton, o rompimento de Fundão deflagrou um processo de vivência do desastre que não se limita ao dia 5 de novembro de 2015. Trata-se de um processo de sofrimento, destrui o e fragmenta o de territórios que tem se desdobrado em consequências que se *derramam* (GUDYNAS, 2016) de forma multidimensional em decorrência das medidas adotadas para gerir a crise, que são capazes de agravar as vulnerabilidades das comunidades afetadas (ZHOURI *et al*, 2017).

Além do horror sobre a dimensão da tragédia, o espanto por se tratar da mineradora Samarco foi comum entre aqueles que a conheciam pelos *rankings* da área corporativa como a melhor empresa no setor de minera o do Brasil, tanto em produ o quanto em reputa o como

---

<sup>28</sup> Conforme apontado na ficha técnica do GESTA sobre o caso, após o rompimento em Brumadinho, municípios como Barão de Cocais, Paracatu, Nova Lima, Ouro Preto, Congonhas, São Gonçalo do Rio Abaixo, Rio Acima e Itabira viveram “o terror da lama invisível”, com alertas da própria Vale e de outras mineradoras sobre risco de rompimento de outras barragens, acionamento de sirenes durante a madrugada, evacua o de casas, treinamentos emergenciais e incerteza se haveria um rompimento de barragem ou quando aconteceria. Laschefski (2020) chama esse processo de “terrorismo das barragens”, uma estratégia utilizada pelas mineradoras que cria “territórios de medo”, aumenta a pressão sobre as autoridades para realizar grandes obras de descomissionamento de barragens sem licenciamento e reduz o preço das propriedades ameaçadas, criando caminhos para a aquisi o das terras. Ver: GESTA - Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais. *Desastre da Vale em Brumadinho e a luta dos moradores de Casa Branca*. Ficha Técnica - atualiza o de 20/03/2021. Observatório dos Conflitos Ambientais de Minas Gerais. Disponível em: <https://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/conflito/?id=497>. Acesso em: 23/07/2022.

uma das melhores empresas para se trabalhar (MAZZOLA, 2018). Mazzola (2018) relata algumas entrevistas com antigos funcionários terceirizados da Samarco que descreveram um contexto de credibilidade da empresa com seus empregados e o vínculo de diferentes gerações familiares com a mineradora:

Na primeira visita a Mariana, um ex-empregado da Samarco foi entrevistado no dia 01/10/2017. Ele trabalhou na empresa durante dez anos, tendo saído no ano de 2013 para montar seu próprio negócio. Além dele, seu pai, já falecido, havia trabalhado por toda a vida na mesma empresa, assim como sua esposa, que ainda trabalhava na empresa, acumulando mais de vinte anos de casa. Ele relatou o seguinte: [...] *antes de ter sido comprada pela Vale e BHP, [a Samarco] sempre foi uma empresa com uma cultura e aura de empresa familiar, com as pessoas muito próximas e entrosadas. A Samarco era tida como uma empresa para entrar e lá ficar pela vida toda [...]* (Ex empregado direto da empresa). Na segunda visita a Mariana houve uma conversa com um antigo empregado terceirizado, no dia 04/12/2017, que havia trabalhado na empresa até o ano de 2014. Ele descreveu um clima agradável na Samarco e a enorme reputação que seus empregados gozavam no município: [...] *aqui em Mariana, quem era da Samarco era patrão [referindo-se aos empregados diretos, não aos terceirizados], bem melhor que a Vale [referindo-se ao período após a privatização] ... Todo mundo sabia que os caras ganhavam bem, acima das outras. E quando tinha churrasco, então... festa de confraternização era todo mundo junto, chefe, a peãozada [sic], engenheiros. Era só picanha e filé mignon, cerveja à vontade, sem miséria... quem entrava na Samarco era para a vida toda!* (Ex-empregado terceirizado da empresa) (MAZZOLA, 2018, p. 133, comentários do autor).

Em minha própria experiência, entre 2012 e 2014, como estudante do curso técnico em mineração no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais, em Ouro Preto, pude observar o incentivo para os estudantes ingressarem nas duas maiores mineradoras da região (Samarco e Vale), com maior predileção pela Samarco devido às melhores condições de trabalho. Os estágios para técnicos em mineração na Samarco eram os mais concorridos e os estagiários da mineradora tinham certo reconhecimento entre os demais estudantes do curso, reflexo do prestígio da própria mineradora na região.

Coelho (2015, pp. 101-103) argumenta que

a principal forma de convencimento exercida sobre a sociedade local das regiões mineradoras é o discurso do desenvolvimento pela mineração (DDM). [...] O discurso que legitima a atividade mineradora é exatamente uma ideia distorcida do desenvolvimento. Esse discurso consiste na retórica da criação de empregos, da captação de renda por meio dos impostos e, conseqüentemente, do advento do desenvolvimento socioeconômico. Por meio do DDM, a mineração surge como sinônimo do desenvolvimento de toda a sociedade, e não apenas de partes dela, se colocando como solução para a pobreza. [...] O DDM tem diversas características, mas a mais destacada e recorrente é a retórica da criação de empregos e de divisas para o município. A retórica surge como saída para uma população que teme o desemprego. Com essa compensação, a atividade mineradora seria justificável, mesmo causando tantos problemas.

A Samarco ocupava esse lugar no convencimento através do discurso do desenvolvimento pela mineração (COELHO, 2015). Criou, assim como a SAMITRI havia feito em Mariana, uma vila operária no distrito de Antônio Pereira<sup>29</sup>, em Ouro Preto. Conforme relato do Conselho Comunitário de Pastoral da Comunidade São José Operário (2018),

a Vila Samarco, como é conhecida, foi criada depois de um projeto implementado pela Mineradora Samarco, que desejava que seus funcionários residissem próximos ao Setor da Mina da Alegria, integrante do Complexo Germano. Desde o final da década de 1970, afluíram para a Vila Samarco trabalhadores de diversas regiões, que trouxeram consigo suas famílias. [...] Os primeiros encontros celebrativos aconteceram na Escola Alphonsus de Guimaraens, também criada pela Samarco Mineração [...]. As primeiras missas celebradas na antiga Escola Alphonsus de Guimarães eram mensais e presididas pelo Cônego Antônio de Pádua, que era o pároco da Paróquia Nossa Senhora da Assunção. Eram celebradas missas também no Setor da Mina da Alegria, numa parceria entre a empresa e a Comunidade da Vila. [...] A igreja da comunidade foi construída entre as décadas de 1970 e 1980, sob os cuidados de Cônego Antônio de Pádua. Grande parte da edificação foi financiada pela Samarco [...].

De acordo com o estudo de Mazzola (2018), as relações estabelecidas pela Samarco com diferentes atores marianenses foram direcionadas pela gestão de relacionamentos com *stakeholders*, termo da administração para se referir ao público estratégico ou aos grupos de interesse de um empreendimento. Dentre os identificados por Mazzola (2018) estão os clientes, as comunidades locais, as empresas concorrentes, os empregados próprios da mineradora e os terceirizados, os fornecedores, o governo municipal, as instituições de ensino, de saúde e religiosas, a mídia e Organizações Não Governamentais. Após o rompimento da barragem de Fundão, essas relações foram reorientadas na gestão da crise e da crítica.

Diferentes narrativas sobre o desastre foram surgindo, seguidas por uma carga de implicações na forma de atuação de diversos agentes. Ceni (2018), analisa o processo de

---

<sup>29</sup> Em 2020, cinco anos após o rompimento da barragem de Fundão, os moradores da Vila Samarco (Comunidade São José Operário) temiam o rompimento de outra barragem de mineração, a barragem de Doutor, parte da Mina de Timbopeba, da Vale, que poderia destruir a Vila Samarco e o distrito de Antônio Pereira em segundos em caso de rompimento. Em 2020 algumas famílias foram retiradas de suas casas para o descomissionamento da barragem, em 2021 algumas puderam voltar às suas casas após a estabilização do nível de emergência da barragem, mas outras famílias permanecem em hotéis e casas alugadas pela Vale. Ver: BASSO, Gustavo; XIMENEZ, Natália. Cinco anos depois de tragédia, moradores da Vila Samarco temem novo rompimento de barragem e fim do garimpo centenário. *Yahoo! Notícias*. 05 de novembro de 2020. Disponível em: <https://esportes.yahoo.com/noticias/cinco-anos-depois-de-tragedia-moradores-da-vila-samarco-temem-novo-rompimento-de-barragem-e-fim-do-garimpo-centenario-202333253.html>. Acesso em 08/08/2022./ Ver também: SOARES, Rômulo. Atingidos de Antônio Pereira se revoltam com o impedimento de se manifestarem, após processo da Vale. *Agência Primaz*. 06 de maio de 2022. Disponível em: <https://www.agenciaprimaz.com.br/2022/05/06/atingidos-de-antonio-pereira-se-revoltam-com-o-impedimento-de-se-manifestarem-apos-processo-da-vale/>. Acesso em 08/08/2022.

influência de sentido nas narrativas produzidas pela Samarco e observa que a narrativa das mineradoras, na emergência do rompimento, esteve voltada para uma suposta afetação de todos. Através do “Comunicado oficial dos CEOs”, em 11 de novembro de 2015 (SAMARCO, 2015 *apud* CENI, 2018, p. 111)<sup>30</sup>, Vale e BHP lamentaram o que chamaram de “acidente” e demonstraram apoio à Samarco: “Fomos afetados pela devastação em Bento Rodrigues e nos arredores. Não podemos reconstruir as vidas das famílias que perderam seus entes queridos, mas redobramos nosso compromisso com a Samarco em apoiar seus esforços de resposta” (SAMARCO, 2015b *apud* CENI, 2018, p. 111). Em dezembro de 2015 a Samarco publicou a notícia “Fazer o que deve ser feito. Esse é o nosso compromisso” (SAMARCO, 2015c *apud* CENI, 2018, p. 116)<sup>31</sup>, em que ao mesmo tempo apresentava informações sobre as ações feitas desde o rompimento como forma de responder aos questionamentos externos, mas também agradecia às pessoas que estavam prestando solidariedade às comunidades e à própria Samarco, se colocando na posição de vítima de um acidente (como se referiu ao rompimento da barragem de Fundão).

No mesmo sentido, Mazzola (2018) aborda as declarações de missão, visão e valores da Samarco antes e depois do rompimento da barragem de Fundão. Segundo ele, antes do rompimento, a empresa buscava alcançar o reconhecimento de empregados, clientes e sociedade como a melhor do setor minerário até o ano de 2022. Após o rompimento de Fundão esse objetivo foi revisto, passando a declarar que “a Samarco acredita e pratica a mineração responsável” (SAMARCO, n.d. *apud* MAZZOLA, 2018, p. 126). Atualmente a mineradora se apresenta como “Uma nova Samarco”, mudada a partir de aprendizados que a possibilitaram “escrever uma nova história e reconstruir as relações de confiança com a sociedade” (SAMARCO, 2022). O *site* institucional também informa que a empresa retomou a operação com novas tecnologias e mais segurança, buscando gerar valor duradouro para os territórios

---

<sup>30</sup> A fonte original do comunicado, acessada por Ceni (2018) foi alterada após a reformulação do *site* da Samarco. O comunicado de 2015, assim como vários outros documentos e publicações relacionados ao desastre tornaram-se indisponíveis. Esse é outro aspecto sobre a narrativa sobre o desastre, a mudança no decorrer dos anos, o apagamento da memória ao mesmo tempo em que são travadas disputas sobre qual versão da história será lembrada — assunto abordado no capítulo 3 deste trabalho. As publicações mais antigas da Samarco para a imprensa na nova versão do *site* têm como título “Rompimento e paralisação das atividades”, “Consolidação e evolução do negócio”, “Inovação no transporte de minério” e “De projeto à empresa” (respectivamente datadas, com erro aparentemente proposital, como publicações mensais no dia 03 de julho, agosto, setembro e outubro de 2000). Além desse conteúdo que recupera a história da mineradora, há a notícia “Samarco informa” (de 05 de novembro de 2015), sobre o rompimento da barragem de Fundão. Todas as demais publicações são posteriores e não incluem todo o material disponível na versão anterior do *site* institucional. Ver: [www.samarco.com/imprensa/page/53/](http://www.samarco.com/imprensa/page/53/). Acesso em 08/08/2022.

<sup>31</sup> Outro material excluído do *site* da Samarco, portanto, novamente escolhi usar como referência a reprodução da notícia presente no trabalho de Ceni (2018).

em que atua, além de estar empenhada em fortalecer o setor através de “uma mineração diferente e mais sustentável” (SAMARCO, 2022).

Como parte do processo de aprendizagem e de reinício operacional, a Samarco atualizou sua logomarca. A antiga, de 1992, foi substituída por uma versão mais moderna e representativa. A nova identidade e o slogan “Aprender para evoluir e transformar” traduzem o momento atual da empresa, pautado pelas lições aprendidas, pela evolução e por mudanças necessárias para reconstruir as relações de confiança. A substituição das aplicações da logomarca em uniformes, placas e outros equipamentos ocorrerá de forma gradual (SAMARCO, 2020).



**Imagem 8** - Antes e depois da logomarca da Samarco. Fonte: Samarco, 2020.

A estratégia narrativa da Samarco para “escrever uma nova história” ilustra um elemento característico do *consenso de commodities* analisado por Svampa (2012),

a combinação de elementos do discurso neoliberal e questões da agenda global que buscam neutralizar o potencial de crítica a certas ideias ou conceitos. Com isso queremos dizer, por exemplo, o conceito de desenvolvimento sustentável que aparece neste discurso, mas associado a uma ideia ‘diluída’ de sustentabilidade (GUDYNAS, 2011) que implica mudar os limites propostos por ambientalistas. Esta visão ‘diluída’ promove uma posição ecoeficiente rumo à sustentabilidade que confirma a ideia da natureza como capital (ligada agora a superexploração e a expansão de áreas onde tal exploração ocorre) enquanto procura soluções “limpas” — supostamente por meio de novas tecnologias — para quaisquer ‘problemas’ (MARTINEZ ALIER, 2015) (SVAMPA, 2012, p. 48, minha tradução).

Além do discurso da própria empresa após o rompimento da barragem de Fundão, Zhouri *et al.* (2016a, p. 37) discutem que, através de uma análise enviesada, o Estado criou condições para que a Samarco fosse interpretada como “*uma* dentre as demais *vítimas das circunstâncias*”. Nesse sentido, apontam como possível consequência “a propagação de um discurso que qualifica a prática empresarial junto aos grupos afetados como sendo [...] uma ação de caráter voluntário e assistencialista, que vai se desvinculando de uma responsabilidade efetiva da empresa quanto à reparação dos danos por ela causados” (ZHOURI *et al.*, 2016a, p. 37).

Uma das primeiras ações de atendimento às vítimas feita pela Samarco foi o alojamento provisório num ginásio poliesportivo (a Arena Mariana) e, por determinação da promotoria

local, a transferência das famílias para hotéis da cidade (ZUCARELLI, 2018). Poucos dias após o rompimento da barragem, a jornalista Aline Frazão (2015) relatou ao Diário do Centro do Mundo o que observou e ouviu em visita aos hotéis onde as pessoas atingidas estavam hospedadas. No Hotel Pousada das Gerais, o barulho da Avenida Nossa Senhora do Carmo que impedia o sono, os seis lances de escadas até o quarto e o pouco espaço no único cômodo dividido entre uma família de quatro pessoas se somavam ao luto pelas perdas e à saudade de Paracatu.

[...] *Se não me levarem pra uma casa logo, eu vou voltar. / Voltar pra onde, seu José? / Pra Paracatu. Nasci lá, cresci lá e quero morrer lá. Moro no curral que restou, mas aqui nesse hotel não fico.* [...] “Só tomando uma cachaça pra conseguir dormir esses dias”, diz ele, envergonhado. A mulher de José [...] me leva até o quarto onde eles estão hospedados. [...] “Por isso o Zé está doido pra ir embora. Ele não aguenta essas escadas aqui não. Eu também estou doida pra ir embora pra minha casa. Só choro aqui, toda hora quero chorar, aqui não tem nada pra fazer”, lamenta ela, depois de me dar um abraço forte e demorado (FRAZÃO, 2015).

A situação não era melhor para as famílias hospedadas no hotel Brasil Real, também visitado pela jornalista. Edimar, de Bento Rodrigues, contou que a alimentação no local de hospedagem anterior era melhor, mas que a família dele teve que sair do outro hotel porque ele seria ocupado por outras pessoas (FRAZÃO, 2015). No hotel Central, outra família de Bento Rodrigues revelou à jornalista que o hotel estava fechado para reforma, mas a Samarco solicitou à dona do imóvel que as famílias pudessem ficar hospedadas lá. “Somos nós que fazemos o café da manhã e da tarde e não tem fruta alguma, só pão com manteiga, café com leite”, contou Cláudia, preocupada com o controle da glicose da mãe (FRAZÃO, 2015).

O pai de Claudia não estava em condições de conversar. Apontou para o peito, onde disse doer, e se retirou. A mãe, Maria Lúcia, contou que se recorda da casa deles em Bento, mas que não vai mais chorar. “Agora é agradecer a Deus pela vida. Tenho vontade de agradecer a tanta gente que nos ajudou, com as doações e trabalhos voluntários. À Samarco não tenho nada a agradecer”, disse. Fui embora sentindo o cheiro de mofo nos corredores (FRAZÃO, 2015).

A jornalista Aline Frazão (2015) relatou também que a forma de tratamento da Samarco com a imprensa em relação às visitas aos hotéis mudou após denúncias sobre falta de transparência. Embora o acesso da imprensa às pessoas atingidas pudesse implicar em assédio num momento tão delicado e devesse acontecer com cautela, a forma descrita com que a Samarco lidava com o caso envolvia mais um controle da empresa do que precaução com as

famílias. “Antes, não se podia entrar para falar com os desabrigados. Os funcionários da empresa eram vistos a todo momento recolhendo informação” (FRAZÃO, 2015).

Estruturados circunstancialmente em ginásios de esportes, estabelecimentos escolares e, em menor escala, em acampamentos, os abrigos temporários são geridos para ver deteriorar definitivamente a espacialização das relações comunitárias e privadas, dissolvendo-se umas nas outras. No abrigo, perde-se o direito à privacidade, colocando as famílias em constante estado de alerta e ansiedade frente à curiosidade alheia, sem condições de descanso e devaneio (VALENCIO, 2009, p. 42).



**Imagens 9 e 10** - Famílias em alojamento coletivo provisório na Arena Mariana. Fotos - Daniel Marengo/ Agência O Globo, novembro de 2015. Disponíveis em: <https://oglobo.globo.com/brasil/tragedia-em-minas-gerais-17979800>. Acesso em: 13/07/2022.

Zucarelli (2018, p. 137) analisa que a medida emergencial de transferência das famílias para hotéis trouxe certo alento, “especialmente porque em muitos casos já estudados, a situação provisória costuma ser permanente” — se referindo aos trabalhos de Marchezini (2009), Valencio (2009) e Siena (2010)<sup>32</sup> a respeito dos processos de desterritorialização causados por desastres, a remoção das populações residentes em áreas de risco ou já atingidas e os abrigos inicialmente temporários para onde os afetados são encaminhados, mas que podem se tornar uma alocação permanente na ausência de um reassentamento. Zucarelli (2018, p. 137) também resgata que

<sup>32</sup> Tomando o exemplo emblemático apresentado por Siena (2010) de um caso em que a situação provisória se tornou permanente, “em União dos Palmares, no Estado de Alagoas, cerca de 100 famílias que ficaram desabrigadas pela enchente do rio Mundaú, em 1988, vivem até hoje [2010] em pavilhões de um presídio desativado que foram utilizados como abrigos” (SIENA, 2010, p. 17). Em Julho de 2022 o rio Mundaú voltou a transbordar em decorrência das chuvas, atingindo mais de duas mil pessoas em União dos Palmares, além de outros municípios. Ver: G1 AL. *Rios transbordam e causam alagamentos no interior de Alagoas*. 02 de julho de 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2022/07/02/rios-transbordam-e-causam-alagamentos-no-interior-de-alagoas.ghtml>. Acesso em: 04/08/2022. / Ver também: TNH1. *Desespero de homem que perdeu tudo na inundação em União comove web*. 04/07/22. Disponível em: <https://www.tnh1.com.br/noticia/nid/desespero-de-homem-que-perdeu-tudo-na-inundacao-em-uniao-comove-web/>. Acesso em: 04/08/2022.

até a véspera do Natal de 2015, com muita luta dos moradores e empenho do Ministério Público Estadual, todas as famílias, com exceção de duas, saíram dos hotéis e foram novamente realocadas em casas alugadas. [...] muitas famílias ficaram em casas alugadas distantes umas das outras. Assim, além de as vítimas perderem seus lares e seus modos de vida, também foram alijadas do convívio das relações sociais que a proximidade com seus vizinhos, parentes e amigos lhes permitia em seus locais de origem.

Além da súbita ruptura da normalidade, o desastre trouxe uma nova dinâmica para a vida das pessoas atingidas que, “imediatamente constituíram-se em alvo de instâncias governamentais diversas que, ao enquadrarem a situação como um conflito ambiental ou socioambiental, apresentaram-se como mediadores entre a empresa e os atingidos” (ZHOURI *et al.*, 2018, p. 32). Dentre as diferentes iniciativas institucionais acionadas para gerir a crise no contexto do desastre no Rio Doce, Zucarelli (2018) menciona a “Mesa de Diálogo e Negociação Permanente com Ocupações Urbanas e Rurais e outros grupos envolvidos em Conflitos Socioambientais e Fundiários” — que não encontrou legitimidade entre as pessoas atingidas e cujo funcionamento não conseguiu prosperar —, as reuniões de negociação e conciliação com intervenção do Ministério Público Estadual de Minas Gerais — que tiveram maior efetividade —, e as audiências judiciais de conciliação entre a comissão de atingidos e as empresas réis — estabelecidas pelo juiz da Comarca de Mariana em dezembro de 2015 como incentivo à conciliação para resolução de conflitos.

Porém, os conflitos resultantes do desastre têm a ver com processos anteriores de construção de vulnerabilidades e inseguranças, uma relação anterior entre a empresa e as comunidades, além de relações intracomunitárias. O rompimento de Fundão concretizou a ameaça emergida em conflitos pré-existentes e os atingidos pelo empreendimento da Samarco passaram à condição de vítimas do desastre (ZHOURI *et al.*, 2016a; 2016b; 2018). Zhouri *et al.* (2016a, p. 36) discutem que são “lutas políticas e simbólicas estabelecidas em torno do sentido e do destino dos territórios”, nas quais os envolvidos encontram-se em posições assimétricas de capitais econômico, político e simbólico<sup>33</sup>, tendo definidas assim sua posição na relação de poder e sua capacidade de ação. Me refiro aqui aos conflitos ambientais, entendidos como as disputas entre diferentes práticas de apropriação técnica, social e cultural do mundo material com efeitos sobre um território ou sobre territórios interligados (ZHOURI *et al.*, 2016a; ZHOURI e LASCHEFSKI, 2017), que já faziam parte das relações entre as comunidades e a mineradora. Viana (2012 *apud* ZHOURI, 2016b, p. 49) destaca que

---

<sup>33</sup> Ver BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro, RJ: Editora Bertrand Brasil S/A, 1989.

o desastre provocado pela empresa Samarco (Vale/BHP Billiton) já era temido pelos moradores antes do rompimento: 68% dos entrevistados em Bento Rodrigues relataram medo em relação ao rompimento das barragens, 94% reclamaram quanto à poluição das águas, causada pelas operações da Samarco e 64% temiam que suas propriedades pudessem ser desapropriadas pela empresa.

Através do depoimento intitulado "Eu, a Samarco e o fim da Alegria", Mauro relata o histórico da relação entre a Samarco e os moradores de Bento Rodrigues e das antigas vilas operárias da SAMITRI:

*A minha relação com a Samarco começou em 1976. Nessa época, eu e minha família morávamos na Vila de Alegria, vizinha da unidade da mina de Germano. Meu pai era funcionário da empresa Samitri (atualmente Vale S/A – acionista da Samarco), e utilizava uma estrada antiga que dava acesso a Bento Rodrigues, passando pela Fábrica. Meu pai permanecia na Vila de Alegria durante a semana para trabalhar, onde eu também estudava. A estrada que utilizávamos foi eliminada para a construção das barragens de Germano (1977), Santarém (1995) e Fundão (2007). Recordo que antes da Samarco tínhamos o direito de ir e vir. Porém, posteriormente, passou a ser comum termos que cavar para transitar, pois a empresa começou a fechar a estrada com “montanhas” de terra, valas e cercas. Como a Samarco não possuía local para colocar seus rejeitos, construiu um “bota fora” muito próximo à Vila de Alegria, na Vila Velha, onde minha família residia. A Vila de Alegria era dividida por nomes que se equiparavam a bairros, como a Vila Velha, Vila Nova, Vila do Canga e a Vila dos Engenheiros. Esse “bota fora” soterrou duas pessoas nos anos 1980: o meu amigo Edvaldo, cujo corpo até hoje não foi encontrado, e um tratorista da empresa, de nome José Luiz. Mortes estas justificadas pela empresa como negligência dos pais do menino Edvaldo e imprudência do tratorista, que ao ver uma avalanche de terra pulou do trator para tentar se salvar: queriam que ele tivesse morrido dentro do trator? Diante destes fatos, a Samitri decidiu acabar com a Vila de Alegria, e determinou que a Samarco fornecesse subsídio para que cerca de 110 famílias adquirissem lotes em Mariana<sup>34</sup>. A Samarco usou como critério contemplar apenas famílias cujo domicílio eleitoral fosse a seção da Vila de Alegria, alegando que as demais famílias possuíam outro domicílio, deixando de fora cerca de 70, inclusive a minha, por possuir domicílio eleitoral em Bento Rodrigues. Trinta anos depois, após o rejeito da Samarco atingir Bento Rodrigues, vi toda essa história se repetir. Meu imóvel foi totalmente destruído, obrigando-me a deixar o local onde eu nasci, cresci e escolhi para viver. Só que desta vez a dor e a perda foram maiores. Bento Rodrigues é minha terra natal, meu domicílio eleitoral e local onde possuo estreitos laços afetivos, já que meus antepassados vivem há gerações nesse distrito. Mas esses fatos parecem irrelevantes para a Samarco, que mais uma vez utiliza critérios como lhe convém [...]. (Trecho do relato de Mauro Silva, JORNAL A SIRENE, junho de 2016).*

---

<sup>34</sup> Período analisado por Hugo (2017) sobre a expansão das atividades da SAMITRI e o fim da Vila Nova, mencionado no primeiro tópico deste capítulo. Diferente da análise que encontramos em Hugo (2017) sobre o assistencialismo e o paternalismo da SAMITRI como formas de obtenção de controle, o relato de Mauro evidencia a relação conflituosa entre a empresa e as comunidades, que teve continuidade com a Samarco.

**Figura 3** - Localização de Bento Rodrigues e das barragens de Fundão, Germano e Santarém.



Fonte: [Google Earth](https://www.google.com/earth/), 2022.

As formas de organização da vida das pessoas atingidas foram atravessadas por constantes reuniões, por um novo vocabulário, pela presença em espaços em que muitos nunca haviam frequentado antes, por cursos para formação sobre direitos humanos e direito popular, além da necessidade de engajamento ao mesmo tempo em que viviam o luto, entendiam os danos sofridos e construíam esse novo ator — o atingido. Zucarelli (2018, p. 150) ressalta que a construção do “ser atingido” é um processo que “envolve a inserção involuntária em um contexto de gestão burocrática que determina a necessidade do aprendizado de uma prática política, que estabelece normatizações e disciplinamentos e que, só assim, se transfigura enquanto prática legítima de reivindicação”. No poema “Aprender a ser atingido”, Angélica fala sobre os desafios e constrangimentos desse processo:

Tarefa difícil a minha, tarefa difícil a nossa: aprender a ser atingidos. Como assim? Precisamos nos comportar como atingidos. Tem comportamento próprio para atingido? Não sei. Sei que precisamos aprender a viver/ conviver com essa realidade. Realidade que me faz pensar em direitos, reuniões, assembleias, acordos, fundação, reconstrução, reassentamento... Conceitos que me deixam confusa. Confusão que dificulta a apreensão de palavras simples como: pedir, exigir, negociar, lutar, certo, errado. Choro por isso. Me sinto atingido por não saber ser atingido. Perdi lar, objetos afetivos, sentimento de pertencimento, acolhimento, conquistas. Não sei, como atingida, contabilizar minhas perdas ou o que ainda posso perder. Como calcular a extensão de tudo o que aconteceu? A lama de rejeito nos atingiu, e, junto com ela, veio morte, mentira, ganância, preconceito, discórdia, medo... Medo do futuro. Medo de não reconhecer a nova Paracatu. Medo de perder amigos no caminho. Medo de sentir medo. Tem curso pra aprender a ser atingido? Não, mas o tempo vai ensinando. Nesse processo de reflexão percebo, compreendo e aceito que não há um modelo. Nem é externo a mim. Vou aprender, sendo o que sou: atingida pela lama da barragem de Fundão. É necessário assumir o lugar de protagonista, de sujeito de direitos. Mas não sozinha e sim com minha gente, gente que sente e passa pelo mesmo conflito. Vou

aprender, pois estou no caminho! (Poema de Angélica Peixoto, publicado pelo Jornal A Sirene em setembro de 2016, p. 7)<sup>35</sup>.

O processo de construção do “ser atingido” acontece simultaneamente ao acionamento de diferentes medidas para gerir a crise desencadeada pelo rompimento da barragem. Por parte da Samarco, assim como foi feito pela SAMITRI durante a remoção dos moradores das vilas operárias, as medidas foram orientadas pela responsabilidade social corporativa (RSC) ou responsabilidade social empresarial (RSE). Conforme analisado por Svampa (2012), a responsabilidade social corporativa foi promovida por grandes corporações e alcançou *status* internacional através do *Global Compact* (ou Pacto Global, uma iniciativa da ONU para envolver empresas em princípios de direitos humanos, trabalho, meio ambiente e anticorrupção) no ano 2000. Acselrad (2018), porém, argumenta que para além do marco de análise sobre o

esforço de resposta empresarial às críticas sobre os efeitos sociais e ambientais de um capitalismo que se tornou global e financeirizado, de *marketing* social destinado aos acionistas e de busca de legitimação pública de projetos econômicos nos planos nacional e global, não se deveria perder de vista, por outro lado, a continuidade observável no que diz respeito ao modo pelo qual o capitalismo sempre buscou estabelecer consentimento e prevenção de riscos quando estes deram mostras de poder ameaçar a segurança de seus empreendimentos (ACSELRAD, 2018, p. 37).

Segundo Svampa (2012), a RSC (ou RSE) tem dois pontos basilares: um que diz que as corporações são protagonistas na economia globalizada e outro que afirma que, enquanto protagonistas, elas mesmas devem “lidar com os conflitos com populações locais em relação aos impactos sociais, econômicos e ecológicos, e aos riscos gerados por suas atividades econômicas” (SVAMPA, 2012, p. 49, minha tradução). Além disso, a autora também argumenta que a responsabilidade social corporativa está ligada ao conceito de governança (sobre o qual vou tratar no segundo capítulo deste trabalho) como um dispositivo de resolução de conflito micropolítico com múltiplos atores, e que esta estrutura promove a crença de que há uma relação simétrica entre as partes envolvidas, o que não acontece, de fato (SVAMPA, 2012).

---

<sup>35</sup> Poema “Aprender a ser atingido”. Escrito por Angélica Peixoto, de Paracatu. Publicado no Jornal A Sirene, edição nº 6, setembro de 2016, p. 7. Disponível em: [https://issuu.com/jornalasirene/docs/a\\_sirene\\_ed6\\_setembro\\_issu/7](https://issuu.com/jornalasirene/docs/a_sirene_ed6_setembro_issu/7). Acesso em: 19/07/22.

O central nas políticas de RSE, e que se reflete nas propostas de elaboração de relatórios da indústria, é o seu caráter autorregulado e voluntário. Ao assumir voluntariamente as responsabilidades, as empresas se posicionam como representantes do interesse público, legitimando a privatização das responsabilidades do Estado (Saguier, 2010). Ao mesmo tempo, se posicionam como agentes ético-morais, tentando orientar o debate sobre o que constituem as boas práticas de governança corporativa (Levy e Kaplan, 2008). No mesmo sentido, Shamir (2004) argumenta que as empresas recorrem à estratégia de se posicionarem como referência de moralidade, de modo a construir esquemas de preferências baseados na liberdade de escolha e não na exigência legal. Em função disso, autores como Barenjee (2010) entendem a RSE como parte de um movimento ideológico que busca legitimar e consolidar o poder das grandes corporações, evitando mais regulações estatais. Alguns autores também argumentam que as políticas de RSE são parte de um leque de estratégias corporativas para a desarticulação de conflitos e críticas relacionadas com o seu desempenho em matéria de direitos humanos e ambientais (Rowe, 2007) (GODFRID, 2018, pp. 163-164).

Soma-se a esses elementos um termo cunhado em 2004 pelo Pacto Global em parceria com o Banco Mundial, que tem aparecido cada vez com mais frequência no meio corporativo da mineração como indicador de uma “mineração responsável”. A sigla em inglês ESG que significa *environmental, social and governance*, diz respeito às práticas ambientais, sociais e de governança de uma empresa (PACTO GLOBAL, 2022).

Em suma, a combinação dos três eixos — desenvolvimento sustentável, responsabilidade social corporativa e governança — configura a estrutura compartilhada do discurso dominante que visa legitimar os projetos econômicos extrativistas. Ao mesmo tempo, desenvolve sua aceitação local através de um poderoso mecanismo de controle biopolítico da população (SVAMPA, 2012, p. 49, minha tradução).

Esse controle biopolítico, para Foucault (2012), diz respeito ao movimento de conversão da vida biológica em objeto político, passando a ser produzida e controlada, e sobre a qual há possibilidade de “*causar a morte ou deixar viver*” (FOUCAULT, 2012, p. 150). No contexto da mineração, trata-se de uma mineração que é ao mesmo tempo forma de vida e de morte (SILVA, 2019), na qual o direito à vida e como ele é exercido fica subordinado aos interesses privados das mesmas empresas causadoras dos desastres. Como discutido por Zhouri (2019, p. 49), as definições e os parâmetros

para identificação da área atingida conjugam a lógica da rentabilidade dos negócios com tecnologias de governança que permeiam tanto o licenciamento ambiental como o gerenciamento dos desastres. Tecnologias de governo estabelecidas desde o século XVIII na Europa (FOUCAULT, 2008) recorrem aos dispositivos matemáticos e estatísticos, os recursos demográficos, que se valem da padronização do tecido social por meio de categorias como população e espaço, com a finalidade de controle do outro. Assim, mapas, listas, cadastros dispõem números que, a propósito de apreender

a realidade, na verdade, criam-na. [...] Cria-se, portanto, fórmulas de legibilidade e ilegibilidade que permitem incluir e excluir grupos de pessoas.

As medidas tomadas pelas instituições públicas foram em direção à conciliação e ao acordo, embora elas tenham evidenciado também relações de poder estabelecidas através de uma *harmonia coerciva* (NADER, 1994). Laura Nader (1994) analisa o modelo legal de harmonia como uma técnica de pacificação com funcionamentos coercivos, que tende a silenciar quem fala ou age de forma irada. Ela aponta que é difícil compreender a colonização mental envolvida na harmonia coerciva, “visto que esta acontece de forma vagarosa e crescente durante muitos anos [...], mas] é altamente provável que a ideologia da harmonia faça parte do sistema de controle hegemônico que se espalhou pelo mundo todo” (NADER, 1994, p. 20).

Segundo Nader (1994), o formato legal adotado pela ideologia da harmonia é a ADR (Alternative Dispute Resolution), que significa Resolução Alternativa de Disputas, trabalhada por autoras e autores brasileiros como Resolução Negociada de Conflitos<sup>36</sup>. “O enfoque, geralmente, volta-se para a mediação e a arbitragem. Esta veio a ser conhecida como justiça informal [...] que promoveu o acordo, mais que vencer ou perder, que substituiu o confronto pela harmonia e pelo consenso, a guerra pela paz, as soluções vencer ou vencer” (NADER, 1994, p. 20).

Esse projeto de pacificação compreende os pleiteantes como “‘pacientes’ que necessitam de ajuda” (NADER, 1994, p. 22) e envolve mediações que controlam a definição do problema, o discurso, a expressão corporal, proíbem a ira e limitam a liberdade. Orientados pelo modelo da harmonia, priorizando a conciliação como parte de uma política de pacificação, os acordos se configuram como mecanismos de resolução de conflitos acionados na gestão da crise, ou, como veremos no Capítulo 2, na governança do desastre. Os desdobramentos das medidas tomadas para gerir o desastre geram novas afetações àquelas pessoas que já foram vítimas e ainda constroem sua identidade política enquanto atingidas. E, nesse contexto, as empresas vão acionando estratégias herdadas ou emprestadas de outras experiências, sobretudo na esteira do poder.

---

<sup>36</sup> A título de exemplo, ver: ZHOURI, Andréa; VALENCIO, Norma (orgs.). Formas de matar, de morrer e de resistir: limites da resolução negociada de conflitos ambientais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013. / OLIVEIRA, Raquel; ZUCARELLI, Marcos Cristiano. A gestão dos conflitos e seus efeitos políticos: Apontamentos de pesquisa sobre mineração no Espinhaço, Minas Gerais. Revista Antropolítica, n. 49, Niterói, p. 42-71, 2. quadr. 2020. / LASCHEFSKI, Klemens Augustinus. Rompimento de barragens em Mariana e Brumadinho (MG): Desastres como meio de acumulação por despossessão. AMBIENTES - Revista de Geografia e Ecologia Política, Volume 2, Número 1, 2020, pp. 98-143. / LASCHEFSKI, Klemens Augustinus. O extrativismo 4.0 e o ‘regime ambiental coronelista’: A articulação de sistemas ambientais brasileiros com esquemas de governança *multistakeholder* global. AMBIENTES - Revista de Geografia e Ecologia Política. Volume 3, Número 2, 2022, pp. 107-161.

## CAPÍTULO 2 - A CRIAÇÃO DA FUNDAÇÃO RENOVA COMO “BOA GOVERNANÇA” DO DESASTRE DA SAMARCO/ VALE/ BHP BILLITON

Como discutido no capítulo anterior, dentre as medidas de resposta institucional ao desastre, destacam-se as buscas por conciliação de conflitos. Algumas dessas negociações culminaram em acordos feitos em âmbito judicial e na criação de uma Fundação que passou a ser responsável pela reparação dos danos causados pelo rompimento da barragem de Fundão. Este capítulo consiste na análise do processo de criação desta fundação (a Fundação Renova), e de aspectos gerais sobre seu papel na governança do desastre.

### 2.1 - ARQUITETURA DA GOVERNANÇA NO DESASTRE DA SAMARCO/ VALE/ BHP BILLITON

Seis dias após o rompimento da barragem de Fundão em Mariana (MG), o fotógrafo e fundador do Instituto Terra<sup>37</sup>, Sebastião Salgado, e o governador do Espírito Santo, Paulo Hartung, conversaram sobre um projeto intitulado “Olhos D’Água” como possível solução técnica para a recuperação do Rio Doce (G1, 2015). A proposta de parceria com o Instituto Terra foi apresentada à presidenta Dilma Rousseff pelo governador Paulo Hartung no dia 12 de novembro de 2015 (G1, 2015) e, no dia seguinte, a chefe do governo federal recebeu Sebastião Salgado para conversar sobre a revitalização da Bacia do Rio Doce utilizando ferramentas do projeto Olhos D’Água. Em entrevista ao jornal Gazeta, Sebastião Salgado (Instituto Terra) falou sobre as propostas levadas à chefe do governo federal:

“A nossa proposta é que as empresas donas da Samarco, a BHP e a Vale, constituam um **mega fundo** com todos os recursos necessários para recuperar todas as nascentes do Vale Rio Doce. Esse fundo vai fazer com que o rio passe de um desastre terrível a um Vale que, a médio e longo prazo, seja um modelo para o Brasil. E que seja um projeto piloto. Então, hoje, o Governo Federal está constituindo um pequeno comitê que vai **negociar com as empresas** na direção da constituição desse fundo. **Melhor seria se houvesse um acordo**, pois os presidentes dessas empresas também têm plena

---

<sup>37</sup> O Instituto Terra foi criado em 1998, pelo casal Lélia Deluiz Salgado e Sebastião Salgado, como uma organização civil sem fins lucrativos voltada para restauração ecossistêmica, pesquisa científica, extensão e educação ambiental. Desde a fundação, as mineradoras Vale e Samarco fazem parte da lista de patrocinadores, parceiros e doadores do Instituto. A Fundação Renova integra essa lista desde 2016, quando foi criada. Ver: INSTITUTO TERRA. *Sobre a instituição*. Disponível em <https://institutoterra.org/o-instituto/>. Acesso em 22/02/2021.

consciência do desastre. [...] A presidente achou a ideia fantástica” (GAZETA ONLINE, 2015. Grifos acrescidos).

Em 30 de novembro de 2015, a Advocacia Geral da União (AGU), juntamente com a Advocacia Geral do Estado de Minas Gerais (AGE/MG) e a Procuradoria Geral do Estado do Espírito Santo (PGE/ES), ajuizaram na Justiça Federal do Distrito Federal uma Ação Civil Pública (ACP)<sup>38</sup> contra a Samarco e suas mantenedoras, Vale e BHP Billiton, que depois foi deslocada para tramitar na Justiça Federal de Minas Gerais (AGÊNCIA BRASIL, 2015a; 2015b). A ACP buscava responsabilizar as mineradoras e obrigá-las a reparar integralmente os danos causados pelo rompimento da barragem. Na petição inicial, os autores solicitaram que os valores destinados à reparação fossem alocados em um fundo próprio, que poderia ser materializado sob a forma de fundação de direito privado, instituída e mantida pelas empresas, com gestão independente.

Paralelamente, em nível local, a Promotoria de Justiça da Comarca de Mariana (MG) também ajuizou uma Ação Civil Pública<sup>39</sup> contra as empresas Samarco, Vale e BHP Billiton, no dia 10 de dezembro de 2015 (AGÊNCIA BRASIL, 2015c). A ação destinada a moradores atingidos de Mariana e dos distritos e subdistritos de Bento Rodrigues, Camargos, Paracatu, Ponte do Gama, Pedras e Campinas, pautou, entre outras coisas: auxílio mensal até o completo reassentamento e reativação econômica das famílias atingidas; garantia de moradias adequadas em casas alugadas e mobiliadas; assistência para resgate de bens e animais das vítimas; antecipação de indenização de automóveis destruídos; identificação e cadastramento de todos os atingidos pelo desastre; indenização integral pelos danos materiais e morais; e reconstrução das comunidades.

Por contar com uma Ação Civil Pública local, o município de Mariana segue um ritmo diferente do adotado no restante da Bacia do Rio Doce. Exemplos disso são a conquista de uma Assessoria Técnica Independente (ATI) para as pessoas atingidas antes dos demais municípios ao longo da bacia e o acordo que estabeleceu pagamento imediato de indenização no valor de R\$ 20 mil às famílias marianenses atingidas, além do pagamento mensal de um salário-mínimo, mais 20% por dependente, e uma cesta básica, até o reassentamento completo das comunidades. Também foi nesse contexto que Mariana passou a ter diferentes espaços de disputa em torno

<sup>38</sup> Processo nº 0069758-61.2015.4.01.3400. Disponível em <https://processual.trf1.jus.br/consultaProcessual/processo.php#>. Acesso em 18/03/2022.

<sup>39</sup> Processo nº 0043356-50.2015.8.13.0400. Disponível em <https://pje-consulta-publica.tjmg.jus.br/pje/ConsultaPublica/DetalleProcessoConsultaPublica/listView.seam?ca=642c7d9d33e8ace4671e4d9ad70188f8e98c196116e72b82>. Acesso em 18/03/2022.

da reparação, como grupos de trabalho, reuniões e audiências de conciliação — alguns desses analisados durante esta pesquisa para identificar as formas de atuação da Fundação Renova.

No âmbito federal, em janeiro de 2016, a União e os governos de Minas Gerais e Espírito Santo sinalizaram a possibilidade de um acordo judicial com as mineradoras (AGÊNCIA BRASIL, 2016a). Na ocasião, a Ministra do Meio Ambiente informou em entrevista à Agência Brasil (2016a) que a Vale, em nome das duas outras empresas, procurou o Comitê de Revitalização da Bacia do Rio Doce para informar o interesse em fazer o acordo na justiça. A partir disso,

iniciou-se uma sequência de reuniões preparatórias e encontros presenciais entre os representantes dos órgãos da Advocacia Pública (AGU, AGE/MG e PGE/ES) para alinhamento prévio e definição da metodologia de diálogo com as empresas. A primeira reunião com os dirigentes e advogados das mineradoras foi realizada no dia 19 de janeiro de 2016, 74 dias após o desastre, na sede da AGU, em Minas Gerais (ADAMS *et al*, 2019, p. 59).

No mesmo dia em que os órgãos da Advocacia Pública (AGU, AGE/MG e PGE/ES) se reuniram com representantes das mineradoras, o Ministério Público Federal encaminhou ofício à União e aos estados de Minas Gerais e Espírito Santo, apresentando questionamentos e solicitando mais informações sobre o acordo que estava sendo discutido (AGÊNCIA BRASIL, 2016b; MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, 2016a). Na ocasião, José Adércio Leite Sampaio, procurador da República e coordenador da Força-Tarefa do MPF para investigar o desastre afirmou:

*Nossos questionamentos envolvem aspectos que precisam ser melhor esclarecidos, pois esse acordo deve atender primordialmente aos interesses da sociedade e do meio ambiente. A pressa, imprimida pela velocidade política e econômica, não pode atropelar os direitos das comunidades atingidas e a efetiva reparação ambiental. [...] Até agora nos pareceu uma proposta demasiadamente genérica, pondo em dúvida se haverá efetiva proteção dos interesses fundamentais das pessoas direta e indiretamente atingidas pelo rompimento da barragem, assim como a tutela integral do meio ambiente degradado (José Adércio Leite Sampaio, MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, 2016a).*

A negociação do acordo foi adiante e no dia 02 de março de 2016 foi assinado, em Brasília, o Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta (TTAC) (AGÊNCIA BRASIL, 2016c; UNIÃO *et al*, 2016). Um acordo firmado entre União, Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), Agência Nacional de Águas (ANA), Departamento

Nacional de Produção Mineral (DNPM<sup>40</sup>), Fundação Nacional do Índio (FUNAI), Estado de Minas Gerais, Instituto Estadual de Florestas (IEF), Instituto Mineiro de Gestão de Águas (IGAM), Fundação Estadual de Meio Ambiente (FEAM), Estado do Espírito Santo, Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (IEMA), Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Espírito Santo (IDAF), Agência Estadual de Recursos Hídricos (AGERH), Samarco Mineração S/A, Vale S/A, e BHP Billiton Brasil Ltda.. Esse documento, que ficou conhecido entre os atingidos como “acordão”, teve como objetivo acelerar o processo de recuperação da Bacia do Rio Doce, prevendo diretrizes de reparação, através de 41 programas reparatórios (que compreenderam as ações para mitigar e reparar danos socioambientais e econômicos) e compensatórios (com ações para compensar os danos irreparáveis).

Embora o TTAC defina 41 programas, a Fundação Renova desmembrou um dos programas, totalizando 42. A lista apresentada no *site* da Fundação diverge da sequência apresentada no documento oficial, além de conter nomenclaturas diferentes, como mostra a tabela a seguir:

<b>Programas previstos no TTAC (UNIÃO et al., 2016)</b>	<b>Programas listados no <i>site</i> da Fundação Renova (acesso em janeiro de 2023)</b>
1. “Programa de levantamento e de cadastro dos impactados - PLCI” (UNIÃO <i>et al.</i> , 2016, p. 32): com objetivo de identificar as pessoas físicas, famílias e comunidades que sofreram danos sociais, culturais, econômicos ou ambientais.	1- Programa de levantamento e cadastro dos impactados
2. “Programa de ressarcimento e de indenização dos impactados” (UNIÃO <i>et al.</i> , 2016, p. 35): com objetivo de negociar e pagar indenização às pessoas atingidas, mediante comprovação de prejuízos e danos.	2- Programa de ressarcimento e indenização dos impactados
3. “Programa de proteção e recuperação da qualidade de vida dos povos indígenas” (UNIÃO <i>et al.</i> , 2016, p. 37): com o objetivo de oferecer atendimento especializado aos povos indígenas do território Krenak e das terras indígenas de Comboios, Tupiniquim e Caieiras Velhas II, atingidos pelo rompimento da barragem de Fundão.	3- Programa de proteção e recuperação da qualidade de vida dos povos indígenas

<sup>40</sup> Substituído pela Agência Nacional de Mineração (ANM), em 2017, através da Lei n.º 13.575/2017.

<p>4. “Programa de proteção e recuperação da qualidade de vida de outros povos e comunidades tradicionais” (UNIÃO <i>et al</i>, 2016, p. 41): com o objetivo de identificar os danos às Comunidades Remanescentes do Quilombo de Santa Efigênia, em Mariana - MG (e outras comunidades identificadas pelo poder público como atingidas), e implementar medidas emergenciais.</p>	<p>4- Programa de qualidade de vida de outros povos e comunidades tradicionais</p>
<p>5. “Programa de proteção social” (UNIÃO <i>et al</i>, 2016, p. 43): com objetivo de promover ações socioassistenciais, socioculturais e apoio psicossocial às pessoas e famílias atingidas.</p>	<p>5- Programa de proteção social</p>
<p>6. “Programa de Comunicação, Participação, Diálogo e Controle Social” (UNIÃO <i>et al</i>, 2016, p. 44): com objetivo de dar acesso à informação ampla, transparente, completa e pública, em linguagem acessível, adequada e compreensível a todos os interessados; promover participação das pessoas físicas e jurídicas, comunidades e movimentos sociais organizados; e garantir canais de atendimento adequado aos grupos vulneráveis.</p>	<p>6- Programa de comunicação, participação, diálogo e controle social</p>
<p>7. “Programa de Assistência aos Animais” (UNIÃO <i>et al</i>, 2016, p. 46): com objetivo de atender os animais extraviados e desalojados em Mariana (MG) e Barra Longa (MG), através do resgate, recolhimento, cuidado, cadastramento e devolução aos tutores, ou promoção de adoção daqueles não retirados pelos tutores ou envio dos animais não adotados para um Santuário.</p>	<p>7- Programa de assistência aos animais</p>
<p>8. “Programa de reconstrução, recuperação e realocação de Bento Rodrigues, Paracatu de Baixo e Gesteira” (UNIÃO <i>et al</i>, 2016, p. 47): com objetivo de reconstruir e reassentar as comunidades de Bento Rodrigues, Paracatu de Baixo e Gesteira, atingidas pelo rompimento da barragem de Fundão.</p>	<p>8- Programa de reconstrução de vilas</p>
<p>9. “Programa de recuperação do Reservatório da UHE Risoleta Neves” (UNIÃO <i>et al</i>, 2016, p. 49): com objetivo de desassorear o reservatório e recuperar as condições de operação da Usina</p>	<p>9- Programa de recuperação do reservatório da UHE Risoleta Neves</p>

<p>Hidrelétrica Risoleta Neves (também conhecida como Candonga, seu antigo nome).</p>	
<p>10. “Programa de Recuperação das demais comunidades e infraestruturas impactadas entre Fundão e Candonga, inclusive Barra Longa” (UNIÃO <i>et al</i>, 2016, p. 49): com objetivo de recuperar ou reconstruir as infraestruturas danificadas.</p>	<p>10- Programa de recuperação das demais comunidades e infraestruturas impactadas entre Fundão e Candonga</p>
<p>11. “Programa de Recuperação das Escolas e Reintegração da Comunidade Escolar” (UNIÃO <i>et al</i>, 2016, p. 52): com objetivo de reconstruir, adquirir mobiliário, equipamentos e materiais necessários às escolas atingidas entre a barragem de Fundão e Candonga (UHE Risoleta Neves).</p>	<p>11- Programa de recuperação das escolas e reintegração da comunidade escolar</p>
<p>12. “Programa de Preservação da Memória Histórica, Cultural e Artística” (UNIÃO <i>et al</i>, 2016, p. 53): com objetivo de recuperar bens culturais de natureza material e preservar patrimônio cultural das comunidades de Bento Rodrigues, Paracatu de Baixo e Gesteira.</p>	<p>12- Programa de memória histórica, cultural e artística</p>
<p>13. “Programa de apoio ao turismo, cultura, esporte e lazer, de cunho reparatório e compensatório” (UNIÃO <i>et al</i>, 2016, p. 55): com objetivo de diagnosticar os danos ao turismo, à cultura, ao esporte e ao lazer nos municípios atingidos e realizar medidas compensatórias.</p>	<p>13- Programa de turismo, cultura, esporte e lazer</p>
<p>14. “Programa de Apoio à Saúde Física e Mental da População Impactada” (UNIÃO <i>et al</i>, 2016, p. 57): com objetivo de apoiar a elaboração e a implantação do Protocolo de monitoramento da saúde da população exposta aos efeitos do desastre em Mariana (MG) e Barra Longa (MG).</p>	<p>14- Programa de apoio à saúde física e mental da população impactada</p>
<p>15. “Programa de Apoio à Pesquisa para Desenvolvimento e Utilização de Tecnologias Socioeconômicas Aplicadas à Remediação dos Impactos, de natureza compensatória” (UNIÃO <i>et al</i>, 2016, p. 59): com objetivo de fomentar e financiar a produção de conhecimento sobre a recuperação das áreas afetadas pelo desastre, com</p>	<p>15- Programa de promoção da inovação</p>

<p>criação e fortalecimento de linhas de pesquisa de tecnologias aplicadas.</p>	
<p>16. “Programa de Retomada das Atividades Aquícolas e Pesqueiras” (UNIÃO <i>et al</i>, 2016, p. 60): com objetivo de atender os pescadores atingidos, recompor as áreas produtivas e condições de pesca (incluindo equipamentos e infraestrutura para conservação, industrialização e comercialização do pescado).</p>	<p>16- Programa de retomada das atividades aquícolas e pesqueiras</p>
<p>17. “Programa de Retomada das Atividades Agropecuárias” (UNIÃO <i>et al</i>, 2016, p. 61): com o objetivo de recuperar as atividades agropecuárias dos produtores atingidos ao longo da calha do Rio Doce.</p>	<p>17- Programa de retomada das atividades agropecuárias</p>
<p>18. “Programa de Recuperação e Diversificação da Economia Regional com Incentivo à Indústria, de cunho compensatório” (UNIÃO <i>et al</i>, 2016, p. 63): com objetivo de adotar estratégias para desenvolvimento de outras atividades econômicas na região, que promovam a diminuição da dependência com a mineração.</p>	<p>18- Programa de desenvolvimento e diversificação econômica</p>
<p>19. “Programa de Recuperação de Micro e Pequenos Negócios no Setor de Comércio, Serviços e Produtivo” (UNIÃO <i>et al</i>, 2016, p. 64): com o objetivo de recuperar micro e pequenos negócios no setor de comércio, serviços e produtivo entre Fundão e Candonga (em Minas Gerais), em Regência (ES) e Povoação (ES).</p>	<p>19- Programa de recuperação de micro e pequenos negócios</p>
<p>20. “Programa de Estímulo à Contratação Local, de cunho compensatório” (UNIÃO <i>et al</i>, 2016, p. 65): com objetivo de priorização de contratação de mão de obra e fornecedores locais para as ações desenvolvidas em todo o percurso atingido, de Fundão à Regência.</p>	<p>20- Programa de estímulo à contratação local</p>
<p>21. “Programa de Auxílio Financeiro Emergencial aos impactados” (UNIÃO <i>et al</i>, 2016, p. 66): com objetivo de auxiliar financeiramente, de forma emergencial, a população atingida que teve sua renda comprometida em razão de interrupção</p>	<p>21- Programa de auxílio financeiro emergencial</p>

comprovada de suas atividades produtivas ou econômicas em decorrência do rompimento da barragem de Fundão.	
22. “Programa de Ressarcimento dos gastos públicos extraordinários dos Compromitentes” (UNIÃO <i>et al</i> , 2016, p. 67): com objetivo de ressarcir os Compromitentes <sup>41</sup> do acordo pelos gastos públicos extraordinários comprovados decorrentes do desastre.	<u>22- Programa de gerenciamento dos programas socioeconômicos</u>
23. “Programa de gerenciamento dos programas socioeconômicos” (UNIÃO <i>et al</i> , 2016, p. 68): com objetivo de gerir, monitorar e avaliar todos os programas do acordo, através de sistemas de informação, banco de dados e definição de indicadores.	<u>23- Programa de manejo de rejeitos</u>
24. “Programa de manejo dos rejeitos decorrentes do rompimento da barragem de Fundão” (UNIÃO <i>et al</i> , 2016, p. 70): com objetivo de estabilização e manejo dos rejeitos despejados da barragem de Fundão.	<u>24- Programa de implantação de sistemas de contenção dos rejeitos e de tratamento nos locais de impacto nos rios</u>
25. “Programa de implantação de sistemas de contenção dos rejeitos e de tratamento <i>in situ</i> dos rios impactados” (UNIÃO <i>et al</i> , 2016, p. 71): com objetivo de construir e operar estruturas emergenciais de contenção e sistemas de tratamento do rejeito entre a barragem de Fundão e a UHE Risoleta Neves.	<b>25- Programa de revegetação, enrocamentos e outros métodos</b>
26. “Programa de recuperação da Área Ambiental 1 nos municípios de Mariana, Barra Longa, Rio Doce e Santa Cruz do Escalvado” (UNIÃO <i>et al</i> , 2016, p. 72): com objetivo de revegetar e recuperar extensões da Área Ambiental 1 <sup>42</sup> , em Mariana (MG), Barra Longa (MG), Rio Doce (MG) e Santa Cruz do Escalvado (MG).	<u>26- Programa de recuperação de áreas de preservação permanente (APPs) e recargas hídricas</u>

<sup>41</sup> Os COMPROMITENTES são: União; IBAMA; ICMBio; ANA; DNPM; FUNAI; Estado de Minas Gerais; IEF; IGAM; FEAM; Estado do Espírito Santo; IEMA; IDAF; e AGERH. Ver UNIÃO *et al*, 2016, p. 1.

<sup>42</sup> A ÁREA AMBIENTAL 1 compreende “as áreas abrangidas pela deposição de rejeitos nas calhas e margens dos rios Gualaxo do Norte, Carmo e Doce, considerando os respectivos trechos de seus formadores e tributários, bem como as regiões estuarinas, costeiras e marinha” na extensão atingida pelo rompimento da barragem de Fundão (UNIÃO *et al*, 2016, p. 9).

<p>27. “Programa de recuperação das Áreas de Preservação Permanente (APP) e áreas de recarga da Bacia do Rio Doce com controle de processos erosivos” (UNIÃO <i>et al</i>, 2016, p. 73): com objetivo de recuperar APPs degradadas através de reflorestamento e/ou regeneração.</p>	<p><u>27- Programa de recuperação de nascentes</u></p>
<p>28. “Programa de recuperação de nascentes” (UNIÃO <i>et al</i>, 2016, p. 74): com o objetivo de recuperar cinco mil nascentes na Bacia do Rio Doce.</p>	<p><u>28- Programa de conservação da biodiversidade</u></p>
<p>29. “Programa de conservação da biodiversidade aquática” (UNIÃO <i>et al</i>, 2016, p. 75): com o objetivo de recuperar e conservar a biodiversidade em água doce, zona costeira e estuarina e área marinha atingidas pelo rompimento da barragem de Fundão.</p>	<p><u>29- Programa de recuperação da fauna silvestre</u></p>
<p>30. “Programa de fortalecimento das estruturas de triagem e reintrodução da fauna silvestre” (UNIÃO <i>et al</i>, 2016, p. 77): com o objetivo de construir e aparelhar dois Centros de Triagem e Reabilitação de Animais Silvestres (CETAS) em áreas indicadas pelo IBAMA.</p>	<p><u>30- Programa de fauna e flora terrestre</u></p>
<p>31. “Programa de conservação da fauna e flora terrestre” (UNIÃO <i>et al</i>, 2016, p. 78): com o objetivo de identificar os danos às espécies terrestres ameaçadas de extinção na Área Ambiental 1, com apresentar um plano de conservação da fauna e flora terrestre.</p>	<p><u>31- Programa de coleta e tratamento de esgoto e destinação de resíduos sólidos</u></p>
<p>32. “Programa de coleta e tratamento de esgoto e de destinação de resíduos sólidos” (UNIÃO <i>et al</i>, 2016, p. 78): com objetivo de disponibilizar recursos financeiros aos municípios da Área Ambiental 2<sup>43</sup> para custear a elaboração e</p>	<p><u>32- Programa de melhoria do sistema de abastecimento de água</u></p>

<sup>43</sup> A ÁREA AMBIENTAL 2 compreende os municípios banhados pelo Rio Doce e pelos trechos atingidos dos Rios Gualaxo do Norte e Carmo. São eles: Mariana (MG), Barra Longa (MG), Rio Doce (MG), Santa Cruz do Escalvado (MG), Sem-Peixe (MG), Rio Casca (MG), São Pedro dos Ferros (MG), São Domingos do Prata (MG), São José do Goiabal (MG), Raul Soares (MG), Dionísio (MG), Córrego Novo (MG), Pingo d’Água (MG), Marliéria (MG), Bom Jesus do Galho (MG), Timóteo (MG), Caratinga (MG), Ipatinga (MG), Santana do Paraíso (MG), Ipaba (MG), Belo Oriente (MG), Bugre (MG), Iapu (MG), Naque (MG), Periquito (MG), Sobralia (MG), Fernandes Tourinho (MG), Alpercata (MG), Governador Valadares (MG), Tumiritinga (MG) Galileia (MG), Conselheiro Pena (MG), Resplendor (MG), Itueta (MG), Aimorés (MG), Baixo Guandu (ES), Colatina (ES), Marilândia (ES) e Linhares (ES). Ver UNIÃO *et al*, 2016, p. 9.

implementação de planos e projetos de saneamento básico.	
33. “Programa de melhoria dos sistemas de abastecimento de água” (UNIÃO <i>et al</i> , 2016, p. 80): com o objetivo de construir sistemas alternativos de captação e adução, além de melhoria das estações de tratamento de água para os municípios que captam diretamente da calha do Rio Doce e tiveram o abastecimento público inviabilizado pelo rompimento da barragem de Fundão.	<b>33- Programa de educação para revitalização da bacia do Rio Doce</b>
34. “Programa de educação ambiental e preparação para as emergências ambientais” (UNIÃO <i>et al</i> , 2016, p. 81): com objetivo de implementar medidas de educação ambiental em parceria com as Prefeituras dos municípios da Área Ambiental 1, além de medidas de apoio aos sistemas de emergência e alerta da Defesa Civil dos municípios de Mariana e Barra Longa.	<b>34- Programa de preparação para emergências ambientais</b>
35. “Programa de informação para a população da Área Ambiental 1” (UNIÃO <i>et al</i> , 2016, p. 82): com o objetivo de implantar um centro de informações técnicas na Área Ambiental 1, criar uma base física regional em Minas Gerais e uma no Espírito Santo.	35 - Programa de informação para a população
36. “Programa de comunicação nacional e internacional” (UNIÃO <i>et al</i> , 2016, p. 82): com o objetivo de criar e manter por 10 (dez) anos um programa de comunicação regional, nacional e internacional em sítio eletrônico, com versão em pelo menos três idiomas, abrangendo ações, atividades e programas decorrentes do acordo.	36 - Programa de comunicação nacional e internacional
37. “Programa de gestão de riscos ambientais na Área Ambiental 1 da Bacia do Rio Doce” (UNIÃO <i>et al</i> , 2016, p. 83): com objetivo de identificar riscos ambientais na Área Ambiental 1 e propor ações preventivas e mitigatórias.	37 - Programa de gestão de riscos ambientais

<p>38. “Programa de investigação e monitoramento da Bacia do Rio Doce, áreas estuarinas<sup>44</sup>, costeiras e marinha” (UNIÃO <i>et al</i>, 2016, p. 83): com objetivo de criar um programa de monitoramento quali-quantitativo sistemático (PMQQS) de água e sedimentos, além de avaliação de riscos toxicológicos e ecotoxicológicos na Área Ambiental 1.</p>	<p>38- Programa de monitoramento da bacia do Rio Doce</p>
<p>39. “Programa de consolidação de unidades de conservação” (UNIÃO <i>et al</i>, 2016, p. 85): com objetivo de custear estudos referentes aos danos e implementar ações de reparação necessárias nas seguintes Unidades de Conservação atingidas pelo rompimento da barragem de Fundão: Parque Estadual do Rio Doce / MG, Reserva Biológica de Comboios, Área de Proteção Ambiental Costa das Algas e Refúgio de Vida Silvestre de Santa Cruz.</p>	<p>39 - Programa de unidades de conservação</p>
<p>40. “Programa de fomento à implantação do CAR e dos PRAs na Área Ambiental 1 da Bacia do Rio Doce” (UNIÃO <i>et al</i>, 2016, p. 86): com objetivo de dar suporte técnico no Cadastro Ambiental Rural (CAR) e na implementação dos Programas de Regularização Ambiental (PRA) das propriedades rurais atingidas localizadas na Área Ambiental 1.</p>	<p>40 - Programa de fomento ao CAR e PRA</p>
<p>41. “Programa de gerenciamento do plano de recuperação ambiental da Bacia do Rio Doce, áreas estuarinas, costeiras e marinha” (UNIÃO <i>et al</i>, 2016, p. 86): com objetivo de incluir mecanismos de gestão, monitoramento e avaliação nos projetos socioambientais, incluindo sistemas de informação, banco de dados e definição de indicadores.</p>	<p>41- Programa de gerenciamento dos programas socioambientais</p>
<p>-</p>	<p>42- Programa de ressarcimento dos gastos públicos extraordinários</p>

**Tabela 1** - Programas previstos no TTAC (2016) x Programas listados no *site* da Fundação Renova (acesso em dezembro de 2022). Fonte: Elaboração própria a partir de União et al. (2016); Fundação Renova (2023a; 2023b). Os programas sublinhados estão em ordem diferente do TTAC na lista da Fundação Renova, enquanto os programas em **negrito** são aqueles com nomes diferentes do previsto no TTAC.

<sup>44</sup> Área estuarina é a região que se encontra em um estuário, ponto onde o rio deságua no mar (foz).

Além dos programas, o acordo estabeleceu que a Samarco e suas acionistas (Vale e BHP Billiton) deveriam instituir uma Fundação de direito privado, sem fins lucrativos, com autonomia em relação às empresas, que ficaria responsável por gerir e executar as ações de reparação. O TTAC também estipulou que essa Fundação deveria ter sede em Belo Horizonte (MG) e ser regida por um estatuto social próprio, com definições sobre a composição, funcionamento, objetivos e atribuições dos órgãos internos. Além disso, a Fundação teria um Conselho Curador, uma Diretoria Executiva, um Conselho Consultivo e um Conselho Fiscal, nos termos de seu estatuto social, podendo, ainda, firmar convênios e parcerias com entidades do Poder Público e com organizações da sociedade civil.

Quanto às instâncias externas de fiscalização e acompanhamento, o TTAC estabeleceu a criação de um Comitê Interfederativo (CIF), constituído por representantes dos entes públicos, responsável por validar, acompanhar, monitorar e fiscalizar as ações executadas pela Fundação, através de Câmaras Técnicas temáticas<sup>45</sup>. Além do CIF, as atividades deveriam ser permanentemente fiscalizadas por uma auditoria externa independente e, no bojo da legislação nacional, pela Curadoria de Fundações do Ministério Público do Estado de Minas Gerais – através da Promotoria de Justiça de Tutela das Fundações<sup>46</sup>. O TTAC estipulou, ainda, a criação de um Painel Consultivo de Especialistas, como instância permanente e externa, com objetivo de emitir opiniões técnicas e buscar solução para divergências entre o Comitê Interfederativo e a Fundação. Tais instâncias internas e externas à Fundação, bem como as interlocuções entre elas podem ser observadas a seguir:

---

<sup>45</sup>As Câmaras Técnicas instituídas ficaram encarregadas de tratar dos seguintes temas: 1) Gestão de Rejeitos e Segurança Ambiental; 2) Segurança Hídrica e Qualidade de Água; 3) Reconstrução e Recuperação de Infraestrutura; 4) Comunicação, Participação Diálogo e Controle Social; 5) Economia e Inovação; 6) Restauração Florestal e Produção de Água; 7) Conservação e Biodiversidade; 8) Indígenas e Povos e Comunidades Tradicionais; 9) Saúde; 10) Educação, Cultura, Lazer e Informação; 11) Organização Social e Auxílio Emergencial.

<sup>46</sup>Na estrutura dos Ministérios Públicos existem divisões por áreas e temas de atuação. As Promotorias de Justiça de Tutela das Fundações estão inseridas atualmente na área de Cidadania, no tema de Fundações e Alianças Intersetoriais. “As fundações são permanentemente acompanhadas pelo Ministério Público, desde o seu nascimento até eventual morte jurídica, de forma judicial e extrajudicial. A atuação das Promotorias de Justiça de Tutela das Fundações do Estado de Minas Gerais está disciplinada na [Resolução nº 30/2015](#).”. Ver MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS. Fundações e Alianças Intersetoriais. Disponível em: <https://www.mpmg.mp.br/portal/menu/areas-de-atuacao/cidadania/fundacoes-e-aliancas-intersetoriais>. Acesso em 07/04/2022.

**Figura 4** - Instâncias internas e externas à Fundação estabelecidas no TTAC.



Fonte: Elaboração própria a partir de UNIÃO *et al.* (2016)

O TTAC foi alvo de fortes críticas principalmente por não ter a participação das pessoas atingidas em sua elaboração. Em maio de 2016 o Ministério Público Federal ajuizou uma Ação Civil Pública<sup>47</sup> contra as empresas Samarco, Vale e BHP Billiton, além de diversos entes públicos<sup>48</sup>. Na referida ACP, dentre outras providências, foi solicitada impugnação do acordo entendendo que o mesmo

não tutela de forma integral, adequada e suficiente os direitos coletivos afetados, violando preceitos constitucionais como os princípios democrático e do poluidor-pagador, uma vez que: i) houve ausência de participação efetiva dos atingidos nas negociações, violando a lógica do devido processo legal coletivo<sup>49</sup>; ii) houve limitação

<sup>47</sup> Autos nº 60017-58.2015.4.01.3800 e 69758.61-2015.4.01.3400. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/mg/sala-de-imprensa/docs/acp-samarco>. Acesso em: 22/08/2022.

<sup>48</sup> União; Estado de Minas Gerais; Estado do Espírito Santo; Agência Nacional de Águas (ANA); Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis (IBAMA); Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM); Instituto Chico Mendes de Biodiversidade (ICMBIO); Fundação Nacional do Índio (FUNAI); Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA); Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN); Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES); Instituto Estadual de Florestas (IEF); Instituto Mineiro de Gestão de Águas (IGAM); Fundação Estadual do Meio Ambiente (FEAM); Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA-MG); Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (IEMA); Agência Estadual de Recursos Hídricos (AGERH); Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Espírito Santo (IDAF).

<sup>49</sup> “Uma teoria geral dos processos representativos considera compatível com a Constituição um processo em que a representação não seja um mecanismo de exclusão dos representados, mas proporcione a obtenção de tutela efetiva dos direitos materiais violados, restringindo a participação apenas na medida necessária para tanto. Cabe ao representante promover momentos de participação no decorrer da atividade representativa, nos quais os representados são chamados a avaliar prospectiva e retrospectivamente as ações do representante em relação ao processo, bem como debater entre si e com ele os resultados e objetivos desejáveis. Nesses momentos, o representante deve buscar apreender os interesses e opiniões dos representados, confrontando-os com suas próprias ações e formulando justificativas, para si e para o público, relativamente às situações em que sua conduta diverge das expectativas de seus constituintes.” (VITORELLI, Edilson. O devido processo legal coletivo: dos

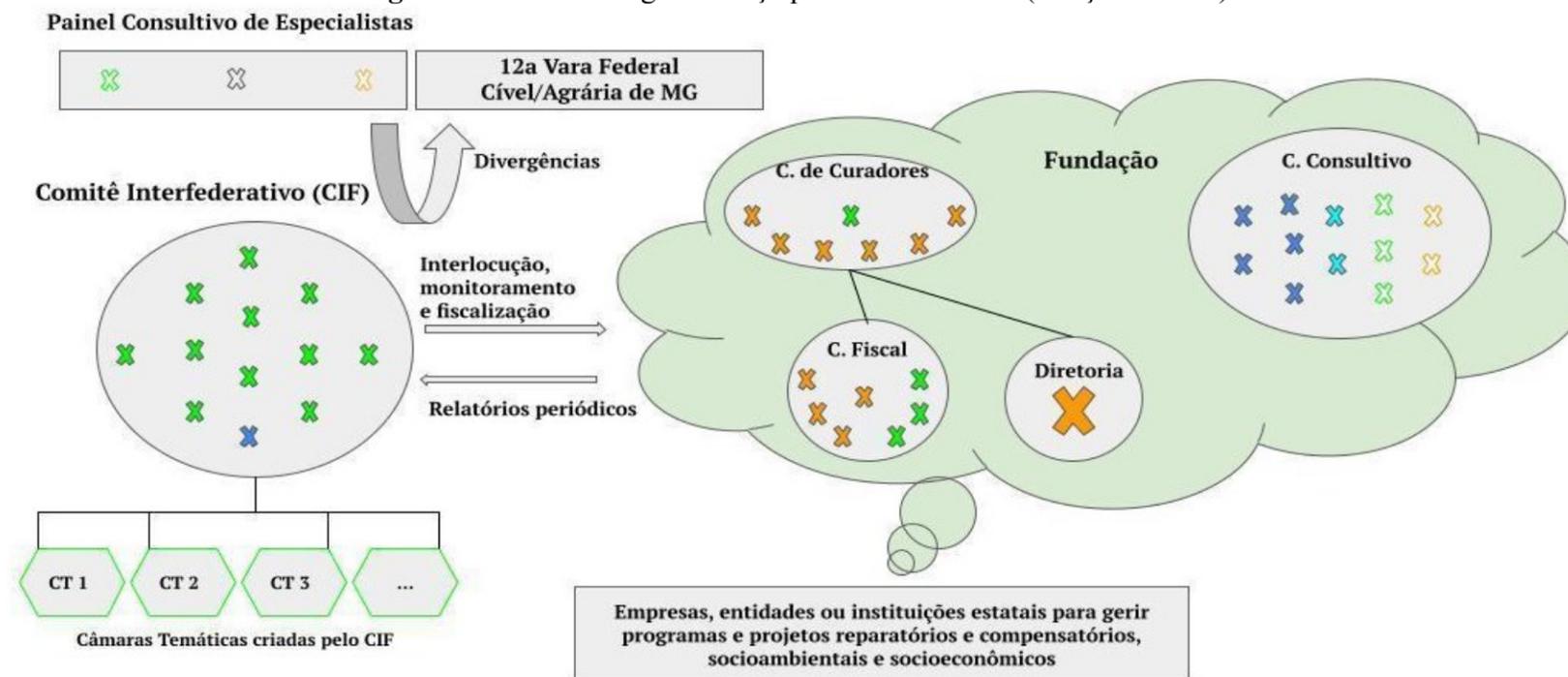
de aportes de recursos por parte das empresas para a adoção de medidas reparatórias e compensatórias; iii) concedeu-se injustificadamente tratamento beneficiado à VALE e à BHP, vulnerando a garantia de responsabilização solidária; iv) desconsiderou-se a responsabilidade solidária do Poder Público para a reparação do dano; v) não foram estabelecidos mecanismos jurídicos capazes de garantir a efetividade do cumprimento das obrigações assumidas pelas empresas, o que transformou o ajustamento em algo próximo de uma carta de boas intenções (MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, 2016d, pp. 115-116).

Como também mencionado no texto da Ação Civil Pública, foram notórias as manifestações das pessoas atingidas contra o acordo celebrado. Os autores citam a manifestação feita pelo Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), que aborda as formas de participação previstas e a composição das instâncias internas e externas à Fundação (detalhadas na figura 5):

---

direitos aos litígios coletivos. São Paulo: RT, 2016, p. 275)”. (Trecho da nota de rodapé 40, reproduzida a partir do documento original. MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, 2016d, p. 115).

**Figura 5 - Sistema de governança previsto no TTAC (março de 2016).**



#### Legendas

- |   |  |  |
|---|--|--|
| ✕ Representante das empresas                                  | ✕ Representante do Estado  | ✕ Representante do CBH-rio Doce  |
| ✕ Especialista indicado pelas empresas                        | ✕ Especialista indicado pelo Estado  | ✕ Representante da Comissão Interministerial para Recursos do Mar (CIRM) |
| ✕ Especialista indicado pelo consenso entre Estado e empresas | ✕ Câmaras Temáticas a ser criadas pelo CIF com representantes de instituições estatais |  |

Fonte: Reproduzido de MELENDI e LOPO, 2021, p. 224.

Um acordo que é feito sem ouvir o povo, sem a participação dos atingidos, só pode ser um mau acordo, por melhores que forem suas intenções. [...] Um acordo que começa com pouca participação, não garantirá a participação necessária na sua execução. As formas de participação previstas no acordo, através do “Conselho de Administração” da fundação que será criada, no qual há 6 indicados pelas empresas e 1 pelo governo, nenhum atingido; bem como no “conselho consultivo” de 17 pessoas representantes dos comitês de bacia, instituições de pesquisa, MPF, MPE, apenas 5 representantes dos atingidos; “comitê interfederativo”, 12 pessoas, nenhum atingido. [...] Considerando todas as falhas já identificadas no acordo e a necessidade de participação direta dos atingidos organizados em se tratar de decisões que interferem diretamente em suas vidas, o MAB defende que seja refeito o acordo antes de sua homologação (MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS, 2016 *apud* MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, 2016d, p. 115).

Dias Netto Júnior (2022, p. 399) ressalta que “é evidente que o baixíssimo grau de permeabilidade democrática do TTAC não é um fato aleatório, mas decorre do rarefeito índice de efetividade do princípio democrático na história brasileira, o que deita longevas raízes em nosso período colonial”. Como abordado por Li (1999, p. 289) o acordo “pressupõe que a agência seja distribuída, embora de maneira desigual: ambos os lados têm um “poder para”. Também pressupõe um nível de conhecimento e compreensão consciente do que está sendo ganho e abandonado”. Através de uma *harmonia coerciva* busca-se o consenso, ainda que sedimentado num processo que envolve a violação do direito de participação (ZHOURI *et al*, 2018; NADER, 1994).

Apesar das manifestações contrárias, o acordo foi homologado em 05 de maio de 2016, pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região (AGÊNCIA BRASIL, 2016c). Poucos dias depois o MPF apresentou recurso contrário à decisão (MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, 2016b; 2016c). A solicitação de embargo encaminhada pelo Ministério Público Federal expôs insatisfação pela ausência do órgão nas mesas de negociação, alegando que “de forma alheia a qualquer participação do Ministério Público, os representantes do Poder Público decidiram por organizar as tratativas com as empresas por meio de reuniões realizadas em Brasília/DF” (MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, 2016c, p. 4). De acordo com o documento, a inclusão só aconteceu quando “o MPF foi formalmente convidado a participar das mesas de negociação, por meio de ofício enviado diretamente ao PGR<sup>50</sup>, após várias reuniões de todos os grupos de trabalho” (MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, 2016c, p. 5. Nota acrescida).

Além disso, o MPF expôs também que não houve resposta à solicitação encaminhada em fevereiro de 2016 à Advocacia Geral da União (AGU) de envio da documentação técnica

---

<sup>50</sup> Procurador-Geral da República.

que subsidiou o TTAC; e não houve interesse por parte das empresas (Samarco, Vale e BHP Billiton) em celebrar um Termo de Compromisso após apresentação de duas propostas pelo Ministério Público (MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, 2016c, p. 6). Quanto à falta de participação das pessoas atingidas, foi destacado o requerimento de não homologação do acordo peticionado pela Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo, “entre outros fatores, pela ausência de participação popular na sua formulação e pela falta de legitimidade dos entes federativos para dispor a respeito dos direitos das vítimas. [Além da] nota pública com a adesão de 96 associações, organizações e movimentos sociais, repudiando a proposta de acordo” (MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, 2016c, p. 7).

E se a participação popular, em geral, nas negociações, foi negligenciada, constata-se maior gravidade quanto ao direito de consulta livre, prévia e informada das comunidades tradicionais, na forma do art. 6º da Convenção nº 169 da OIT<sup>51</sup>. Apesar de terem sido negociadas questões de interesse direto dos povos indígenas e das comunidades tradicionais, conclui-se que a condução das tratativas em Brasília-DF, sem a presença de qualquer representante dos interessados, viola frontalmente a normativa internacional (MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, 2016c, p. 17. Nota acrescida).

Soma-se a tais argumentos que, o pedido de homologação do TTAC apresentado em primeira instância (na 12ª Vara Federal da Seção Judiciária de Minas Gerais) ainda estava em análise, com todas as manifestações mencionadas acima sendo apresentadas, quando o mesmo acordo foi homologado em segunda instância, no TRF1 (MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, 2016c). Conseqüentemente, a homologação foi suspensa pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) no dia 30 de junho de 2016, por conflito de competência (SUPERIOR TRIBUNAL DE

<sup>51</sup> “Artigo 6º: 1. Ao aplicar as disposições da presente Convenção, os governos deverão: a) consultar os povos interessados, mediante procedimentos apropriados e, particularmente, através de suas instituições representativas, cada vez que sejam previstas medidas legislativas ou administrativas suscetíveis de afetá-los diretamente; b) estabelecer os meios através dos quais os povos interessados possam participar livremente, pelo menos na mesma medida que outros setores da população e em todos os níveis, na adoção de decisões em instituições efetivas ou organismos administrativos e de outra natureza responsáveis pelas políticas e programas que lhes sejam concernentes; c) estabelecer os meios para o pleno desenvolvimento das instituições e iniciativas dos povos e, nos casos apropriados, fornecer os recursos necessários para esse fim. 2. As consultas realizadas na aplicação desta Convenção deverão ser efetuadas com boa fé e de maneira apropriada às circunstâncias, com o objetivo de se chegar a um acordo e conseguir o consentimento acerca das medidas propostas” (ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. *Convenção nº 169 da OIT sobre Povos Indígenas e Tribais*. Genebra, 1989. Disponível em: <https://www.oas.org/dil/port/1989%20Conven%C3%A7%C3%A3o%20sobre%20Povos%20Ind%C3%ADgenes%20e%20Tribais%20Conven%C3%A7%C3%A3o%20OIT%20n%C2%BA%20169.pdf>. Acesso em: 23/08/22).

JUSTIÇA, 2016)<sup>52</sup>, com a justificativa de que a homologação feita na 1ª Região da Justiça Federal contrariava a determinação do STJ de que as questões relacionadas ao rompimento da barragem de Fundão deveriam ser apreciadas pela 12ª Vara Federal da Seção Judiciária de Minas Gerais.

Embora a homologação do TTAC tenha sido suspensa, as empresas instituíram, no dia 30 de junho de 2016, a Fundação prevista no acordo, nomeando-a de Fundação Renova<sup>53</sup>. A partir de 02 de agosto do mesmo ano, essa Fundação deu sequência às ações previstas no TTAC (com homologação suspensa), que vinham sendo feitas pela Samarco (ADAMS, 2019). E, apesar de o projeto “Olhos D’Água” (de Sebastião Salgado) não ter feito parte do acordo, a Renova se tornou parceira<sup>54</sup> do Instituto Terra patrocinando projetos de recuperação ambiental.

Ao analisar a minuta do ato constitutivo da Fundação Renova, a Curadoria de Fundações do Ministério Público do Estado de Minas Gerais aprovou o estatuto, considerando-o inédito. Em manifestação publicada no site da própria Fundação Renova<sup>55</sup>, a Promotoria de Justiça de Tutela de Fundações de Belo Horizonte afirmou que:

Depois de um processo lento de transição, a Fundação agora está assumindo a plenitude desses programas de recuperação e tem total autonomia para **imprimir o seu ritmo** à execução destes, **contando com o dinamismo, a flexibilidade e, sobretudo, a transparência, próprios do terceiro setor**, buscando o envolvimento dos segmentos que foram afetados. **Acreditamos que a Fundação Renova tem condições de executar mais rápido, com melhor qualidade e com menor custo os programas propostos** e, assim, apresentar resultados mais satisfatórios para a sociedade (PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TUTELA DE FUNDAÇÕES DE BELO HORIZONTE, 2021. Grifos acrescidos).

Alguns meses após a criação da Fundação Renova, o Ministério Público Federal (MPF) propôs às empresas um Termo de Acordo Preliminar (TAP), firmado em janeiro de 2017 entre MPF, Samarco, Vale e BHP Billiton (MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, 2017a). No Termo de Acordo Preliminar (TAP) as empresas (Samarco, Vale e BHP Billiton) se comprometeram

<sup>52</sup> Reclamação nº 31.935 - MG (2016/0167729-7). Documento 62655501 - Despacho / Decisão. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/grandes-casos/caso-samarco/documentos/stj-suspende-acordo-da-uniao>. Acesso em 07/04/2022.

<sup>53</sup> “Escritura pública de instituição registrada no Cartório do 2º Tabelionato de Notas da comarca de Belo Horizonte, livro 2800N, folhas 052 e 053, em 29 de junho de 2016; Estatuto registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas da comarca de Belo Horizonte sob o nº 138160 em 05 de julho de 2016; CNPJ Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas sob o nº 25.135.507/0001-83” (FUNDAÇÃO RENOVA, 2017b, p. 19).

<sup>54</sup> Atualmente constam dois projetos de parceria entre a Fundação Renova e o Instituto Terra no portal do Instituto. Um deles é o Projeto III, de restauração florestal na Bacia Hidrográfica do Rio Manhuaçu, nos municípios de Mutum e Lajinha. O outro é o Projeto NERE (Núcleo de Estudos em Restauração Ecológica), de formação de jovens ligados à área rural. Outras informações sobre os projetos e a lista de parceiros e doadores do Instituto Terra estão disponíveis em <https://institutoterra.org/parceiros-e-doadores/>. Acesso em 23/08/2022.

<sup>55</sup> Disponível em <http://www.fundacaorenova.org/relato-de-atividades/mensagens/>. Acesso em 11/05/2021.

a reservar R\$2,2 bilhões como garantia de custeio para o cumprimento da reparação, além de uma reserva de R\$200 milhões para a reparação especificamente na região do município de Barra Longa (MG). O TAP também previu a contratação de quatro organizações para realizarem perícias, assessoria e assistência técnica ao Ministério Público Federal: o Instituto Lactec - Tecnologia para o Desenvolvimento<sup>56</sup>, para realizar o diagnóstico socioambiental; a Integratio - Mediação Social e Sustentabilidade<sup>57</sup>, para fazer o diagnóstico socioeconômico e prestar assistência aos atingidos; a consultoria Ramboll<sup>58</sup>, para avaliar e monitorar os programas de reparação socioambiental e socioeconômica executados pela Fundação Renova; e o Banco Mundial<sup>59</sup>, ou outra entidade que fosse definida pelas partes, para coordenar os trabalhos e prestar consultoria ao MPF (MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, 2017a, p. 2).

Posteriormente, em novembro de 2017, foi assinado um Aditivo ao TAP (MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, 2017b), visando celebrar um Termo de Ajustamento de Conduta Final que fosse homologado em juízo. O Aditivo foi feito porque o TAP não obteve homologação total. A principal mudança foi a determinação de contratação de Assessorias Técnicas Independentes (ATIs) aos atingidos de toda a Bacia do Rio Doce. Já o termo final previsto no TAP foi concretizado no ano seguinte.

O Termo de Ajustamento de Conduta, conhecido também como TAC Governança, foi celebrado em 25 de junho de 2018 (UNIÃO *et al*, 2018). O novo acordo foi firmado entre Ministério Público Federal (MPF), Ministério Público do Estado de Minas Gerais (MPMG), Ministério Público do Estado do Espírito Santo (MPES), Defensoria Pública da União (DPU), Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais (DPMG), Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo (DPES), União, Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), Agência Nacional de Águas (ANA), Agência Nacional de Mineração (ANM), Fundação Nacional do Índio (FUNAI), Estado de Minas Gerais, Instituto Estadual de Florestas (IEF), Instituto Mineiro de Gestão de Águas (IGAM), Fundação Estadual de Meio Ambiente (FEAM), Estado do Espírito Santo, Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (IEMA), Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Espírito Santo (IDAF), Agência Estadual de Recursos Hídricos (AGERH), Samarco Mineração S/A, Vale S/A, BHP Billiton Brasil Ltda. e Fundação Renova.

---

<sup>56</sup> Portal disponível em: <https://lactec.org.br/>. Acesso em 25/09/2022.

<sup>57</sup> Portal disponível em: <https://www.integratio.com.br/>. Acesso em: 25/09/2022.

<sup>58</sup> Portal disponível em: <https://ramboll.com/>. Acesso em: 25/09/2022.

<sup>59</sup> Portal disponível em: <https://www.worldbank.org/pt/country/brazil>. Acesso em: 25/09/2022.

Os objetivos incluíram aprimorar mecanismos de participação das pessoas atingidas e estabelecer um processo de negociação visando a repactuação<sup>60</sup> dos programas de reparação. Em relação ao TTAC, o TAC Governança alterou tanto instâncias internas quanto externas à Fundação Renova. Foram incluídas três instâncias externas adicionais: Comissões Locais e Câmaras Regionais, formadas por pessoas atingidas residentes nos municípios ou nas áreas atingidas para interlocução com a Fundação Renova; e um Fórum de Observadores, de natureza consultiva, composto por representantes da sociedade civil, de grupos acadêmicos, das pessoas atingidas e dos povos e comunidades tradicionais (PCTs) atingidos. O Comitê Interfederativo também teve sua composição alterada no novo acordo e passou a contar também com um(a) técnico(a) indicado(a) pelas Defensorias Públicas (da União e dos Estados de MG e ES) conjuntamente, uma pessoa representando as Defensorias Públicas, uma representando os Ministérios Públicos e três pessoas atingidas representando todas as pessoas atingidas ao longo da bacia do Rio Doce. Essas alterações estão sintetizadas na tabela a seguir:

Alterações na composição do Comitê Interfederativo (CIF)			
TTAC (2016)		TAC Governança (2018)	
Representação	Quantidade	Representação	Quantidade
União	4	União	4
Estado de Minas Gerais	2	Estado de Minas Gerais	2
Estado do Espírito Santo	2	Estado do Espírito Santo	2
Municípios atingidos em Minas Gerais	2	Municípios atingidos em Minas Gerais	2
Municípios atingidos no Espírito Santo	1	Municípios atingidos no Espírito Santo	1
Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce	1	Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce	1
—	—	Técnica (o) indicada (o) pelas Defensorias Públicas (da União e dos estados de MG e ES)	1
—	—	Defensoria Pública	1
—	—	Ministério Público	1
—	—	Pessoas atingidas da Bacia do Rio Doce	3

**Tabela 2** - Alterações na composição do Comitê Interfederativo (CIF). Fonte: Elaboração própria a partir de UNIÃO (*et al.*, 2016) e UNIÃO (*et al.*, 2018).

<sup>60</sup> De acordo com o TAC (2018), o processo de repactuação consiste no aprimoramento de futuros programas de reparação com base em diagnósticos de danos e estudos feitos por especialistas contratados pelo Ministério Público Federal, sem que haja comprometimento da manutenção dos projetos em curso.

Quanto às instâncias internas da Fundação Renova, o TAC Governança apresentou mudanças no Conselho de Curadores, que no TTAC era composto por dois membros designados pela Vale, dois membros designados pela BHP Billiton, dois membros designados pela Samarco e um representante indicado pelo CIF, e passou a incluir também duas pessoas atingidas representando toda a Bacia do Rio Doce. Também houve mudanças no Conselho Consultivo que, segundo o TTAC, era composto por cinco membros indicados pelo Comitê de Bacia Hidrográfica, dois pela Comissão Interministerial para Recursos do Mar, cinco especialistas (sendo um indicado pelo Ministério Público Federal, um indicado pelos Ministérios Públicos Estaduais do Espírito Santo e de Minas Gerais, dois indicados pelo Conselho de Curadores da Renova e um indicado pelo Comitê Interfederativo), e cinco representantes das comunidades atingidas (sendo três de Minas Gerais e dois do Espírito Santo, indicados pelo Comitê Interfederativo). A partir do TAC Governança, o Conselho Consultivo da Fundação Renova passou a ser composto por quatro representantes indicados pelo Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Doce, sete pessoas atingidas indicadas pelas Comissões Locais, dois representantes de organizações não governamentais indicados pelo Ministério Público, três representantes de instituições acadêmicas (sendo uma indicação da Fundação Renova, uma do CIF e uma do Ministério Público), dois representantes de entidades atuantes na área de Direitos Humanos (sendo uma indicação do Ministério Público e uma da Defensoria Pública), e um representante de entidades atuantes na área de Desenvolvimento Econômico indicado pela Renova (tabela 3).

Alterações em instâncias internas da Fundação Renova a partir do TAC Governança (2018)				
Documento →	TTAC (2016)		TAC Governança (2018)	
Instância ↓	Representação	Quantidade	Representação	Quantidade
<b>Conselho de Curadores</b>	Vale	2	Vale	2
	BHP Billiton	2	BHP Billiton	2
	Samarco	2	Samarco	2
	CIF	1	CIF	1
	–	–	Pessoas atingidas representando toda a bacia	2
<b>Conselho Consultivo</b>	Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Doce	5	Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Doce	4
	Comissão Interministerial para Recursos do Mar	2	–	–

<b>Conselho Consultivo</b>	Representantes das comunidades atingidas de MG, indicados pelo CIF	3	Pessoas atingidas representando toda a bacia	7
	Representantes das comunidades atingidas do ES, indicados pelo CIF	2		
	Representante de instituição de ensino e pesquisa ou especialista indicado pelo Ministério Público Federal	1	Representante de instituição acadêmica indicado pelos Ministérios Públicos	1
	Representante de instituição de ensino e pesquisa ou especialista indicado pelos Ministérios Públicos Estaduais de Minas Gerais e do Espírito Santo	1		
	Representantes de instituições de ensino e pesquisa ou especialistas indicados pelo Conselho de Curadores da Fundação	2	Representante de instituição acadêmica indicado pela Fundação	1
	Representante de instituição de ensino e pesquisa ou especialista indicado pelo CIF	1	Representante de instituição acadêmica indicado pelo CIF	1
	–	–	Representante de Organização Não Governamental, atuante na área marinha, indicado pelo CIF	1
	–	–	Representante de entidade atuante na área de Direitos Humanos indicado pelos Ministérios Públicos	1
	–	–	Representante de entidade atuante na área de Direitos Humanos indicado pelas Defensorias Públicas	1
	–	–	Representante de Organização Não Governamental, atuante na defesa dos direitos socioambientais na área atingida, indicado pelos Ministérios Públicos	1
		Representante de entidade		

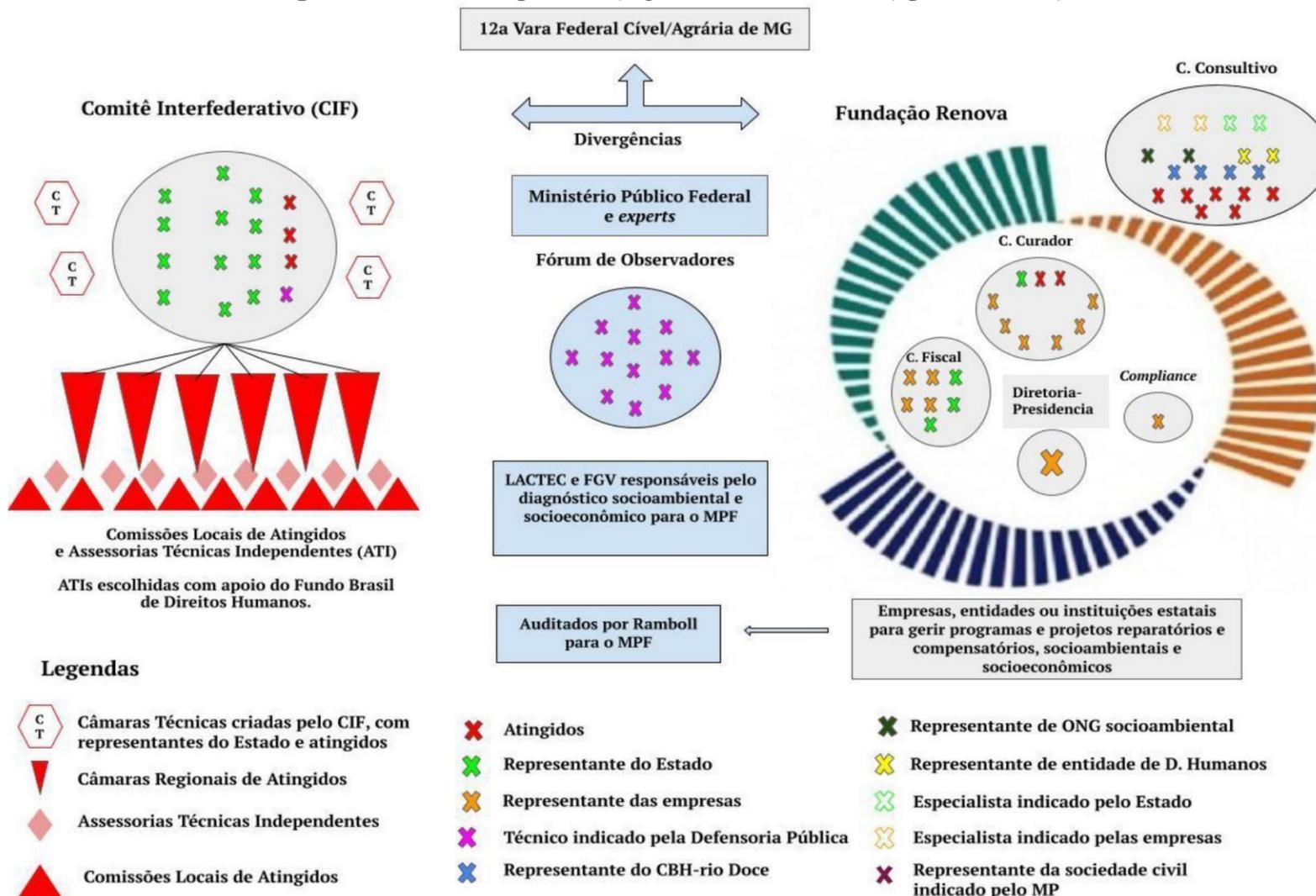
<b>Conselho Consultivo</b>	–	–	atuante na área de Desenvolvimento Econômico indicado pela Fundação	1
----------------------------	---	---	---	---

**Tabela 3** - Alterações em instâncias internas da Fundação Renova a partir do TAC Governança (2018). Fonte: Elaboração própria a partir de UNIÃO (*et al.*, 2016) e UNIÃO (*et al.*, 2018).

Em linhas gerais, o TAC Governança propôs mudanças nos mecanismos de participação, avaliação e decisão, mas reconheceu a Fundação e a governança estabelecida a partir do TTAC, como ilustrado no organograma proposto por Melendi e Lopo (2021, p. 227) – Figura 6. Significativamente, as alterações feitas no Termo de Ajustamento de Conduta não foram suficientes para garantir a participação efetiva da parte mais importante nesse caso, que são as pessoas atingidas. Cabe destacar que o texto do TAC traz entre suas considerações iniciais a criação da Fundação e o estágio dos trabalhos realizados por ela nos termos do acordo de 2016 (UNIÃO *et al.*, 2018, p. 2). Ou seja, apesar de ter sido criada ignorando a suspensão da homologação do TTAC, a Fundação Renova foi legitimada por sua atuação durante os dois anos que antecederam o Termo de Ajustamento de Conduta.

De acordo com a nova composição das instâncias, três pessoas atingidas passaram a integrar o Comitê Interfederativo (tabela 2), duas passaram a integrar o Conselho de Curadores da Fundação Renova e sete passaram a integrar o Conselho Consultivo da Fundação (tabela 3), representando um universo de milhares de atingidas e atingidos da bacia do Rio Doce (GESTA, 2021). Já no Conselho de Curadores da Fundação Renova, por exemplo, as decisões são tomadas pelo voto favorável de, pelo menos, cinco membros (UNIÃO *et al.*, 2018, p. 19). Porém, seis dos nove membros deste Conselho são indicados pelas empresas (tabela 3). Ou seja, embora o TAC Governança tenha o objetivo de incluir e melhorar mecanismos de participação das pessoas atingidas nas ações de reparação, a desigualdade na relação de forças é notável na concentração de poder decisório sobre a reparação nas mãos das empresas.

Figura 6 - Sistema de governança previsto no TAC Gov (agosto de 2018).



Fonte: Reproduzido de MELENDI e LOPO, 2021, p. 227.

## 2.2 - A GOVERNANÇA E A RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA NA PAUTA AMBIENTAL

Antes de falar sobre a Fundação Renova na instrumentalização da governança é preciso delimitar o entendimento sobre governança neste trabalho e o contexto em que tal ideia foi formulada. Para isso, é necessário revisitar alguns pontos do cenário internacional do debate ambiental, ainda que rapidamente. Se voltarmos à análise apresentada no capítulo anterior sobre a Responsabilidade Social Corporativa, encontramos em Svampa (2012) a relação entre RSC e governança (como um dispositivo de resolução de conflitos) na lida das corporações com as consequências de seus empreendimentos tanto para a sociedade quanto para o ambiente.

Porém, o debate internacional sobre as questões ambientais é anterior à ideia de Responsabilidade Social Corporativa. Ele tomou forma no início da década de 1960, a partir da reunião do Clube de Roma, para discutir principalmente a necessidade de controlar o crescimento populacional frente à limitação de recursos. Outros encontros se seguiram pautando as mudanças climáticas, a alteração das paisagens, o consumo de recursos naturais e os efeitos para as gerações futuras, como a Conferência de Estocolmo (na Suécia), em 1972, a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, no Rio de Janeiro (Brasil), em 1992 (conhecida como Rio 92), a Conferência de Joanesburgo (na África do Sul), em 2002 (também chamada de Rio+10), e a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, no Rio de Janeiro (Brasil), em 2012 (a Rio+20).

Embora o debate sobre sustentabilidade tenha iniciado em anos anteriores, foi em 1987 que a Comissão Mundial Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento da ONU, chefiada pela então primeira-ministra norueguesa Gro Harlem Brundtland, inaugurou o conceito de *desenvolvimento sustentável* no documento “Nosso Futuro Comum”, mais conhecido como *Relatório Brundtland*<sup>61</sup>. Em linhas gerais, o relatório resumiu que o desenvolvimento sustentável consiste em uma exploração de recursos que atenda as necessidades da geração presente, sem prejudicar o mesmo atendimento às gerações futuras. O documento não apenas cunhou um conceito, mas uma nova perspectiva sobre a relação entre seres humanos e natureza que orientou acordos internacionais posteriores e permitiu a remodelação de um projeto de desenvolvimento em curso (uma vez que a noção de desenvolvimento sustentável não rompeu totalmente com a ideia clássica de desenvolvimento ou de progresso).

---

<sup>61</sup> Relatório Brundtland, versão original. Disponível em: [http://www.aren.admin.ch/imperia/md/content/are/nachhaltigeentwicklung/brundtland\\_bericht.pdf?PHPSESSID=289695b0936a8b083675eb99](http://www.aren.admin.ch/imperia/md/content/are/nachhaltigeentwicklung/brundtland_bericht.pdf?PHPSESSID=289695b0936a8b083675eb99) (wordpress.com). Acesso em: 06/04/2021.

Como já discutido por Le Goff (1990), a ideia de progresso firmada no Iluminismo entrou em crise na segunda metade do século XX. A Primeira e a Segunda Guerra Mundial (de 1914 a 1918 e de 1939 a 1945 respectivamente), e as crises econômicas de 1929 (com a quebra da bolsa de valores de Nova York) e 1973 (a crise do petróleo derivada da guerra árabe-israelense), colocaram em xeque a visão otimista da história concebida pela ideia de progresso. A ideia de um progresso linear, contínuo e irreversível deixou de existir, mas a ciência da natureza (principalmente a biologia) manteve a concepção de desenvolvimento enquanto progresso, sobretudo numa linha evolutiva, que se espalhou para outras áreas (LE GOFF, 1990). Assim, o progresso recebeu nova roupagem e seguiu difundido como desenvolvimento para dar rumo à economia, à política, à vida cotidiana e à mentalidade das pessoas. A tendência de todas as sociedades seria evoluir, se desenvolver e melhorar, superando as dificuldades do passado através dos avanços tecnológicos e da industrialização. O desenvolvimento sustentável não abriu mão das premissas do desenvolvimento clássico, mas permitiu que o capitalismo incorporasse parte das demandas da pauta ambiental, valendo-se de um discurso “esverdeado”.

No Brasil, nos anos 1980, as consequências dos projetos de desenvolvimento para o Terceiro Mundo promovidos por governos e instituições internacionais como Banco Mundial (BM) e Fundo Monetário Internacional (FMI) provocaram questionamentos de inúmeros grupos ambientalistas (ZHOURI; LASCHEFSKI, 2017). Assim, o “esverdeamento” do modelo clássico de desenvolvimento — na busca por conciliar os interesses capitalistas com o discurso de sustentabilidade — veio acompanhado por ações de mitigação e compensação de danos ambientais através da “crença nos ajustes tecnológicos, representados pelas medidas mitigadoras e compensatórias, [que] realizam a função de viabilizar ou adequar meio ambiente e sociedade aos empreendimentos” (ZHOURI *et al*, 2005, p. 18).

No bojo da chamada *ambientalização dos conflitos sociais*<sup>62</sup>, com a apropriação da temática ambiental por diferentes grupos, Lopes (2006) identifica que à medida em que esse debate avançava desde o final da década de 1980 e início da década de 1990, os empreendedores — principais causadores da degradação ambiental — também se apropriaram da crítica à sua atuação, tentando usá-la a seu favor. As corporações passaram a dividir-se entre duas tarefas: acumulação primitiva ambiental e “apropriação da crítica, da ‘responsabilidade

---

<sup>62</sup> Lopes (2006, p. 34-35) explica que o termo *ambientalização* é um neologismo para indicar um processo histórico de construção de um novo fenômeno, associado a um processo de interiorização pelas pessoas e pelos grupos sociais das diferentes facetas da questão pública do meio ambiente. “A ambientalização dos conflitos sociais está relacionada à construção de uma nova questão social, uma nova questão pública. Pode-se supor que a constituição dessa questão tenha se iniciado nos países desenvolvidos industriais, relacionada à produção de acidentes industriais ampliados, de grandes riscos e de sua internacionalização” (LOPES, 2006, pp. 34-35).

ambiental’, e mesmo da produção voltada para a viabilização da produção limpa e ambientalmente correta” (LOPES, 2006, p. 32). Esse processo é conhecido como *modernização ecológica*, uma ‘economização’ do meio ambiente com a abertura de mercados para as chamadas tecnologias limpas (ACSELRAD, 2002), supondo que a crise ecológica “pode ser superada através da inovação tecnológica e processual, de instrumentos de mercado da colaboração e da construção do consenso” (HAJER, 1996 *apud* FURTADO; STRAUTMAN, 2013, p. 156).

No setor privado, o processo se reflete no desenvolvimento de novas tecnologias ditas ambientais, em iniciativas para promoção da responsabilidade socioambiental empresarial e na abertura para o diálogo com os antigos adversários: os grupos ambientalistas e os movimentos sociais. [...] Contudo, na prática, as soluções que têm sido apresentadas abrangem, primordialmente, propostas que visam à eficiência energética material na produção, o desenvolvimento de novas mercadorias “ecologicamente corretas”, o desenvolvimento de mecanismos de mercado (certificação ambiental, mercado de carbono) e melhoramentos das condições de trabalho, sempre encaixadas numa racionalidade produtiva que visa à abertura de novos mercados. Consolidou-se, por essa via, uma aposta no casamento feliz entre a economia e a ecologia (ZHOURI; LASCHEFSKI, 2017, pp. 13-14).

Reagindo às críticas ambientais crescentes no início da década de 1990, o Banco Mundial passou a investir na promoção de um conjunto de regras e práticas institucionais para “esverdear” o programa neoliberal e viabilizar a mercantilização dos bens naturais. Furtado e Strautman (2013) argumentam que o pioneirismo do Banco Mundial em exigir que os Estados clientes considerassem os danos socioambientais desde a fase de concepção dos projetos e políticas de desenvolvimento, tornou-o um modelo a ser seguido pelas demais instituições financeiras e o porta voz do conceito de desenvolvimento sustentável, defendendo a possibilidade de equilíbrio entre crescimento econômico e proteção ambiental.

De acordo com Zhouri (2008), no contexto da globalização econômica, atores como o Banco Mundial, ONGs e empresas utilizam a noção de sustentabilidade e de governança ambiental para justificar a implementação de projetos. Nesse âmbito, a autora destaca a recorrência no uso do termo governança significando “gestão” e o vínculo com a “crença em um consenso inerente à noção de desenvolvimento sustentável [... que] aposta na possível conciliação entre os “interesses” econômicos, ecológicos e sociais, abstraindo dessas dimensões as relações de poder que, de fato, permeiam a dinâmica dos processos sociais” (ZHOURI, 2008, p. 97). No mesmo sentido, Braunmühl e Winterfeld (2005 *apud* ZHOURI, 2008) definem *governança* como um modelo de cooperação entre governos, atores não governamentais, corporações e sociedade civil e, “a partir da análise do documento elaborado

pela Comissão Alemã de Estudos sobre Globalização e Economia Mundial, em 2002, [...] analisam criticamente a noção de governança global desvelando a intenção política subjacente de controle sobre os espaços, as pessoas e os processos decisórios” (ZHOURI, 2008, p. 98). Braunmühl e Winterfeld (2005, p. 10 apud ZHOURI, 2008, p. 98) discutem governança como um modelo de cooperação entre governos, atores não governamentais, corporações e sociedade civil e, “a partir da análise do documento elaborado pela Comissão Alemã de Estudos sobre Globalização e Economia Mundial, em 2002, [...] analisam criticamente a noção de governança global desvelando a intenção política subjacente de controle sobre os espaços, as pessoas e os processos decisórios” (ZHOURI, 2008, p. 98). Deneault (2018), por sua vez, explica que a palavra governança é antiga, tem origem francesa e era muito utilizada nos séculos XII e XIII; após a Segunda Guerra Mundial, foi recuperada para definir uma teoria sobre as empresas privadas.

A teoria da governança é uma espécie de constituição dessas empresas para pensar uma forma de repartir o poder [...]. Em pouco tempo o discurso da governança apareceu em toda parte, sem que nenhuma escola o tenha desenvolvido. Não se sabe de onde vem essa teoria do management. Mas, de um ponto de vista político, ela se impôs de maneira ideológica. É um conceito subvencionado, imposto quase à força aos grupos e atores a quem ele concerne. É por isso que hoje em dia falamos cada vez menos de política ou de democracia, e mais de governança. Não falamos de povo, e sim de sociedade civil. [...] Não se fala mais de princípio de precaução ou de natureza, mas de desenvolvimento sustentável. Não há mais solidariedade, e sim parceria. Não se denuncia mais a propaganda, fala-se da responsabilidade social das empresas etc. etc. (DENEULT, 2018, p. 19-20).

Segundo Pereira (2017), a governança foi efetivamente introduzida em 1989 no vocabulário do Banco Mundial em 1989, quando a ideia de uma “má governança” de atores locais foi usada pelo BM como justificativa para o fracasso dos programas de redução da pobreza instituídos na África Subsaariana. Na linha contrária da “má governança”, portanto, emergiu a “boa governança”, um conjunto de adequações políticas, técnicas e científicas prescritas pelo Banco Mundial para todos os países do mundo em torno da “maneira pela qual o poder é exercido na administração dos recursos sociais e econômicos de um país para o desenvolvimento” (PEREIRA, 2017, p. 91, minha tradução). Pereira (2017, p. 91) aponta que o Banco Mundial sempre foi mais do que apenas um agente de financiamento, porque junto com o dinheiro envia aos Estados clientes prescrições de políticas para desenvolvimento econômico, ampliando sua influência e institucionalizando sua agenda. Mas o autor argumenta, porém, que a relação do Banco Mundial com os governos nacionais não deve ser concebida como mera imposição externa, uma vez que os mecanismos de pressão utilizados pelo BM

encontram terreno fértil em meio às relações preexistentes entre atores filantrópicos e empresariais, tanto nacionais quanto internacionais que têm apoiado, negociado e divulgado as ideias e prescrições da instituição (PEREIRA, 2017).

A difusão da ideia de governança também teve efeitos no debate sobre desenvolvimento sustentável, que ganhava espaço desde a publicação do relatório “Nosso Futuro Comum” pela Comissão Mundial Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento da ONU. Orozco (2018) analisa que, a partir da coalizão política das maiores corporações mineradoras transnacionais, com o objetivo de manter abertos os territórios do mundo aos seus interesses (o chamado *Cluster Minerário Global*<sup>63</sup>), as estratégias corporativas se voltaram para o fortalecimento da influência do setor minerário sobre a classe política e sobre as instituições dos Estados nacionais, visando instaurar *horizontes de coerção*<sup>64</sup> sobre comunidades e municípios, neutralizar a resistência social às suas operações e instaurar um novo discurso público mundial para representar o *Cluster* como produtor de bondade social (OROZCO, 2018, p. 62). Para cumprir as metas traçadas pelo *Cluster Minerário Global*, o principal aliado foi o *International Council of Mining & Minerals* (Conselho Internacional de Mineração e Metais, ICMM, na sigla em inglês) que, desde a Cúpula da Terra em Joanesburgo, em 2002, se legitimou como interlocutor internacional de uma *colonização discursiva* orientada para reverter a reputação ameaçadora da mineração, incluí-la e direcioná-la nas agendas de diferentes entidades (ANTONELLI, 2014).

### 2.3 - A “BOA GOVERNANÇA” DO DESASTRE E O GOVERNO INDIRETO DAS EMPRESAS

Como visto no Capítulo 1, o *boom* das *commodities*, o ingresso da América Latina na nova ordem econômica, política e ideológica de base neoliberal, e a reprimarização das economias latinoamericanas resultaram na concentração de investimentos em atividades extrativistas para exportação. Nesse contexto, as *ações extramuros* (ACSELRAD, 2018) das corporações foram cada vez mais acionadas para legitimar estratégias empresariais de controle territorial, gestão de críticas e neutralização de conflitos (ACSELRAD, 2018; GIFFONI, 2018).

---

<sup>63</sup> Sobre o *Cluster Minerário Global*, Orozco (2018, p. 65) explica: “Em suma, um amplo conjunto de participantes do setor de mineração, se constituiu como um *sujeito* público mundial que *fala* em bloco para o exterior do campo a favor de dar legitimidade pública às ações e impactos das corporações mineradoras; por isso, quando falamos de *Cluster Minerário Global* reconhecemos nele a faculdade de ação própria de um *sujeito* que, como tal, é capaz de avançar seus interesses e desencadear estratégias.”

<sup>64</sup> Os *horizontes de coerção* são uma ordem baseada em violência, definida como “qualquer ação ou omissão intencional que causa dano ou pode causar dano a um indivíduo e que, em última análise, perturba ou restringe sua capacidade para desenhar a vida em liberdade” (SANMARTIN, 2008, p. 7 *apud* OROZCO, 2018, p. 87).

As corporações se empenharam também para a instauração de um novo discurso público mundial sobre *mineração responsável*, ancorada na *modernização ecológica* e na *adequação ambiental*, representando-a como produtora de bondade social (ANTONELLI, 2014; OROZCO, 2018). Através de uma *colonização discursiva* orientada para reverter a reputação ameaçadora da mineração, a “mineração responsável” passou a integrar, também, o discurso do desenvolvimento pela mineração (COELHO, 2015).

Além disso, a Deneault (2018) aborda que esse discurso empresarial cada vez mais integrado ao vocabulário cotidiano “trata-se do discurso da “boa governança”, e a boa governança é o título de um novo *corpus* político, de um novo léxico político que visa substituir as expressões tradicionais da política por expressões gerenciais” (DENEULT, 2018, p.19). Assim,

o discurso corporativo é legitimado com o significante "mineração responsável" de eficácia glocal [global-local], que participa do caráter da fórmula-discurso do desenvolvimento sustentável. Portanto, corresponde às “novas palavras de poder” – aquelas através das quais o poder financeiro, político e midiático intervém no espaço público em diferentes escalas, se legitima e impõe sua ideologia. [...] Frases como “usar os recursos, sem esquecer o compromisso com as gerações futuras”, “explorar o subsolo sem afetar a sustentabilidade do meio ambiente”, etc., compõem o repertório das expressões mais banais que permeiam todos os discursos do poder. (ANTONELLI, 2014, pp. 74-75. Minha tradução).

A Fundação Renova foi criada como a instrumentalização da “boa governança” do desastre na Bacia do Rio Doce, sob a justificativa de se “aproveitar a dinamicidade do mercado, evitar lentos processos licitatórios e favorecer a célere reparação do dano ambiental” (ADAMS *et al*, 2019, p. 74). Diferente de suas mantenedoras, que são empresas do tipo sociedade anônima<sup>65</sup> (no caso da Vale S/A e da Samarco Mineração S/A) e sociedade limitada<sup>66</sup> (no caso da BHP Billiton Brasil Ltda.), a Renova é uma fundação de direito privado — definida pela legislação brasileira como uma pessoa jurídica sem fins econômicos ou lucrativos, sujeita à direitos e obrigações, caracterizada pelo destacamento de um patrimônio composto de bens livres para fins de interesse social ou coletivo (BRASIL, 2008; 2015; UNIÃO *et al*, 2016).

Melendi e Lopo (2021) argumentam que houve um aumento no número de fundações criadas após a articulação entre as maiores mineradoras do mundo no ICMM para socializar

<sup>65</sup> Sociedade em que indiferentemente do perfil do/da sócio/sócia, são os capitais que se associam. As cotas dos/das sócios/sócias são chamadas de ações e podem ser negociadas no mercado financeiro. As ações podem pertencer a pessoas físicas ou jurídicas.

<sup>66</sup> Na sociedade limitada a responsabilidade de cada sócio/sócia se limita a cota possuída no capital social da empresa. Há limite também na quantidade de membros e novos integrantes devem ser aprovados pela sociedade.

práticas de governança (WALL; PELON, 2011 *apud* MELENDI; LOPO, 2021, p. 210). Há mais de uma década, Borges *et al* (2007) analisaram as fundações corporativas como agentes sociais e políticos de uma filantropia ligada às práticas de Responsabilidade Social Corporativa. Porém, Giffoni (2018, p. 132) argumenta que essa feição filantrópica corresponde a uma forma antiga de RSC, substituída pelo que a revista *The Economist* chamou de *risk management* (gestão de riscos). “A categoria *risk management* articula uma série de ações que preveem investimentos econômicos e políticos para a redução de riscos [...] que os sujeitos políticos não dominantes podem oferecer à lucratividade dos negócios” (GIFFONI, 2018, p. 132). É nessa perspectiva que Melendi e Lopo (2021, p. 210) discutem que as fundações privadas criadas por empresas passaram a ser cada vez mais acionadas na governança de comunidades e gestão das críticas.

Analisando a atuação de mineradoras na Indonésia, Marina Welker (2009) identifica a recorrência no uso da Responsabilidade Social Corporativa através de ações para o desenvolvimento das comunidades no entorno da mina “como um meio para realizar objetivos estratégicos de segurança, como cultivar aliados, obter acesso territorial e estabelecer linhas de comunicação de inteligência” (WELKER, 2009, p. 147). Diferente da “feição filantrópica, baseada em doações compulsórias, ações localizadas e pouco estratégicas” (GIFFONI, 2018, p. 132), na gestão de riscos o atendimento de necessidades em saúde, educação, cultura e lazer das comunidades, além, principalmente da promoção dos valores empresariais, fizeram das fundações, importantes suportes para a reputação das corporações que as mantêm.

Como exemplo, é possível mencionar a Fundação Vale<sup>67</sup>, que mantém projetos voltados para educação, atenção básica em saúde, inclusão produtiva e empreendedorismo no Espírito Santo, no Maranhão, no Pará, no Rio de Janeiro e em Minas Gerais — inclusive no município mineiro de Brumadinho, atingido pelo rompimento de barragem na Mina de Córrego do Feijão em 2019, de responsabilidade da mineradora Vale —; também a Fundação ArcelorMittal<sup>68</sup>, que tem programas de educação, saúde, cultura, esporte e meio ambiente no Rio de Janeiro e em Minas Gerais — alguns voltados para as comunidades atingidas pelo acionamento do Plano de Ação de Emergência para Barragens de Mineração (PAEBM), em 2019, pela ArcelorMittal Mineração Serra Azul<sup>69</sup> no município de Itatiaiuçu (MG) —; e a Fundação CSN<sup>70</sup> (da Companhia Siderúrgica Nacional), que desenvolve programas de educação e cultura e

<sup>67</sup> Ver *site* disponível em: <https://www.fundacaovale.org/>. Acesso em: 19/12/2021.

<sup>68</sup> Ver *site* disponível em: <https://www.famb.org.br/>. Acesso em: 19/12/2021.

<sup>69</sup> Ver *site* disponível em: <https://brasil.arcelormittal.com/serra-azul>. Acesso em: 17/08/2022.

<sup>70</sup> Ver *site* disponível em: <https://fundacaocsn.org.br/>. Acesso em: 19/12/2021.

patrocina projetos por meio de leis de incentivo fiscal em Minas Gerais, São Paulo e no Rio de Janeiro, nos municípios onde atua.

Já no caso da Fundação Renova, além de constituir um “colchão” para amortecer as críticas e possibilitar a “renovação” da imagem das mineradoras (principalmente da Samarco),

a lógica subjacente [...] é a da(s) empresa(s) benfeitora(s), dotada(s) de responsabilidade social, nos moldes daquela(s) que cria(m) uma fundação beneficente. Ocorre que, no caso Rio Doce, não se está a tratar de benemerência, mas do cumprimento de obrigações jurídicas de reparação (DIAS NETTO JÚNIOR, 2022, p. 392).

Uma das principais técnicas contemporâneas de controle, segundo Honke (2018) é o chamado *governo à distância* ou *governo indireto*. Uma forma de atuação à distância que Partridge (2011) chama de *governança de longo alcance*. Essa forma de governar se dá quando Estados ou empresas envolvem grupos intermediários (em nossa análise, as Fundações) em sua própria governança (HONKE, 2018, p. 110). No período colonial, o governo indireto das corporações sobre os sujeitos tinha autorização da administração colonial e fazia parte de uma biopolítica para criar força de trabalho industrial, enquanto no período pós-colonial, o governo indireto tem caráter privado e um modo distinto de produção da ordem (HOENKE, 2012, p. 8 *apud* ACSELRAD, 2018, p. 49).

Segundo Honke (2018), as novas tecnologias sociais de governança utilizadas pelas corporações visam diminuir a violência física direta e promover o controle através da participação mediada, mas essas técnicas de engajamento participativo comunitário são combinadas com as técnicas de disciplinamento e coerção adotadas no passado. A partir do relacionamento com as comunidades em que atuam, as empresas definem “os espaços e grupos de pessoas a serem integrados na ordem liberal ou, alternativamente governados por formas mais antigas de coerção, governo indireto e exclusão” (HONKE, 2018, p. 113).

Ou seja, as práticas neoliberais de governo seriam parte da tradição liberal aplicada àqueles que são supostamente incapazes de se autogovernar ou que se opõem à ordem liberal de mercado. A mentalidade de fortaleza baseada no uso de cercas e de vigilância sobre os espaços da propriedade privada estaria sendo, assim, complementada pelo engajamento flexível do “cinturão comunitário”, tentando tornar as comunidades parceiras no próprio policiamento do enclave (HOENKE, 2012, p. 8 *apud* ACSELRAD, 2018, p. 49).

A atuação da SAMITRI em Mariana, como já discutido, foi marcada pelo controle do território e das condições de vida das pessoas, com a criação das vilas operárias. A Samarco, de forma semelhante, criou uma vila operária no distrito de Antônio Pereira<sup>71</sup>, em Ouro Preto. A Vila Samarco, como é conhecida, foi criada no final da década de 1970 com objetivo de fixar os funcionários da mineradora próximos à área de trabalho na Mina da Alegria (CONSELHO COMUNITÁRIO DE PASTORAL DA COMUNIDADE SÃO JOSÉ OPERÁRIO, 2018). O controle, nesse caso, além das relações de trabalho, acontecia através do financiamento de obras como a construção da igreja da comunidade e da escola particular que atendia os filhos de funcionários da mineradora (CONSELHO COMUNITÁRIO DE PASTORAL DA COMUNIDADE SÃO JOSÉ OPERÁRIO, 2018; ARQUIDIOCESANO, 2022). Já no contexto da Fundação Renova, o controle direto das mineradoras dá lugar à um governo à distância ou governo indireto (HONKE, 2018), possibilitado pela mobilização de estratégias corporativas que não são ineditismos da Fundação.

---

<sup>71</sup> Em 2020, cinco anos após o rompimento da barragem de Fundão, os moradores da Vila Samarco (Comunidade São José Operário) temiam o rompimento de outra barragem de mineração. A barragem de Doutor, parte da Mina de Timbopeba (da Vale S/A), poderia destruir a Vila Samarco e o distrito de Antônio Pereira em segundos em caso de rompimento. No mesmo ano, algumas famílias foram retiradas de suas casas para o descomissionamento da barragem e, em 2021, parte delas puderam voltar às suas casas após a estabilização do nível de emergência da barragem, enquanto outras permaneceram em hotéis e casas alugadas pela Vale.

Ver: BASSO, Gustavo; XIMENEZ, Natália. Cinco anos depois de tragédia, moradores da Vila Samarco temem novo rompimento de barragem e fim do garimpo centenário. Yahoo! Notícias. 05 de novembro de 2020. Disponível em: <https://esportes.yahoo.com/noticias/cinco-anos-depois-de-tragedia-moradores-da-vila-samarco-temem-novo-rompimento-de-barragem-e-fim-do-garimpo-centenario-202333253.html>. Acesso em 08/08/2022.

## **CAPÍTULO 3 – A ATUAÇÃO DA FUNDAÇÃO RENOVA EM MARIANA**

Tendo discutido a ideologia da governança e como a Fundação Renova surge dentro desta abordagem estrutural na gestão do desastre, neste capítulo tratarei de analisar a atuação da Fundação no município de Mariana. A abordagem será feita a partir de cinco programas:

- Programa de Levantamento e Cadastro dos Impactados (PLCI - Programa 01), de cadastro individualizado, levantamento e avaliação dos danos;
- Programa de ressarcimento e de indenização dos impactados (Programa 02) que, em Mariana, deu lugar a Fase de Negociação Extrajudicial para indenização das pessoas atingidas, respeitando a ACP local;
- Programa de Comunicação, participação, diálogo e controle social (Programa 06), que tem como objetivos: dar acesso à informação de forma transparente, completa e acessível a todas as pessoas interessadas; promover a participação de pessoas físicas e jurídicas, comunidades e movimentos sociais organizados; e garantir canais de atendimento às pessoas atingidas;
- Programa de Recuperação e Diversificação da Economia Regional com Incentivo à Indústria (Programa 18), que tem o objetivo de promover a diminuição da dependência com a mineração;
- Programa de Estímulo à contratação local (Programa 20), que objetiva a priorização de contratação de mão de obra e fornecedores dos municípios atingidos para os trabalhos relacionados à reparação.

Através da observação e análise de padrões de ação da Fundação Renova em Mariana é possível evidenciar as estratégias corporativas herdadas de outros casos, na atuação de fundações empresariais em locais de operação de suas mantenedoras, em processos de licenciamento ambiental e na relação de empresas de mineração com comunidades ao entorno de seus empreendimentos, como será mostrado ao longo deste capítulo.

### **3.1 - A NARRATIVA SOBRE O DESASTRE**

O rompimento da barragem de Fundão marcou a história recente do município e seu processo contínuo de construção de identidade, vinculada à exploração do ouro no período colonial e do minério de ferro a partir do século XX, sendo considerada a célula matriz de

Minas Gerais<sup>72</sup> (SILVA, 2019). A partir do rompimento da barragem houve um deslocamento da imagem de “Mariana como berço de Minas Gerais” para “Mariana como epicentro do desastre da Samarco”. A construção da memória social local sobre o desastre envolve, portanto, uma seleção de enredos e uma disputa pela nomenclatura, pelos conceitos, pelos significados e respectivas implicações que é, também, uma disputa de poder. Segundo Wolf (2003, p. 336), “o poder está implicado no significado por seu papel na sustentação de uma versão de significação como verdadeira, fecunda ou bela contra outras possibilidades que possam ameaçar a verdade, a fecundidade ou a beleza”.

Como discutido no primeiro capítulo deste trabalho, na emergência do rompimento de Fundão a disputa se deu em torno da nomenclatura para descrever o ocorrido, dividindo entendimentos distintos: afirmando ser um acidente ou uma catástrofe natural (às vezes até chamando de desastre, mas na perspectiva de um desastre natural), sobre os quais não há agência humana causadora e, portanto, todos são vítimas de uma tragédia do acaso; ou afirmando se tratar de um desastre (na perspectiva sociológica) ou um crime, com uma parte responsável ou criminosa (a Samarco e suas mantenedoras) e uma parte vitimada. A *nomeação* ou o poder de dar nome, como analisado por Bourdieu (1989, p. 275), cria aquilo que é nomeado ao mesmo tempo em que o descreve. Ou seja, a disputa pelo poder de dar nome é também uma disputa pelo poder de construção da realidade, “de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo” (BOURDIEU, 1989, p. 14). Dessa forma, nomear o ocorrido como acidente ou como desastre significa, mais do que construir a memória social local, direcionar as ações de resposta.



**Imagem 11** - Logomarca da Fundação Renova. Disponível em: <http://www.fundacaorenova.org>. Acesso em: 25/09/2022.

---

<sup>72</sup> Inscrição presente no brasão do município, “*Urbs mea cellula mater*” que, em latim significa algo como “minha cidade mãe”.

A notícia publicada pela Samarco no dia 03 de agosto de 2016 (SAMARCO, 2016) anunciou que a Fundação criada pela mineradora junto com a Vale e a BHP Billiton iniciou suas operações, assumindo os 41 programas de reparação (dos quais 93% estavam em execução pela Samarco). A narrativa construída pela mineradora sobre a instituição afirmou que

a marca da Fundação Renova é simples e dinâmica. [...] A palavra Renova, usada em letras minúsculas, se remete à **humildade**, porque é assim que a Fundação vai trabalhar. A palavra Fundação, usada em letras maiúsculas, se remete à **força** que a instituição deve ter. A divisão em três partes representa as **comunidades, empresas e governos**. As três cores usadas se referem **às águas dos rios** [sem lama], **às matas** [sem lama] e **à terra**” (SAMARCO, 2016. Grifos e comentários acrescidos).

Ceni (2018) analisa que a apresentação desse novo e fundamental personagem tem importância no contexto narrativo maior porque, ao entrar na história, passa a “desonerar a Samarco de falar, agir e referenciar-se ao evento de rompimento. Ao assumir essa tarefa na grande narrativa, a Fundação Renova abre caminho para que a estratégia discursiva da Samarco direcione-se à retomada da operação” (CENI, 2018, p. 130). O ano de 2017 foi marcado pelos esforços da Samarco em retomar suas atividades — paralisadas desde o rompimento da barragem de Fundão. Ceni (2018, p. 98) analisa que o conteúdo publicado pela mineradora em seu portal na internet passou a evidenciar tal interesse, a exemplo das notícias: “Estudo mostra impacto da paralisação da Samarco na economia” e “Queremos voltar a operar” (SAMARCO, 2017 *apud* CENI, 2018, pp. 98-100). Enquanto a Samarco se dedicava à retomada das operações, a Fundação Renova noticiava outros assuntos, com foco nos eventos realizados e nas ações desenvolvidas nos programas. Dessa forma, a narrativa da Fundação Renova formou uma “cortina”, como as cortinas vegetais usadas em áreas de mineração. Para o olhar externo são envoltórios estratégicos que neutralizam os efeitos negativos e melhoram o aspecto paisagístico, mas dentro das cortinas vegetais está a imagem real do empreendimento.

No contexto de disputa pela narrativa em torno do desastre, a Fundação Renova deu início, em 2017, a um jornal próprio em versões para Mariana, Barra Longa e foz do Rio Doce, vinculado ao Programa 06 - Programa de Comunicação, participação, diálogo e controle social (FUNDAÇÃO RENOVA, 2017a, p. 47). Na edição 0 do jornal, inicialmente sem nome e identificado como “Jornal da Renova”, a matéria “Com a sua licença?” (JORNAL DA RENOVA, 2017, edição 0, p. 2) apresenta a Fundação destacando o caráter autônomo e independente, buscando desvincular a imagem da Renova da imagem das empresas.

A tragédia de Mariana ficou conhecida no mundo todo. E com ela, o nome da Samarco, Vale e BHP Billiton. Diante de uma realidade tão complicada e cheia de mudanças, é normal algumas pessoas acharem que a Fundação Renova pode trabalhar ou representar as mineradoras. Pode levar algum tempo para você reconhecer que a Fundação Renova é a organização responsável pela recuperação das áreas atingidas. E isso vai ficar mais claro em nosso relacionamento do dia-a-dia, durante a realização dos projetos, implementação das ações e, principalmente, quando as pessoas começarem a perceber o resultado do que fazemos. É verdade que a Fundação Renova é mantida como fruto do compromisso direto das empresas com a recuperação dos impactos gerados com o rompimento da barragem. Mas isso não significa que são elas que decidem pela Renova ou por você. Todas as decisões tomadas passam por um sistema de governança que assegura isso (JORNAL DA RENOVA, 2017, edição 0, p. 3).

Também em sua primeira edição, através da matéria “Nos ajude a escrever uma nova história”, o noticiário criado pela Fundação Renova convidou as pessoas atingidas para contribuírem com a definição de um nome para o jornal e os assuntos a serem abordados a cada edição (JORNAL DA RENOVA, 2017, edição 0, p. 5). Aparentemente idealizado como espaço alternativo ao jornal A Sirene<sup>73</sup> (um jornal comunitário criado em 2016 por atingidos, movimentos sociais e apoiadores) o jornal da Renova buscava “escrever uma nova história” sem considerar a narrativa feita pelas próprias pessoas atingidas. Além disso, esse discurso mostrar uma ação muito próxima a das mineradoras como Samarco e BHP Billiton, que desde o rompimento da barragem se empenham em “escrever uma nova história e reconstruir as relações de confiança com a sociedade” (SAMARCO, 2022), inclusive reformulando suas logomarcas (como visto no capítulo anterior).

Nomeado como Voz da Comunidade<sup>74</sup>, o jornal da Renova não foi reconhecido pelas pessoas atingidas. A edição de novembro de 2017 trouxe em seu editorial que “a Renova reforçou o convite à participação das comunidades, fazendo uma apresentação da ideia do jornal para as Comissões de Atingidos pela barragem de Fundão [mas] a resposta das Comissões foi negativa” (JORNAL DA RENOVA, 2017, edição 1, p. 2). Segundo as comissões, o não reconhecimento das publicações feitas pela Renova veio do entendimento de

---

<sup>73</sup> O Jornal A Sirene é um veículo de comunicação comunitário publicado no dia 5 de cada mês, desde fevereiro de 2016, veiculando relatos das pessoas atingidas sobre a vivência do desastre e o processo da reparação, também denúncias sobre as empresas e informações para as comunidades atingidas. É produzido pelas pessoas atingidas pelo rompimento da barragem de Fundão, com apoio de grupos técnicos da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), de assessorias direcionadas aos atingidos, movimentos sociais e coletivos, e mantido por um acordo entre os(as) atingidos(as), o Ministério Público e a Arquidiocese de Mariana. Disponível em: <https://jornalasirene.com.br/>. Acesso em 15/11/2021.

<sup>74</sup> O Jornal Voz da Comunidade foi criado pela Fundação Renova e teve sua primeira edição publicada em julho de 2017. Faz parte de um conjunto de publicações bimestrais intitulado Jornais com a Comunidade, distribuídas pela Renova nas cidades de Mariana (MG), Barra Longa (MG) e nas comunidades da Foz do Rio Doce (ES). Disponível em: <https://www.fundacaorenova.org/jornais-com-a-comunidade/>. Acesso em 15/11/2021.

que são projetadas para fazer publicidade para a própria Fundação e para as mineradoras (JORNAL A SIRENE, 17 de junho de 2019).

Segundo Fontes (2018, p. 122), embora o discurso construído no jornal produzido pela Fundação Renova pretenda a neutralidade, os textos mostram uma minimização das responsabilidades da Samarco, a exemplo das reportagens sobre contaminação da água que, sequer, mencionam a toxicidade da lama proveniente do rompimento da barragem. Apesar das reivindicações das pessoas atingidas para que o assunto fosse tratado de forma transparente, apresentando a verdadeira “voz do atingido” (JORNAL A SIRENE, 17 de junho de 2019), a toxicidade da lama é analisada pelo Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais da Universidade Federal de Minas Gerais (GESTA, 2021a)<sup>75</sup> como um dos riscos à saúde humana sobre o qual as informações fornecidas pela Fundação Renova são vagas e insuficientes. Em contrapartida, a contaminação da água por metais pesados foi constatada no estudo feito em 2017 pelo Instituto de Biofísica da Universidade Federal do Rio de Janeiro com apoio do Greenpeace (TORRES *et al*, 2017).

Dornas (2020) analisa o embate entre as narrativas da Fundação Renova e do jornal A Sirene no âmbito do Programa de Comunicação, Participação, Diálogo e Controle Social (Programa 06), às quais a autora nomeia como discurso e contradiscurso, respectivamente. Além da disputa pela nomeação do fato e da categorização das vítimas como impactadas ou atingidas, Dornas (2020) discute também que

a Renova afirma seu cuidado em falar na língua dos/das atingidos(as) e, o jornal [A Sirene], por outro lado, afirma que os/as atingidos(as) ressentem-se de não entender a linguagem utilizada e colocam tal artifício como uma estratégia voltada para facilitar a consecução de seus objetivos nas negociações e acordos relacionados aos processos reparatórios. No contradiscurso de A Sirene, o Programa de Diálogo Social é uma farsa, sugerindo que ele está alicerçado em intenções reputacionais, visando à credibilidade e à legitimidade da Fundação Renova e que, para tal, a organização se utiliza de estratégias discursivas com esta finalidade. Depreende-se que o discurso da Fundação Renova, ao circular, aciona um quadro de sentidos que é ressignificado pelos(as) atingidos(as), a começar pelo entendimento do que vem a ser um espaço de diálogo. A identidade da Renova assume outra perspectiva na percepção dos/das atingidos(as), que se referem a ela como Renova/Samarco ou fundação/empresa. O TTAC se transforma em “Acordão”, e os significados empreendidos em torno do que significa ser atingido(a), reassentamento, compensação e reparação diferem do entendimento da Renova (DORNAS, 2020, p. 83. Comentários acrescidos).

---

<sup>75</sup> Para uma contextualização sobre a controvérsia em torno da toxicidade da lama no contexto do desastre de Fundão, consultar o documento “Histórico resumido do caso da Avaliação de Risco à Saúde Humana nos municípios de Mariana e Barra Longa, Minas Gerais”, elaborado pelo GESTA-UFMG, disponível em <https://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/conflito/?id=579>, acesso em 18/03/2022.

Embora a proposta do Programa de Comunicação, Participação, Diálogo e Controle Social seja baseada na troca de informações, emissão de opiniões, escuta e construção conjunta de soluções para tomada de decisões (FUNDAÇÃO RENOVA, 2018, p. 15), os relatórios de atividades analisados mostram um foco quantitativo sobre o número de reuniões e acordos alcançados através dos processos participativos. A participação das pessoas atingidas é invisibilizada enquanto são transformadas em “avalanches de números impressos”, como nos processos de licenciamento ambiental dos projetos energéticos e de mineração analisados por Teixeira *et al* (2020). No mesmo sentido, Dornas (2020, p. 96) observa que o diálogo é usado pela Fundação Renova como estratégia de neutralização e/ou desqualificação de reivindicações das pessoas atingidas — situação semelhante à discutida por Pantoja (2018) sobre a atuação da Fundação Vale no estado do Maranhão. Pantoja (2018, p. 257) argumenta que mostrar “abertura ao diálogo” abre espaço para a efetivação do consenso, “mas, para os agentes que detêm maior poder, [...] este tende a ser gerido de maneira a não sair do controle”.

Ao analisar tais disputas narrativas, Fontes (2018) afirma que o jornal A Sirene mobiliza as próprias pessoas atingidas através de “histórias de luto e de luta”, enquanto o jornal da Renova apresenta, de forma implícita, o discurso da Samarco. A autora afirma que,

dessa forma, para comunidades atingidas, a Renova, sendo uma extensão da própria Samarco, tem atuado pautada nos interesses da empresa. Querer a construção conjunta de uma única narrativa, seria assim um contrassenso, tendo em vista que atingidos e Renova/Samarco tem perspectivas/visões totalmente distintas da “realidade”. A Renova, ao propor a construção de um jornal com a participação dos atingidos, estaria tentando fortalecer “um lado da história” (A SIRENE, 2017), ou seja, a narrativa da Samarco, junto das comunidades atingidas. Como consequência, haveria o enfraquecimento nas comunidades atingidas do jornal A Sirene, que se contrapõe a esse discurso dominante, hegemônico (FONTES, 2018, p. 132).

Em 2017, além do jornal Voz da Comunidade, a Renova criou também a Rádio Renova<sup>76</sup> (FUNDAÇÃO RENOVA, 2017a), uma programação para divulgar as notícias sobre a reparação veiculada em três horários, duas vezes por semana, através da Rádio Mariana (93.5 FM) e de outras rádios em Santa Bárbara, Ouro Preto, Governador Valadares, Timóteo, Resplendor, Caratinga, Abre Campo, Aimorés, Coronel Fabriciano, Ipatinga, Alto Rio Doce, Barra Longa e Conselheiro Pena (em Minas Gerais), além de Colatina, São Roque do Canaã, Linhares, Aracruz, São Mateus e Baixo Guandu (no Espírito Santo). No mesmo ano a Fundação implantou o programa “Vim Ver”, também como parte do Programa de Comunicação,

---

<sup>76</sup> Os programas que já foram ao ar estão disponíveis em: <https://www.fundacaorenova.org/radio-renova/>. Acesso em 15/11/2021.

Participação, Diálogo e Controle Social, com visitas guiadas aos locais atingidos pela lama da barragem de Fundão (FUNDAÇÃO RENOVA, 2017a).

Segundo a Fundação Renova (2018a, p. 80), “o Vim Ver é um programa que visa promover uma experiência em campo de troca entre os participantes e compreende um roteiro de vivências que permite compreender como a tragédia se deu e as ações de reparação concluídas e em andamento”. Já em funcionamento, o programa foi questionado por desprezar as comunidades atingidas e seus territórios. Como relatado em junho de 2018 por Mauro, atingido de Bento Rodrigues, ao jornal A Sirene:

*Eu sou de uma geração que vem dos fundadores de Bento Rodrigues. Portanto, sou testemunha de que a Samarco sempre pleiteou esse espaço. Agora, por meio desse programa, a gente vê que ela se sente dona do que diz respeito à nossa comunidade, e está querendo se sentir dona também de Paracatu e das demais áreas que foram atingidas por essa tragédia-crime. [...] Então, esse Projeto Vim Ver é uma afronta à nossa dignidade, uma falta de respeito com o sentimento daqueles que perderam tudo, que perderam seus entes queridos. E ainda é um projeto que visa criar uma cortina de fumaça sobre aquilo que foi feito até agora em se tratando da nossa reparação. [...] Eu, então, pergunto, como tive a oportunidade de questionar o Roberto Waack (Presidente da Fundação Renova) durante reunião realizada no dia 4 de maio, em que ele nos disse que esse não é um projeto voltado inteiramente para o turismo, que é um programa que vai levar estudantes, pesquisadores e aquela conversa de sempre, mas que, na verdade, vemos como algo que estou batizando de “turismo da desgraça”: “Vim Ver o quê?”.” (JORNAL A SIRENE, 13 de junho de 2018).*

Após a homologação do TAC Governança em 2018, o investimento em comunicação aumentou em R\$15 milhões em relação ao ano anterior, esse pilar foi revisado no Programa 6 visando melhorar o “engajamento dos *stakeholders*” e novos canais<sup>77</sup> de comunicação impressa e digital foram criados para divulgar as atividades da Fundação (FUNDAÇÃO RENOVA, 2018a; 2018b).

Entre os destaques de novos veículos, em junho [de 2018], foram lançados o Boletim Jornada e o Jornal Mural, com o objetivo de apoiar a prestação de contas sobre o processo de reparação, com foco nos atingidos. Em agosto [do mesmo ano], foi ao ar na internet a plataforma Caminho da Reparação, diversificando as vozes a serem ouvidas e a amplitude dos debates sobre o rompimento. Em setembro, foi a vez da revista digital Dois Pontos, com a proposta de apresentar diferentes perspectivas sobre temas relacionados à reparação de grandes desastres no Brasil e no mundo. No mês seguinte, saiu a primeira edição do caderno No Caminho da Reparação, material institucional com as principais entregas no contexto dos três anos de rompimento. A divulgação de notícias, vídeos e documentos diversos (Programa 36 - Comunicação nacional e internacional) alimentaram a imprensa em geral e o site da Renova, que teve

<sup>77</sup> Não pretendo aprofundar a análise sobre esses materiais, mas é importante mencionar que o pilar de Comunicação do Programa 6 passou por outras reformulações, alterando os canais de comunicação da Fundação. A análise específica sobre o pilar de Comunicação da Fundação Renova ao longo dos anos se mostra um tema de pesquisa profícuo para pesquisadores que desejem investigar.

730 mil acessos em 2018 (FUNDAÇÃO RENOVA, 2019, p. 23. Comentários acrescidos).

Em campo, a equipe de especialistas da Ramboll (2018) identificou que as ações voltadas para a comunicação foram insuficientes para garantir mais participação das pessoas atingidas nos processos decisórios. “Como exemplo, destaca-se que o sítio eletrônico na internet evoluiu, mas ainda prevalece a comunicação de propaganda das ações da Fundação com rigidez para a divulgação do contraditório<sup>78</sup> e com limitações de acessibilidade à população atingida” (RAMBOLL, 2018, p. 5).

Além do investimento em comunicação, em 2018 a Renova implementou o Centro de Informações Técnicas (CIT) de Mariana — uma das três unidades previstas para as cidades de Mariana, Governador Valadares e Linhares (FUNDAÇÃO RENOVA, 2019). O CIT de Mariana foi nomeado como Casa do Jardim, dada sua localização na Praça Gomes Freire, no centro da cidade, que é conhecida como Praça do Jardim. O casarão em estilo colonial se tornou o ponto de partida das visitas do projeto “Vim Ver”, além de um tipo de referência turística onde o visitante conhece a história do desastre pela perspectiva da Fundação Renova.

A matéria “O museu do crime”, publicada em 2019 pelo jornal A Sirene, discute que, quando saem do casarão da Renova, os visitantes têm a sensação de que sabem o que se passa nas comunidades atingidas e vão embora com uma ideia equivocada sobre a realidade vivida por essas pessoas. Foi nesse contexto que, no mesmo ano em que o casarão da Fundação Renova (CIT de Mariana) começou a funcionar, a Comissão de Atingidos pela Barragem de Fundão (CABF) encaminhou uma carta à Renova e à Samarco, solicitando que as maquetes dos reassentamentos de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo fossem transferidas para a Casa dos Saberes<sup>79</sup> — um espaço de convivência dos atingidos — por entender que a Fundação “utiliza recursos e espaços em desigualdade com o dos(as) atingidos(as) para criar a sua versão da história” (JORNAL A SIRENE, 13 de junho de 2018).

O padrão descrito sobre as ações da Fundação Renova no âmbito do Programa de Comunicação, Participação, Diálogo e Controle Social pode ser observado também na relação de outras empresas com comunidades do entorno de empreendimentos de mineração, tanto sobre as narrativas que criam a realidade, quanto sobre os usos do diálogo e da participação

---

<sup>78</sup>O princípio do contraditório é um princípio do Direito que significa que toda pessoa (física ou jurídica), acusada, terá direito de resposta contra a acusação que lhe foi feita. O contraditório é, portanto, a opinião contrária àquela manifestada pela parte acusante.

<sup>79</sup>A Casa dos Saberes é um espaço alugado pela Fundação Renova como um espaço de convivência para os atingidos de Paracatu de Baixo e Bento Rodrigues, onde possam ser realizadas, em proporções menores, as celebrações que antes eram feitas nos territórios, além de reuniões, oficinas e outras atividades sociais e culturais.

para neutralizar conflitos e dissensos. Analisando os projetos argentinos de Veladero e Alumbraera, Godfrid (2018, p. 168) afirma que a intervenção territorial das mineradoras<sup>80</sup> nas comunidades “é atravessada por sua elaboração em termos discursivos e, da mesma forma, as práticas sócio-discursivas são atualizadas através da intervenção territorial”. Em outras palavras, a narrativa elaborada, o modo de comunicação, os atores envolvidos e as relações de poder estabelecidas estão intimamente ligados às ações de intervenção no território realizadas sob a lógica da Responsabilidade Social Empresarial ou Responsabilidade Social Corporativa (GODFRID, 2018, p. 168).

Na experiência analisada por Honke (2018) sobre as práticas de mineradoras multinacionais em Katanga, na República Democrática do Congo, foi observado que as técnicas de diálogo são acionadas para dissolver as queixas das comunidades do entorno dos empreendimentos e proteger a extração comercial (HONKE, 2018, pp. 119-120). No Brasil, debruçada sobre o processo de licenciamento ambiental do empreendimento Minas-Rio, da mineradora Anglo American, em Conceição do Mato Dentro (MG), Prates (2017, p. 63) discute a estratégia de desautorização da fala das pessoas atingidas pela empresa de consultoria Ferreira Rocha, que “transformou as denúncias, os sofrimentos e as perdas em discurso “subjeto”, através do conceito de “impactos supostos, opondo-os ao discurso técnico e aos impactos reais”. Analisando o mesmo empreendimento, Ferreira (2022) observa que os discursos acionados pela Anglo American contribuíram, entre outras coisas, para o disciplinamento das lideranças locais nos espaços de diálogo e participação privados da empresa e para a criação de uma imagem positiva do empreendimento que mascara as violações cometidas aos direitos das pessoas atingidas.

Como discutido anteriormente, de acordo com Bourdieu (1989), o poder de narrar implica em poder criar e alterar a realidade. Portanto, o discurso configura-se como um instrumento de poder sobre o qual Foucault (1996) analisa haver temor em nossa sociedade, pelo que pode haver de violento, desordeiro e perigoso. É nessa perspectiva que o discurso corporativo, sobretudo relacionado à “boa governança”, se orienta para a neutralização de conflitos (ANTONELLI, 2014). Segundo Gaviria (2018, p. 214), uma das aplicações da governança está exatamente na implementação de mecanismos e normas de relação com as comunidades para gerir conflitos e dissipar dissensos.

---

<sup>80</sup>O empreendimento Veladero pertence à empresa Minera Argentina Gold, que é subsidiária da empresa Barrick Gold Corporation. Já o empreendimento Alumbraera pertence a um consórcio entre a Yacimientos Mineros Aguas de Dionisio e a Minera Alumbraera (um conglomerado de outras três empresas: Glencore, Goldcorp e Yamana Gold). Ver Godfrid (2018, p. 164).

As tensões entre a Fundação Renova e as pessoas atingidas são analisadas por Maher (2021)) a partir das estratégias parentelistas de Responsabilidade Social Corporativa e da resistência a elas. Na perspectiva do parentalismo, as ações da Fundação Renova podem ser comparadas ao comportamento de um pai com seus filhos (MAHER, 2021, p. 3) — que se mostra aberto ao diálogo e concede certa autonomia, como nas edições iniciais do jornal da Renova em que as pessoas atingidas foram chamadas a escolher o nome do jornal e os temas que deveriam ser abordados, enquanto mantém o controle sobre as tomadas de decisão, controlando a narrativa. Seguindo a agenda da “boa governança”, a Fundação Renova busca dissipar o dissenso. Porém, já vitimadas pela lama, as pessoas atingidas mantêm o dissenso, vivendo uma luta política pelo poder de contar a própria história e não serem usurpadas novamente pelas empresas, agora por meio da narrativa.

### 3.2 - A ECONOMIA DE VISIBILIDADES DO DESASTRE

Outra tendência nas ações da Fundação Renova diz respeito ao jogo de criar visibilidades e invisibilidades, ou seja, da *economia de visibilidades* do desastre (TEIXEIRA *et al*, 2020). Como discutirei neste tópico, as categorias acionadas na gestão do desastre enquadram a realidade vivida pelas pessoas atingidas em determinadas perspectivas, ao mesmo tempo em que criam essa realidade (ponto também abordado no tópico anterior, a partir de Bourdieu, sobre o poder de narrar a história do desastre). Além disso, apresentarei alguns exemplos de como o conteúdo e a forma de organização do discurso da Fundação Renova mostram a invisibilização do sofrimento da pessoa atingida e a visibilidade direcionada à eficiência corporativa na lida com a reparação.

A consultoria contratada como perita independente pelo Ministério Público Federal, Ramboll, emitiu um parecer em 2020 de que o Portal da Transparência da Fundação Renova não cumpria “requisitos importantes da Lei de Acesso à Informação, dentre eles as regras estabelecidas para transparência passiva, como prazos de respostas, direito de recurso, além da ausência de relatório das demandas de pedidos de informação” (RAMBOLL, 2020, p. 49). A análise do Portal da Transparência<sup>81</sup> da Fundação Renova revela que melhor seria chamá-lo de “portal translúcido”. *Translúcido* é um adjetivo para se referir a todo objeto que permite a passagem de luz, mas através do qual não se vê com nitidez<sup>82</sup>.

<sup>81</sup> Disponível em <https://transparencia-fundacaorenova.hub.arcgis.com/>. Acesso em 08/12/2021.

<sup>82</sup> Ver DICIONÁRIO ONLINE PRIBERAM. Verbete: Translúcido. Disponível em <https://dicionario.priberam.org/transl%C3%BAcido>. Acesso em 16/03/2022.

No “portal translúcido” da Fundação Renova os dados são apresentados de forma incompleta, com informações ocultas e, por isso, me refiro à translucidez e não à transparência. Nesse sítio virtual, busquei informações sobre o processo de reparação em Mariana (como por exemplo o número de trabalhadores marianenses contratados ou as principais empresas parceiras da Fundação no município), mas o conteúdo de alguns arquivos era diferente daquilo que o *site* indicava sobre o tema: ou o *link* disponibilizado direcionava para uma página inexistente. Foi possível encontrar o Estatuto Social da Fundação, mas apenas a versão de 2019 e não sua primeira versão, de 2016. A informação sobre contratação de mão de obra local foi apresentada de forma condensada para toda a Bacia do Rio Doce e não de maneira detalhada por município. A lista de documentos eventualmente disponíveis para *download* não dispõe de todos os anexos. E o contato realizado através do *site* para solicitação de informações não foi respondido.

### 3.2.1 - A reparação tabulada pelos indicadores da Fundação Renova

Borges *et al* (2007) analisam o discurso de seis fundações<sup>83</sup> com atuação ligada à Responsabilidade Social Corporativa e suas relações com as empresas que as mantêm, apontando a seletividade das informações nos discursos dessas instituições.

Quanto às ausências no discurso das fundações, percebe-se que os problemas sociais são parcialmente destacados. Os números e dados sobre a sociedade brasileira são divulgados por órgãos oficiais nacionais e por organismos internacionais, como a Organização das Nações Unidas (ONU) e seu Programa para o Desenvolvimento (PNUD). Nos sites das fundações não se observa menção de nenhum dado oficial sobre os problemas, sejam eles educacionais, de saúde ou culturais. Dessa forma, mascara-se a ação das fundações, mostrando o que elas estão fazendo para contribuir para a transformação social, porém as dimensões da realidade objetiva não são destacadas. Logo, não existe a possibilidade de comparação, no âmbito do discurso na Web, do tamanho do problema com a ação realizada pela fundação, em que proporção essa ação está contribuindo para a solução ou eliminação do problema, por exemplo, quando se fala em eliminação do analfabetismo. Outra ausência é a de projetos que não foram bem-sucedidos, que tiveram início, mas não foram concluídos por falta de recursos e pessoal. Os projetos são sempre apresentados como bem-sucedidos e dignos de premiações. [...] Outra ausência, no discurso das fundações, diz respeito às parcerias. Embora as fundações argumentem em favor das parcerias, uma pesquisa em seus websites não permite identificar como ocorre o diálogo entre fundações, empresas, Estado e sociedade civil. Os números relacionados aos investimentos e os resultados dos projetos são apresentados de forma absoluta e não relativa. Por exemplo, não são apresentados dados dos investimentos ao longo dos últimos anos para que se avalie redução ou aumento de investimentos. E, em casos de projetos específicos, que se

---

<sup>83</sup> As fundações estudadas por Jacqueline Borges, Rodrigo Miranda e Valdir Valadão Júnior (2007) são: Fundação Bradesco, Fundação Banco do Brasil, Fundação Victor Civita, Fundação Itaú Social, Fundação Orsa e Fundação Belgo-Arcelor Brasil.

realizam por meio de parceria, não está disponível quanto cada parceiro investiu (BORGES *et al*, 2007, p. 112).

O estudo de 2007, mencionado acima, não tem ligação com o caso de Fundão, mas revela semelhanças entre a forma de atuação das fundações analisadas por Borges, Miranda e Valadão Júnior e certas práticas observadas na atuação da Fundação Renova. De modo geral, os relatórios anuais da Renova, analisados nesta pesquisa, apresentam indicadores agrupados sobre os municípios atingidos. Esse formato oculta os valores detalhados por município, enquanto exibe resultados totais dentro das metas de execução dos programas. Além da falta de transparência sobre essas informações detalhadas, o próprio cumprimento dos objetivos dos programas foi questionado pela empresa de consultoria Ramboll (2019b).

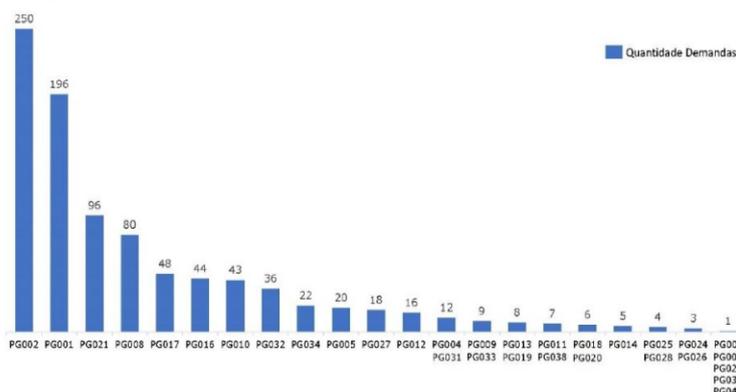
### **3.2.1.1 - Programa de Comunicação, participação, diálogo e controle social (PG06)**

No âmbito do Programa 06 (Comunicação, participação, diálogo e controle social), os relatórios anuais da Fundação Renova analisados para esta pesquisa apresentam os números correspondentes às reuniões com as comunidades atingidas em que a Fundação esteve presente (ver exemplo de 2017 na imagem 12). Porém, não há informação que qualifique sua participação, muito marcada por respostas evasivas e protelação de discussões, conforme observado em campo no acompanhamento<sup>84</sup> de algumas destas reuniões<sup>85</sup> entre 2017 e 2020. Em 2017 e 2018, a Ramboll apontou como lacunas no programa de Comunicação, Participação, Diálogo e Controle Social, a metodologia utilizada, a linguagem inadequada e a postura da interação da Fundação Renova que acabam confundindo a população atingida e dificultando a participação e o acesso aos direitos (RAMBOLL, 2017; 2018).

---

<sup>84</sup> Considerando não apenas o período da pesquisa no mestrado, mas todo o período de pesquisa e extensão nesse caso no Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais, desde 2017.

<sup>85</sup> Sobretudo vinculadas ao Programa de Reconstrução de Vilas (Programa 8), relacionadas aos reassentamentos de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo.

**Imagem 12** - Quantidade de reuniões X programas em 2017

Fonte: Reproduzido de FUNDAÇÃO RENOVA, 2017a, p. 62.

Também sobre o Programa de Comunicação, participação, diálogo e controle social em 2017, de acordo com o relatório anual de atividades da Fundação Renova (FUNDAÇÃO RENOVA, 2017a, p. 64), a maior parte das manifestações registradas no canal de Ouvidoria foram relacionadas à negligência em assistência às comunidades da bacia do Rio Doce. Em 2018 o indicador mostrou o número de manifestações totais encaminhadas à Ouvidoria, sem detalhamento por assuntos, mas com a ressalva de que foram registradas situações críticas “em que o Programa havia repassado ao atingido um prazo para resposta, mas esse prazo [estava] há mais de 30 dias expirado sem novo posicionamento ou previsão” (FUNDAÇÃO RENOVA, 2019a, p. 80), além de “relatos de grave privação financeira, ameaça de suicídio ou doença grave” (FUNDAÇÃO RENOVA, 2019a, p. 81). Além disso, foram listados os indicadores de “percentual de manifestações finalizadas”, “percentual de manifestações finalizadas como conclusivas” e “percentual de manifestações finalizadas no prazo”, mas sem medição por estarem em processo de revisão na Câmara Técnica correspondente no CIF.

Em 2019, cumprindo a determinação do TAC Governança (UNIÃO *et al.*, 2018, p. 19), a Fundação Renova contratou um Ouvidor-Geral. O relatório de atividades correspondente teve como indicador de monitoramento da Ouvidoria a quantidade de manifestações recebidas por mês e a média anual, sem nenhuma informação qualitativa complementar (FUNDAÇÃO RENOVA, 2020a, p. 112). Já os indicadores de “percentual de manifestações finalizadas”, “percentual de manifestações finalizadas como conclusivas” e “percentual de manifestações finalizadas no prazo”, permaneceram sem medição em 2019 por não terem sua revisão concluída (FUNDAÇÃO RENOVA, 2020a, p. 111).

No ano seguinte, em 2020, a Fundação voltou a exibir dados sobre o conteúdo das manifestações, juntamente com indicadores de quantidade mensal, acumulada e média anual de manifestações. De acordo com o relatório de atividades de 2020, a maior parte das

manifestações à ouvidoria (1.477 de um total de 2.073), foram reclamações relacionadas aos programas de cadastro, auxílio financeiro e indenização, sobre “processos e prazos da Fundação Renova, incluindo casos de situação de vulnerabilidade social e/ou **possível** negligência no atendimento” (FUNDAÇÃO RENOVA, 2021a, p. 86, grifo acrescido). Chamo a atenção para o uso da palavra “possível” e o componente de dúvida colocado pela Fundação sobre a reclamação da pessoa atingida acerca da negligência no atendimento. Embora os dados analisados sobre a Ouvidoria reflitam informações de toda a bacia, é importante salientar que outros temas estiveram presentes entre as manifestações, como assédio e/ou importunação sexual; assédio moral, discriminação e/ou agressão verbal; cancelamento do auxílio financeiro emergencial; segurança; qualidade do atendimento; e outro destaque para a forma de descrição feita pela Renova sobre dois temas em específico: “possíveis irregularidades ou atos ilícitos” e “possíveis violações de direitos humanos”, novamente incluindo um componente de descrédito nas manifestações recebidas (que juntas somaram 440 registros naquele ano) (FUNDAÇÃO RENOVA, 2021a, p. 87).

### **3.1.1.2 - Programa de Recuperação e Diversificação da Economia Regional (PG18)**

O Programa de Recuperação e Diversificação da Economia Regional (Programa 18), que também aparece nos relatórios da Fundação Renova como Programa de Desenvolvimento e Diversificação Econômica, tem caráter compensatório e objetivo de implementar novas indústrias e atividades que diminuam a dependência com o setor minerário e promovam o desenvolvimento dos municípios atingidos (FUNDAÇÃO RENOVA, 2017a, p. 128). No âmbito deste programa, foram implementadas linhas de crédito, estabelecidas parcerias com instituições privadas e com o poder público de Mariana.

Em 2017 a Fundação Renova lançou o Fundo de Incentivo à Economia Local Desenvolve Rio Doce, em parceria com o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG) e o Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo (BANDES), para financiamento de capital de giro de micro e pequenos empreendedores nos municípios atingidos ao longo da Bacia do rio Doce (FUNDAÇÃO RENOVA, 2017a, p. 9). No ano seguinte, em 2018, foi implementado o Fundo Diversifica Mariana, oferecendo incentivo às empresas que quisessem se instalar no município (FUNDAÇÃO RENOVA, 2019, p. 28). E, em 2019 tiveram início as operações dos Fundos Compete Minas Gerais e Compete Rio Doce, duas linhas de crédito para empresas endividadas não elegíveis ao financiamento pelo Fundo Desenvolve Rio Doce,

também em parceria com o BDMG e BANDES, com apoio do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE).

Os fundos de crédito criados, que permanecem em funcionamento, não possuem página de transparência nas instituições gestoras (BDMG e BANDES) e as informações sobre a movimentação de recursos são disponibilizadas através de notícias da Fundação Renova, além dos relatórios anuais. De acordo com a Fundação, entre 2017 e 2020, o Fundo Desenvolve Rio Doce (que oferece crédito a micro e pequenas empresas) concedeu cerca de R\$ 53 milhões em crédito para 1.364 micro e pequenas empresas dos dois estados atingidos (FUNDAÇÃO RENOVA, 2020c). Em outra publicação, a Fundação informa que o mesmo fundo disponibilizou aproximadamente R\$52 milhões em crédito até janeiro de 2021 (FUNDAÇÃO RENOVA, 2021c). Sobre o Fundo Compete Rio Doce, há menos informações, mas em notícia sobre “*Como a Fundação tem agido para estimular os micro e pequenos negócios do território impctado?*”, publicada pela Fundação Renova em fevereiro de 2019, é explicado que o Compete Rio Doce é “um complemento do Fundo Desenvolve Rio Doce, com a mesma taxa de juros [...], mas voltado exclusivamente para micro e pequenas empresas que tentaram obter recursos na primeira linha e não conseguiram”, por restrições em órgãos de controle que limitaram o acesso a crédito formal (FUNDAÇÃO RENOVA, 2019f). Ainda sobre o Fundo Diversifica Mariana, as únicas notícias publicadas são sobre o lançamento do Fundo de R\$55 milhões, proposto como “um atrativo para grandes investimentos no município e [que] deve contribuir para a diversificação das atividades produtivas e aumento das ofertas de emprego” (FUNDAÇÃO RENOVA, 2018c).

Em junho de 2020 foi realizada uma reunião entre os vereadores da Câmara Municipal de Mariana (CMM), representantes da Fundação Renova e representantes de escolas privadas do município para discutir, no bojo do Programa de Diversificação da Economia Local (Programa 18), possíveis soluções de enfrentamento à crise financeira pelas empresas locais (CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA, 25 de junho de 2020). Em consequência da pandemia<sup>86</sup> do novo coronavírus (causador da Covid 19) que demandou medidas de isolamento social, a reunião foi realizada em formato virtual e transmitida pelo portal da CMM.

O principal questionamento dos diretores das escolas privadas foi relativo ao apoio financeiro e parcerias entre a Fundação Renova e o Serviço Nacional de Aprendizagem

---

<sup>86</sup> A Covid 19, doença causada pelo novo Coronavírus (Sars-Cov-2) foi declarada como pandemia pela Organização Mundial de Saúde (OMS) no dia 11 de março de 2020. Ver: UNA-SUS. *Organização Mundial de Saúde declara pandemia do novo coronavírus*. Notícia. 11 de março de 2020. Disponível em: <https://www.unasus.gov.br/noticia/organizacao-mundial-de-saude-declara-pandemia-de-coronavirus>. Acesso em: 26/10/2022.

Industrial (SENAI) de Mariana, enquanto as demais instituições de ensino do município não contavam com o mesmo recurso. A resposta dada pelos representantes da Renova foi que as escolas marianenses poderiam participar, assim como outras empresas privadas, dos fundos de empréstimos criados em parceria com o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG). Mas quero chamar atenção, nesse contexto, para as análises dos vereadores<sup>87</sup> sobre a atuação da Renova no município.

Em um primeiro momento, o vereador Bruno Mól se mostrou otimista e elogiou a atuação da Fundação, dizendo: “[...] entendemos e reconhecemos que a Fundação Renova tem uma importância fundamental na nossa cidade. [...] Hoje, nós vemos essa Fundação talvez como a única capaz de abrir esse diálogo e apresentar uma proposta de recuperação das empresas locais” (Vereador Bruno Mól, Câmara Municipal De Mariana, 25 de junho de 2020). Porém, num segundo momento, o vereador José Jarbas fez um relato que revelou problemas recorrentes nas tratativas com a Fundação:

*Sinceramente, com todo respeito aos membros que aí estão, [...] nós temos tido uma experiência na Câmara de que você começa um diálogo com um profissional [da Fundação Renova] e, de repente, não é mais aquele profissional. O negócio muda, as coisas não caminham. [...] Porque quando se fala de Fundação Renova, nós estamos falando aqui de Vale e BHP, porque para mim Fundação Renova é como se fosse um apelido que deram para resolver esse problema. [...] Mariana, além da tragédia de 2015, perdemos vidas na cidade; até hoje as pessoas [estão] fora de suas casas, sacrificadas; o comércio sendo dilacerado. Nós não estamos falando só do setor educacional, estamos falando como um todo. [...] As mesmas empresas que criaram o problema lá atrás, dizimando vidas, continuam dizimando os empregos e agora querem dizimar as instituições de ensino. [...] Simplesmente, vocês viraram as costas para Mariana durante esse longo tempo. E não é agora que eu estou dizendo isso não, isso está registrado nas atas da Câmara Municipal de Mariana [...]. E aí, como os eunucos daquele tempo [se referindo ao tempo bíblico], fazem de conta que nos ouvem. Essa é a realidade. Porque é muito fácil receber o dinheiro. A Fundação gastando bilhões e bilhões de reais [...] há um risco muito grande de a Fundação Renova ser, hoje, a nova “Lava Jato”<sup>88</sup>, depois que isso tudo passar. Porque você imagina bem o tempo que se passou e o que é que foi feito para Mariana. O que se discute em Mariana hoje é reforma de jardim. Misericórdia! Importantíssima essa reforma, sim. Mas e as pessoas, as empresas, as instituições? A Renova não vai fazer nada? [...] Nós estamos encobertos pela lama desde o ano de 2015. Os primeiros e a situação mais difícil foram aqueles que perderam suas vidas, e agora, a Fundação Renova está conseguindo tirar a dignidade do povo de Mariana (Vereador José Jarbas, Câmara Municipal de Mariana, 25 de junho de 2020).*

Na época em que a reunião foi realizada, a Fundação Renova conduzia a reforma da Praça Gomes Freire (que é conhecida como “Jardim” em Mariana). A obra fez parte de um

<sup>87</sup> Que exerciam mandato em 2020.

<sup>88</sup> Se referindo à operação “Lava-Jato”, conduzida pela Polícia Federal e pelo Ministério Público Federal entre 2014 e 2021 para investigar corrupção e lavagem de dinheiro.

pacote de ações no valor aproximado de 100 milhões de reais, anunciado pela Fundação Renova em julho de 2019 (FUNDAÇÃO RENOVA, 2019b, p. 8). O recurso contemplaria, também, a reativação da Cooperativa de Laticínios, a implementação da Casa do Empreendedor, a reforma e ampliação do Centro de Atenção Psicossocial Infantojuvenil, além de estudos para viabilizar o Distrito Industrial de Mariana.



**Imagem 13 e Imagem 14** - Respectivamente (**à direita**) Placa de identificação da obra com logo da Fundação Renova e (**à esquerda**) trabalhadores na obra de Readequação da infraestrutura e Revitalização da Praça Gomes Freire. Fotos - Andréa Zhouri, 2020. Fotos cedidas pela autora.

A queixa do vereador sobre as substituições de profissionais responsáveis pela discussão das pautas não é particularidade da relação entre a Câmara Municipal e a Fundação Renova. Essa prática, comum também em reuniões com as pessoas atingidas, dificulta o aprofundamento dos debates e a definição de encaminhamentos, já que são necessários alinhamentos internos para buscar informações acumuladas por diferentes pessoas antes que a Fundação se manifeste. A falta de transparência da Fundação Renova e a situação vivida pelos marianenses, abordadas por José Jarbas, também apareceram na fala do vereador Marcelo Macedo durante a mesma reunião.

*[...] como sempre, se fala muito em transparência das ações da Fundação Renova. Mas a gente vê que muitas das vezes, aí, a Fundação Renova cai num descrédito com a cidade de Mariana e com os marianenses. Eu só queria lembrar a Ana [se referindo à Ana Lage, Coordenadora de Economia e Inovação da Fundação Renova na época], que logo no início falou que estava assustada e incomodada [com as falas de algumas pessoas presentes]. Assustados e incomodados estão os 60 mil habitantes da cidade de Mariana após o rompimento da barragem de Fundão. Assustados e incomodados estamos aqui no distrito de Monsenhor Horta, que não temos sossego mais, porque a Fundação Renova com suas contratadas vem destruindo o distrito de Monsenhor Horta. [...] Nós não aguentamos mais tantas reuniões e a gente não vê ações efetivas.*

*Temos que ter ações efetivas, porque só assim a Fundação Renova irá resgatar a credibilidade do povo marianense.* (Vereador Marcelo Macedo, Câmara Municipal de Mariana, 25 de junho de 2020).

A proposta feita em 2019 para o Distrito Industrial de Mariana, que aparece como Parque Tecnológico no relatório anual de atividades daquele ano (FUNDAÇÃO RENOVA, 2020a, p. 289) foi revisada e apresentada à Câmara Técnica de Economia e Inovação do CIF como proposta de incubadora municipal de empresas. A reforma e ampliação do Centro de Atenção Psicossocial para a Infância e Juventude (CAPSIJ) foi concluída em 2020, antes do início das obras na Praça Gomes Freire e na Casa do Empreendedor (FUNDAÇÃO RENOVA, 2020b, p. 13). Em dezembro de 2020 o então prefeito Duarte Júnior inaugurou parcialmente a obra de revitalização da Praça Gomes Freire, antes de finalizar seu mandato. Quando de fato foi concluída, a obra foi oficialmente recebida pelo município de Mariana em julho de 2021, após audiência de conciliação realizada entre a Prefeitura e a Fundação Renova (O ESPETO, 2021, p. 24) e inaugurada pelo prefeito interino Juliano Gonçalves (O ESPETO, 2021, p. 5).

Em 2019 os indicadores para o Programa de 18 foram de “Execução do fundo múltiplo de Capital de Giro”, ou seja, o valor total desembolsado e os valores correspondentes ao BDMG e ao BANDES (FUNDAÇÃO RENOVA, 2020a, p. 291). Já os indicadores previstos de “Alavancagem do Fundo de Atração de Investimento”, “Novos negócios fomentados e atuantes na região impactada” e “Aumento no número de EBS<sup>89</sup> na região em operação”, todos indicadores de resultado do programa, estavam em revisão e não foram mensurados (FUNDAÇÃO RENOVA, 2020a, p. 292). Já em 2020, os indicadores apresentados pela Fundação foram 1) “Promoção de Ações de Desenvolvimento”, que mensurou o “percentual de ofertas de pelo menos uma ação do escopo do programa” na totalidade dos municípios atingidos entre os meses de julho e dezembro de 2020; e 2) “Diversificação Econômica de Mariana / MG”, que mensurou o “percentual de entregas de quatro projetos do eixo de Atração de Investimentos do programa (Mariana) aprovados nas instâncias de governança” entre abril e dezembro de 2020 (FUNDAÇÃO RENOVA, 2021a, p. 251).

### **3.1.1.3 - Programa de Estímulo à Contratação Local (PG20)**

Como atividade desenvolvida no âmbito do Programa de Estímulo à Contratação Local (Programa 20), a Renova apresentou no relatório de 2017 (FUNDAÇÃO RENOVA, 2017a, p.

---

<sup>89</sup> Empreendimentos de Base Solidária.

10) que, naquele ano, foram ministrados 12 cursos de qualificação profissional pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI-MG)<sup>90</sup> de Mariana, através do convênio entre a Renova, o SENAI-MG e a Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG). O relatório apontou que os cursos qualificaram aproximadamente 159 profissionais, mas não indicou a efetividade da contratação dos formados, o que seria um indicador importante para o monitoramento do programa em questão. O mesmo formato de apresentação das informações pode ser observado nos dois anos seguintes (FUNDAÇÃO RENOVA, 2018b; 2020a), sendo uma das falhas apontadas pela Ramboll em 2019 (RAMBOLL, 2019b, p.3). Também foi possível observar que os dados sobre a contratação de mão de obra local pela Fundação não são apresentados por município, mas agrupados.

Também em 2017, o então Vice-presidente da Câmara Municipal de Mariana, solicitou a presença de um/uma responsável pelo setor de Suprimentos e/ou do Presidente da Fundação Renova, na reunião da Câmara, para dar explicações sobre os orçamentos solicitados às empresas de transportes sediadas no município. No requerimento<sup>91</sup>, questionou a falta de resposta da Fundação Renova após o recebimento dos orçamentos e apontou dúvidas sobre a contratação de fato de alguma empresa local pela Fundação. Naquele ano, a Fundação apresentou como um dos desafios identificados no Programa 20 a “confusão entre estímulo à contratação e obrigação de gerar emprego” (FUNDAÇÃO RENOVA, 2017a). Porém, em relatório avaliativo publicado também em 2017, a Ramboll apontou que a Renova recorrentemente não alcançava os indicadores estabelecidos na Câmara Técnica de Economia e Inovação do CIF para o programa de Estímulo à contratação local (Programa 20) — que eram a queda do índice de desemprego local e o aumento da massa salarial — e buscava, portanto, “limitar sua responsabilidade a criar condições para que [acontecessem] contratações locais, buscando eximir-se de qualquer responsabilidade quanto à retomada de níveis anteriores de emprego, renda e massa salarial” (RAMBOLL, 2017, p. 16).

Em 2018, a Fundação Renova, o Ministério Público de Minas Gerais e o Instituto de Desenvolvimento Integrado de Minas Gerais (Indi) firmaram um termo prevendo que ao menos 70% da mão de obra contratada para as obras de reparação fosse da microrregião atingida (FUNDAÇÃO RENOVA, 2019a, p. 28). No mesmo ano, o equivalente à mão de obra da

---

<sup>90</sup> A Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG), o Serviço Social da Indústria (SESI), O Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), o Instituto Euvaldo Lodi (IEL) e o Centro Industrial e Empresarial de Minas Gerais (CIEMG) são um conjunto de entidades que compõem o Sistema FIEMG, ofertando serviços voltados para a indústria em diferentes áreas.

<sup>91</sup> O requerimento, aprovado por unanimidade, está disponível em: <http://camarademariana.mg.gov.br/legislacoes/7957/>. E foi acessado em 30/08/2021.

microrregião atingida foi, em média 65,66% de toda a mão de obra contratada, tendo alcançado ou superado a meta de 70% em 5 dos 12 meses do ano (FUNDAÇÃO RENOVA, 2019a, p. 153).

Em 2019 a Fundação Renova não incluiu o indicador de contratação local por microrregião em seu relatório anual de atividades e a visualização de contratação local em nível de bacia indicou uma média de 93,16% (FUNDAÇÃO RENOVA, 2020a, p. 316). De acordo com a análise feita pela Ramboll, em 2019 “a Fundação Renova [ainda] afirma[va] que esta[va] atendendo às metas estabelecidas de contratação de mão de obra local. Contudo, ela desconsidera[va] o critério definido pelo sistema CIF para apuração e informe de seus resultados” (RAMBOLL, 2019b, p. 2).

No ano seguinte, novamente o indicador exibido foi com agrupamento dos estados, com linha de base (a meta a ser alcançada) em 70%, e, nesse ano, a média foi de 88,79% (FUNDAÇÃO RENOVA, 2021a, p. 280). Por outro lado, as visualizações por municípios tiveram metas mais baixas, de 50% de contratos locais. Em 2018 a média por municípios foi de 55,08%, em 2019 de 58,92% e em 2020 de 56,33% (FUNDAÇÃO RENOVA, 2019a; 2020a; 2021).

Durante a reunião da Câmara Municipal de Mariana do dia 18 de junho de 2020, que contou com a presença de representantes da Fundação Renova e de empresários do município, o vereador Fernando Sampaio questionou sobre as empresas externas contratadas pela Fundação que tinham situação irregular ou precária perante os órgãos de defesa do consumidor, mas que ainda assim tinham preferência nos contratos (CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA, 18 de junho de 2020).

*Nós temos várias empresas que, hoje, prestam serviço para a Renova, que têm problema de Serasa, têm problema de Protesto, e conseguem pegar serviço. [Com] as de Mariana sempre é rigoroso nessa parte. As [empresas] de Mariana se tiver uma beirinha ali, já não serve, as firmas de Mariana estão descartadas. E, de vez em quando, a gente vê firma que faz o mesmo serviço que a de Mariana faz, com os problemas mais graves que as firmas de Mariana, que consegue pegar o serviço. [...] A gente vem batendo nessa tecla há vários anos, já. Então, a gente quer o quê? Igualdade. [...] E nós temos que olhar a mão de obra local também, [...] você pode ver que, quando vai fazer a peneirada na Renova, são poucas pessoas que conseguem se encaixar na Renova, entre engenheiros formados aqui na região. Sempre vem gente de fora. E já tem muito tempo que eu venho falando isso. (Vereador Fernando Sampaio, Câmara Municipal de Mariana, 18 de junho de 2020).*

Adicionalmente, em 2020, a Ramboll declarou, em seu relatório de monitoramento, que vinham sendo observados indicadores muito baixos de atendimento aos objetivos de contratação da mão de obra e de fornecedores locais, além de que, através de auditoria

independente, foi constatado que faltavam evidências capazes de comprovar os dados de contratação informados pela Fundação Renova (RAMBOLL, 2020). Além disso, também sinalizou a importância de checagem com as empresas subcontratadas se as obrigações das empresas contratadas pela Renova [eram] cumpridas de maneira adequada, “em função de denúncias de que as contratadas da Fundação Renova não [vinham] cumprindo obrigações de pagamento junto às subcontratadas” (RAMBOLL, 2020, p. 98) — situação discutida na Câmara Municipal de Mariana há mais de um ano e que envolvia grandes empresas como Andrade Gutierrez e HTB Engenharia e Construções<sup>92</sup>.

Os índices de contratação local seguiram sem ser alcançados em 2021 e a deficiência de informações sobre a contratação de mão de obra e de fornecedores locais no Portal da Transparência da Fundação Renova permaneceram sendo pontos críticos (RAMBOLL, 2021a). Não obstante, o relatório da Ramboll aponta que, “não apenas a Fundação Renova não se ‘esforça’ para contratar serviços localmente, como também algumas de suas maiores fornecedoras, também passaram a contratar serviços [...] com empresas de outras localidades e de outros estados” (RAMBOLL, 2021a, p. 56).

No dia 13 de abril de 2021 foi realizada outra reunião na CMM, esta requerida pelos vereadores Gilberto Mateus Pereira e José Antunes Vieira, com presença da Fundação Renova, para tratar sobre a contratação de Jovem Aprendiz (CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA, 13 de abril de 2021). A princípio, Luciana Pimenta (representante do setor de Recursos Humanos da Fundação) fez uma apresentação sobre o programa Jovem Aprendiz que, em parceria com o SENAI, havia encaminhado 20 aprendizes para atuar na área administrativa da Renova. Porém, o presidente da Câmara, Ronaldo Bento, argumentou que a realidade para a maioria das pessoas que se formam nos cursos de qualificação do SENAI era de portas fechadas pelas empresas, inclusive a própria Fundação Renova. E continuou:

*Muitas vezes o pessoal da Renova, sabe disso, faz vista grossa. A gente sabe que faz. Porque a população de Mariana é obrigada a passar por todo requisito do SINE. Hoje já não dorme em fila mais, é obrigado a ligar e agendar. Enquanto o pessoal de fora é só parar na rodoviária, o patrão ou o chefe vai buscar onde estiver, leva para o alojamento, já vai fichar, não passa por burocracia nenhuma. Simplesmente o pessoal de fora faz o que quer aqui e o pessoal de Mariana tem que chupar dedo. (Trecho da fala de Ronaldo Bento, Câmara Municipal de Mariana, 13 de abril de 2021).*

---

<sup>92</sup> Através do requerimento nº 173/2019, de 14 de novembro de 2019, o vereador Cristiano Vilas Boas solicitou que a Fundação Renova e representantes das empresas Andrade Gutierrez e HTB Engenharia e Construções, comparecessem à reunião ordinária da Câmara Municipal de Mariana para prestarem esclarecimentos sobre a falta de pagamento aos fornecedores marianenses. O requerimento está disponível em: <http://camarademariana.mg.gov.br/legislacoes/2128/>. Acesso: 30/08/2021.

Ainda de acordo com Gustavo Ribeiro, representante do SINE (Sistema Nacional de Emprego) em Mariana, existe uma parceria entre a instituição e a Fundação Renova, a Vale e a Samarco, e a pauta sobre contratação de Jovem Aprendiz é recorrentemente levada às empresas. Entretanto, em função da falta de auditores, não há fiscalização adequada do Ministério do Trabalho sobre o cumprimento das contratações locais que, segundo o acordo assinado pela Renova no município, devem alcançar 70% dos profissionais atuantes nas obras e ações de reparação em Mariana.

#### **3.1.1.4 - Breves comparações analíticas**

Como discutido anteriormente, a ausência de informações específicas sobre cada município homogeneiza os resultados da bacia do Rio Doce, logo não pretendo aprofundar tanto no conteúdo dos indicadores e focar mais na forma. A maioria dos indicadores de processo apresentados pela Fundação Renova passaram por revisões no decorrer dos anos e não se mantiveram constantes, o que dificulta um monitoramento adequado dos programas. A ausência dos indicadores de resultado que foram propostos e não foram finalizados para mensuração no decorrer do trabalho da Fundação também é prejudicial pois afeta a avaliação finalística dos programas.

A seletividade das informações e a forma de apresentação adotadas nos relatórios da Fundação Renova podem ser comparadas a estratégias usadas em processos de licenciamento ambiental de grandes empreendimentos. Teixeira *et al* (2020) analisam as afetações provocadas pelos projetos hidrelétricos de Murta e Irapé, na bacia do rio Jequitinhonha, e o Estudo de Impacto Ambiental (EIA/RIMA<sup>93</sup>) do complexo minerário formado pelas empresas Manabi e Anglo American, na bacia do rio Santo Antônio, ambas em Minas Gerais. As autoras (2020, p.11) dialogam com Carmona e Jaramillo (2015 *apud* TEIXEIRA *et al*, 2020) para ressaltar o “caráter icônico” dos números apresentados em Estudos de Impacto Ambiental, que conferem graus de relevância aos danos (chamados de “efeitos indesejáveis”) dos empreendimentos e mensuram medidas mitigação e compensação.

Embora o Estudo de Impacto Ambiental seja um instrumento através do qual os riscos se tornam visíveis e são apresentados publicamente, é importante frisar que “os riscos mencionados no documento são aqueles que os engenheiros consideram administráveis” (LI, 2011, p. 56, tradução livre). Ou seja, a organização da narrativa do EIA/RIMA perpassa a

---

<sup>93</sup> O Estudo de Impacto Ambiental (EIA) é a versão completa do relatório técnico, enquanto o Relatório de Impacto ao Meio Ambiente (RIMA) é uma versão simplificada do mesmo relatório.

administração dos riscos e conseqüentemente das críticas, buscando garantir o cumprimento do objetivo (que é o licenciamento do empreendimento). De forma semelhante, a organização da narrativa da Fundação Renova nos relatórios anuais envolve a visibilidade estratégica de informações sobre o processo de reparação, de acordo com o que é possível gerir no âmbito das críticas.

### 3.2.2 - (In)visibilidades controladas

A partir da criação da Fundação Renova, as *ações extra-muros* (ACSELRAD, 2018) características das mineradoras têm sido acionadas para legitimar estratégias de controle nas relações de poder estabelecidas no município de Mariana. Dentro de uma *economia de visibilidades* (TEIXEIRA *et al*, 2020), os danos são subsumidos, enquanto é acionado um conjunto de argumentos técnicos, administrativos e jurídicos reivindicando expertise e poder — de forma semelhante à experiência indonésia de projeto desenvolvimentista financiado pelo Banco Mundial, analisada por Li (2007). Essas estratégias são acionadas em diferentes espaços e podem ser abordadas, na perspectiva de Wolf (2003), como um exercício de poder tático ou poder organizacional (um tipo de poder em que um ator controla o ambiente de interação e restringe as possibilidades de ação de outros atores naquele espaço).

Controlando os ambientes de interação, a Fundação Renova controla o tempo da reparação, que se torna o tempo da violação continuada de direitos e o tempo do *descaso planejado* (SCOTT, 2009)<sup>94</sup>. Nesse sentido, Teixeira e Lima (2022) analisam o tempo cronológico das ações emergenciais e de reparação do desastre em contraste com o tempo social das vítimas, apontando semelhanças com outros casos, como o vazamento de Isocianato de Metilo em Bhopal, na Índia; o desastre radioativo em Goiânia, no Brasil; e a explosão do reator nuclear em Pripyat, na Ucrânia (TEIXEIRA; LIMA, 2022, p. 4). As autoras argumentam que, em muitos casos, os prazos estabelecidos e as vigências predeterminadas no processo de reparação não coincidem com a experiência das pessoas atingidas.

Outra característica do controle dos ambientes de interação é a mobilização simultânea de diferentes formas de resposta à crítica, às quais Benson e Kirsh (2010) chamam de fases de

---

<sup>94</sup> Analisando a experiência de agricultores da beira do Rio São Francisco que foram atingidos e reassentados na implementação da barragem hidrelétrica de Itaparica, Scott (2009) afirma que “para as famílias, o tempo corre sempre; para o projeto, o tempo oscila entre períodos de movimento intenso e outros quase parados. As famílias vão perdurar na área; um dia o projeto será completado (imagina-se!) e os seus administradores passarão a outros projetos. Estas diferenças são reinterpretadas num discurso [...] que culpa as famílias reassentadas pelo insucesso de um projeto que foi imposto a elas por razões alheias às suas vontades e que sofreu adiamentos fora do seu controle, o que se designa como descaso planejado” (SCOTT, 2009, p. 91).

resposta corporativa. Os autores explicam que essas fases podem ser acionadas em sequência aleatória ou de forma simultânea (BENSON & KIRSH, 2010). A primeira fase consiste na negação da crítica ou do problema. A segunda, é a fase do reconhecimento que há um problema, conferindo alguma validade à crítica e reagindo com ações de mitigação e indenizações insuficientes sobre os danos causados. A segunda fase de resposta corporativa (BENSON & KIRSH, 2010) se assemelha às estratégias de transação analisadas por Valencia *et al* (2018, p. 274), relacionadas às indenizações para os casos de perdas e danos materiais causados pelo empreendimento. Têm a ver com

todas as transações que a empresa deve realizar para desenvolver a operação e que devem ser implementadas na localidade. Essas transações são: negociação pelo uso da terra, contratação de mão de obra, aquisição de bens e serviços. Estas transações são percebidas como parte das operações e são realizadas com as populações locais porque são indispensáveis ou porque são menos dispendiosas para a empresa (VALENCIA *et al*, 2018, p. 274).

E a terceira fase tem a ver com o gerenciamento da crise, que pode assumir muitas formas, como apropriação de discursos e estratégias de movimentos de oposição, desenvolvimento de programas de certificação que beneficiem a própria corporação ou a promoção estratégica de uma ideologia de "harmonia", incluindo valores como compromisso e responsabilidade (BENSON & KIRSCH, 2010, p. 466). Valencia *et al* (2018, p. 275) analisam tais ações como estratégias de relações públicas, em que são comuns “a organização de eventos esportivos, concursos escolares, ações de caridade ou doações, tanto particulares como institucionais. Geralmente toda ação é bem documentada e serve para a empresa projetar uma imagem de sensibilidade social”. A exemplo da Fundação Renova, podemos mencionar as ações divulgadas através do portal da fundação. No município, a Renova apoia eventos como o Iron Biker (FUNDAÇÃO RENOVA, 2021b; 2022a; 2022b), o Encontro Internacional de Palhaços (FUNDAÇÃO RENOVA, 2019c; 2022c) e a iluminação do Natal de Luz (FUNDAÇÃO RENOVA, 2019d; 2019e). Dentre os projetos e parcerias voltados para o município de Mariana, também há o projeto em parceria com o poder público “Mariana - Presente e Futuro”, que tem como objetivo impulsionar a economia do município para, até 2030, colocar Mariana entre os dez primeiros lugares na classificação por Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (FUNDAÇÃO RENOVA, 2017c; 2017d).

### 3.2.2.1 - O Programa de Levantamento e Cadastro dos Impactados (PG01) e as classificações e categorias acionadas na gestão do desastre

Além do que já foi discutido sobre os programas operacionalizados pela Fundação Renova, destaca-se a economia de visibilidades revelada pelas categorias acionadas na gestão do desastre. O Programa de Levantamento e Cadastro dos Impactados (PLCI - Programa 01), por exemplo, objetiva o cadastro individualizado, o levantamento e a avaliação dos danos, e foi previsto no TTAC (UNIÃO *et al*, 2016). Para realizar essa atividade, a Samarco contratou a empresa Synergia Consultoria Ambiental<sup>95</sup>, que elaborou em 2016, o instrumento chamado de Cadastro Integrado — um extenso e complexo formulário composto por 33 blocos de perguntas e 471 páginas (GESTA, 2016, p. 7). Zhouri *et al* (2017) discutem que

as classificações e categorias adotadas, assim como a própria estrutura do instrumento cadastral e a lógica que o subjaz, reforçam o controle da empresa sobre a definição e reconhecimento dos efeitos do desastre e, conseqüentemente, de quem é considerado “impactado” pelo rompimento da barragem, resultando em uma concepção subjacente de “atingidos inelegíveis” (ZHOURI *et al*, 2017, p. 51).

A análise feita pelo Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais (GESTA, 2016) sobre o instrumento elaborado pela Synergia, indicou que as pessoas atingidas do município de Mariana se queixaram sobre a exaustiva duração das entrevistas de resposta ao cadastro, além do uso de termos técnicos de difícil compreensão, e optaram por não responder ao formulário até a contratação de sua equipe de assessoria técnica (GESTA, 2016, p. 7).

Através da Ação Civil Pública no. 0034734-45.2016.8.13.0400, a 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Mariana solicitou a contratação de assistência técnica independente, custeada pela Samarco, para fornecer o apoio aos atingidos no processo de indenização e no projeto de reconstrução das comunidades destruídas em Mariana. A Cáritas Brasileira foi a entidade selecionada pela Comissão de Atingidos do município para fornecer o apoio no processo de indenização e no projeto de reconstrução das comunidades destruídas (MPMG, 2016) (GESTA, 2016, p. 7).

Na ata de audiência do dia 18 de outubro de 2017, nos autos do processo nº 0400.15.004335-6 foi decidido, após diversas denúncias de manipulação equivocada do cadastro pelas empresas réas, que a Cáritas seria responsável pela reformulação e aplicação do cadastro, bem como pela metodologia para a realização das outras etapas do processo de cadastramento, sendo permitido à Samarco indicar outro profissional para acompanhar os procedimentos. Este mesmo entendimento está exposto no Termo

---

<sup>95</sup> Empresa de consultoria criada em 2005. Em 2012 passou a integrar o Grupo Third Party Financing, sediado na Bélgica, atuando nas áreas de engenharia, gerenciamento e infraestrutura. Em 2015 começou a atuar com reparação de danos socioambientais em desastres e, em 2021, aderiu ao Pacto Global das Nações Unidas (relacionado à Responsabilidade Social Corporativa e à ESG). Ver: <https://www.synergiaconsultoria.com.br/quem-somos/>. Acesso em: 12/10/2022.

de Ingresso assinado pela família e Fundação Renova, cujo teor é o seguinte “O processo de cadastramento de atingidos/as consiste na coleta de informações da/os atingida/os para, dentre outras finalidades, identificar todos os danos sofridos que possam ser indenizados. Conforme acordo celebrado na Ação Civil Pública n. 0400.15.004335-6, o processo de cadastramento é conduzido pela assessoria técnica dos/as atingidos/as, coordenada pela Cáritas Brasileira Regional Minas Gerais, em 04 (quatro) etapas, a saber: 1) aplicação do formulário; 2) cartografia familiar; 3) vistoria dos imóveis atingidos; 4) tomada de declarações dos/as atingidos/as” (CÁRITAS BRASILEIRA REGIONAL MINAS GERAIS, 2021a, p. 42).

No caso de Fundão, categorias<sup>96</sup> como “impactados”, “danos alegados”, “atingidos beneficiários”, “municípios beneficiários”, “famílias beneficiárias”, dentre outras, invisibilizam os danos e contribuem para a eufemização do sofrimento das vítimas enquanto direcionam a comunicação de informações sobre a “boa governança” do desastre a partir de conceitos característicos de uma cadeia de impacto. A cadeia de impacto, segundo Roche (2000) é uma sequência de níveis que mostra o grau de influência de um projeto. De forma resumida, insumos são empenhados em atividades, que geram produtos, que geram resultados, que geram impacto. É uma lógica aplicada ao monitoramento e à avaliação de projetos, mas que também foi aplicada no processo de reparação.

A aplicação da cadeia de impacto para balizar a reparação tem implicações conceituais conflitantes. Como já abordado no primeiro capítulo, o desastre é um fenômeno multidimensional, com desdobramentos no espaço e no tempo que estão além do que os cálculos da reparação conseguem medir. Não é possível, portanto, delimitar como marco final da afetação o impacto de uma medida de mitigação, indenização ou reparação. Mas como mostram Teixeira, Zhouri e Motta (2020, p. 2) sobre as categorias mobilizadas nos Estudos de Impacto Ambiental (EIA) de processos de licenciamento de empreendimentos, trata-se de uma prática já existente, com “o delineamento de fronteiras entre áreas e sujeitos afetados e a transformação das violências sofridas por estes, por meio das políticas mitigadoras e indenizatórias, em algo potencialmente admissível” (TEIXEIRA *et al*, 2020, p. 2).

O Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta (UNIÃO *et al.*, 2016, p. 7-9) define como “impactadas” as pessoas físicas e jurídicas, e respectivas comunidades, afetadas pelo rompimento da barragem de Fundão, dividindo-as entre “diretamente” e “indiretamente impactadas” — conceitos que também são previstos na cadeia de impactos (ASCHER & VALARELLI, 2008, p. 16). Conforme discutido no primeiro capítulo, o desastre é um processo que tem consequências que podem ser duradouras e, “nos casos de desastres, as afetações não se confundem com ‘*impactos*’, já que as consequências permanecem à medida que se

<sup>96</sup> Ver FUNDAÇÃO RENOVA, 2017a; 2019a; 2020a; 2021. Ver também SYNERGIA, 2016 *apud* GESTA, 2016.

multiplicam ‘os estragos’” (ZHOURI *et al.*, 2018, p. 55). Portanto, os danos que perduram ao longo do tempo e se *derramam* pelos territórios (GUDYNAS, 2016), não podem ser classificados por sua duração, alcance e magnitude, como propõe uma cadeia de impactos.

Por outro lado, o termo “atingido”, segundo Vainer (2007), é um conceito cuja abrangência é disputada, porque diz respeito ao reconhecimento de que uma pessoa, uma família ou uma comunidade é, ou foi, atingida por um empreendimento e tem direito à reparação, indenização ou compensação. De acordo com a Política Estadual dos Atingidos por Barragens (PEAB), na forma da Lei 23795 de 2021 (MINAS GERAIS, 2021), atingidos por barragens são as pessoas

prejudicadas, ainda que potencialmente, pelos seguintes impactos socioeconômicos, decorrentes da construção, instalação, operação, ampliação, manutenção ou desativação de barragens na região afetada: a) perda de propriedade ou da posse de imóvel, ainda que parcial, ou redução do seu valor de mercado; b) perda da capacidade produtiva da terra; c) perda de áreas de exercício da atividade pesqueira e dos recursos pesqueiros, inviabilizando ou reduzindo a atividade extrativista ou produtiva; d) perda total ou redução parcial de fontes de renda ou dos meios de sustento dos quais os atingidos dependam economicamente; e) prejuízos comprovados às atividades produtivas locais, afetando a renda, a subsistência e o modo de vida de populações ou inviabilizando o funcionamento de estabelecimento comercial; f) inviabilização do acesso ou de atividade de manejo de recursos naturais e pesqueiros que impactem na renda, na subsistência e no modo de vida dos atingidos; g) deslocamento compulsório; h) perda ou restrição de acesso a recursos necessários à reprodução do modo de vida; i) ruptura de circuitos econômicos; j) perda ou restrição de abastecimento ou captação de água; k) prejuízos à qualidade de vida e à saúde. (MINAS GERAIS, 2021, Lei 23795/2021, Art. 2º, V).

Segundo o parecer do GESTA (2016) sobre o Cadastro Integrado do Programa de Levantamento e Cadastro dos Impactados (Programa 1), a perspectiva urbana e empresarial a partir da qual o instrumento foi elaborado limitava o mesmo à aferição de dados patrimoniais e censitários que não enquadra a realidade das pessoas atingidas (comunidades majoritariamente rurais e ribeirinhas). Além disso, de acordo com Zhouri *et al* (2017, p. 33-34)

a vivência do desastre como “atingido” transforma-se também na experiência duradoura de linguagens, espaços e tempos alheios, alienados, dados pela submissão ao aluguel e ao “cartão-benefício” fornecido pelas empresas, pela sujeição ao poder deliberativo das instâncias jurídicas e corporativas e, sobretudo, pela espera que se constitui um estado de permanente angústia e frustração.

A invisibilização dos danos não é uma exclusividade do caso de Fundão. Santos *et al* (2018) analisam o processo de licenciamento ambiental do Projeto Minas-Rio, da Anglo American, e apontam a estratégia utilizada pela consultoria Ferreira Rocha (2013, p. 21 *apud*

SANTOS *et al*, 2018, p. 201) de distinguir conceitualmente “impactos supostos” e “impactos reais” com o propósito de “retomar, como suficiente e cientificamente correto, o critério territorial-patrimonialista que orientara, no EIA/RIMA, a definição geográfica das áreas de influência do Minas-Rio” (SANTOS *et al*, 2018, p. 201). Em parecer técnico divulgado em 2013, o Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais da UFMG argumentou que a categoria de “impactos supostos” havia sido criada com a finalidade de desqualificar as experiências vividas pelos moradores atingidos pelo empreendimento (GESTA, 2013, p. 22).

No contexto de Mariana, Dias Netto Junior discute que,

No desenho projetado pelas empresas, pela União e pelos Estados de Minas Gerais do Espírito Santo, a reparação, numa espécie de movimento alquímico, transforma-se em benemerência, a ser executada pela Fundação Renova, entidade de direito privado cuja criação foi prevista no TTAC, que a incumbiu dos programas socioambientais e socioeconômicos necessários à reparação dos danos esparramados ao longo da bacia do Rio Doce. Essa equação obviamente não fecha, pois se a pessoa atingida é beneficiária de um favor, a sua própria condição de vítima lhe terá sido sutilmente subtraída (DIAS NETTO JUNIOR, 2022, p. 395).

A Fundação Renova, responsável por definir se alguém é elegível à indenização ou aos “frutos da suposta responsabilidade social das empresas causadoras do desastre” (DIAS NETTO JUNIOR, 2022, p. 395), é analisada por Dias Netto Junior (2022, p. 395) como *longa manus*<sup>97</sup> das empresas Vale, BHP Billiton e Samarco. As empresas compõem o Conselho Curador da Fundação, decidem os rumos da atuação da Renova e, nesse sentido, “paradoxalmente elas, as empresas réis, que [tomam] as decisões sobre o ritmo, a forma e o grau das medidas de reparação dos danos que elas mesmas causaram” (DIAS NETTO JUNIOR, 2022, p. 395).

### 3.2.2.2 - O Programa de ressarcimento e de indenização dos impactados (PG02) e a Fase de Negociação Extrajudicial em Mariana

Tomemos outro exemplo, o processo de negociação da indenização em Mariana. Foi previsto no TTAC<sup>98</sup> (UNIÃO *et al*, 2016, p. 36), um Programa de Negociação Coordenada que

<sup>97</sup> A expressão *longa manus*, usada pelo autor, vem do latim e significa “mão longa”. É usada no meio administrativo e no meio jurídico para se referir ao prolongamento do poder, ou à quem executa ordens. Por exemplo, nas frases: “O oficial de justiça é o *longa manus* do Poder Judiciário”; e “A gerente é a *longa manus* da presidência da empresa”. Ver ENCICLOPÉDIA JURÍDICA. Verbete: *Longa manus*. Disponível em: <http://www.encyclopedia-juridica.com/pt/d/longa-manus/longa-manus.htm>. Acesso em 21/12/2021.

<sup>98</sup> “CLÁUSULA 33: Para a implementação do programa previsto na Cláusula Trigésima Segunda, a FUNDAÇÃO deverá estabelecer um programa de negociação, coordenado, dirigido e conduzido por coordenador com formação

deveria ser implementado pela Fundação criada pelas mineradoras no âmbito do Programa 02 - “Programa de ressarcimento e de indenização dos impactados”. Nesse contexto, a Fundação Renova implementou o que chamou de Programa de Indenização Mediada (PIM).

Porém, o TTAC (UNIÃO *et al*, 2016, p. 13) também delimita a permanência da Ação Civil Pública de Mariana<sup>99</sup>, o que significa que o PIM, “bem como suas demais previsões, não prevalece sobre o processo de reparação implementado na região de Mariana, por este ser objeto de Ação Civil Pública independente” (CÁRITAS BRASILEIRA REGIONAL MINAS GERAIS, 2022, p. 16). Assim, foi feito um Termo de Transação e Ajustamento de Conduta (TTAC) em 2018, entre a Promotoria de Justiça de Mariana e as mineradoras Samarco, Vale e BHP Billiton, no âmbito da Ação Civil Pública de Mariana, estabelecendo a Fase de Negociação Extrajudicial (FNE) (CÁRITAS BRASILEIRA REGIONAL MINAS GERAIS, 2022, p. 16). Diferente do PIM, que teve como parâmetro para elaboração de propostas indenizatórias o cadastro emergencial de levantamento de danos feito pela Samarco, a FNE teve a determinação de que o parâmetro seria o cadastro feito pela Assessoria Técnica Independente (ATI) Cáritas Brasileira - Regional Minas, escolhida pelas comunidades atingidas de Mariana em outubro de 2016 (JORNAL A SIRENE, 2017, p. 2; CÁRITAS BRASILEIRA REGIONAL MINAS GERAIS, 2022, p. 16).

Apesar dos diferentes delineamentos entre PIM e FNE, em parecer técnico-jurídico publicado em dezembro de 2021, a ATI argumentou que

o que se depreende da realidade prática é que a FNE muito pouco se difere do PIM. Isso porque o novo formato de negociação ainda se mantém como um espaço extrajudicial administrado e gerido pela Fundação Renova. Significa dizer que é a própria Fundação Renova que estabelece os critérios de elegibilidade das pessoas atingidas para o recebimento de indenização bem como as categorias de danos indenizáveis, os procedimentos de negociação, os termos e demais documentos a serem assinados durante o procedimento e toda a estrutura física para as reuniões (CÁRITAS BRASILEIRA REGIONAL MINAS GERAIS, 2021a, p. 17-18).

---

na área jurídica (“PROGRAMA DE NEGOCIAÇÃO COORDENADA”), o qual deverá gerir o PROGRAMA DE NEGOCIAÇÃO COORDENADA, considerando as especificidades de cada IMPACTADO, as provas colhidas, o valor das indenizações e as modalidades de reparação aplicáveis.” (UNIÃO *et al*, 2016, p. 36).

<sup>99</sup> “CLÁUSULA 3, PARÁGRAFO PRIMEIRO: Os COMPROMITENTES manifestar-se-ão nos autos das ações judiciais listadas no ANEXO e demais ações coletivas existentes, além das que venham a ser propostas relativas ao EVENTO, desde que tenha objeto abrangido pelo presente ACORDO, para fazer prevalecer as cláusulas e obrigações presentes neste ACORDO. PARÁGRAFO SEGUNDO: Não se aplica o disposto no Parágrafo Primeiro à Ação Civil Pública 0043356-50.2015.8.13.0400, distribuída originalmente à 2ª Vara Cível de Mariana/MG.” (UNIÃO *et al*, 2016, p. 13).

Ou seja, além de decidir se a pessoa atingida é elegível ou não à indenização, a partir das diretrizes<sup>100</sup> do TTAC (UNIÃO *et al.*, 2016), a Fundação Renova é dona do escritório em que a negociação acontece, controla o fluxo de informações e o tempo de retorno sobre a indenização, limitando as ações da parte atingida. As violações das diretrizes acordadas sobre a FNE em 2018, de acordo com a ATI (CÁRITAS BRASILEIRA REGIONAL MINAS GERAIS, 2021a), colocam em xeque a legitimidade da FNE como um “espaço de negociação” porque, além da distorção metodológica, o processo não é transparente.

O parecer explicita os prazos estabelecidos no acordo de 2018 sobre a FNE, sendo que “a Fundação Renova tem o prazo de até 3 (três) meses para apresentar proposta indenizatória às pessoas atingidas e de até 01 (um) ano para concluir as negociações” (CÁRITAS BRASILEIRA REGIONAL MINAS GERAIS, 2021a, p. 42), a contar da entrega do dossiê do cadastro elaborado pela ATI. Porém, o documento destaca o descumprimento dos prazos pela Fundação Renova e explica que

As pessoas atingidas, ao receberem o dossiê e anuírem com sua disponibilização para a Fundação Renova em determinada data, esperam que em até 03 (três) meses receberão da Fundação Renova proposta indenizatória pelos danos sofridos em razão do rompimento. Mas, como resultado da desídia da Fundação Renova, muitas famílias acabam frustradas por não receberem nenhuma notícia sobre sua indenização no prazo estabelecido. As pessoas atingidas, quando, enfim, recebem sua proposta indenizatória, via de regra, a recebem sem que os valores contemplem a totalidade dos danos sistematizados no dossiê. Quando questionada pela Assessoria Jurídica por não ter incluído na proposta a totalidade dos danos autodeclarados pelas pessoas atingidas no dossiê, conforme determinação expressa no TTAC, não é raro que a Fundação Renova informe que reanalisará o dossiê do núcleo familiar. A partir disso, ressalta que a reanálise para a inclusão dos valores dos danos questionados não garante o reconhecimento e inclusão dos danos na proposta. (CÁRITAS BRASILEIRA REGIONAL MINAS GERAIS, 2021a, p. 42-43).

A demora e o atraso no processo de negociação somam-se às incertezas sobre a elegibilidade a partir da análise feita pela Fundação Renova e ao cansaço enfrentado pelas

---

<sup>100</sup> De acordo com a Seção I, Subseção I.1, Cláusula 21, Parágrafo sexto do TTAC: “A elegibilidade para o PROGRAMA DE NEGOCIAÇÃO COORDENADA será determinada na forma da CLÁUSULA 34, de modo que a inclusão no cadastro não implica o reconhecimento automático da elegibilidade e da extensão dos danos alegados” (UNIÃO *et al.*, 2016, p. 33).

De acordo com a Seção I, Subseção I.2, Cláusula 34, Parágrafo segundo do TTAC: “A determinação da elegibilidade dos IMPACTADOS para o PROGRAMA DE NEGOCIAÇÃO COORDENADA e dos parâmetros de indenização a serem estabelecidos no âmbito do mesmo, será proposta pela FUNDAÇÃO e submetida à validação do COMITÊ INTERFEDERATIVO” (UNIÃO *et al.*, 2016, p. 36).

De acordo com a Seção I, Subseção I.2, Cláusula 35 do TTAC: “Os IMPACTADOS cadastrados que se enquadrem nos critérios para indenização e que sejam declarados elegíveis pela FUNDAÇÃO para participar do PROGRAMA DE NEGOCIAÇÃO COORDENADA deverão ser convidados a aderir a essa iniciativa e participar das negociações, conforme cronograma a ser estabelecido e divulgado pela FUNDAÇÃO” (UNIÃO *et al.*, 2016, p. 36).

pessoas atingidas que estão há sete anos buscando reparação, compensação e indenização pelos danos sofridos. “Nesse sentido, observa-se que, muitas vezes, a adesão às propostas indenizatórias ocorre em razão de extrema vulnerabilidade psicológica e financeira, bem como do cansaço enfrentado pelos núcleos familiares atingidos” (CÁRITAS BRASILEIRA REGIONAL MINAS GERAIS, 2021a, p. 19).

### **3.3 - A FALTA DE AUTONOMIA DA FUNDAÇÃO E OUTROS DESDOBRAMENTOS DO CASO**

A falta de autonomia em relação às mantenedoras se mostrou como mais uma característica da Fundação Renova. De acordo com as notas explicativas do demonstrativo financeiro de 2016, “diversos empregados (469 profissionais - não auditados) das mantenedoras, Samarco e Vale, se dedicaram integralmente às atividades da Fundação ao longo de 2016. [...] As mantenedoras cederam seus empregados, mas não cobraram por estes serviços” (PRICEWATERHOUSECOOPERS, 2016, p. 107). Ou seja, os empregados trabalharam na Fundação Renova, estando nas folhas de pagamento da Samarco e da Vale. A justificativa foi de que, naquele ano, a Renova estava em processo de estruturação e os programas iniciados pela Samarco não poderiam ser descontinuados (PRICEWATERHOUSECOOPERS, 2016, p. 107).

Entre 2017 e 2019 a Fundação Renova continuou contando com serviços de empregados cedidos por suas mantenedoras, cujos salários, encargos e benefícios foram pagos diretamente pelas mesmas, além de serviços de empregados compartilhados com a Samarco, custeados pela mineradora (FUNDAÇÃO RENOVA, 2017b; 2018b; 2019b). Em 2020 não foram registrados no relatório de administração da Fundação Renova, serviços de empregados compartilhados, mas mantiveram-se os chamados “serviços voluntários cedidos”, de funcionários pagos diretamente pela Vale e pela Samarco (FUNDAÇÃO RENOVA, 2020b). Além disso, como discutido anteriormente neste trabalho, a composição do Conselho de Curadores da Fundação, que tem seis membros indicados pelas mineradoras (sendo que as decisões são tomadas através do voto favorável de pelo menos cinco dos nove membros do conselho), resulta no cenário em que as empresas rés podem decidir sobre as medidas de reparação dos danos que elas mesmas causaram.

### 3.3.1 - Práticas da Fundação Renova e desdobramentos da atuação jurídica

Em janeiro de 2020 o Ministério Público de Minas Gerais, através da Promotoria de Justiça de Tutela de Fundações, instaurou um Inquérito Civil<sup>101</sup> para apurar problemas e irregularidades sobre a gestão e a autonomia da Fundação Renova, e sobre descumprimento do TTAC e do TAC Governança, principalmente nos programas e na transparência das informações. Um ano depois, em fevereiro de 2021, a Força Tarefa Rio Doce, do Ministério Público Federal, enviou uma representação à Promotoria de Justiça de Tutela de Fundações (do Ministério Público Estadual de Minas Gerais), com acusações sobre a Fundação, solicitando providências administrativas e judiciais. Assim, poucos dias depois, a Promotoria encerrou o inquérito e ajuizou uma ação pedindo a extinção da Fundação Renova que, por decisão do Superior Tribunal Federal, ficou na competência da 12ª Vara Federal.

Em março de 2021, o Ministério Público Federal, o Ministério Público de Minas Gerais e as Defensorias Públicas da União, do Espírito Santo e de Minas Gerais apresentaram ao juiz federal da 12ª Vara Cível e Agrária da Seção Judiciária de Minas Gerais, uma arguição de suspeição sobre o juiz federal substituto na mesma Vara, responsável pelo caso de Fundão. As instituições signatárias do documento justificaram falta de imparcialidade na conduta do juiz substituto, destacando que não se trata de discordância sobre o mérito das decisões do magistrado, mas de objeção a comportamentos que mostram parcialidade do mesmo na condução do caso (MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL *et al.*, 2021).

Dentre os fatos, é apontado o relacionamento inapropriado do juiz com as partes, no que tange à criação do chamado “Sistema Indenizatório Simplificado” (chamado de NOVEL). Trata-se de um sistema de indenização informatizado, criado pelo juiz substituto da 12ª Vara Federal de Minas Gerais, implantado e gerido pela Fundação Renova. De adesão opcional, o sistema se propõe a “gerar agilidade para o pagamento de indenizações de danos de difícil comprovação, contemplando regras específicas para o reconhecimento dos danos e valores determinados de indenizações para os danos materiais e morais por categorias” (FUNDO BRASIL, 2021). Com diferenças em relação à Fase de Negociação Extrajudicial e ao Programa de Indenização Mediada, o NOVEL implica em acordo das pessoas atingidas com a quitação total e integral dos danos, suspensão do Auxílio Financeiro Emergencial, impossibilidade de indenização por danos causados pelo tráfego de veículos pesados nas comunidades, além de demandar a apresentação de documentos comprobatórios para o recebimento dos valores,

---

<sup>101</sup> Inquérito Civil PJTF n. MPMG 0024.20.001180-7.

mediante avaliação da Fundação Renova (CÁRITAS BRASILEIRA REGIONAL MINAS GERAIS, 2021b). A alegação da parte autora é de que a fixação da matriz de danos para o NOVEL viola acordos homologados judicialmente, além de apresentar valores definidos arbitrariamente e indícios de disputas simuladas.

Como exemplo do relacionamento inapropriado, a arguição de suspeição menciona uma fala de uma advogada da Fundação Renova, em reunião com atingidos de Naque (MG), na região do Médio Rio Doce, que interditaram os trilhos da linha férrea da Vale S/A em janeiro de 2021, em protesto contra os problemas no Sistema Indenizatório Simplificado. Na ocasião, a advogada afirmou falar em nome do juiz substituto da 12ª Vara: “Ele disse que não vai homologar nenhum caso. Não sabe quando vai voltar a homologar. [...] pediu que eu fizesse essa conversa com vocês, até para que ele tenha um direcionamento de como a gente vai seguir” (MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL *et al.*, 2021b, p. 6).

Também é apontada a realização de eventos extra-autos com antecipação de entendimento do juízo favorecendo a Fundação Renova e advogados privados (MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, 2021b, p. 26), eventos extraprocessuais, com aconselhamento e antecipação de entendimentos sobre o caso, situações em que o juiz realizou reuniões informais, não registradas nos autos do processo, “impondo condições às pessoas atingidas para decidir pedidos de seu interesse” (MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL *et al.*, 2021b, p. 11). Ainda de acordo com o documento, os fatos apresentados

denotam a parcialidade do Juiz Federal substituto da 12ª Vara de Belo Horizonte, no que se refere não apenas ao sistema indenizatório que ele defende, em posição coincidente com a da Fundação Renova, mas em desfavor das próprias pessoas atingidas, em relação às quais - como se vê de sua própria fala [...] - reserva uma postura preconceituosa. Lamentavelmente, o Juiz Federal parece imbuído do propósito de compelir a adesão das pessoas atingidas a esse sistema, que é o mesmo sistema defendido pela Fundação Renova (MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL *et al.*, 2021b, p. 13).

Ademais, a arguição de suspeição aborda um aspecto já discutido aqui, sobre o controle do comportamento das pessoas atingidas, separando as pessoas que apresentam o comportamento desejado (nesse caso, que aderem integralmente ao novo sistema de indenização), daquelas que discordam e que se manifestam. De forma alinhada às estratégias de controle da Fundação Renova, através do NOVEL, o juiz substituto da 12ª Vara possibilita o controle das empresas no processo, na medida em que seletivamente define quem será

incorporado à governança estabelecida e quem deve ser tratado de forma dura, por tentar criar uma “má governança” do processo.

Fica claro que, para o juiz, quem é a favor do sistema por ele desenhado é ordeiro e, desde que tenha “calma e tranquilidade”, “vai receber”. Quem é contra o sistema simplificado, ou deseja apresentar sua própria matriz de danos ou outra de construção coletiva entre as pessoas atingidas deve ser taxado como uma “má liderança” que “só quer aparecer” (MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL *et al.*, 2021b, pp. 27-28).

As instituições autoras da arguição de suspeição solicitaram o afastamento do magistrado, com designação provisória de outro juiz federal para dar andamento nos processos. No mês subsequente ao envio da arguição, a Advocacia Geral da União, a Advocacia Geral de Minas Gerais e a Procuradoria do Estado do Espírito Santo pediram o indeferimento do pleito de suspeição, alegando que as instituições autoras da arguição, insatisfeitas com decisões tomadas pelo juiz da 12ª Vara, pretendiam “instaurar suspeição e assim afastar o órgão jurisdicional do processo, fator que viola[va] a própria autonomia do Poder Judiciário assim como manifesta[va] clara utilização incorreta de via processual para fazer valer sua visão jurídica de mundo” (AGU *et al.*, 2021, p. 2). Ainda em abril de 2021, o juiz substituto se manifestou, refutando as alegações feitas na arguição de suspeição e o processo foi enviado à 1ª região do Tribunal Regional Federal, que também negou o pedido de afastamento do magistrado (VITAL, 2021). O juiz permaneceu no cargo até ser promovido a magistrado federal titular do Tribunal Regional Eleitoral do Amapá, em janeiro de 2022 (TRE-AP, 2022).

Em maio de 2021, as Instituições de Justiça MPF, MPMG, DPU, DPMG e DPES, encaminharam à 15ª Vara Federal Cível da Seção Judiciária de Minas Gerais uma Ação Civil Pública<sup>102</sup> contra Fundação Renova, Vale, Samarco e BHP Billiton (CONSULTOR JURÍDICO, 2021; MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL *et al.*, 2021a). As autoras da ACP apontaram diversas contradições entre o que estava estipulado no TTAC e no TAC Governança e a prática da Fundação Renova. Por um lado, abordaram a dependência de suas mantenedoras, em função da relação entre a Diretoria Executiva da Fundação (cujos membros são eleitos ou destituídos pelo Conselho Curador) e o próprio Conselho Curador da Renova (composto por pessoas com expertise em mineração, vinculadas ao quadro das empresas e sem qualquer formação na área social ou de sustentabilidade ambiental). Por outro, destacaram o desvio de finalidade, revelado pelas campanhas para promover a imagem da Fundação com recursos que deveriam ser aplicados na reparação.

---

<sup>102</sup> Ação Civil Pública nº 1023835-46.2021.4.01.3800.

A acusação apontou que os dados mostravam uma realidade totalmente diferente dos “vídeos de qualidade hollywoodiana e imagens captadas por drones ostentando o logotipo da Fundação Renova [...] demonstrando a certeza de se estar vivenciando um verdadeiro milagre em que o dano ambiental seria imperceptível e onde [...] a vida de todos voltou ao normal” (MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL *et al*, 2021a, p. 5). Também foi pautado que, através de 861 inserções pagas em emissoras de TV e 756 em emissoras de rádio, além do material veiculado em seu próprio *site* institucional e redes sociais para propagandear os resultados da reparação, a Fundação Renova promoveu “informações imprecisas, dúbias, incompletas ou equivocadas acerca do restabelecimento de uma “normalidade inexistente”, produzindo desinformação e muitas vezes contrariando estudos e laudos periciais (MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL *et al*, 2021a, p. 5).

O juiz substituto da 12ª Vara Federal, responsável por vários processos em andamento relacionados ao desastre de Fundão, articulou a mediação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para um novo acordo, que vem sendo discutido entre o próprio CNJ, as empresas (Vale, Samarco, BHP Billiton e Fundação Renova), os Ministérios Públicos (Federal, Estadual de Minas Gerais e Estadual do Espírito Santo), as Defensorias Públicas (da União e dos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo), e os governos de Minas Gerais e Espírito Santo para que seja feita a repactuação prevista no TTAC e no TAC Governança. De acordo com matéria publicada pelo Observatório da Mineração (2021), para aceitar essa negociação, Vale e BHP conseguiram suspender três processos: a Ação Civil Pública do MPF que pede R\$ 155 bilhões<sup>103</sup>, o pedido de extinção da Fundação Renova e o processo contra a Renova por publicidade indevida. Dessa forma, as mineradoras garantiram a proteção de sua “mão executora” em troca de se sentarem à mesa para negociar. Tais processos encontram fundamentação teórica na análise proposta por Wolf (2003) acerca do poder estrutural — um tipo de poder que organiza e orquestra os cenários em que ocorrem as relações de dominação. Valendo-se de seu poder estrutural como agentes centrais da economia extrativista do país e contando com uma atuação favorável da 12ª Vara Federal, as mineradoras não só decidiram o cenário da mesa de negociação, mas contribuíram para que a Fundação Renova estivesse em condições de continuar estabelecendo outras formas de dominação em Mariana e ao longo da bacia do Rio Doce.

---

<sup>103</sup> Ação Civil Pública nº 0023863-07.2016.4.01.3800.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

*Vocês estão correndo atrás pra voltar a funcionar. Pois então, a gente tá correndo atrás pra nossa vida voltar a funcionar. Nós também queremos voltar a trabalhar: queremos nossa terra, nossas casas, nós queremos continuar nossas vidas. Hoje estamos vivendo a vida das empresas* (Rosária, moradora de Paracatu de Baixo atingida pelo desastre, JORNAL A SIRENE, 30 de janeiro de 2018).

Em janeiro de 2018, num momento em que a Samarco concentrava esforços para retomar suas atividades, o relato de Rosária na matéria “O que temos para dizer às mineradoras?”, publicada pelo jornal A Sirene, não se referiu às pessoas atingidas estarem vivendo a vida da Fundação Renova, mas das empresas de forma geral. A “vida” das empresas que é imposta sobre a vida das pessoas e do município, evidenciando o que essa pesquisa apontou em diferentes momentos sobre uma indissociabilidade, na prática, entre a Fundação e suas mantenedoras.

Ao longo dos anos, as mineradoras ampliaram sua capacidade de influência no município, que cada vez mais foi se tornando uma *economia de enclave* (GUDYNAS, 2012), com pouca conexão com as cadeias locais de produção. Quando a SAMITRI se instalou em Mariana, na década de 1950, atraiu pessoas que buscavam emprego e que acreditavam no discurso do desenvolvimento pela mineração (COELHO, 2015; HUGO, 2017), organizou vilas operárias em que fornecia as bases para organização social e tinha controle sobre o dia a dia local. A Samarco deu sequência nesta dinâmica na década de 1970, também atraindo trabalhadores, criando uma vila operária, financiando obras e estabelecendo uma relação próxima entre empresa e comunidade. Além da influência sobre a organização socioterritorial, ambas empresas criaram relações de dependência, em que a geração de emprego e os benefícios oferecidos por elas se tornaram argumentos para contrapor reclamações e justificar os problemas nas condições de trabalho e provenientes dos danos causados pela atividade mineradora, como aponta Hugo (2017). Nesse sentido, falar sobre uma esteira de poder em que tanto as mineradoras, quanto a fundação que criaram, estão inseridas, é falar sobre o encadeamento desses processos de organização e controle socioterritorial e relações de poder que passam, são seguidos por outros processos e outras relações, mas que estão interligados, de forma que início e fim se encontram. Como nas esteiras que transportam o minério nos processos da mineração, a superfície exposta da esteira é, em um dado momento, atualizada por outra, mas sem deixar de existir.

Apesar dos elementos inéditos trazidos pelo desastre, as empresas têm acumulado experiência em responder às críticas ao longo de anos, em diferentes espaços do globo. Em Mariana, a Fundação Renova executa as estratégias de controle nas relações de poder estabelecidas e amortece as críticas, enquanto as mineradoras se dedicam a “reconstruir as relações de confiança com a sociedade”<sup>104</sup>. Como discutido por Benson e Kirsch (2010, p. 262),

as corporações são eficazes em suturar contradições e redirecionar energias críticas, deixando públicos e governos resignados aos danos que elas produzem. A *política de resignação*<sup>105</sup> é, em parte, um sintoma do processo pelo qual o poder corporativo normaliza e naturaliza riscos e danos como condições inevitáveis da modernidade, em vez de relações entre corporações, corpos e ambientes que podem ser potencialmente reorganizadas e alteradas<sup>106</sup>.

A análise do Programa de levantamento e cadastro dos impactados; do Programa de ressarcimento e de indenização dos impactados; do Programa de comunicação, participação, diálogo e controle social; do Programa de recuperação e diversificação da economia regional com incentivo à indústria; e do Programa de estímulo à contratação local, permitiu identificar três padrões nas ações da Fundação Renova em sua atuação no município de Mariana. Primeiro, uma recorrente disputa da narrativa sobre o desastre, que tem a ver com o poder de nomear e descrever (BOURDIEU, 1989, p. 275) e com a sustentação de uma versão de significação (WOLF, 2003, p. 336); também a criação de visibilidades e invisibilidades, na perspectiva de Teixeira *et al.* (2020), através do conteúdo e da forma de organização de seu discurso, invisibilizando o sofrimento da pessoa atingida e dando visibilidade à atuação corporativa na reparação; e, por fim a falta de autonomia em relação às mineradoras que a mantém, sendo um instrumento de governo à distância (PARTRIDGE, 2011).

Embora existam padrões nas ações e estratégias da Fundação Renova, elas são contextualizadas e estabelecidas em campos distintos, na perspectiva bourdieusiana, estando ligadas a níveis distintos de disputa. O *campo* é definido por Bourdieu (1990; 2007) como o espaço das disputas em que as relações de poder se manifestam, e os diferentes tipos de poder

<sup>104</sup> Trecho retirado da descrição “Quem Somos”, do site da Samarco S/A. Disponível em: <https://www.samarco.com>. Acesso em: 31/03/2021.

<sup>105</sup> Os autores definem *política de resignação* como “uma estrutura de sentimento prevalente na modernidade tardia que é caracterizada por uma tendência ao cinismo na economia política [... além de ser] um capacitador poderoso do capitalismo contemporâneo porque legitima o poder corporativo como inevitável ou em grande parte imóvel.” (BENSON & KIRSCH, 2010, p. 461, tradução livre).

<sup>106</sup> Tradução livre do original: “Corporations are effective at suturing contradictions and redirecting critical energies, leaving publics and governments resigned to the harm corporations produce. The politics of resignation is, in part, a symptom of the process through which corporate power normalizes and naturalizes risk and harm as inevitable conditions of modernity rather than as relationships between corporations, bodies, and environments that can potentially be reorganized and changed” (BENSON & KIRSCH, 2010, p. 462).

analisados nessa pesquisa, organizacional e estrutural, (WOLF, 2003) são mobilizados através de diferentes estratégias. Valencia *et al.* (2018, p. 273) explicam, por exemplo, analisando a atuação de mineradoras no Peru, que as estratégias acionadas pelas empresas “dependem do tipo de impactos provocados pela operação e das reações das partes interessadas”, de forma que uma empresa pode mudar de estratégia, dependendo da eficácia na gestão de suas relações comunitárias. Ou então, como discutido por Benson e Kirsch (2010), as estratégias podem ser acionadas simultaneamente.

No mesmo sentido abordado por Aráoz sobre a América Latina (2016), é possível identificar que, em Mariana, o padrão de organização socioterritorial herdado da colônia favorece a manutenção da estrutura de colonialidade do poder (QUIJANO, 2002) construída pelas mineradoras. Mais do que a nomeação do fato como acidente ou desastre, disputa-se o direcionamento das ações a partir de perspectivas distintas, a construção da realidade e os limites dessa construção. Enquanto “mão executora” das mineradoras, a Fundação Renova controla os ambientes de interação e limita as possibilidades de ação dos atores com quem estabelece relações de poder. A partir de seu lugar no campo — estabelecido através do TTAC de 2016 (UNIÃO *et al.*, 2016) e do TAC de 2018 (UNIÃO *et al.*, 2018), mas inserido numa esteira de poder colonial extrativista que já existia antes do rompimento da barragem de Fundão — a atuação da Fundação Renova é voltada para a definição das coisas. Definir quem é atingido, definir critérios para indenização, definir valores e definir direitos. A Renova atua definindo quem são as pessoas ou grupos a serem incorporados nos consensos da “boa governança” ou, em contrapartida, os grupos desordeiros, sobre os quais o endurecimento da relação e a exclusão são mais adotados.

Cabe ressaltar que, como analisado nesta pesquisa, embora de forma sucinta, as mineradoras não são as únicas a respaldar as práticas da Fundação. A atuação judicial, sobretudo da 12ª Vara Federal de Minas Gerais, mostrou a adoção das mesmas condutas de classificação das pessoas atingidas entre aquelas com bom comportamento, que concordam com as proposições e que devem, portanto, ser incorporadas à governança do processo, e outras, consideradas desordeiras, agressivas, despreparadas para estar nos espaços de negociação. Ao assumir essa postura classificatória em relação às pessoas atingidas, a esfera que deveria promover o direito contribui para a invisibilização dos danos e corrobora as estratégias corporativas, ao favorecer a Fundação Renova e advogados privados que se beneficiam de uma governança vertical e empresarial com raízes coloniais.

Se a Renova de fato renova algo, são as estratégias de neutralização de conflitos, criação de consenso, controle e organização territorial características das mineradoras e de grandes

projetos de desenvolvimento, no intuito de criar sujeitos governáveis (LI, 1999; HONKE, 2018). O governo “de perto” exercido pelas empresas, que no passado tornaram-se “quase-Estados” (ACSELRAD, 2018), deu lugar ao governo indireto, combinando repressão e maneiras sutis de coerção através da “boa governança” do desastre.

## **SOBRE OS CAMINHOS FUTUROS**

É importante destacar alguns pontos a respeito deste trabalho e das possibilidades de caminhos futuros. Além dos recortes feitos, para definição de escopo, linha de base temporal e perspectivas, devemos ter em mente que o que está em análise é um fenômeno processual, um desastre, que tem desdobramentos no tempo e no espaço. Do início da pesquisa até o fim da escrita da dissertação muitas coisas aconteceram e muitas coisas podem ter mudado. É necessário que o leitor ou a leitora tenha um entendimento bem alinhado que esta pesquisa é como uma radiografia, um registro que possibilita um diagnóstico, mas que tem limitações.

Nesse sentido, vale mencionar que Mariana possui uma comissão específica para o diálogo com a Fundação Renova, a COMAR (Comissão Municipal para Assuntos Ligados à Fundação Renova), criada em 2017 pelo prefeito Duarte Júnior, através dos decretos nº 9090 e 9091 (PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA, 2017). A COMAR, composta por sete membros das secretarias municipais de Governo, Planejamento, Ambiente, Administração, Serviço Autônomo de Água e Esgoto e Procuradoria, recebe demandas da Fundação e encaminha às secretarias municipais responsáveis, recebe demandas das secretarias municipais, discute, delibera e encaminha à Fundação, além de “levar ao conhecimento da Fundação Renova todas as ações que o município pretende desenvolver relativas à reparação, compensação e/ou indenização dos danos socioambientais e socioeconômicos ocorridos nos limites territoriais municipais” (PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA, 2017). No portal da Câmara Municipal não há informação de que as reuniões que analisei envolvem essa comissão, portanto, não poderia dizer que analisei reuniões da COMAR sem ter essa certeza e foi uma escolha não aprofundar na pesquisa sobre essa comissão. Há pouca informação sobre a COMAR disponível online, mas com o abrandamento da pandemia de Covid-19, se torna possível uma imersão para pesquisar esses atores e as relações estabelecidas com a Fundação Renova.

Além disso, na priorização do que estaria ou não na dissertação, muitos elementos ficaram de fora da análise, como os 37 programas de reparação restantes, todas as demais

edições do jornal A Sirene e do jornal da Renova, os outros materiais de comunicação produzidos pela Fundação e os relatórios de 2021 e 2022 (que deve ser disponibilizado no início de 2023) sobre o andamento dos programas de reparação. Nesse sentido, mostra-se promissora a continuidade da investigação iniciada aqui, tanto ao longo do tempo, quanto considerando os demais municípios, programas e espaços de interação não abordados nesta pesquisa.

## REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri. Justiça Ambiental e Construção Social do Risco. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 5, 2002, pp. 49-60.

ACSELRAD, Henri. Territórios do capitalismo extrativista: A gestão empresarial de “comunidades”. In ACSELRAD, Henri (org.). **Políticas territoriais, empresas e comunidades: O neoextrativismo e a gestão empresarial do “social”**. 1ª edição. Rio de Janeiro: Garamond, 2018. pp. 33-60.

ADAMS, Luís I. L.; BATISTA JÚNIOR, Onofre A.; PAVAN, Luiz H. M.; VIEIRA, Renato R.. **Saindo da Lama: A atuação interfederativa concertada como melhor alternativa para solução dos problemas decorrentes do desastre de Mariana**. Belo Horizonte: Fórum, 2019.

AGÊNCIA BRASIL. **União, Minas Gerais e Espírito Santo vão processar Samarco e Vale em R\$ 20 bi**. Reportagem de Victor Chagas. 2015a. Disponível em <https://agenciabrasil.ebc.com.br/node/987030>. Acesso em 22/02/2021.

AGÊNCIA BRASIL. **União e estados ajuízam ação de R\$ 20 bi contra Samarco, Vale e BHP**. Reportagem de Andreia Verdélio. 2015b Disponível em <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2015-11/uniao-e-estados-ajuizam-acao-de-r-20-bi-contrasamarco-vale-e-bhp>. Acesso em 22/02/2021.

AGÊNCIA BRASIL. **Ministério Público entra na Justiça contra Samarco, Vale e BHP Billiton**. Reportagem de Maiana Diniz. 2015c. Disponível em <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2015-12/ministerio-publico-entra-com-acao-em-defesa-de-vitimas-de-tragedia-de-mariana>. Acesso em 22/02/2021.

AGÊNCIA BRASIL. **Samarco, Vale e BHP aceitam acordo judicial para revitalizar Bacia do Rio Doce**. Reportagem de Paulo Victor Chagas. 2016a. Disponível em <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2016-01/samarco-vale-e-bhp-aceitam-acordo-judicial-para-revitalizar-bacia-do-rio-doce>. Acesso em 22/02/2021.

AGÊNCIA BRASIL. **MPF questiona possível acordo entre União e estados com mineradoras**. Reportagem de Maiana Diniz. 2016b. Disponível em <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2016-01/mpf-questiona-possivel-acordo-entre-uniao-e-estados-com-mineradoras>. Acesso em 24/02/2021.

AGÊNCIA BRASIL. **Governos e Samarco firmam hoje acordo para recuperação da Bacia do Rio Doce**. Reportagem de Leo Rodrigues. 2016c. Disponível em <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2016-03/governos-e-samarco-firmam-hoje-acordo-para-recuperacao-da-bacia-do-rio-doce>. Acesso em 24/02/2021.

AGÊNCIA BRASIL. **Justiça homologa acordo de R\$ 20 bi para reparação de desastre da Samarco**. Reportagem de Léo Rodrigues. 2016d. Disponível em <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2016-05/justica-homologa-acordo-de-r-20-bi-para-reparacao-de-desastre-da-samarco>. Acesso em 26/02/2021.

AGU *et al.*. **Petição: Manifestação sobre pedido de suspeição**. Vinculação: PJE n. 1016756-84.2019.4.01.3800 Origem: Processo autos (suplementares) n.: 69758-61.2015.4.01.3400 Vinculação: PJE n. 1016756-84.2019.4.01.3800 Ação civil pública. Advocacia Geral da União, Advocacia Geral de Minas Gerais, Procuradoria Geral do Estado do Espírito Santo,

12/04/2021. Disponível em <https://www.conjur.com.br/dl/peticao-agu-arguicao-suspeicao-tenta.pdf>. Acesso em 08/01/2023.

ALIMONDA, Héctor. Debatendo o Desenvolvimento na América Latina. In: STIFTUNG, Heinrich. **Um campeão visto de perto: Uma análise do modelo de desenvolvimento brasileiro**. Série Democracia. Rio de Janeiro, RJ: Heinrich Boll Stiftung, 2012. pp. 18 - 31. Disponível em: [http://br.boell.org/sites/default/files/democracia\\_inside\\_a\\_champion\\_port\\_final\\_2.pdf#page=20](http://br.boell.org/sites/default/files/democracia_inside_a_champion_port_final_2.pdf#page=20). Acesso em 08/08/2022.

ANTONELLI, Mirta Alejandra. Megaminería transnacional e invención del mundo cantera. **Nueva Sociedad**. No 252, julio-agosto de 2014. pp. 72-86.

ARÁOZ, Horácio Machado. Crisis ecológica, extractivismo y necroeconomía, la religión oficial del capital. In: **Boletín Onteaken nº 13: Boletín sobre Prácticas y Estudios de Acción Colectiva**. Programa de Estudios sobre Acción colectiva y Conflicto Social, Centro de Estudios Avanzados, Universidad Nacional de Córdoba, Córdoba, Mayo de 2012.

ARÁOZ, Horácio Machado. Ecología Política de los regímenes extractivistas: De reconfiguraciones imperiales y re-existencias decoloniales en Nuestra América. **Revista Bajo el Volcán**. Vol. 15, N° 23, Benemérita Universidad Autónoma de Puebla, México, sept.-febrero de 2016, pp. 11-51.

ARBED. **História**. 2022. Disponível em <https://stringfixer.com/pt/Arbed>. Acesso em 06/06/2022.

ARQUIDIOCESANO, Colégio. **Unidade Cônego Paulo Dilascio - Breve histórico**. 2022. Disponível em: <https://arquidiocesano.com/instituicao/unidade-conego-paulo-dilascio/>. Acesso em: 01/09/2022.

ASCHER, Petra; VALARELLI, Leandro Lamas. **Monitoramento de impacto: uma proposta metodológica**. Brasília: MMA, 2008.

AVABRUM - Associação dos Familiares de Vítimas e Atingidos pelo Rompimento da Barragem Mina Córrego do Feijão. *Nossas Joias*. Disponível em: <https://avabrum.org.br/nossas-joias/>. Acesso em: 23/07/2022.

AZEVEDO, Paulo Furquim de. A pesquisa histórica na defesa da concorrência: inferência a partir do caso cvrd e samitri. **História econômica & história de empresas**. VIII.2, 2005. pp. 123-143.

BAVISKAR, Amita. Between violence and desire: space, power, and identity in the making of metropolitan Delhi. **International Social Science Journal**. Volume 55, Issue 175, 2003, pp. 89-98.

BEBBINGTON, Anthony. Elementos para una ecología política de los movimientos sociales y el desarrollo territorial en zonas mineras. In: BEBBINGTON, A. (ed.). **Minería, movimientos sociales y respuestas campesinas: una ecología política de transformaciones territoriales**. Lima: IEP: CEPES, 2007, p.23-46.

BERTONI, E *et al.* **Mariana: a gênese da tragédia**. Especial, Nexo Jornal, 04 de novembro de 2016. Disponível em: <https://cdn.nexojornal.com.br/content/escenic/esp/60219.html>. Acesso em: 21/07/2022.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil S.A, 1989.

BOURDIEU, Pierre. Espaço Social e Poder Simbólico. *In: Coisas Ditas*. São Paulo: Brasiliense, 1990. Disponível em: <https://nepegeo.paginas.ufsc.br/files/2018/06/BOURDIEU-Pierre.-Coisas-ditas.pdf>. Acesso em: 01/11/2022.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2007.

BORGES, Jacqueline Florindo; MIRANDA, Rodrigo; VALADÃO JÚNIOR, Valdir Machado. O discurso das fundações corporativas: caminhos de uma “nova” filantropia? **RAE - Revista de Administração de Empresas**, vol. 47, núm. 4, outubro-diciembre, 2007, pp. 101-115.

BRASIL. Código Civil (2002). **Código civil brasileiro e legislação correlata**. 2. ed. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2008. 616 p. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70327/C%C3%B3digo%20Civil%20%20ed.pdf>. Acesso em: 22/03/2022.

BRASIL. LEI No 13.151, DE 28 DE JULHO DE 2015. **Diário Oficial da União: 29 de julho de 2015**, seção 1, Brasília, DF, ano CLII, n. 143, p. 1-1, 29 jul. 2015. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=1&data=29/07/2015>. Acesso em 22/03/2022.

BRONZ, Deborah. Experiências e contradições na etnografia de práticas empresariais. *In: CASTILHO, Sergio Ricardo Rodrigues; LIMA, Antonio Carlos de Souza; TEIXEIRA, Carla Costa (orgs.). Antropologia das práticas de poder: reflexões etnográficas entre burocratas, elites e corporações*. Rio de Janeiro: Contracapa; Faperj, 2014. p. 221-241

CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA. **Reunião virtual da Câmara Municipal de Mariana com representantes da Fundação Renova e empresários locais**. Reunião interna. Transmissão ao vivo. 18 de junho de 2020. Disponível em: <http://camarademariana.mg.gov.br/ao-vivo/11253/>. Acesso em: 02/09/2021.

CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA. **Reunião com representantes de unidades educacionais de Mariana e da Fundação Renova (Requerimento 93/2020)**. Reunião interna. Transmissão ao vivo. 25 de junho de 2020. Disponível em: <http://camarademariana.mg.gov.br/ao-vivo/11477/>. Acesso em: 30/08/2021.

CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA. **2ª REUNIÃO COM REPRESENTANTES DE UNIDADES EDUCACIONAIS DE MARIANA E DA FUNDAÇÃO RENOVA**. Reunião interna. Transmissão ao vivo. 02 de julho de 2020. Disponível em: <http://camarademariana.mg.gov.br/ao-vivo/11512/>. Acesso em: 31/08/2021.

CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA. **Reunião requerida pelos vereadores Gilberto Mateus Pereira e José Antunes Vieira sobre a contratação de Jovem Aprendiz**. Reunião interna. Transmissão ao vivo. 13 de abril de 2021. Disponível em: <https://camarademariana.mg.gov.br/ao-vivo/13330/>. Acesso em 18/09/2021.

CÁRITAS BRASILEIRA REGIONAL MINAS GERAIS. **Fase de negociação extrajudicial: empecilho à reparação integral?** Parecer Técnico Jurídico. 2021a. Disponível em: <http://mg.caritas.org.br/storage/arquivo-de-biblioteca/December2021/ZSzuQyeDEmzOnKWzaXL7.pdf>. Acesso em: 18/10/2022.

CÁRITAS BRASILEIRA REGIONAL MINAS GERAIS. **NOVEL: O que você deve saber sobre o “Sistema Indenizatório Simplificado” (SIS/NOVEL)?** Mariana, 07/10/2021. 2021b. Disponível em <http://mg.caritas.org.br/storage/arquivo-de-biblioteca/October2021/JIDS1FR0p01HCLXgPlix.pdf>. Acesso em 07/01/2023.

CÁRITAS BRASILEIRA REGIONAL MINAS GERAIS. **Em honra a quem ainda lutamos?** Áreas de atuação. Notícia publicada em 05/11/2022. Disponível em: <http://mg.caritas.org.br/noticias/em-honra-a-quem-ainda-lutamos>

CARNEIRO, Eder Jurandir. Atividades minerárias e conflitos ambientais e territoriais em Minas Gerais (Brasil): Trajetória histórica. In: ZHOURI, A., BOLADOS, P., CASTRO, E., (orgs.). **Mineração na América do Sul: Neoeextrativismo e lutas territoriais**. São Paulo, SP: Annablume, 2016. pp. 255 - 278.

CASTILHO, Sergio Ricardo Rodrigues; LIMA, Antonio Carlos de Souza; TEIXEIRA, Carla Costa (orgs.). Introdução. In: **Antropologia das práticas de poder: reflexões etnográficas entre burocratas, elites e corporações**. Rio de Janeiro: Contra Capa; Faperj, 2014.

CENI, Jéssica Cristina. **O PROCESSO DE SENSEGIVING NAS NARRATIVAS DA SAMARCO: A prática de *storytelling* referente ao rompimento na barragem de Fundão em Mariana**. (Dissertação) Programa de Pós-graduação em Administração. Curitiba, PR: Universidade Federal do Paraná, 2018.

COELHO, Tádzio P.. Projeto grande Carajás: trinta anos de desenvolvimento frustrado. In: ZONTA, Marcio; TROCATE, Charles (orgs.). **A questão mineral no Brasil**. Vol. 1. Editorial iGuana: Marabá, 2015.

CONSELHO COMUNITÁRIO DE PASTORAL DA COMUNIDADE SÃO JOSÉ OPERÁRIO. **Comunidade São José Operário/ Vila Samarco**. 2018. Disponível em: [https://www.coracaodejesusmariana.com.br/uploads/parouquia\\_sagrado\\_coracao\\_de\\_jesus\\_2018/Abastecimento%20site/COMUNIDADE%20S%C3%83O%20JOS%C3%89%20OPER%C3%81RIO.pdf](https://www.coracaodejesusmariana.com.br/uploads/parouquia_sagrado_coracao_de_jesus_2018/Abastecimento%20site/COMUNIDADE%20S%C3%83O%20JOS%C3%89%20OPER%C3%81RIO.pdf). Acesso em: 08/08/2022.

CONSULTOR JURÍDICO. **MPs e DPU processam fundação por propaganda enganosa sobre desastre de Mariana**. Reportagem de Danilo Vital. Maio de 2021. Disponível em <https://www.conjur.com.br/2021-mai-13/mps-dpu-processam-fundacao-renova-propaganda-enganosa>. Acesso em 26/05/2021.

COPAM - Conselho Estadual de Política Ambiental. **Deliberação Normativa COPAM nº 62**, de 17 de dezembro de 2002. Disponível em: <http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=5008>. Acesso em: 07/07/2022.

COPAM - Conselho Estadual de Política Ambiental. **Deliberação Normativa COPAM nº 87**, de 17 de junho de 2005. Disponível em: <http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=8251>. Acesso em: 07/07/2022.

DIAS NETTO JUNIOR, Edmundo Antonio. Contribuição para uma sociologia das ausências: alguns apontamentos sobre o processo de reparação do desastre na bacia do rio Doce. In ZUCARELLI, MC *et al.* (orgs.). **Infraestrutura para produção de *commodities* e povos etnicamente diferenciados: Efeitos e danos da implantação de “grandes projetos de desenvolvimento” em territórios sociais**. 1ª ed.. Rio de Janeiro, RJ: Mórula, 2022. pp. 388-455.

DENEALUT, Alain. As empresas multinacionais: Um novo poder soberano inscrito na ordem das coisas. *In*: ACSELRAD, Henri (org.). **Políticas territoriais, empresas e comunidades: O neoeextrativismo e a gestão empresarial do “social”**. 1ª edição. Rio de Janeiro: Garamond, 2018. p. 13- 32.

DORNAS, Lara. **A mobilização discursiva do diálogo como estratégia comunicacional no contexto das organizações: a prosa social (em cacos) da Fundação Renova em relação ao jornal A Sirene após o rompimento da barragem de Fundão**. Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-graduação em Comunicação Social. Belo Horizonte, 2020. Disponível em: [http://www.biblioteca.pucminas.br/teses/ComunicacaoSocial\\_LaraLucienneDornasAmaral\\_8339\\_Textocompleto.pdf](http://www.biblioteca.pucminas.br/teses/ComunicacaoSocial_LaraLucienneDornasAmaral_8339_Textocompleto.pdf). Acesso em: 12/01/2022.

FEAM - Fundação Estadual do Meio Ambiente. **Lista de Barragens 2012**. 2012a. Disponível em: [http://www.feam.br/images/stories/arquivos/Gestao\\_Barragens\\_2006/2012/lista\\_das\\_barragens\\_2012.xls](http://www.feam.br/images/stories/arquivos/Gestao_Barragens_2006/2012/lista_das_barragens_2012.xls). Acesso em: 07/07/2022.

FEAM - Fundação Estadual do Meio Ambiente. **Inventário Estadual de Barragens do Estado de Minas Gerais - 2012**. 2012b. Disponível em: <http://www.feam.br/images/stories/inventario/inventrio%20de%20barragens%202012.pdf>. Acesso em: 07/07/2022.

FEAM - Fundação Estadual do Meio Ambiente. **Lista de Barragens 2014**. 2014a. Disponível em: [http://www.feam.br/images/stories/2015/DECLARACOES\\_AMBIENTAIS/GESTAO\\_DE\\_BARRAGENS/lista%20de%20barragens\\_2014\\_publicao.xls](http://www.feam.br/images/stories/2015/DECLARACOES_AMBIENTAIS/GESTAO_DE_BARRAGENS/lista%20de%20barragens_2014_publicao.xls). Acesso em: 07/07/2022.

FEAM - Fundação Estadual do Meio Ambiente. **Inventário Estadual de Barragens do Estado de Minas Gerais - 2014**. 2014b. Disponível em: [http://www.feam.br/images/stories/2015/DECLARACOES\\_AMBIENTAIS/GESTAO\\_DE\\_BARRAGENS/correo\\_inventrio%20de%20barragens\\_2014\\_final.pdf](http://www.feam.br/images/stories/2015/DECLARACOES_AMBIENTAIS/GESTAO_DE_BARRAGENS/correo_inventrio%20de%20barragens_2014_final.pdf). Acesso em: 07/07/2022.

FERREIRA, Tales Viana. **O paradoxo da participação: “violência lenta” e governança no Sistema Minas-Rio em Conceição do Mato Dentro - MG**. Trabalho de Conclusão de Curso. Graduação em Ciências Socioambientais. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2022. Disponível em: <https://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/wp-content/uploads/2022/04/Monografia-FERREIRA-Tales.pdf>. Acesso em: 30/09/2022.

FONTES, Roberta Neves. **Crime, desastre ou acidente? Disputas narrativas sobre o rompimento da barragem da Samarco**. Dissertação (mestrado). Programa de Pós-graduação em Extensão Rural - Universidade Federal de Viçosa. Viçosa, 2018. Disponível em: <https://www.locus.ufv.br/bitstream/123456789/27535/1/texto%20completo.pdf>. Acesso em: 11/08/2021.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 3. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. 22. reimpr. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2012.

FRAZÃO, Aline. Empilhadas em hotéis, as vítimas da lama da Samarco tentam retomar a vida. **Diário do Centro do Mundo**. 28 de novembro de 2015. Disponível em:

[https://www.diariodocentrodomundo.com.br/empilhadas-em-hoteis-as-vitimas-da-lama-da-samarco-tentam-retomar-a-vida-por-aline-frazao/](https://www.diariodocentrodomundo.com.br/empilhadas-em-hoteis-as-vitimas-da-lama-da-samarco-tentam-retomar-a-vida-por-aline-fraza/). Acesso em: 02/08/2022.

FUNDAÇÃO RENOVA. **Relatório anual de atividades 2017**. Belo Horizonte: Fundação Renova, 2017a. Disponível em <https://transparencia-fundacaorenova.hub.arcgis.com/pages/relatorios-anuais>. Acesso em 11/08/2021.

FUNDAÇÃO RENOVA. **Relatório de Administração 2017**. 2017b. Disponível em <https://transparencia-fundacaorenova.hub.arcgis.com/pages/demonstrativos>. Acesso em 11/08/2021.

FUNDAÇÃO RENOVA. **Programa inédito para o desenvolvimento sustentável pretende colocar Mariana entre os 10 maiores IDHs do país**. 2017c. Disponível em <https://www.fundacaorenova.org/noticia/programa-inedito-para-o-desenvolvimento-sustentavel-pretende-colocar-mariana-entre-os-10-maiores-idhs-do-pais/>. Acesso em 09/11/2022.

FUNDAÇÃO RENOVA. **Mariana presente e futuro**. 2017d. Disponível em <https://www.fundacaorenova.org/timeline/mariana-presente-e-futuro/>. Acesso em 09/11/2022.

FUNDAÇÃO RENOVA. **Programa de comunicação, participação, diálogo e controle social**. Belo Horizonte: Fundação Renova, 2018a. Disponível em: [https://sei.ibama.gov.br/documento\\_consulta\\_externa.php?id\\_acesso\\_externo=9046&id\\_documento=3257651&infra\\_hash=ab69976ef9f75ff7803995ef9100dd9d](https://sei.ibama.gov.br/documento_consulta_externa.php?id_acesso_externo=9046&id_documento=3257651&infra_hash=ab69976ef9f75ff7803995ef9100dd9d). Acesso em: 11/08/2021.

FUNDAÇÃO RENOVA. **Relatório da administração e demonstrações financeiras**. 31 de dezembro de 2018. 2018b. Disponível em <https://transparencia-fundacaorenova.hub.arcgis.com/pages/demonstrativos>. Acesso em 11/08/2021.

FUNDAÇÃO RENOVA. **Diversifica Mariana - Fundação Renova lança fundo de atração de empresas para Mariana**. Notícias. Publicado em 04/05/2018. 2018c Disponível em <https://www.fundacaorenova.org/galeria/diversifica-mariana-fundacao-renova-lanca-fundo-de-acao-de-empresas-para-mariana/>. Acesso em 05/01/2023.

FUNDAÇÃO RENOVA. **Relatório anual de atividades: Ano 2018**. 2019a. Disponível em: <https://transparencia-fundacaorenova.hub.arcgis.com/pages/relatorios-anuais>. Acesso em 11/08/2021.

FUNDAÇÃO RENOVA. **Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2019**. 2019b. Disponível em <https://transparencia-fundacaorenova.hub.arcgis.com/pages/demonstrativos>. Acesso em 11/08/2021.

FUNDAÇÃO RENOVA. **11º Encontro Internacional de Palhaços movimenta Mariana**. 2019c. Disponível em <https://www.fundacaorenova.org/galeria/11o-encontro-internacional-de-palhacos-movimenta-mariana/>. Acesso em 09/11/2022.

FUNDAÇÃO RENOVA. **Ações de reparação e compensação em Mariana estimulam a economia do município**. 2019d. Disponível em <https://www.fundacaorenova.org/noticia/acoes-de-reparacao-e-compensacao-em-mariana-estimulam-a-economia-do-municipio/>. Acesso em 09/11/2022.

FUNDAÇÃO RENOVA. **Natal de luz encanta moradores e visitantes de Mariana.** 2019e. Disponível em <https://www.fundacaorenova.org/galeria/natal-de-luz-encanta-moradores-e-visitantes-de-mariana/>. Acesso em 09/11/2022.

FUNDAÇÃO RENOVA. **Como a Fundação tem agido para estimular os micro e pequenos negócios do território impactado?** Notícias. Publicado em 28/02/2019. 2019f. Disponível em <https://www.fundacaorenova.org/faq/como-a-fundacao-tem-agido-para-estimular-os-micro-e-pequenos-negocios-do-territorio-impactado/>. Acesso em 05/01/2023.

FUNDAÇÃO RENOVA. **Relatório anual de atividades: Ano 2019.** 2020a. Disponível em <https://transparencia-fundacaorenova.hub.arcgis.com/pages/relatorios-anuais>. Acesso em 11/08/2021.

FUNDAÇÃO RENOVA. **Relatório de Administração, Relatório dos Auditores Independentes e Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020.** 2020b. Disponível em <https://transparencia-fundacaorenova.hub.arcgis.com/pages/demonstrativos>. Acesso em 11/08/2021.

FUNDAÇÃO RENOVA. **Fundo Desenvolve Rio Doce já emprestou mais de R\$53 milhões para negócios de Minas e Espírito Santo.** Notícias. Publicado em 29/07/2020. 2020c. Disponível em <https://www.fundacaorenova.org/noticia/fundo-desenvolve-rio-doce-ja-emprestou-mais-de-r-53-milhoes-para-negocios-de-minas-e-espirito-santo/>. Acesso em 05/01/2023.

FUNDAÇÃO RENOVA. **Relatório anual de atividades: Ano 2020.** 2021a. Disponível em <https://transparencia-fundacaorenova.hub.arcgis.com/pages/relatorios-anuais>. Acesso em 11/08/2021.

FUNDAÇÃO RENOVA. **Mariana sediará a 28ª edição do Iron Biker em novembro.** 2021b. Disponível em <https://www.fundacaorenova.org/noticia/mariana-sediara-a-28a-edicao-do-iron-biker-em-novembro/>. Acesso em 09/11/2022.

FUNDAÇÃO RENOVA. **Fundo Desenvolve Rio Doce contribui para manter mais de 5 mil empregos e movimenta mais de R\$30 milhões em cidades mineiras.** Notícias. Publicado em 12/04/2021. 2021c. Disponível em <https://www.fundacaorenova.org/noticia/fundo-desenvolve-rio-doce-contribui-para-manter-mais-de-5-mil-empregos-e-movimenta-mais-de-r-30-milhoes-em-cidades-mineiras/>. Acesso em 05/01/2023.

FUNDAÇÃO RENOVA. **Maior prova de mountain bike da América Latina atravessa o novo distrito de Bento Rodrigues.** 2022a. Disponível em <https://www.fundacaorenova.org/noticia/maior-prova-de-mountain-bike-da-america-latina-atravessa-o-novo-distrito-de-bento-rodrigues/>. Acesso em 09/11/2022.

FUNDAÇÃO RENOVA. **Pedal, suor e adrenalina: o Iron Biker está de volta! Jornal Voz da Comunidade.** Edição 22, setembro de 2022. 2022b. p. 3. Disponível em [https://www.fundacaorenova.org/wp-content/uploads/2022/09/e22\\_boletim-voz-da-comunidade.pdf](https://www.fundacaorenova.org/wp-content/uploads/2022/09/e22_boletim-voz-da-comunidade.pdf). Acesso em 09/11/2022.

FUNDAÇÃO RENOVA. **12º ENCONTRO INTERNACIONAL DE PALHAÇOS OFERECE ATRAÇÕES GRATUITAS EM MARIANA (MG).** 2022c. Disponível em <https://www.fundacaorenova.org/noticia/12o-encontro-internacional-de-palhacos-oferece-atracoes-gratuitas-em-mariana-mg/>. Acesso em 09/11/2022.

FUNDAÇÃO RENOVA. Socioeconômicos. **Programas: Conheça os programas.** 2023a. Disponível em: <https://www.fundacaorenova.org/conheca-os-programas/socioeconomicos/>. Acesso em 05/01/2023.

FUNDAÇÃO RENOVA. Socioambientais. **Programas: Conheça os programas.** 2023b. Disponível em: <https://www.fundacaorenova.org/conheca-os-programas/socioambientais/>. Acesso em 05/01/2023.

FUNDO BRASIL. **Acesse informações a respeito da decisão judicial sobre cadastro e indenização (Eixo Prioritário 7).** Fundo Brasil de Direitos Humanos, 07 de dezembro de 2021. Disponível em <https://www.fundobrasil.org.br/entendendo-a-decisao-da-12a-vara-perguntas-e-respostas/>. Acesso em 08/01/2023.

FURTADO, Fabiana; STRAUTMAN, Gabriel. Ambientalização das instituições financeiras: da crítica reformista à crítica contestatária. In ZHOURI, Andréa; VALENCIO, Norma (orgs.). **Formas de matar, de morrer e de resistir: limites da resolução negociada de conflitos ambientais.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013, pp. 144-175.

G1 MG. **Veja lista de mortos e desaparecidos no rompimento de barragem em MG.** Notícia publicada em 07/11/2015 e atualizada em 15/06/2016. Disponível em: <https://g1.globo.com/minas-gerais/noticia/2015/11/veja-lista-de-desaparecidos-no-rompimento-de-barragens.html>. Acesso em: 28/06/2022.

G1. **Hartung vai entregar projeto de Sebastião Salgado à Dilma.** Reportagem de Victoria Varejão. 2015. Disponível em <https://g1.globo.com/espírito-santo/noticia/2015/11/hartung-vai-entregar-projeto-de-sebastiao-salgado-dilma.html>. Acesso em 22/02/2021.

GAVIRIA, Edwin Muñoz. Apropriações da “governança” nas estratégias de controle territorial do capitalismo extrativo. In: Henri Acselrad (org). **Políticas territoriais, empresas e comunidades: o neoextrativismo e a gestão empresarial do “social”.** 1 edição. Rio de Janeiro: Garamond, 2018. pp. 209-234. ISBN 9788576174684.

GAZETA ONLINE. **Sebastião Salgado fala sobre a situação do rio Doce.** Reportagem de Patrik Camporez. 2015. Disponível em <https://www.gazetaonline.com.br/noticias/cidades/2015/11/sebastiao-salgado-fala-sobre-a-situacao-do-rio-doce-1013914722.html>. Acesso em 22/02/2021.

GESTA - Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais. **Parecer sobre o documento “Estudo de Atualização das Áreas de Influência (AI) do Projeto Minas-Rio Mineração”, elaborado pela empresa de consultoria Ferreira Rocha Gestão de Projetos Sustentáveis.** Projeto de Extensão Observatório dos Conflitos Ambientais no Estado de Minas Gerais. Coordenação: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Andréa Zhouri. Sub-coordenação: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Ana Flávia Moreira Santos. Belo Horizonte: GESTA UFMG, Novembro de 2013.

GESTA - Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais. **Parecer sobre o Cadastro Integrado do Programa de Levantamento e Cadastro dos Impactados (PLCI) elaborado pelas empresas Samarco e Synergia Consultoria Ambiental.** Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2016. Disponível em: <https://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/wp-content/uploads/2017/02/GESTA-UFMG-Parecer-sobre-Cadastro-Integrado-do-PLCI-Samarco-Synergia.pdf>. Acesso em: 23/09/2022.

GESTA - Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais. O desastre do Rio Doce: Rompimento da barragem da Samarco/Vale/BHP em Mariana. Ficha Técnica. **Observatório dos Conflitos**

**Ambientais de Minas Gerais.** Atualização de 04/11/2021. 2021a Disponível em: <https://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/conflito/?id=579>. Acesso em: 13/07/2022.

GESTA - Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais. Desastre da Vale em Brumadinho e a luta dos moradores de Casa Branca. Ficha Técnica. **Observatório dos Conflitos Ambientais de Minas Gerais.** Atualização de 20/03/2021. 2021b. Disponível em: <https://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/conflito/?id=497>. Acesso em: 23/07/2022.

GIFFONI, Raquel. Apropriações empresariais das ciências sociais: O caso da “responsabilidade social corporativa” no setor extrativo. *In:* Henri Acselrad (org). **Políticas territoriais, empresas e comunidades: o neoextrativismo e a gestão empresarial do “social”**. 1 edição. Rio de Janeiro: Garamond, 2018. pp. 131-158.

GOMIDE, Caroline Siqueira *et al* (orgs.). Verbete: “*Boom das commodities*”. **Dicionário crítico da mineração**. 1. ed. Marabá - PA: iGuana, 2018. pp. 44-45.

GUDYNAS, Eduardo. O novo extrativismo progressista na América do Sul: teses sobre um velho problema sob novas expressões. *In* LÉNA, Philippe; NASCIMENTO, Elimar (orgs.). **Enfrentando os limites do crescimento: Sustentabilidade, decrescimento e prosperidade**. Rio de Janeiro: Garamond e IRD, 2012. pp. 303-318.

GUDYNAS, Eduardo. Extracción y extractivismo: conceptos y definiciones. *In* GUDYNAS, E.. **Extractivismos: Ecología, economía y política de un modo de entender el desarrollo y la naturaleza**. Cochabamba: Cedib Claes: 2015, pp. 9-30.

GUDYNAS, Eduardo. Cap. 1: Extractivismos en América del Sur: Conceptos y sus efectos derrame. *In:* ZHOURI, A., BOLADOS, P., CASTRO, E., (orgs.). **Mineração na América do Sul: Neoextrativismo e lutas territoriais**. São Paulo, SP: Annablume, 2016. pp. 23-43.

HONKE, Jana. As multinacionais e a governança da segurança nas comunidades: participação, disciplina e governo indireto. *In:* Henri Acselrad (org). **Políticas territoriais, empresas e comunidades: o neoextrativismo e a gestão empresarial do “social”**. 1 edição. Rio de Janeiro: Garamond, 2018. pp. 107-130. ISBN 9788576174684

HUGO, Rinará Santos. **A construção social da comunidade Vila Nova em Mariana - MG no espaço da mineração - Uma perspectiva dos antigos moradores**. Trabalho de Conclusão de Curso, Graduação em Engenharia de Minas. Ouro Preto: Universidade Federal de Ouro Preto, 2017.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Enciclopédia dos municípios brasileiros**. XXVI Volume - Municípios do Estado de Minas Gerais. Rio de Janeiro, RJ: IBGE, 1959. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv27295\\_26.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv27295_26.pdf). Acesso em: 30/08/2022.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Mariana: Panorama**. 2021. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/mariana/panorama>. Acesso em: 19/07/22.

INSTITUTO PRÍSTINO. **Laudo Técnico em resposta ao Parecer Único nº 257/2013 - Descrição do fato: Análise Técnica Referente à Revalidação da Licença Operacional da Barragem de Rejeitos do Fundão - SAMARCO MINERAÇÃO S/A**. IP. 082.2013, Belo Horizonte, 21 de outubro de 2013.

JORNAL A SIRENE. **Sobre pontes e pedras**. Edição 1, Março/ 2016, p. 12. Disponível em: <https://issuu.com/jornalasurene/docs/asirene2sm>. Acesso em: 11/11/2022.

JORNAL A SIRENE. **"Eu, a Samarco e o fim da Alegria"**. Relato escrito por Mauro Silva. Edição nº 3, junho de 2016, pp. 4–5. Disponível em: [https://issuu.com/jornalasurene/docs/a\\_sirene\\_ed3\\_junho\\_issuu/4](https://issuu.com/jornalasurene/docs/a_sirene_ed3_junho_issuu/4). Acesso em: 18/07/22.

JORNAL A SIRENE. **Editorial**. Edição 12, Março/ 2017, p. 2. Disponível em: [https://issuu.com/jornalasurene/docs/a\\_sirene\\_mar\\_o\\_ed12\\_issuu](https://issuu.com/jornalasurene/docs/a_sirene_mar_o_ed12_issuu). Acesso em: 19/10/2022.

JORNAL A SIRENE. **O que eles querem ver?** Matéria de Mauro da Silva com apoio de Miriã Bonifácio. 13 de junho de 2018. Disponível em: <https://jornalasurene.com.br/manifestos/2018/06/13/o-que-eles-querem-ver>. Acesso em 14/11/2021.

JORNAL A SIRENE. **Qual é a voz do(a) atingido(a)?** Matéria de Maria Aparecida Luiz (Dada) e Maria do Carmo D'Ângelo com apoio de Tainara Torres e Wigde Arcangelo. 17 de junho de 2019. Disponível em: <https://jornalasurene.com.br/direitos-humanos/2019/06/17/qual-e-a-voz-do-atingido>. Acesso em: 08/11/2021.

JORNAL A SIRENE. **O museu do crime**. Matéria de Simária Quintão e Maria Carneiro (Lilica) com apoio de Joice Valverde e Larissa Pinto. 25 de junho de 2019. Disponível em: <https://jornalasurene.com.br/manifestos/2019/06/25/o-museu-do-crime>. Acesso em 14/11/2021.

JORNAL A SIRENE. **O que temos para dizer às mineradoras?** Manifesto publicado em 30 de janeiro de 2020. Disponível em <https://jornalasurene.com.br/manifestos/2018/01/30/o-que-temos-para-dizer-as-mineradoras>. Acesso em 26/12/2021.

JORNAL A SIRENE. **Para não esquecer**. Edição 62, Junho de 2021. Disponível em [https://issuu.com/jornalasurene/docs/edi\\_o\\_62\\_-\\_junho\\_de\\_2021\\_-\\_jornal\\_a\\_sirene\\_issuu](https://issuu.com/jornalasurene/docs/edi_o_62_-_junho_de_2021_-_jornal_a_sirene_issuu). Acesso em 26/12/2021.

JORNAL DA RENOVA. **Com a sua licença?** Edição 0, nº 0, Mariana, Julho/2017, pp. 2-4. Disponível em: [https://www.fundacaorenova.org/wp-content/uploads/2017/12/00\\_jornal-comunidade-fundacao-edicao0.pdf](https://www.fundacaorenova.org/wp-content/uploads/2017/12/00_jornal-comunidade-fundacao-edicao0.pdf). Acesso em: 25/09/2022.

JORNAL DA RENOVA. **Nos ajude a escrever uma nova história**. Edição 0, nº 0, Mariana, Julho/2017, p. 5. Disponível em: [https://www.fundacaorenova.org/wp-content/uploads/2017/12/00\\_jornal-comunidade-fundacao-edicao0.pdf](https://www.fundacaorenova.org/wp-content/uploads/2017/12/00_jornal-comunidade-fundacao-edicao0.pdf). Acesso em: 25/09/2022.

JORNAL DA RENOVA. **Editorial: Os lados possíveis**. Edição 1, nº 1, Mariana, Julho/2017, p. 2. Disponível em: [https://www.fundacaorenova.org/wp-content/uploads/2017/12/01\\_jornal-comunidade-fundacao-edicao1.pdf](https://www.fundacaorenova.org/wp-content/uploads/2017/12/01_jornal-comunidade-fundacao-edicao1.pdf). Acesso em: 25/09/2022.

LAMIM-GUEDES, Valdir. Uma análise histórico-ambiental da região de Ouro Preto pelo relato de naturalistas viajantes do século XIX. **Filosofia e História da Biologia**, vol. 5, no 1, 2010, pp. 97-114. Disponível em: <https://www.abfhib.org/FHB/FHB-05-1/FHB-05-1-06-Valdir-Lamim-Guedes.pdf>. Acesso em: 12/09/2022.

LAMOSO, Lisandra Pereira. A geografia econômica da exploração de minério de ferro no Brasil. **Boletim Gaúcho de Geografia**, 27: 128-138, dez., 2001. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/bgg/article/view/38440/24704>. Acesso em 23/05/2022.

LASCHEFSKI, Klemens. Governança, neodesenvolvimentismo e autoritarismo difuso. In ZHOURI, Andréa; VALENCIO, Norma (orgs.). **Formas de matar, de morrer e de resistir: limites da resolução negociada de conflitos ambientais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013, pp. 176-203.

LASCHEFSKI, Klemens. Rompimento de barragens em Mariana e Brumadinho - MG: Desastres como meio de apropriação de territórios por mineradoras. **AMBIENTES - Revista de Geografia e Ecologia Política**. Volume 2, Número 1, 2020, pp. 98-143.

LASCHEFSKI, Klemens. O extrativismo 4.0 e o ‘regime ambiental coronelista’: A articulação de sistemas ambientais brasileiros com esquemas de governança *multistakeholder* global. **AMBIENTES - Revista de Geografia e Ecologia Política**. Volume 3, Número 2, 2022, pp. 107-161.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução de Bernardo Leitão *et al.* Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1990. Disponível em: <https://www.ufrb.edu.br/ppgcom/images/Hist%C3%B3ria-e-Mem%C3%B3ria.pdf>. Acesso em: 19/08/2022.

LI, Fabiana. **Responsabilidad y rendición de cuentas en los estudios de impacto ambiental de un proyecto minero**. Lima: Debate Agrário, 45, Julio del 2011. pp. 47-69.

LI, Tânia Murray. Compromising Power: Development, Culture, and Rule in Indonesia. **Cultural Anthropology**, 14(3): 295-322, 1999.

LI, Tania Murray. **The Will to Improve: governmentality, development and the practice of politics**. Londres: Duke University Press, 2007.

LOPES, José Sérgio Leite. Sobre processos de “ambientalização” dos conflitos e sobre dilemas da participação. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 12, n. 25, p. 31-64, jan./jun. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ha/a/Cw4JM8d7rs5GzyxfkQVNYfj/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 18/04/2022.

MAHER, Rajiv. Deliberando ou protelando por justiça? Dinâmicas de remediação corporativa e resistência às vítimas pelas lentes do parentalismo: o caso da Fundação Renova no Brasil. Originalmente publicado em MAHER, R.. Deliberating or Stalling for Justice? Dynamics of Corporate Remediation and Victim Resistance Through the Lens of Parentalism: The Fundão dam Collapse and the Renova Foundation in Brazil. **Journal of Business Ethics**. 2021.

MANSUR, M. S. *et al.*. Capítulo 1: Antes fosse mais leve a carga: introdução aos argumentos e recomendações referente aos desastre da Samarco/Vale/BHP Billiton. In ZONTA, Márcio; TROCATE, Charles (orgs.). **Antes fosse mais leve a carga: reflexões sobre o desastre da Samarco/Vale/BHP Billiton**. Marabá, PA: Editorial iGuana, 2016, pp. 17-50.

MARCHEZINI, Victor. Dos desastres da natureza à natureza dos desastres. In: VALENCIO, Norma *et al* (orgs.). **Sociologia dos Desastres: construção, interfaces e perspectivas no Brasil**. Versão Eletrônica. São Carlos: Editora RIMA, 2009. pp. 48-57. Disponível em:

<https://defesacivil.es.gov.br/Media/DefesaCivil/Publicacoes/Outros/Livro-Sociologia-Dos-Desastres.pdf>. Acesso em: 06/07/2022.

MAZZOLA, Bruno Giovanni. **Da gestão dos stakeholders à licença social para operar: o caso do desastre de Mariana.** (Tese). Programa de Pós-Graduação em Administração. São Paulo, SP: Universidade de São Paulo, 2018.

MELENDI, Lucila Paula; LOPO, Rafael Martins. A Fundação Renova como forma corporativa: Estratégias empresariais e arranjos institucionais no desastre da Samarco/Vale/BHP Billiton no Rio Doce, Mariana (MG). **AMBIENTES**. Volume 3, número 2, 2021, pp. 206-250. ISSN: 2674-6816. DOI: <https://doi.org/10.48075/amb.v3i2.28438>.

MINAS GERAIS. **Lei Nº 23795 DE 15/01/2021: Política Estadual dos Atingidos por Barragens - PEAB.** Belo Horizonte: Diário Oficial do Estado - MG, 16 jan 2021, pp. 1-2. Disponível em <https://www.almg.gov.br/legislacao-mineira/texto/LEI/23795/2021/>. Acesso em 09/11/2022.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. **MPF questiona possível acordo entre União e estados com mineradoras.** Sala de imprensa: Notícias. 2016a. Disponível em <http://www.mpf.mp.br/mg/sala-de-imprensa/noticias-mg/mpf-questiona-proposta-de-acordo-judicial-da-uniao-e-estados-com-samarco-vale-e-bhp>. Acesso em 24/02/2021.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. **Caso Mariana: MPF recorre da decisão que homologou acordo.** Sala de imprensa: Notícias. 2016b. Disponível em <http://www.mpf.mp.br/regiao1/sala-de-imprensa/noticias-r1/caso-mariana-mpf-recorre-de-decisao-que-homologou-acordo>. Acesso em 26/02/2021.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. **Embargos de Declaração Nº 002/2016.** Caso Samarco: Linha do tempo. 2016c. Disponível em [http://www.mpf.mp.br/regiao1/sala-de-imprensa/docs/embargos\\_declaracao\\_no-2-2016-mariana-samarco.pdf](http://www.mpf.mp.br/regiao1/sala-de-imprensa/docs/embargos_declaracao_no-2-2016-mariana-samarco.pdf). Acesso em 26/02/2021.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. **Ação Civil Pública - Autos nº 60017-58.2015.4.01.3800 e 69758.61-2015.4.01.3400.** 2016d. Disponível em <http://www.mpf.mp.br/mg/sala-de-imprensa/docs/acp-samarco>. Acesso em 22/08/2022.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL *et al.* **Termo de Ajustamento Preliminar.** 2017a. Disponível em <http://www.mpf.mp.br/mg/sala-de-imprensa/docs/termo-de-acordo-preliminar-caso-samarco>. Acesso em 27/02/2021.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL *et al.* **Aditivo ao Termo de Acordo Preliminar.** 2017b. Disponível em [mpf.mp.br/mg/sala-de-imprensa/docs/aditivoTAP.pdf](http://www.mpf.mp.br/mg/sala-de-imprensa/docs/aditivoTAP.pdf). Acesso em 27/02/2021.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL *et al.* **Tramitação conjunta – autos principais: nº 69758-61.2015.4.01.3400 (PJE 1024354- 89.2019.4.01.3800) e nº 1023863-07.2016.4.01.3800 (PJE 1016756-84.2019.4.01.3800).** 30/03/2021. 2021a. Disponível em <https://www.conjur.com.br/dl/peticao-mpf-arguicao-suspeicao-tenta.pdf>. Acesso em 07/01/2023.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL *et al.* **Ação Civil Pública nº 1023835-46.2021.4.01.3800.** 15ª Vara Federal Cível da SJMG, Justiça Federal da 1ª Região, 11/05/2021. 2021b. Disponível em <http://www.mpf.mp.br/mg/sala-de-imprensa/docs/2021/acp-propaganda-assinada-protocolo.pdf>. Acesso em 24/12/2021.

MULTINACIONAIS monopolizam mineração. **Jornal de Brasília**, Brasília, 5 de abril de 1987, p. 9. Economia. Disponível em: [https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/112460/1987\\_01%20a%2007%20de%20Abril\\_084b.pdf?sequence=3&isAllowed=y](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/112460/1987_01%20a%2007%20de%20Abril_084b.pdf?sequence=3&isAllowed=y). Acesso em 06/06/2022.

NADER, Laura. Harmonia Coerciva: A economia política dos modelos jurídicos. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, no. 26, 1994, p. 18-29.

NADER, Laura; MATTEI, Ugo. A pilhagem e o Estado de direito. In: NADER, L.; MATTEI, U.; **Pilhagem: Quando o Estado de direito é ilegal**. São Paulo, SP: Martins Fontes, 2013, p. 15-57.

NADER, Laura. **Para cima antropólogos: perspectivas ganhas em estudar os de cima**. Tradução feita por Mirian Alves e Wellington Santos do original “Up the Anthropologist: perspectives gained from studying up”. *Revista Antropológica*, n. 49, Niterói, p.328-356, 2. quadr. 2020. p. 328 - 356.

O ESPETO. **Prefeitura de Mariana recebe oficialmente a praça Gomes Freire em audiência de conciliação com Renova no TJMG**. Ano XXI, nº 652, 16 de julho de 2021, pp. 24-25.

O ESPETO. **Prefeito interino Juliano reabre praça Gomes Freire (Jardim) após acordo judicial com Renova**. Ano XXI, nº 653, 24 de julho de 2021, p. 5.

OBSERVATÓRIO DA MINERAÇÃO. **Bilhões na mesa, premissas favoráveis às mineradoras e grupos distintos: os bastidores do novo acordo por Mariana**. Reportagem de Maurício Angelo. Disponível em <https://observatoriodamineracao.com.br/bilhoes-na-mesa-premissas-favoraveis-as-mineradoras-e-grupos-distintos-os-bastidores-do-novo-acordo-por-mariana/>. Acesso em 29/07/2021.

OLIVEIRA, Raquel; ZUCARELLI, Marcos Cristiano. A gestão dos conflitos e seus efeitos políticos: Apontamentos de pesquisa sobre mineração no Espinhaço, Minas Gerais. **Revista Antropológica**, n. 49, Niterói, p. 42-71, 2. quadr. 2020.

OLIVER-SMITH, Anthony. What is a disaster? Anthropological Perspectives on a Persistent Question. In: OLIVER-SMITH, A; HOFFMAN, S (eds.). **The Angry Earth: Disaster in Anthropological Perspective**. Routledge, 1999, pp. 18-34.

OROZCO, Claudio Garibay. A organização do *Cluster* Minerador Global para a instauração de horizontes de coerção sobre sociedades locais à luz do caso mexicano. In: ACSELRAD, Henri (org.). **Políticas territoriais, empresas e comunidades: O neoextrativismo e a gestão empresarial do “social”**. 1ª edição. Rio de Janeiro: Garamond, 2018. p. 61 -106.

PACTO GLOBAL. **ESG**. Rede Brasil. 2022. Disponível em: <https://www.pactoglobal.org.br/pg/esg>. Acesso em: 09/08/2022.

PANTOJA, Igor. Ação empresarial e planejamento social privado: Um estudo de caso sobre relações empresa-sociedade. In: Henri Acselrad (org). **Políticas territoriais, empresas e comunidades: o neoextrativismo e a gestão empresarial do “social”**. 1 edição. Rio de Janeiro: Garamond, 2018. pp. 235-260.

PATRIDGE, Damani. Activist capitalism and supply-chain citizenship: producing ethical regimes and ready-to-wear clothes. **Current Anthropology**, Volume 52, Supplement 3, April 2011, pp. 97-111.

PEREIRA, C.; ALFAGALI, C.; SILVA, F.. Os trabalhadores coloniais na comarca de Vila Rica. In PEREIRA, C. *et al* (orgs.). **O espaço e os construtores de Mariana (século XVIII)**. Ouro Preto: Ed. UFOP, 2015, pp. 95-120.

PEREIRA, João Márcio Mendes. The World Bank as a Political, Intellectual, and Financial Actor: It's First Half Century. **Relaciones Internacionales**, nº 52/2017, pp. 73-97.

PIMENTEL, A. O método da análise documental: seu uso numa pesquisa histórica. **Cadernos de Pesquisa**, n.114, p.179-195, nov., 2001.

PRATES, Clarissa Godinho. **Efeitos derrame da mineração, violências cotidianas e resistências em Conceição do Mato Dentro - MG**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Sociedade, Ambiente e Território. Montes Claros: Universidade Federal de Minas Gerais; Universidade Estadual de Montes Claros, 2017. Disponível em: <https://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/wp-content/uploads/2018/06/disserta%C3%A7%C3%A3o-Clarissa-edi%C3%A7%C3%A3o-X.pdf>. Acesso em: 30/09/2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA. **Distritos de Mariana**. Disponível em: <https://www.mariana.mg.gov.br/todos-distritos>. Acesso em 10/11/2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA. **Prefeitura cria comissão para tratar ações junto à Renova**. 21/11/2017. Disponível em: <https://www.mariana.mg.gov.br/noticia/4180/prefeito-cria-comissao-para-tratar-acoes-junto-a-renova>. Acesso em: 15/11/2022.

PRICEWATERHOUSECOOPERS. Anexo: Demonstrações financeiras de 2016. Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31/12/2016. In FUNDAÇÃO RENOVA. **Demonstrativo financeiro 2016**. 2016. Disponível em <https://transparencia-fundacaorenova.hub.arcgis.com/pages/demonstrativos>. Acesso em 11/08/2021.

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TUTELA DE FUNDAÇÕES DE BELO HORIZONTE/ MINISTÉRIO PÚBLICO DE MINAS GERAIS. **Manifestação/ Mensagem**. Disponível em <http://www.fundacaorenova.org/relato-de-atividades/mensagens/>. Acesso em 11/05/2021.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade, poder, globalização e democracia. **Novos Rumos**. Ano 17, nº 37, 2002, pp. 4-28. Disponível em: <https://doi.org/10.36311/0102-5864.17.v0n37.2192>. Acesso em: 11/09/2022.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In QUIJANO, A.. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO - Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005, pp. 117-142. Disponível em: [http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12\\_QUIJANO.pdf](http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_QUIJANO.pdf). Acesso em: 05/09/2022.

RAMBOLL. **Relatório consolidado referente aos trabalhos dos primeiros nove meses de avaliação dos programas socioeconômicos e socioambientais**. 2017. Disponível em

<http://www.mpf.mp.br/grandes-casos/caso-samarco/documentos/relatorios-ramboll>. Acesso em 13/08/2021.

RAMBOLL. **Relatório de monitoramento consolidado dos programas socioeconômicos e socioambientais para restauração da Bacia do Rio Doce**. 2018. Disponível em <http://www.mpf.mp.br/grandes-casos/caso-samarco/documentos/relatorios-ramboll>. Acesso em 13/08/2021.

RAMBOLL. **Monitoramento do programa 20: Estímulo à contratação local**. 2019b. Disponível em <http://www.mpf.mp.br/grandes-casos/caso-samarco/documentos/relatorios-ramboll>. Acesso em 13/08/2021.

RAMBOLL. **Relatório de monitoramento quadrimestral dos programas socioeconômicos e socioambientais para restauração da Bacia do Rio Doce**. Novembro/2020. Disponível em <http://www.mpf.mp.br/grandes-casos/caso-samarco/documentos/relatorios-ramboll>. Acesso em 13/08/2021.

RAMBOLL. **Relatório de monitoramento mensal dos programas socioeconômicos e socioambientais para reparação integral da Bacia do Rio Doce**. Fevereiro/ 2021. Disponível em <http://www.mpf.mp.br/grandes-casos/caso-samarco/documentos/relatorios-ramboll>. Acesso em 13/08/2021.

ROCHE, Chris. **Avaliação de impacto dos trabalhos de ONGs: aprendendo a valorizar as mudanças**. Edição adaptada para o Brasil. São Paulo: Cortez: ABONG; Oxford, Inglaterra: Oxfam, 2000. ISBN 85-249-0766-5 (Cortez).

SAMARCO. **Fundação assume a continuidade das ações de recuperação**. 3 de Agosto de 2016. Disponível em: <http://www.samarco.com/noticia/fundacao-assume-continuidade-das-acoes-de-recuperacao/>. Acesso em: 25/09/2017.

SAMARCO. **Samarco reinicia operação nos complexos de Germano e Ubu**. 23 de dezembro de 2020. Disponível em: <https://www.samarco.com/samarco-reinicia-operacao-nos-complexos-de-germano-e-ubu/>. Acesso em: 05/10/2022.

SAMARCO. Nossa história: De projeto à empresa. **Quem somos**. 2021a. Disponível em: <https://www.samarco.com/quem-somos/#section-historia>. Acesso em: 05/07/2021.

SAMARCO. Nossa história: Consolidação e evolução do negócio. **Quem somos**. 2021b. Disponível em: <https://www.samarco.com/quem-somos/#section-historia>. Acesso em: 05/07/2021.

SAMARCO. Uma nova Samarco. **Quem somos**. 2022. Disponível em: <https://www.samarco.com/quem-somos/>. Acesso em: 09/08/2022.

SAMARCO. **Processo produtivo**. 2022b. Disponível em: <https://www.samarco.com/processo-produtivo/>. Acesso em: 11/11/2022.

SCOTT, Parry. **Negociações e resistências persistentes: agricultores e a barragem de Itaparica num contexto de descaso planejado**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2009.

SIENA, Mariana. Remoção de famílias das áreas consideradas de risco: A técnica de fazer viver e deixar morrer. **34º Encontro Anual da ANPOCS**. ST31 - Sobre as periferias: novos conflitos no espaço público. Caxambu, MG. 2010. Disponível em:

<http://anpocs.org/index.php/papers-34-encontro/st-8/st31-2/1661-msiena-remocao/file>.

Acesso em: 04/08/2022.

SILVA, Jordana Ferreira da. **Da especialização produtiva ao rompimento da barragem de Fundão: uma análise da resiliência econômica para o município de Mariana/ MG**. Dissertação. Mestrado em Economia Aplicada, Programa de Pós-graduação em Economia Aplicada, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. Mariana: Universidade Federal de Ouro Preto, 2018.

SILVA, Jessica Lorrany de Jesus. **Mineração como forma de vida e morte: entre a dependência e o desastre em Mariana - MG**. Trabalho de Conclusão de Curso. Graduação em Ciências Socioambientais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2019.

SOBREIRA, Frederico. Mineração do ouro no período colonial: alterações paisagísticas antrópicas na serra de Ouro Preto, Minas Gerais. **Revista Quaternary and Environmental Geosciences**, ano 05, volume 1, 2014, pp. 55-65.

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. **Documento 62655501 - Despacho/ Decisão**. 2016. Disponível em <http://www.mpf.mp.br/grandes-casos/caso-samarco/documentos/stj-suspensao-acordo-da-uniao>. Acesso em 26/02/2021.

SVAMPA, Maristella Noemi. Resource Extractivism and Alternatives: Latin American Perspectives on Development. **Journal für Entwicklungspolitik**; XXVIII; 3; 10-2012; pp. 43-73.

SVAMPA, Maristella Noemi. Consenso de los Commodities y lenguajes de valoración en América Latina. **Revista Nueva Sociedad**. n. 244, p.30-46, marzo-abril de 2013.

TEIXEIRA, R.; ZHOURI, A.; MOTTA, L. **Os Estudos de Impacto Ambiental e a Economia de Visibilidades do Desenvolvimento**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, Vol. 36, No. 105, Junho de 2020.

TEIXEIRA, R.; LIMA, M.. A política do tempo no desastre: disputas pela reparação no reassentamento da comunidade de Paracatu de Baixo. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 24, E20201pt, 2022. DOI 10.22296/2317-1529.rbeur.202201pt.

TORRES, J. P. M.; SOUZA, J.; PADILHA, J.; OLIVEIRA, G.; PAIVA, T.. **Relatório final: “Contaminação por metais pesados na água utilizada por agricultores familiares na Região do Rio Doce”**. Rio de Janeiro, RJ: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Greenpeace, Março de 2017.

TRE-AP - Tribunal Regional Eleitoral AP. **Juiz Mário de Paula Franco Júnior tomará posse como membro do TRE-AP nesta sexta-feira (21)**. Notícia publicada em 21/01/2022, atualizada em 19/06/2022. Disponível em <https://www.tre-ap.jus.br/comunicacao/noticias/2022/Janeiro/juiz-mario-de-paula-franco-junior-tomara-posse-como-membro-do-tre-ap-nesta-sexta-feira-21>. Acesso em 08/01/2023.

UNIÃO *et al.* **Termo de Transação e Ajustamento de Conduta**. 2016. Disponível em <https://www.fundacaorenova.org/wp-content/uploads/2016/07/ttac-final-assinado-para-encaminhamento-e-uso-geral.pdf>. Acesso em 24/02/2021.

UNIÃO *et al.* **Termo de Ajustamento de Conduta.** 2018. Disponível em <http://www.mpf.mp.br/mg/sala-de-imprensa/docs/tac-governanca>. Acesso em 24/02/2021.

VAINER, C. B. Conceito de “atingido”: Uma revisão do debate. *In*: ROTHMAN, F. D. (ed.). **Vidas alagadas: Conflitos socioambientais, licenciamento e barragens.** Viçosa: Ed. UFV, 2008. p. 39-62.

VALE S/A. Informações para o mercado. Press Releases. **Fato relevante - Aquisição da SAMITRI**, 2000. Disponível em: <http://www.vale.com/brasil/PT/old-investors/information-market/press-releases/Paginas/fato-relevante-aquisicao-da-samitri.aspx>. Acesso em 10/05/2021.

VALENCIO, Norma. Da “área de risco” ao abrigo temporário: uma análise dos conflitos subjacentes a uma territorialidade precária. *In*: VALENCIO, Norma *et al* (orgs). **Sociologia dos Desastres: construção, interfaces e perspectivas no Brasil.** Versão Eletrônica. São Carlos: Editora RIMA, 2009. pp. 34-47. Disponível em: <https://defesacivil.es.gov.br/Media/DefesaCivil/Publicacoes/Outros/Livro-Sociologia-Dos-Desastres.pdf>. Acesso em: 04/08/2022.

VALENCIO, Norma. Desastre: tecnicismo e sofrimento social. **Ciência e Saúde Coletiva.** 19 (9), 2014, pp. 3631-3644. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232014199.06792014>. Acesso em: 28/06/2022.

VIGH, Henrik. Crisis and Chronicity: Anthropological Perspectives on Continuous Conflict and Decline. **Ethnos: Jornal de Antropologia**, Volume 73, edição 1, 2008, pp.5-24.

VITAL, Danilo. **TRF-1 recebe arguição de suspeição e nega afastamento de juiz do caso Samarco.** Consultor Jurídico. 25/05/2021. Disponível em <https://www.conjur.com.br/2021-mai-25/trf-recebe-suspeicao-nega-afastamento-juiz-samarco>. Acesso em 08/01/2023.

WELKER, Marina. “Corporate security begins in the community”: Mining, the Corporate Social Responsibility Industry, and Environmental Advocacy in Indonesia. **Cultural Anthropology**, Vol. 24, issue 1, 2009 pp. 142-179. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/j.1548-1360.2009.00029.x>. Acesso em: 17/09/2022.

WELKER, Marina; PARTRIDGE, Damani; HARDIN, Rebecca. Corporate Lives: New Perspectives on the Social Life of the Corporate Form. **Current Anthropology**. Volume 52, Supplement 3, April 2011, pp. 3-16.

WISNIK, José Miguel. **Maquinação do mundo: Drummond e a mineração.** São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

WOLF, Eric. Encarando o poder: velhos insights, novas questões. *In* RIBEIRO, G.; FELDMAN-BIANCO, B. (orgs.). **Antropologia e poder: contribuições de Eric Wolf.** São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Editora Unicamp, 2003, pp. 325-343.

ZHOURI, Andréa. Justiça ambiental, diversidade cultural e *accountability*: Desafios para a governança ambiental. **Revista Brasileira de Ciências Sociais.** Vol. 23, nº 68, 2008, pp. 97-107. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-69092008000300007>. Acesso em: 19/08/2022.

ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K.; PAIVA, A.. Uma Sociologia do Licenciamento Ambiental: o caso das hidrelétricas em Minas Gerais. **Anais. XII Congresso Brasileiro de Sociologia.**

Belo Horizonte: Sociedade Brasileira de Sociologia, 2005. 43p. Disponível em [https://portal.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com\\_docman&task=doc\\_download&gid=699&Itemid=171](https://portal.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=699&Itemid=171). Acesso em 27/04/2022.

ZHOURI, Andréa; VALENCIO, Norma (orgs.). **Formas de matar, de morrer e de resistir: limites da resolução negociada de conflitos ambientais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

ZHOURI, A. *et al.*. O desastre da Samarco e a política das afetações: classificações e ações que produzem o sofrimento social. **Ciência e Cultura**, volume 68, número 3, 2016a, pp. 36-40. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/pdf/cic/v68n3/v68n3a12.pdf>. Acesso em: 13/07/2022.

ZHOURI, A. *et al.*. O desastre de Mariana: colonialidade e sofrimento social. *In*: ZHOURI, A.; BOLADOS, P.; CASTRO, E. (eds.). **Mineração na América do Sul: neoextrativismo e lutas territoriais**. São Paulo, SP: Annablume, 2016b, pp. 45-65.

ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens. Desenvolvimento e conflitos ambientais: Um novo campo de investigação. *In*: ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens (orgs.). **Desenvolvimento e conflitos ambientais**. 1ª reimpressão. Belo Horizonte, MG: Editora UFMG, 2017, pp. 11-31.

ZHOURI, A.; OLIVEIRA, R.; ZUCARELLI, M.; VASCONCELOS, M. **The Rio Doce Mining Disaster in Brazil: between policies of reparations and the politics of affectations**. *Vibrant*, v. 14, n.2, agosto de 2017.

ZHOURI, A. *et al.*. O desastre do Rio Doce: Entre as políticas de reparação e a gestão das afetações. *In*: ZHOURI, Andréa (org.). **Mineração, violências e resistências: um campo aberto à produção de conhecimento no Brasil**. 1. ed. Marabá, PA: iGuana; ABA, 2018, pp. 29-66. Disponível em: [https://br.boell.org/sites/default/files/ebook\\_mineracaoviolencairesistencia1.pdf](https://br.boell.org/sites/default/files/ebook_mineracaoviolencairesistencia1.pdf). Acesso em: 15/03/2022.

ZHOURI, Andréa. Desregulação Ambiental e Desastres da Mineração no Brasil. Uma perspectiva da Ecologia Política. *In*: CASTRO, Edna; CARMO, Eunápio do. **Dossiê Desastres e Crimes da Mineração em Barcarena, Mariana e Brumadinho**. Belém, PA: NAEA/UFPA, 2019. pp. 43-52.

ZUCARELLI, Marcos Cristiano. **A matemática da gestão e a alma lameada: Os conflitos da governança no licenciamento do projeto de mineração Minas-Rio e no desastre da Samarco**. Tese. Programa de Pós-graduação em Antropologia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Belo Horizonte, MG: Universidade Federal de Minas Gerais, 2018.

## APÊNDICE: LINHA DO TEMPO



## ANEXO

**Figura 7** - “Em honra a todas as pessoas que não viram a reparação integral ser efetivada, nossa luta é por vocês!”.

Waldemira Inacia Vieira Arantes (Dona Tita), Laura Gonçalves Barbosa, José do Patrocínio (Seu Zezinho), Dario Jorge Pereira, Maria de Lourdes Tette de Oliveira, Adelmano Rodrigues da Silva, Geralda Aparecida Arcaño, André Luis Pereira, Geralda das Graças Fernandes Silva (Lalada), Beatriz Celestina da Silva Pereira, Starlino das Graças Gonçalves, Geraldo Eren Pascoal, Henriqueta da Consolação Batista, Jader Gonçalves, Geraldo Luis dos Santos, Jairo da Silva Ramos, Alessandra Cristina da Silva Souza, João Desidério Pascoal, Elias Marques de Oliveira, João Gonzaga Ramos, Daniel Altamiro de Carvalho, Ailton Martins dos Santos, Edinaldo Oliveira de Assis, Joarez Mariano de Souza, Illydio das Dores de Oliveira, Bernadete Damas Mendes, Adilson da Silva, Jorge Luiz dos Santos, Albertino Damasceno Santos Filho, Marcos Xavier, Geraldo Pedro Gonçalves, José Alexandre de Souza, Arlete Antonia Mendes, José Andrade da Silva Ramos, Marcos Aurélio Pereira de Moura, Ana Lucia da Silva, Domingos Eloi Ferreira, José da Silva, Irene Felipe Ferreira, Geraldo Tomaz dos Santos (Carijó), Bruno dos Santos Souza, José Geraldo Viana da Silva, Maria da Conceição Pires, Ana Clara dos Santos Souza, José Gonçalves, Lúcio Mauro Santos, Lurdes Bertoldo Teixeira, Manoel da Silva Cerceau Filho, Edson Izidio Pereira, Manoel Paulino Mendes, Alexandre Gonçalves, Marcos Antonio de Oliveira, Joel Brás da Silva, Rafael Júnio Gonçalves Sacramento, Alonzo Salgueiro, Maria da Penha Silveira, Augusto Donizete Mendes, Izolina das Dores Isaias, Durvalina Acacia de Sousa, Maria Marcia Silva Marçal, Antonio Barbosa, Maria Pedro Ferreira, Celia Santana Serra, Mariana da Silva Santos, Antônio Lourenço de Souza, Mateus Márcio Fernandes, Nilson Pascoal, Pedro Celestino, Claudemir Santos, Pedro Marinho dos Anjos, Antônio Fagundes de Souza, José Faustino, Pedro Paulino Lopes, Samuel Vieira Albino, Carlos dos Santos Felipe, Maria Julieta Arantes Pereira, Sileno Narkievicius de Lima, Edmirson José Pessoa, Andrea Aparecida Alves, Maria do Carmo Macedo Dutra, Florindo Checoni, Antonio da Silva, Genivaldo Geraldo, Suelly da Conceição Sobreira de Paula, Claudio Fiuza, Terezinha de Jesus Arcaño, Henrique Gonçalves Bretas, Thiago Damasceno Santos, Efigenia dos Santos Gomes, Maria das Graças Celestino, Ulisses Alef de Souza, Valdemar Martins, Carlo Henrique dos Santos, Antonio do Carmo Carneiro, Vando Maurilio dos Santos, Antonia Faustino, Vicente Margarida Ferreira, Waldemir Aparecido Leandro, Ana Felipe Carneiro, Emanuelle Vitória Fernandes Izabel, Sandra Maria do Nascimento, Hledine José da Silva, Carlos Roberto dos Santos, Agostinho Henrique Soares, Yago Marcelino Souza, Antonio Pedro Nascimento, Zumar da Silva Ramos, Cristiana Efigênia da Silva, Jardinal Luciano da Silva, Gercina Juliana de Souza, Antonio Jose da Silva, José Ignacio Anastácio, Maria Elisa Lucas.

Reproduzida de CÁRITAS BRASILEIRA REGIONAL MINAS GERAIS, 2022.